



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

NICOLA JOSÉ FRATTARI NETO

**A CLASSE TRABALHADORA E SEUS LUGARES: MODOS DE VIDA
DOS *DE BAIXO* NAS TERRAS ÀS MARGENS DO TIJUCO, MINAS
GERAIS (1850-1950)**

CAMPINAS

2022

NICOLA JOSÉ FRATTARI NETO

**A CLASSE TRABALHADORA E SEUS LUGARES: MODOS DE VIDA
DOS DE BAIXO NAS TERRAS ÀS MARGENS DO TIJUCO, MINAS
GERAIS (1850-1950)**

*Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas como
parte dos requisitos exigidos para a obtenção
do título de Doutor em Educação, na Área de
Educação.*

ORIENTADORA: DEBORA MAZZA.

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
NICOLA JOSÉ FRATTARI NETO, E ORIENTADA
PELA PROF. DRA. DÉBORA MAZZA.

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

F865c Frattari Neto, Nicola José, 1970-
A classe trabalhadora e seus lugares : modos de vida dos de baixo nas terras às margens do Tijuco, Minas Gerais (1850-1950) / Nicola José Frattari Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Debora Mazza.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Classe Trabalhadora - Estudos Culturais - Ituiutaba (MG). I. Mazza, Débora, 1963--. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The working class and its places : lifestyles of the bellowers at the shores of Tijuco River, Minas Gerais (1850-1950)

Palavras-chave em inglês:

Working class - Cultural studies - Ituiutaba (MG)

Área de concentração: Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Debora Mazza [Orientador]

Alexandro Henrique Paixão

Betânia Oliveira Laterza

Ribeiro Mara Fernanda Chiari

Pires Marcelino de Sousa

Lopes **Data de defesa:** 04-07-2022

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-2786-6384>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4277765153073025>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE

**A CLASSE OPERÁRIA E SEUS LUGARES: MODOS DE VIDA DOS *DE*
BAIXO ÀS MARGENS DO TIJUCO, MINAS GERAIS (1850-1950)**

NICOLA JOSÉ FRATTARI NETO

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Debora Mazza (Orientadora)

Prof. Dr. Alexandro Henrique Paixão

Profa. Dra. Betânia Oliveira Laterza Ribeiro

Profa. Dra. Mara Fernanda Chiari Pires

Prof. Dr. Marcelino de Sousa Lopes

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2022

DEDICATÓRIA

À Professora Doutora Debora Mazza, por ter me inspirado a mergulhar no universo das relações humanas.

À Professora Doutora Nima Imaculada Spigolon, pela amizade em toda essa caminhada (e em tantas outras!).

À Professora Mestre Marlene Freitas Borges, por pensar em questões essenciais voltadas ao povo e à cultura, carregando seu estandarte de retalhos entre sorrisos e pandeiros.

Ao incomparável Edelweiss Teixeira: visionário, pensador, folclorista... que além, muito além de um tempo, viveu em um universo paralelo, em um castelo de estrelas, em um chão de palavras encantadas...

Ao Diogo, meu filho, fonte de inspiração! Mesmo do outro lado da vida, inspira-me a ação diária com seus olhos cheios de esperança.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador: por tudo, pelo tanto e pela vida!

Essa trajetória foi realizada graças a amigos que caminharam junto a mim, estendendo mãos que me afagaram durante as tensões e, essencialmente, pela alegria da convivência entre sorrisos, cafés, abraços e boa conversa.

Aos Professores Doutores: Alexandro Henrique Paixão, Betânia Oliveira Laterza Ribeiro, Mara Fernanda Chiari Pires e Marcelino Lopes de Sousa pelas contribuições durante a Banca de Defesa.

Aos amigos: Max Mesquita, Marli, Crislaine, Elaine Cassan, Crispim, Elaine Ferraz, Patrícia Ataíde, Marcinha Muller, Azélia e Wilmar, Inês e Diomar, Daniela Garcia, Cirila Costa, Cleuza e Ana Letícia, Lucinha, Claudia e Mathie Tubino, Monalisa Coelho, Bruninha, Jane Ribeiro, Teresa Nascimento, Valéria Claudino, Marcio Vital, Renata Costa e aos componentes do GPPES.

Aos funcionários e funcionárias da Secretaria da Pósgraduação, do Laboratório de Informática e da Biblioteca da FE UNICAMP, pela gentileza constante.

À família: Divino e Maria José (pais). Sandra, Ulisses e Ema (irmãos). Marielly, Roberta, Bira, Caio e Estela (sobrinhos).

Ao grupo do Centro Espírita Seareiros de Jesus, em Ituiutaba, pelo apoio incondicional.

Aos amigos e colegas do Conservatório Estadual de Música Dr. José Zóccoli de Andrade, em Ituiutaba, pelo carinho e compreensão, na figura das gestoras Mirzinha e Silvia Rúbia.

À UNIVESP, pela bolsa.

RESUMO

Esta pesquisa visa compreender, por meio dos vestígios deixados pela classe trabalhadora de Ituiutaba, Minas Gerais, como esse grupo se consolidou entre os anos de 1850 e 1950, considerando alguns aspectos de sua origem e dos locais de reprodução social frente ao modo de produção capitalista. Ao observar os modos de vida, as questões voltadas à etnicidade e à sua conscientização enquanto classe, consegue-se estruturar uma trajetória realizada dentro de uma espacialidade e de uma temporalidade, capaz de evidenciar suas personagens centrais, ou seja, *os de baixo* - aqueles que não fizeram parte da chamada história oficial, sendo desconsiderados, excluídos e não sujeitos à pesquisa. Tem por objetivo reconhecer como esse grupo social reivindicou suas questões relativas à exclusão econômica e sociocultural no contexto da virada do Império para a República. Essa análise se fez a partir do acompanhamento do desenho produzido pela movimentação da classe, em seus espaços de reprodução social. Autores como Thompson, Williams e Hoggart, compõe o manancial teórico-metodológico. Eles fazem parte da chamada Nova Esquerda, movimento de onde originaram os Estudos Culturais, sob a perspectiva do Materialismo Cultural. Cândido, Lapa e Ianni igualmente tornaram possíveis algumas reflexões importantes com relação ao objeto. Por meio do cruzamento das fontes encontradas com a fundamentação teórica, conseguiu-se visualizar e levantar questões concernentes à formação das classes sociais da antiga São José do Tijuco, obtendo relevância e destaque para a classe de trabalhadores rurais e urbanos que se consolidou na virada dos novecentos. Nos espaços de suas existências vigoraram modos de vida, costumes em comum e manifestações culturais populares com raízes fincadas nas tradições dos povos originários da região, dos negros escravizados, dos imigrantes europeus e sírio-libaneses e também dos migrantes nordestinos. Da mesma forma, as condições sociais precárias dos povos escravizados seguiram-se quase idênticas, senão piores, incorporando-se a lida diária dos trabalhadores. Os espaços de exclusão, preconceito e racismo se formaram no entorno dos marcos do poder local (poder religioso, poder político e poder econômico), tornando-se os bairros periféricos os lugares do encontro entre as festas religiosas e profanas, os ritos de passagem das famílias, a zona dos meretrícios, o lazer do negro, do nordestino e do pobre, entre outros.

Palavras-chave: Estudos Culturais; classe trabalhadora; Ituiutaba.

ABSTRACT

This research aims to understand how the working class of the city of Ituiutaba, Minas Gerais, was consolidated. Through traces left between the 1850s and 1950s, this consolidation is analyzed considering aspects of its origin and the places of social reproduction in the face of the capitalist production mode. By looking at the ways of life, issues related to ethnicity and to class awareness, it is possible to structure a spatial and temporal trajectory that allows a highlight of its central characters, i.e., *those from below*. *The bellowers* are those that were not part of the so-called official history, and were disregarded, excluded and not subject to research. Therefore, this study aims to recognize how this social group claimed its issues related to the economic and sociocultural exclusion when Brazil changed from Empire to the Republic. This analysis was done by monitoring drawing produced by the movement of the class in its social reproduction spaces. Authors such as Thompson, Williams and Hoggart, are the theoretical-methodological source. They are part of the so-called New Left, a movement that originated Cultural Studies from the perspective of Cultural Materialism. Cândido, Lapa and Ianni also made possible some important reflections regarding this subject. Comparing graphics (e.g., drawings produced by *those from below*) with the theoretical references, questions were raised in regard to the social classes formation at the old shores of São José do Tijuco river. Therefore, the class of rural and urban workers that was consolidated at the Brazilian regime change obtained relevance and prominence. In the spaces where *those from below* exists, their ways of life, common habits and popular cultural manifestations are rooted in the traditions of regional native peoples, enslaved black peoples, European and Syrian Lebanese immigrants and even migrants from Brazilian's Northeast region. In the same way, enslaved black peoples' precarious social conditions were almost identical, if not worse, incorporating itself into the daily workers' work. Spaces of exclusion, prejudice and racism were formed around the local power landmarks (religious, political and economic power). Hence, those peripheral neighborhoods become the meeting places between religious and profane festivities, the rites of passage of families, prostitution zone, and leisure place of black people, northeastern immigrants, poor people and other ones.

Keywords: British Cultural Studies; working class; Ituiutaba

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Sirene do Baduy	049
Foto 02 – A Esquina do Pecado, Anos de 1970	050
Foto 03 – Feira do Bairro Junqueira (2022)	051
Foto 04 – 2ª Capela do Povoado de São José do Tijuco, Século XIX	071
Foto 05 – Antigo Largo de São José do Tijuco (ao fundo à direita a antiga capela), século 19	074
Foto 06 – Primeira Igreja Matriz de São José do Tijuco, 1927	075
Foto 07 – Igreja e Largo da Matriz, 1930	076
Foto 08 – Catedral de Ituiutaba	077
Foto 09 – Fundação do Clube Republicano em 15 de julho de 1887	080
Foto 10 – Primeiro Sobrado da Cidade de Ituiutaba, 1881	084
Foto 11 – Assentados da esquerda para a direita: Capitão Jeronimo Martins de Andrade (comerciante), Manoel David da Costa (fazendeiro), Dr. José Petraglia (primeiro médico), Cel. Antônio Pedro Guimaraes Morais (fazendeiro), Cel. Pio Goulart Brum (farmacêutico); em pé, da esquerda para a direita: José Candido da Silva e Souza (escrivão de paz), Vandarso da Silva (comerciante), Aureliano Ferreira Diniz “Leleco” (comerciante), José Martins Piraí (maestro da banda), Antônio Joaquim Guimaraes Tônico Morais (fazendeiro), Vitor Guimaraes (fazendeiro), José Goulart, Fernando Vilela de Andrade “Fernandinho Capitalista”. Personalidades Tijucas, 1896	086
Foto 12 – Vista de Ituiutaba com seu traçado planejado, 1926	090
Foto 13 – Primeiro Prédio Destinado ao Fórum de Ituiutaba, anos de 1920/1930	092
Foto 14 – Fórum com o jardim que ficava a sua frente, no Largo da Matriz, 1930	092
Foto 15 – A Caçada	115
Foto 16 – Dr. Nicodemus (de Macedo) no exercício de sua profissão no Pontal Triângulo, na primeira quinzena do século, em companhia de sua mãe, sua esposa, a cunhada Maria da Glória, três filhos, uma sobrinha e duas pagens das crianças	132
Foto 17 – Casas dos Primeiros Moradores de São José do Tijuco	135
Foto 18 – A Construção do Museu Paulista, na Última Década do Século XIX	148

Foto 19 – Prédio da Santa Casa de Misericórdia Inaugurado em 1923. Autoridades presentes responsáveis pela abertura do hospital, 1826	149
Foto 20 – Propriedade do Senhor Coletto de Paula, 1925	150
Foto 21 – Casa do Senhor Miguel João e Faustina (Pais de Dona Júlia casada com Dr. Omar Diniz), 1926	150
Foto 22 – Lojas dos Turcos em Ituiutaba	154
Foto 23 – Venda da Família Miguel Souza Lima, 1920	155
Foto 24 – Garimpo, Serviço de uma Bomba, 1942	159
Foto 25 – Hotéis e Pensões em Ituiutaba	161
Foto 26 – Banda de Música “Lira Congressista” em seu uniforme de gala, com o seu imponente estandarte. Assentado na primeira fila Antônio Lorena Toledo. 1902	171
Foto 27 – Coreto na Praça do Largo da Matriz, 1930	172
Foto 28 – Esquina da Rua 22 com a Avenida 13. Década de 1950	186
Foto 29 – Família Ituiutabana 1920	187
Foto 30 – Fiadeiras Algodão e Lã 1915	188
Foto 31 – Baile da Rainha do Arroz, meados de 1950	192

LISTAS DE MAPAS

Mapa 01 – Localização de Ituiutaba em Minas Gerais	044
Mapa 02 – Mapa do Estado de Minas Gerais. Microrregiões do IBGE	046
Mapa 03 – Localização Hidrográfica de Ituiutaba	069
Mapa 04 – Traçado Urbano de Vila Platina em 1904	089
Mapa 05 – Traçado das Primeiras Ruas da cidade, 1910	091
Mapa 06 – Zoneamento Urbano de 1955	183
Mapa 07 – Os Marcos do Poder: de São José do Tijuco à Ituiutaba	184
Mapa 08 – Centro Comercial (1930 – 1970)	185
Mapa 09 – Marcos do Movimento Negro em Ituiutaba	194
Mapa 10 – Localização da Zona Boêmia em Ituiutaba (1930 – 1970)	197

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Divisão Territorial do Município de Ituiutaba	045
Quadro 02 – Famílias dos Primeiros Donos de Terras. 1827	066
Quadro 03 – Agentes Executivos de Vila Platina 1902/1931	085

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População no Triângulo 1830/1831	072
Tabela 02 – População São José do Tijuco Século XIX	073
Tabela 03 – Analfabetismo na Faixa de 15 ou mais – Brasil – 1900/1950	082
Tabela 04 – Município de Ituiutaba: população municipal (1907 – 1920)	093
Tabela 05 – Registros de Batizados de São José do Tijuco. Século XIX	096
Tabela 06 – População da Paróquia de São José do Tijuco, 1872	096
Tabela 07 – Índice Populacional na Virada do Século, 1872 – 1910	102
Tabela 08 – Recenseamento Nacionalidades, 1872	102
Tabela 09 – Dados do Censo de 1904	103
Tabela 10 – Instrução em São José do Tijuco em 1872	110
Tabela 11 – Imigração Para o Brasil	119
Tabela 12 – Recenseamento de Vila Platina Realizado em 1904	140
Tabela 13 – Recenseamento de Vila Platina 1904 (I)	141
Tabela 14 – Recenseamento de Vila Platina 1904 (2)	142
Tabela 15 – Recenseamento Populacional de Ituiutaba	164

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	016
2 – CAMINHOS DA PESQUISA	026
2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS	026
2.2 CAMINHOS TEÓRICOS	032
2.2.1 Os Estudos Culturais	032
2.2.2 A Classe é um Acontecimento	036
2.2.3 Estrutura de Sentimento	039
2.2.4 Os Espaços de Produção e Reprodução	041
2.3 O LUGAR DA PESQUISA	043
2.4 A ESQUINA DO PECADO AINDA É O CORAÇÃO DA CIDADE	047
3 – CLASSES SOCIAIS, PODER E POBREZA EM SÃO JOSÉ DO TIJUCO NO OITOCENTOS	054
3.1 AS RELAÇÕES SOCIAIS, A TERRA E A CULTURA	055
3.2 PAINEL DE SÃO JOSÉ DO TIJUCO NO OITOCENTOS	066
3.3 OS GRUPOS HEGEMÔNICOS E A INSTITUIÇÃO DO PODER	079
3.4 OS <i>DE BAIXO</i> : ELEMENTO CHAVE NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM SÃO JOSÉ DO TIJUCO	094
3.5 A VIDA EM COMUM EM SÃO JOSÉ DO TIJUCO	105
4 – ENTRE O SINO DA IGREJA E A SIRENE DA FÁBRICA: A CLASSE TRABALHADORA E O REORDENAMENTO DOS MODOS DE VIDA	117
4.1 A CLASSE TRABALHADORA NA AURORA DA REPÚBLICA DO BRASIL	118
4.1.1 Questões Relativas à Etnicidade	119
4.1.2 O Cenário das Reivindicações	123
4.2 A CLASSE TRABALHADORA E O REORDENAMENTO DE UM MODO DE VIDA CAPITALISTA NO INTERIOR DAS GERAES	128
4.3 AS DINÂMICAS IMIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DA CLASSE TRABALHADORA	146
4.3.1 A Colônia Italiana	146
4.3.2 A Colônia Sírio-libanesa	152

4.3.3 Os Migrantes Nordestinos	158
5 – O LUGAR DA CLASSE TRABALHADORA	166
5.1 CLASSE TRABALHADORA E CULTURA	167
5.2 O LUGAR DOS <i>DE BAIXO</i> NA CIDADE	180
CONCLUSÃO: A CLASSE TRABALHADORA TEM FÉ, COR E SOTAQUE	199
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	204
MEMORIALISTAS	213
FONTES DOCUMENTAIS	215
SITES	218
ARQUIVOS VISITADOS	219

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

“A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em auto complacência, pois o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época”.

(Antônio Cândido¹)

A classe trabalhadora² da cidade de Ituiutaba³, Minas Gerais, vem se reconfigurando sócio-culturalmente ao longo do tempo, sob os impulsos político-econômicos gerados por questões internacionais e nacionais, bem como adaptando-se ao impositivo regional. Transformações nos modos de produção, nas condições materiais do trabalho e no modo de existência, da mesma forma, receberam o impacto da expansão capitalista e do reordenamento produtivo, alinhados ao desenvolvimento técnico e tecnológico. Aos poucos, entre o século XIX e início do XX, a economia de subsistência seguiu para uma economia ruralista, atendendo a demanda social crescente e, depois, aos diversos ciclos econômicos estabelecidos no território, desde os anos de 1930⁴. Todo esse processo influenciou e impactou o modo de reprodução, ou seja, a vida material desses homens e mulheres

¹ CÂNDIDO, Antônio. O Significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. Prefácio, p. xi-xxii.

² Na chave materialista, o termo *Classe Trabalhadora* equivale ao proletariado e, pela nota de Engels, no *Manifesto Comunista*, na edição inglesa de 1888, “por proletariado entende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Na atualidade, tanto o termo *Classe Operária* quanto o termo *Classe Trabalhadora* são utilizados popularmente e também na literatura, **indicando todos os trabalhadores assalariados, quer sejam urbanos ou rurais**. Utilizaremos para o recorte histórico da pesquisa essas definições, não fazendo distinção entre os dois termos.

³ Pela evolução administrativa da cidade temos em 1832 o Arraial de São José do Tijuco; em 1839 o distrito de São José do Tijuco; em 1901, Villa Platina; e, em 1915, Ituyutaba.

⁴ Os tardios ciclos econômicos instaurados em Ituiutaba, “do Diamante” (1935-1945) e “do Arroz” (1950-1970), garantiram, além do fluxo de crescimento econômico, um significativo crescimento demográfico e social na cidade. Nos Capítulos 4 e 5 aborda-se melhor a relação desses ciclos com a classe operária e os costumes em comum.

trabalhadores (LEFEBVRE, 1973; FRASER, JAEGGI, 2020; WOOD, 2003), ressaltando-se experiências significativas.

O objetivo desta pesquisa visa reconhecer como a classe operária de Ituiutaba reivindicou suas questões relativas à exclusão econômica e sociocultural frente a esse contexto. Essa análise se fez a partir do acompanhamento do desenho produzido pela movimentação da classe, em seus espaços de reprodução social (na observância dos costumes em comum, dos modos de vida e das manifestações culturais populares).

Durante o período escolhido para a pesquisa percebe-se que essa classe de trabalhadores em formação está imersa em um grupo maior, ou seja, o grupo daqueles que compõem as classes populares. Essas classes compreendem os mais pobres financeiramente, mas também aqueles afastados das lides do poder político, econômico e até cultural. Por classes populares também estimasse grupos que comungam elementos comuns às grandes massas, como o gosto pelo folclore, alguns estilos musicais, interesse em se discutir sobre esporte ou política, etc. Nessa perspectiva, para efetivação do trabalho, foi necessário, primeiramente, ordenar algumas definições e apontamentos possibilitadores dos caminhos da pesquisa. Eles perpassam os conceitos de classe social, cultura, costumes em comum e manifestações culturais.

Thompson, analisando os costumes da classe operária inglesa, verificou que, se tentarmos dissecar a estrutura de uma **classe social**, mantendo-a imobilizada, retendo-a a determinado momento histórico, *não há classe, e sim um amontoado de experiências* (2004, p. 12); entretanto, se enxergarmos a classe *como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas* (2004, p. 9), teremos uma questão pertinente à análise, ou seja, *se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições* (2004, p. 12). Tais apontamentos comporão o teor da tese de pesquisa, buscando compreender os costumes em comum que caracterizaram as relações de pertencimento da classe trabalhadora no município, entre os anos de 1850 e 1950. Compreende-se a temporalidade ancorada nas fontes dispostas, estendendo-se do ano de 1853, datando a abertura do Livro Tombo da Igreja Matriz de São José⁵, até, aproximadamente, a década de 1950, ápice do ciclo econômico do arroz.

Partindo da observação da organização territorial, econômica, política e social, verificarei, no status da vida cultural dos de baixo⁶, os costumes em comum e as manifestações

⁵ Essa data de abertura do Livro Tombo, 1853, é devida à mudança da Paróquia da Villa do Prata para a Freguesia de São José do Tijuco.

⁶ A História vista de baixo é uma corrente historiográfica presente nos Estudos Culturais, anos de 1960, sedimentada por autores como E. P. Thompson, Natalie Zemon Davis, Christopher Hill, Richard Hoggart, entre outros. Consiste em produção de conhecimento histórico partindo do ponto de vista dos esquecidos, dos

culturais sagradas e profanas, a fim de perceber a movimentação da classe operária. As linearidades sociológicas são capazes de auxiliar em um recuo, para a então chamada São José do Tijuco, pois, a partir delas, é possível compreender as transformações ocorridas no território, as relações estabelecidas pelos grupos hegemônicos e as condições históricas das práticas sociais dos grupos que originaram e estabeleceram a classe operária local. Esse movimento possibilitou a compreensão das dinâmicas sociais estabelecidas no lugar, ocasionando reflexões a partir das estratégias utilizadas pelos trabalhadores, a fim de conseguirem manter a perenidade de seus modos de vida (KOWARICK, 1994; MASSEY, 2000; THOMPSON, 2016; LEFEBVRE, 1973).

No tocante aos costumes em comum, Thompson os compreende à medida em que desfaz o feixe do sentido da **cultura**, ou seja, *ritos, modos simbólicos, os atributos culturais de hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho* (THOMPSON, 2016, p. 22). Mesmo imersos nessa conceituação maior, os **costumes em comum** estarão associados e enraizados às realidades materiais e sociais da existência e do trabalho desses grupos minoritários (THOMPSON, 2016; HOGGART, 1973; WILLIAMS, 1979; CÂNDIDO, 2010; DARNTON, 2014).

Os termos cultura e vida social material estão interligados, pois, como enfatiza Williams, *as possibilidades totais do conceito de cultura [são] como um processo social constitutivo, que cria “modos de vida” específicos e diferentes (...)* (WILLIAMS, 1979, p. 26). Assim, esse movimento em torno do conceito de cultura origina novas possibilidades de compreensão da ordem social. A referência à cultura passa a ser presente nas ações sociais comunicadas, reproduzidas, vivenciadas e estudadas (WILLIAMS, 2000, p. 13) e, dessa forma, os sentidos antropológico e sociológico de cultura apontam para o *“modo de vida global” distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um “sistema de significações” bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social* (WILLIAMS, 2000, p. 13).

Dessa forma, o conceito de cultura orientador desta pesquisa evidencia que:

O sentido (...) de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as

marginalizados, dos invisibilizados, ou seja, de homens, mulheres e crianças comuns do povo. Nessa perspectiva, esses atores são tão sujeitos à pesquisa quanto militares, reis e personagens importantes do ponto de vista econômico e político, sempre destinados ao protagonismo no fazer história.

“práticas significativas” – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofias, até o jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (WILLIAMS, 2000, p. 13).

Foi nessa perspectiva de cultura que ancorei a pesquisa no campo dos costumes em comum das camadas de trabalhadores, encontrando nas relações sociais e culturais os pontos mais relevantes para sua leitura. Estabelecem-se, enquanto classe, as diferentes ordens de trabalhadores, possuindo em um mesmo espaço de cultura popular o sentido que os interliga e os coloca em contraposição e interrelação com outras camadas sociais. Com o intuito de perceber essa movimentação social dos de baixo, faz-se ferramenta precisa analisar um lugar de encontro, onde a reprodução operária possa ser percebida e ofereça possibilidades para a coleta de dados e fontes.

Conhecer os grupos que integraram as forças de produção e a reprodução levou-me ao universo das **manifestações culturais populares** existentes na cidade, cujas raízes se fincaram no século XIX. São elas a Congada, o Catira e a Folia de Reis. Adoto por manifestações o conceito de Antônio Cândido, abordado para as manifestações literárias. No livro *Formação da Literatura Brasileira*, o autor aponta que a literatura estaria ligada a um *sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação de diferentes esferas da realidade* (CÂNDIDO, 2000, p. 23), ocorrendo, assim, *quando a atividade dos escritores de um dado período se integra em tal sistema (...), a formação da continuidade literária* (CÂNDIDO, 2000, p. 24). Para o autor, antes desse processo há apenas manifestações literárias e não uma literatura.

Como segue em *Iniciação à Literatura Brasileira*, Cândido afirma que, no Brasil, existiram apenas manifestações literárias até que ocorresse tal formação, pois:

A sociedade colonial brasileira não foi, portanto (como teria preferido que fosse certa imaginação romântica nacionalista), um prolongamento das culturas locais, mais ou menos destruídas. Foi transposição das leis, dos costumes, do equipamento espiritual das metrópoles. A partir dessa diferença de ritmos de vida e de modalidades culturais formou-se a sociedade brasileira, que viveu desde cedo a difícil situação de contato entre formas primitivas e formas avançadas, vida rude e vida requintada. Assim, a literatura não “nasceu” aqui: veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma sociedade nova (CÂNDIDO, 1999, p. 12)

Da mesma maneira, percebem-se as manifestações culturais populares, nas quais notam-se serem transportados esses mesmos prolongamentos para a cultura do povo, a qual foi se desenvolvendo, no Brasil, entre colonizadores, nativos e, depois, entre os negros escravizados.

Foi nesse misto de modos de vida diferenciados, de miscigenação, de aculturação e destruição de culturas que surgiram os elementos consolidadores das manifestações populares, conforme explica Cândido (1956, p.4):

Não parece dúvida a circunstância de os jesuítas haverem aproveitado cantos e danças dos índios para propiciá-los à compreensão e aceitação mais pronta da doutrina cristã. As festas religiosas são, aliás, intercomunicáveis, e um dos trabalhos prediletos de mitólogos e folcloristas é justamente pesquisar as sobrevivências pagãs nos festejos cristãos.

Inclusos os conceitos de classe social, cultura, costumes em comum e manifestações culturais populares, o segundo ponto relativo aos pressupostos da pesquisa está associado à trajetória dos grupos que originaram a classe trabalhadora em São José do Tijuco. Eles trouxeram, dentro de um arcabouço cultural bem maior, os costumes em comum que se fizeram presentes junto à classe operária, originada no final do século XIX, pós Abolição.

Grosso modo, os primeiros grupos que se instalaram nas sesmarias⁷, localizadas na região, provinham do sul de Minas Gerais. Em sua maioria, eram paulistas e geralistas que se estabeleceram naquela região em busca de ouro e pedras preciosas, logo após a escassez de metais na região de Ouro Preto (leste mineiro). Com essas famílias também chegaram os primeiros negros escravizados. Assim, houve a organização inicial do território, achegaram-se novos posseiros, roceiros e trabalhadores do campo, homens simples em busca de sobrevivência. Com eles toda uma cultura caipira⁸ instaurou-se pela língua utilizada, nas formas do trabalho precário, na técnica, nos princípios de moradia, vestuário, alimentação, etc.

Já para o final do século XIX e início do XX, com a chegada dos imigrantes italianos e sírio libaneses, em maior contingente e em consonância com o fluxo imigratório estabelecido em quase todo território nacional, a cidade recebeu mão de obra especializada em diversos setores, como a construção civil, abastecimento de água e esgotos, iluminação pública, culinária, vestuário. Porém, os imigrantes logo se estabeleceram como donos de lojas, profissionais liberais, proprietários de terras e muitos se dirigiram a outros centros ou voltaram ao país de origem, sendo poucos os que permaneceram na condição de operários. Chegaram trazendo seus hábitos alimentares, vestuários diferenciados, línguas e maneiras novas de ser e

⁷ As concessões das Sesmarias entre 1710 e 1822 auxiliaram sobremaneira a povoar a localidade, havendo uma interrupção pela resolução de 17 de junho de 1822 até a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (PAIVA, 2018).

⁸ Caipira foi o nome dado aos moradores da roça pelos Tupis, desde os primeiros tempos da colonização do território brasileiro. Primeiramente, foram chamados caipiras os moradores da Capitania de São Vicente que viria a tornar-se a Capitania de São Paulo. Nessa época a Capitania era composta pelos estados atuais de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Rondônia.

interagir com a população local. As famílias dos imigrantes representavam a cultura “viva” de seus países de origem. Além de italianos, sírios e libaneses, mudaram-se para a localidade, em menor quantidade, gregos, portugueses, espanhóis, alemães, paraguaios, entre outros.

Sob o impacto da Abolição (1888), a presença dos negros conquistou expressivo território, quer seja demarcando espaços de moradia periférica, força na mão de obra e no subemprego, como também na resistência às suas tradições e costumes, tornando-se fundamental para a delimitação das manifestações culturais populares. Esse grupo perpassou a linha do tempo para o século XX, estabelecendo lugares, espaços e territórios, porém, *em outras palavras, e de forma muito ampla, a compreensão de tempo-espaço precisa de diferenciação social. Não se trata apenas de uma questão moral ou política envolvendo desigualdade (...)* (MASSEY, 2000, p. 179).

Se a comunidade dos antigos negros escravizados se firmou na resistência dos Congados e dos Moçambiques, opondo-se a costumes mais eruditos, pertencentes aos grupos hegemônicos, fortalecidos com a chegada da *italianada* e dos *turcos* (nomes vulgares dos povos italianos e sírio-libaneses), também as tradições do *povo da roça* (nome vulgar dos moradores da zona rural) se mesclaram às tradições sociais, tais como a Folia de Reis e o Catira, imersas na cultura caipira.

Também uma nova vertente do braço trabalhador engrossou as lides operárias da cidade, aproximadamente entre os anos de 1930 e 1970. Nesse período, a figura do nordestino obteve destaque por sua migração expressiva, abrangendo mais que os aspectos do trabalho. Todo um modo de vida, com seus costumes regionais e sotaques característicos, garantiram trocas de experiências e diversidade cultural. Processo ocorrido entre o preconceito e a discriminação com esses novos trabalhadores que passaram a fazer parte da localidade.

Ainda pensando em raízes, outra questão importante foi a de perceber a influência ou a existência de traços formadores das questões culturais, vindos dos antigos Caiapó (os verdadeiros donos de terras e primeiros habitantes), povo indígena que habitou o Triângulo Mineiro muito antes dos brancos. O que os memorialistas e pesquisadores afirmam na atualidade diz sobre o extermínio desses povos, à medida que o homem branco e dito civilizado foi abrindo caminho para as minas de ouro em Goiás. Porém, mesmo sob o impacto do genocídio, permaneceu, entre as classes, uma herança cultural (oculta) dos antigos Caiapó.

Mediante o exposto, proponho um delineamento dos costumes em comum da classe operária, que recebeu a influência cultural desses grupos minoritários, desenhada no cenário que misturava o urbano e o rural. Essa movimentação acompanhou a dinâmica política e econômica variável e dialética entre contextos nacionais e regionais. Observando esse recorte

do tecido social (composto pelos negros libertos, mulatos⁹, miseráveis e roceiros), percebem-se singularidades, desvios e linearidades nos espaços de reprodução dos trabalhadores caipiras, compondo dinâmicas que demarcam espaços, resistências e culturas, em processos que perpassaram religiosidades, estruturas simples, mecanismos rústicos de estética, sobretudo obediência aos costumes singelos da vida e da sociabilidade (CÂNDIDO, 2010).

Dessa forma, privilegiei as festas religiosas realizadas pela Igreja (pela riqueza sociológica e antropológica das transcrições e relatos encontrados nos livros Tombo e livros de Registro); os modos de vida e os costumes em comum do povo da localidade (contidos nos livros e cadernos dos memorialistas locais); e as manifestações culturais populares (como a Congada, a Folia de Reis e o Catira) para captar o espírito de um tempo em que a classe trabalhadora se consolidou. Mergulhando nessa dinâmica social, da cultura popular dos trabalhadores e seus costumes em comum, há um universo bem mais vasto, onde esses espaços de produção e reprodução estão imersos: o universo da (sub)existência humana, os problemas gerados pela estrutura da cidade com seus meios de produção ou a falta deles, contextos de discriminação e exclusão social e, ainda, a busca pela identidade de indivíduos e grupos. Necessário perceber que é nas esferas da produção e da reprodução social que a classe operária se define e dá origem a novas relações sociais. É na reprodução que surgirão complexos sociais para atender às necessidades e o bom caminhar desses indivíduos.

Buscando os costumes em comum da classe trabalhadora, pesquisei a formação territorial de Ituiutaba, imersa na microrregião de Ituiutaba (Pontal do Triângulo Mineiro), mapeando os grupos de moradores que compuseram a sociedade tijuicana¹⁰, mobilizados pelas dinâmicas econômicas e políticas que ocorrem no território (Quem eram? Quando chegaram? Quais suas características em comum? Quais os setores produtivos em que se inseriram? Em que condições isso se deu?). Levantei os costumes em comum desses grupos, identificando, em

⁹ O termo “mulato/mulata” está imerso em uma literatura de época que perpassou o século XIX chegando até o século XX brasileiro. Junto a outros termos como “crioulo/crioula”, “moreno/morena”, “mestiço/mestiça”, “mameluco/mameluca” e “cafuzo/cafuzo”, encontra-se presente nos discursos políticos, nas teorias evolucionistas, na literatura, nos documentos oficiais, nos registros de escravizados, nos registros do CENSO e no tratamento do povo no cotidiano, ficando também registrado em jornais, cartas, anotações diversas quais dedicatórias em livros e em fotografias. Há todo um processo de preconceito, discriminação e racismo incluso nestes termos, pois “o mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsciência, seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro” (ORTIZ, 1985, p. 21).

¹⁰ O termo “tijuicano” também se refere ao que nasceu na cidade de Ituiutaba, assim como o termo ituiutabano, justamente pela cidade ser construída às margens do Rio Tijuco. O topônimo Ituiutaba significa “I” rio, “tuiu” tijuco e “taba” cidade. Sendo Ituiutaba conhecida como “cidade do Rio Tijuco” ou “cidade às margens do Rio Tijuco”. É a junção de palavras da língua dos povos nativos e foi pensado por Camilo Chaves (1884-1955), natural de Campina Verde, mas residente na cidade no período de sua emancipação política e administrativa (1915). Concluiu sua formação em Filosofia em Roma – Itália, chegando a Senador da República no Brasil.

sua inserção no mundo do trabalho, como se deu a questão identitária. Parti da observação empírica, por meio da qual me deparei com esses grupos e suas manifestações culturais desde a infância (por residir na localidade); contudo, agora, ancorado em pressupostos teóricos e fontes de pesquisa, quanto ao estabelecimento dessas relações e seus costumes em comum, pude perceber um traçado delimitador entre a classe operária e os grupos hegemônicos. Como foram reconhecidas essas manifestações populares? Foram transformadas? Extintas? Nesse campo específico, deparei com as manifestações dispostas no território e com a questão pertinente das reivindicações sociais, levando a capturar novos elementos.

A rotina do trabalhador, entre o cansaço do trabalho e o vai vem com a custa da vida, os transportes, ou a falta deles, e o cotidiano em família são, muitas vezes, por demais exaustivos para que o indivíduo ainda esteja engajado em propostas de reivindicações políticas e estruturais, definitivas para um cotidiano mais igualitário e menos opressor. Quanto a essas questões que se originam na rapidez das horas de trabalho ou na fluidez do cotidiano da periferia, enquanto indivíduo ou grupo, percebe-se que os

(...) movimentos reais das lutas se inter cruzam muitas vezes de maneira pouco perceptível e que inexistem quando se espera que semelhante adicionamento de interesses se processe de maneira sistemática e permanente ou que só podem ser levados adiante por partidos políticos ou sindicatos (KOWARICK, 1994, p. 49).

E, na falta dessas instituições (partidos políticos e sindicatos), como sanar questões como falta na infraestrutura e nos mecanismos básicos para uma vida saudável nos campos individual, social e cultural? Tendo em vista esse ponto de conflito, mesmo havendo lacunas nos esforços teóricos e de pesquisa, a fim de encontrar ligações entre exploração do trabalho e a espoliação humana, busquei reportar-me às esferas da reprodução da força de trabalho, com o intuito de chegar à maior compreensão dessas relações nas formas de espaço e resistência cultural. Estará nas vozes pouco ouvidas e nos corpos invisibilizados dos trabalhadores, que se organizam em suas manifestações culturais, o grito para se alcançar seus direitos?

Considerando os apontamentos e considerações supracitados, a pesquisa foi dividida em cinco capítulos, incluindo este Capítulo 1 – Introdução, além da Conclusão. Os outros são compostos sob os seguintes achados:

Capítulo 2 – *Caminhos da pesquisa* – tem por objetivo o conhecimento do campo e da trajetória teórico-metodológica da pesquisa. Visa conhecer o lugar onde nasceram as argumentações necessárias, o levantamento da problemática e de toda construção do pensamento gerador da pesquisa. Apresenta fundamentos que pontuarão o escopo norteador,

tais como o conceito de estrutura de sentimentos, desenvolvido por Raymond Williams, propício a delinear todo o modo de vida de uma sociedade.

Capítulo 3 – *Classes Sociais, Poder e Pobreza em São José do Tijuco* – a partir do contexto histórico e social relativo ao surgimento da cidade de Ituiutaba (século XIX) e sua configuração territorial, conheceram-se os grupos que originaram as classes sociais e seus costumes em comum. A construção do espaço econômico e político da cidade foi preponderante para essa constituição, prevalecendo uma classe hegemônica composta por latifundiários, políticos, padres e intelectuais; e uma classe de pobres e miseráveis, composta por trabalhadores rurais e ex-escravizados, os chamados *de baixo*.

Capítulo 4 – *Do Sino da Igreja à Sirene da Fábrica: a classe trabalhadora e o reordenamento dos modos de vida* – percebeu-se, pelo contexto nacional, na virada do Império para a República, a consolidação da classe operária brasileira. Nesse momento, nos grandes centros, estava em voga questões mais voltadas à etnicidade e à reivindicação, pelos grupos que a compunham, o que também impactou os rincões mais distantes no interior do Brasil. Modos de vida foram captados na unidade em estudo e ofereceram importantes reflexões sobre o porquê haver uma classe trabalhadora em formação nesse lugar. Ciclos econômicos foram desenhados e em seu interior conseguiu-se localizar algumas estruturas de sentimentos e também algumas manifestações culturais populares, dando mostras dos espaços de reivindicação dos trabalhadores locais. O fortalecimento dessa classe de trabalhadores contou com a imigração, sobretudo italiana e sírio-libanesa, e também da migração de nordestinos para a localidade.

Capítulo 5 – *O Lugar da Classe Operária* – pela pesquisa realizada em torno da classe operária e da cultura, pôde-se captar a existência dos lugares, tanto de moradia quanto o campo estabelecido de suas lutas, principalmente por meio das manifestações culturais populares que eclodiram. A inexistência de sindicatos ou partidos políticos voltados à causa dos trabalhadores, na localidade, cedeu espaço para a festa, encontrando, na Congada, no Catira e na Folia de Reis, expressivo meio de afirmação, de tradição e de resistência. Essa construção cultural associou-se às questões étnicas e sociais, presentes nos modos de vida e nos costumes em comum dessa classe que se firmou no entorno dos marcos arquitetônicos do poder político, econômico e religioso.

Conclusão: a classe operária tem fé, cor e sotaque – foi por meio das fontes documentais e não documentais que se conseguiu acessar, durante a pandemia do Corona Vírus, da Covid 19, alguns arquivos que possibilitaram esta pesquisa. O material apresentado não encerra em si os recursos, podendo ser o ponto de partida para novas abordagens em contextos

e objetivos diferenciados. Após o levantamento das principais questões que envolveram a trajetória dos de baixo, em sua contínua ressignificação de sentidos, percebeu-se no produto da cultura sua expressão mais forte. Como afirmou Thompson, é no desenho construído pelos trabalhadores que se pode definir a classe e, somando-se a isso, o conceito de estrutura de sentimentos de Williams auxiliou nesta reconstrução espacial e temporal.

CAPÍTULO 2

CAMINHOS DA PESQUISA

“Sábios em vão tentarão decifrar, o eco de antigas palavras, fragmentos de cartas, poemas, mentiras, retratos, vestígios de estranha civilização”.

(Chico Buarque de Holanda¹¹)

2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como ponto de partida as reflexões ocorridas quando cursei a disciplina *Memória, Cultura e Educação*, ministrada pela professora Débora Mazza e pelo professor Alexandro Henrique Paixão, ofertada pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, no 1º semestre de 2017. Conhecer sobre os Estudos Culturais, ler seus principais teóricos da primeira fase (Thompson, Williams e Hoggart) e também autores brasileiros que seguiram a linhas de pensamento similares (Paulo Freire, Antônio Cândido e Florestan Fernandes), auxiliaram a repensar a trajetória dos de baixo, de grupos que foram esquecidos, silenciados e invisibilizados pela história.

Durante o mestrado (2007-2009), já pensava sobre essas questões, presentes na pesquisa da dissertação *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora, Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973)*, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, em 2009. Nela, aprofundei algumas reflexões que extrapolavam os muros da escola, relativas aos alunos e suas famílias, imersas em zonas econômicas periféricas, regiões de conflitos sociais e expostas a uma condição de exclusão educacional permanente.

Ainda há motivos pessoais que me levaram a esta construção sócio antropológica e histórica, por estar envolvido em várias questões que a permeiam. Por ser Ituiutaba minha

¹¹ HOLANDA, Chico Buarque. *Futuros Amantes*. In: HOLANDA, Chico Buarque. **Paratodos**. São Paulo: BMG, 1993. Disco de Vinil.

cidade natal há desde a infância curiosidade e interesse sobre variadas pautas que permeiam o universo da cidade, a começar da existência de meus antepassados fundindo-se à própria constituição social do lugar. Da infância trago a lembrança dos antigos casarões que vi serem destruídos, a quem serviram? O que abrigavam? As peculiaridades notórias como a sirene do Baduy, um bairro cheio de casas com luzes vermelhas, a dança da catira na praça no dia de domingo, o arroz espalhado pelas ruas da cidade, uma esquina chamada pecado, entre muitos outros fatos que povoam o imaginário social ainda hoje. Tudo isso acrescido ao olhar do pesquisador, do trabalhador, do espírita e do ser em construção que sou, culminaram em todas as etapas da pesquisa com certa paixão pelo tema. Paixão por esses homens e mulheres que fizeram a roda capitalista girar com sua força de trabalho respeitável e desvalorizada ao mesmo tempo.

Gostaria de ter contado aqui a história de vida de “Adam” ou de “Caridade”, nomes que encontrei em listas de escravizados. Quem eram eles? Vieram de África? O que ocorreu no dia em que seus nomes foram citados no Livro Tombo da Igreja ao batizarem um filho? Apenas um dia a mais de trabalho no campo? Gostaria de ter encontrado a história de vida de “Joaquina” que chegou com “Raimundo” junto a primeira leva de nordestinos, em busca de diamantes. Como ela reagiu à imersão no meio social da cidade? Quais receitas alimentares ela conseguiu deixar como legado na comunidade? Conseguiu um dia usar um anel de diamante encontrado por “Raimundo”? Deles só sei o que li no jornal quando foi assassinada pelo marido embriagado. Também gostaria de ter aprofundado na história dos italianos que vieram plantar café. Com certeza ali havia um “Genaro” tocador de gaita ou uma “Giovanna” que fazia polenta. Contudo, esses nomes são retratos de pessoas que se apagaram ao longo das gerações, ficando apenas alguns marcos e vestígios onde pode-se contar suas histórias, imersas nas histórias de muitos. Daí advém a paixão pela escrita e pela pesquisa, mais que isso, é respeito pela memória de tantos rostos apagados.

Agora, repensar a trajetória dessa população através do tempo e encontrar nos caminhos percorridos os fundamentos sobre sua constituição, enquanto classe operária, foi uma questão instigadora. Comecei por um levantamento bibliográfico geral, a fim de suscitar questões pertinentes ao tema, além dos autores já estudados na disciplina. Aproximei de uma literatura produzida pelos autores locais, recontando a história da cidade e de seus moradores ilustres. Literatura essa produzida, essencialmente, sobre memórias, marcos, fatos, ações vividas por seus habitantes e marcas do desenho que as instituições imprimiram ao longo de uma cronologia histórica. Essa reconstrução memorialista, entrecruzada com a história oficial, ressalta nomes de políticos, de padres, de famílias abastadas, de profissionais de destaque, entre outros,

permitindo captar (mais precisamente em menores trechos, em suas entrelinhas e no que está oculto ou no não dito) vestígios deixados pela trajetória da classe trabalhadora e de seus grupos fundantes. Pelos autores (CHAVES, 1998; CHAVES, 1984; CHAVES, 1985; CORRER, 2002; CARMO, 2006; NOVAIS, 1974; PAIVA, 2018) e revistas (ACAIACA, 1953; O CENTENÁRIO, 2001; CENTENÁRIO DE ITUIUTABA 2001, 2001), pude conhecer um campo regional estabelecido, formando um alicerce para sua reconstrução sociológica, tanto dos meios de produção e reprodução social quanto dos lugares frequentados por esses trabalhadores.

Por essa seleção de fontes encontradas a pesquisa ganhou uma dimensão ancorada no trabalho desses memorialistas, que nem sempre seguem o rigor acadêmico do historiador. Embora o memorialista se debruce sobre o trabalho de outros historiadores e de arquivos, também está presente sua relação afetiva com a cidade, com as instituições, com as personagens que deseja abordar e até com as próprias vivências e sentimentos. Essa memorialística, enfim, muitas vezes ganha um enfoque diferenciado por não obedecer às normas historiográficas, tais como ausência de citações de autores, fontes, arquivos e entrevistados, detendo-se por vezes em uma memória seletiva ou escolhida, e também no direcionamento dado por aquele que encomenda a obra, muito comum no caso de comemorações políticas e administrativas. No caso em questão, analisei esse material com rigor científico, abordando uma metodologia comparativa entre as diversas fontes encontradas, evidenciando e selecionando aquilo que se encadeou como notório, perspicaz e mais próximo ao trabalho teórico dos historiadores e dos sociólogos escolhidos para a pesquisa.

Assim, desse momento em diante, passei à busca de outras fontes, que possibilitaram esclarecimentos e análises de questões mais específicas, justapondo-as e confrontando-as, uma vez que essa literatura produzida deixava pouco claro a situação da classe operária. Busquei, no arquivo da Diocese de Ituiutaba, os livros Tombo e livros de Registros, encontrando neles os registros das festas da Igreja, desde 1853, detalhes da vida comum da cidade e das famílias, e algumas estatísticas relativas a casamentos, batizados e falecimentos, também sendo um dos únicos registros da presença da escravidão na cidade. Também o CMU (Centro de Memória da Unicamp) foi visitado a fim de colher dados e bibliografia para pesquisa.

A Fundação Cultural de Ituiutaba abriga em seus espaços a Casa da Cultura e o MUSAI (Museu Antropológico de Ituiutaba), onde entrei em contato com o elemento simbólico e com um banco de fotografias reunidas que captaram o período da pesquisa, registrando famílias, prédios, ruas, praças, personalidades, entre outros. A coleta de dados estatísticos pôde ser feita pelos registros do CENSO, inclusive uma preciosidade foi o achado de um CENSO municipal

realizado em 1872, disposto no CEPDOMP (Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal), parte do ICH (Instituto de Ciências Humanas) da Universidade Federal de Uberlândia Campus Pontal - Ituiutaba. Ainda, realizei uma visita ao Arquivo Público de Uberaba, Minas Gerais, a fim de conhecer o acervo relativo ao folclorista Edelweiss Teixeira, coletando material sobre a história de Minas Gerais e folclore.

Esses caminhos viabilizaram o conhecimento de fatos significativos quanto à classe operária, contudo, levaram a outras questões. Quais relações foram estabelecidas entre essa classe e os grupos hegemônicos? O sentimento de pertença à terra ou à cidade? Quais mecanismos foram promovidos quanto às questões de resistência étnica e cultural? Quais foram as questões da sobrevivência, da lida diária, da existência, enfim? Mediante essas questões, o interesse pela captura do ocorrido na reprodução passou a fazer parte dos objetivos desta pesquisa. Mergulhar no universo das manifestações culturais populares, oportunizaria o conhecimento desses pressupostos e significados, permitindo encontrar entre símbolos, crenças e ritmos; os significados quanto às questões propostas inicialmente. A partir desse ponto, o caminho para a mediação entre uma produção cultural estabeleceu-se com as múltiplas e amplas formas entrecruzadas no cotidiano da classe operária, e elegi os modos de vida, os costumes em comum e a festa popular, ou seja, as manifestações culturais populares como ferramenta vigorosa, capaz de elucidar quanto a uma temporalidade e seu espírito; as questões da tradição, da resistência e da etnia; e a própria luta diária quanto às questões da produção e do mundo do trabalho.

De posse desse material, iniciei a pesquisa sob os aspectos de uma visão sociológica, como pretendeu Antônio Cândido em *Os Parceiros do Rio Bonito*:

Neste passo, temos um exemplo de como se combinaram aqui orientações do sociólogo – buscando dados históricos e estatísticos – com as do antropólogo – reconstituindo por meio de poucos informantes, reputados significativos numa sociedade relativamente homogênea. Como sabemos, nas sociedades rústicas, menos embora que as primitivas, é acentuada a homogeneidade dos indivíduos, principalmente se nos colocarmos do ponto de vista dos padrões ideais. Daí a possibilidade de conhecermos o passado pela tradição de alguns informantes escolhidos, e o presente pela análise de pequenos agrupamentos (CÂNDIDO, 2010, p. 22-23).

É nesse aspecto, o da tradição, que se pode compreender todo um legado imerso nas manifestações culturais populares. Sendo assim, na busca de possibilidades e articulações para o problema da pesquisa e alcance dos objetivos, com base nas fontes levantadas e nos fundamentos da investigação científica, consolidados no campo das Ciências Humanas, houve necessidade de utilização de uma metodologia mais voltada às Ciências Sociais. Para Gatti:

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas (...). Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço, de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado (GATTI, 2004, p. 13).

Dessa forma o trabalho quantitativo, como dados do IBGE (CENSO), apesar de necessário, precisa ser conjugado com uma abordagem qualitativa que fundamente as reflexões. O levantamento bibliográfico, obras que apresentam relação com o tema, foi necessário para melhor proceder à elaboração do alicerce teórico-metodológico, constituído de argumentos conceituais vinculados aos Estudos Culturais e que abrange um campo de estudo voltado às áreas temáticas da sociologia, da história e da história cultural, da geografia, da economia, na busca da constituição de um espaço interdisciplinar e de construção do texto científico no campo das ciências sociais. Dessa forma *cabem, então, distinções de foro filosófico ou teórico-interpretativo na atribuição de significação a números e tratamentos, sejam estes quantitativos ou qualitativos* (GATTI, 2004, p. 26).

O trabalho de pesquisa junto às fontes foi realizado em três etapas: **a primeira**, de fundamentação teórico-metodológica e coleta de dados, cujo percurso de investigação foi conduzido consoante aos objetivos propostos, mais voltado ao campo.

Investigação de Campo é uma expressão utilizada por antropólogos e sociólogos, devendo-se a sua utilização ao fato dos dados serem normalmente recolhidos no *campo*, em contraste com os estudos conduzidos em laboratórios ou noutros locais controlados pelo pesquisador (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p.17)

Durante esse processo, o aporte investigativo também constou de pesquisa bibliográfica e documental, bem como análise das demandas demográficas e sociais a partir de repositórios quantitativos do IBGE. A importância do campo se traduziu, nesse primeiro momento, como a observação, o histórico e o papel cultural dos grupos envolvidos na formação social da cidade de Ituiutaba, tornando-se a base de descrição e de análise da pesquisa. Esse processo está em conformidade com os seguintes apontamentos de Bogdan & Biklen,

As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a selecionar questões específicas à medida que recolham os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objetivo de responder à questões prévias ou de testar hipóteses (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 16).

A **segunda** etapa, de elaboração de análises, fez a proposição do trabalho principalmente da Sociologia, tendo como objeto as manifestações culturais dos de baixo, ou seja, da classe operária. Esses apontamentos metodológicos consideram que

Com relação às forças que atuam numa realidade social, pressupõe-se que as sociedades se movimentam a partir de forças de ação individual e grupal. Entretanto, há uma preponderância da ação grupal sobre a individual, na medida em que se entende que a sociedade não é apenas uma soma de indivíduos e, por conseguinte, a ação grupal não é uma soma de ações individuais (...) (VÍCTORA, 2000, p.34).

Dessa forma, a teoria produzida pelos Estudos Culturais exerceu grande influência em toda a trama da pesquisa, bem como delineamento dos caminhos teóricos e metodológicos que surgiram à medida que a pesquisa caminhou para os resultados finais. Na especificidade desta pesquisa, que aborda uma microrregião distante dos centros industrializados, foram necessárias as análises políticas, econômicas, sociais e culturais, tanto no campo macro, como no *mezzo* e no micro, a partir das quais identifiquei que

É ilusório, portanto, supor que o desenvolvimento ocorre em um ou alguns pontos do território, deixando o resto intocado. O desenvolvimento se dá em toda economia, porém, com efeitos contraditórios: enquanto industrializa a parte privilegiada do país, reduz as demais à condição de produtores especializados de alimentos ou matérias-primas, privando-as de grande parte do seu excedente acumulável e da melhor parte de sua mão-de-obra. Só o estudo da evolução de diferentes regiões do país permite revelar estes efeitos contraditórios do desenvolvimento e os meios de que se pode lançar mão para os atenuar ou eliminar (SINGER, 1977, p. 9).

Nesse sentido, a pesquisa foi apontando que quando há poucas políticas sociais induzidas pelo Estado, tendo em vista o desenvolvimento regional equitativo, as diferenças e desigualdades econômicas e sociais tendem a tomar corpo na sociedade e agudizarem-se no território.

A **terceira** etapa, após a apresentação de um relatório de qualificação, com caráter propositivo, consiste no encaminhamento para este texto final. Nessa etapa, foi produzida a redação do texto resultante da pesquisa, levando em consideração que *a investigação científica, pela própria natureza de sua seleção dos problemas para observação e análise, deve partir do que é essencial para a ciência e relevante para a prática dos homens* (FERNANDES, 1977, p.5). Ademais,

A sociedade brasileira esforça-se por encontrar os seus caminhos de auto-realização e de liberdade, incentivando os seus cientistas sociais a produzirem um conhecimento científico que opere como uma modalidade de autoconsciência de sua história real, como povo de origem colonial e de condição heteronômica, que precisa lutar contra o seu passado e o seu presente, para se libertar das cadeias

invisíveis do duplo jugo do capitalismo dependente – o que se dá de fora para dentro e o que nasce de dentro para fora (FERNANDES, 1977, p. 4)

A produção do texto final, enfim, fez-se utilizando os recursos prioritariamente da Sociologia¹², amparados numa fundamentação teórica para ancorar cientificamente a pesquisa, entre a elaboração das categorias de análise, bem como visitas aos acervos e arquivos disponibilizados que mantêm essa documentação, a inclusão dos marcos regulatórios e a base legalista. Também, na busca e análise dos dados que demarcam, por meio das políticas públicas e das dinâmicas de mercado, como esses grupos foram organizados e mantiveram-se.

2.2 CAMINHOS TEÓRICOS

2.2.1 OS ESTUDOS CULTURAIS

Grosso modo, os Estudos Culturais estão associados à criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS)*, na Universidade de *Birmingham*, em 1964. Com origem em cursos de formação básica para adultos, tornou-se centro de estudos e pesquisas em pós-graduação. Desde o início dos trabalhos, seus integrantes tiveram marcadamente o referencial ideológico marxista. Não um marxismo ortodoxo, em que as dinâmicas econômicas e as ideias da classe dominante são as únicas esferas estabelecidas, mas, outro, com um viés ideológico, que considera as diversas esferas da vida social e os diversos grupos existentes, compreendendo as pessoas comuns e as classes populares como geradores de cultura. Ao se referir a esse momento teórico, Raymond Williams comenta:

A partir de meados da década de cinquenta, novas formações começaram a surgir, notadamente a que se tornou conhecida como a Nova Esquerda. Encontrei, nessa época, uma afinidade imediata com o meu próprio tipo de trabalho cultural e literário (WILLIAMS, 1979, p. 9).

¹² Para Cândido, “o sociólogo, porém, que a pretexto de buscar o geral fareja por toda a parte o humano, no que tem de próprio a cada lugar, em cada momento, não pode satisfazer-se neste nível. Desce então ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias (...)” (CÂNDIDO, 2010, p. 23). Segue daí a necessidade de se estudar os grupos minoritários, os invisibilizados ou os chamados *de baixo*, neste caso a atenção é para a classe operária.

Nesta obra, o autor abraça novas “posições” para se pensar o termo cultura e estabelecer uma nova contribuição crítica, ou seja, o Materialismo Cultural. Entretanto, pensando esse termo, encontra-se, a princípio:

“Materialismo” refere-se ao materialismo histórico, teoria da história que busca a articulação das esferas da sociedade a partir de uma perspectiva totalizante. Não se trata aqui de uma esfera sociologicamente delimitada (a religião, a família, a literatura, etc), mas das relações entre essas esferas e de cada uma delas com o todo, ou seja, com a história. “Cultural”, por sua vez, refere-se à cultura, uma das esferas da sociedade (GLASER, 2008, p. 11).

Nesse sentido, os termos materialismo e cultura não são convergentes, ou seja, o termo materialismo cultural seria o resultado de duas ideias incompatíveis. Porém, as contribuições antropológicas associam a cultura a todo um modo de vida, *os avanços na antropologia com referência a cultura eram muito mais sofisticados, permitindo uma investigação mais apurada dos mecanismos de formação de significados e valores em uma sociedade (...)* (GLASER, 2008, p. 11). Essas contribuições sobre o termo cultura auxiliaram Williams a *compreender e dar forma teórica ao novo momento do capitalismo pós-guerras, com seu avanço sem precedentes das relações de mercado em praticamente todas as áreas ditas culturais*¹³ (GLASER, 2008, p. 12). Quanto ao termo, assim formula Williams:

Demorei trinta anos para sair da posição marxista vigente (mesmo que desde o começo estivesse de acordo com sua forma mais geral) e chegar, através de um processo muito complexo de teorias e de investigações, à posição atual, que defino como “materialismo cultural”. (WILLIAMS APUD CEVASCO, 2001, p. 115)

Esse tempo destacado por Williams por referir-se à formação pessoal e ao período de atuação na New Left britânica, onde muito se destaca, frisa seu diálogo com essas novas interpretações sobre a cultura e, conseqüentemente, reporta-se ao seu campo de atuação na teoria da cultura¹⁴ (CEVASCO, 2001).

Esse direcionamento encontra-se no trabalho desenvolvido pelos Estudos Culturais, o que pode ser constatado desde seus fundamentos, principais autores e suas obras correlatas.

¹³ Trompson também se refere a esse processo da cultura no ensaio *History and Anthropology*.

¹⁴ Com relação a base e a estrutura, dispostas na obra de Thompson, Wood aponta que: “(...)Thompson sempre operou com uma concepção do “econômico”, não como uma esfera “regionalmente” separada que é de certa forma “material” por oposição a “social”, mas que é em si irredutivelmente social – de fato, uma concepção de lei “material” como algo constituído de relações e práticas sociais. Ademais, a “base” – o processo e as relações de produção – não é apenas “econômica”, mas também resulta, e nelas é corporificada, em formas e relações jurídicas-políticas e ideológicas que não podem ser relegadas a uma superestrutura espacialmente separada” (WOOD, 2003, p. 60).

Dentre os autores que compõem a primeira fase dos Estudos Culturais, Edward Palmer Thompson¹⁵, Raymond Williams¹⁶ e Richard Hoggart¹⁷ conferem visibilidade às classes e aos grupos esquecidos e ou marginalizados: mulheres, operários e outras pessoas consideradas comuns. ao contrário de personagens importantes que se destacaram historicamente, como políticos, abastados e militares, protagonistas de uma história chamada oficial, em seus diversos períodos.

O CCCS foi criado em um período fecundo na vida de seus principais autores, e os textos que fundamentam os Estudos Culturais são: *The Uses Of Literacy* por Richard Hoggart, publicado em 1957; *Culture and Society* por Raymond Williams, em 1958; e *The Making of the English Working-Class* por E. P. Thompson, em 1963.

O primeiro texto está entre a autobiografia e a história cultural, demonstrando uma preocupação com o que fora esquecido até então: os traços da cultura popular e sua relação com a cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa. Nesse texto, encontramos eixos que demonstram a resistência cultural da classe trabalhadora e não apenas uma submissão, tal como antes se acreditava. Em meio à observação da cultura orgânica de uma parcela da sociedade, Hoggart, em 1957, trata da vida cultural da classe trabalhadora com uma metodologia qualitativa e abrangente, capaz de perceber nos atos do cotidiano do populacho, ou nos costumes em comum, os elementos que fundamentam e caracterizam os grupos sociais e que perduram como costumes de reconhecimento, apesar da cultura de massa.

O segundo texto, de Williams, traz a construção de um conceito de cultura que considera as diferentes atividades comuns. Nessa perspectiva, a cultura pode ser um modo de vida nas condições de igualdade da existência; igualdade com o mundo das Artes, da Literatura, da

¹⁵ Edward Palmer Thompson nasceu em Oxford, em 3 de fevereiro de 1924. Aderiu ao partido comunista quando aluno em Cambridge, no colégio Corpus Christi e lutou na Segunda Guerra Mundial na Itália contra Mussolini. Em 1946, formou um grupo de estudos históricos marxistas, junto a grandes historiadores como Christopher Hill, Eric Hobsbawm, entre outros. Rompeu com o partido comunista em 1956, tornando-se contrário às práticas de Stalin. Lecionou na Universidade de Leeds em cursos oferecidos para trabalhadores e em várias outras universidades durante sua carreira docente. Atuou como pacifista nuclear nos anos de 1980. Morreu em Worcester, em 28 de agosto de 1993.

¹⁶ Raymond Williams nasceu no País de Gales, em 31 de agosto de 1921. Era filho de ferroviário e frequentou a Escola de Gramática King Henry VIII, em Abergavenny, tendo uma adolescência ofuscada pela ascensão ao nazismo e a constante ameaça de guerra. Em Cambridge, frequentou o Trinity College, ingressando no Partido Comunista da Grã-Bretanha. No exército, lutou na Segunda Guerra Mundial. Em 1946, recebeu, em Cambridge, seu mestrado e começou a trabalhar como tutor da educação de adultos em um departamento de Oxford. Após, trabalhou como professor titular em Cambridge, entre os anos de 1967 e 1983; também foi professor visitante na Universidade de Stanford, em 1973. Faleceu em 23 de janeiro de 1988, na Inglaterra.

¹⁷ Richard Hoggart nasceu em 24 de setembro de 1918, na Inglaterra. Estudou em uma escola de gramática e ganhou bolsa para ingressar na Universidade de Leeds. Serviu na Artilharia Real durante a Segunda Guerra Mundial. Trabalhou como tutor na Universidade de Hull, de 1946 a 1959; depois, como professor sênior de inglês na Universidade de Leicester, entre 1959 e 1962; e professor de inglês na Universidade de Birmingham, entre 1962 e 1973. Foi diretor da UNESCO, entre 1971 e 1975 e diretor da Universidade de Londres, entre 1976 e 1984, onde se aposentou. Morreu em 10 de abril de 2014.

Linguagem e da Música. Por meio de uma investigação mais profunda relativa à análise literária, ele apresentou traços de uma cultura considerada como um mecanismo chave disposto entre a análise literária e a investigação social. Para ele, os suportes culturais revelam estruturas de sentimentos de grupos e tempos históricos.

Efetivamente, o terceiro texto expressa o encontro com a proposta dos Estudos Culturais, ou seja, o estudo dos de baixo. Marcadamente de tradição marxista, Thompson, em 1963, ilustra, com muita coerência, o cotidiano da classe trabalhadora inglesa, em uma rede de práticas e relações que permitem acompanhar a própria existência dos grupos populares por meio dos costumes em comum. Thompson enfatiza que essas relações encontradas, nos modos de vida dos diferentes, revelam bem mais que as características globais e massificadoras.

Esses autores possibilitaram uma visão ampliada sobre a classe trabalhadora inglesa, em momentos distintos. Percebi a importância dessa parcela da sociedade, direcionando a compreensão do lugar ocupado pela classe trabalhadora na manutenção da substância humana da sociedade. Avançando sobre o encontro com a temática, caminha-se, a princípio, junto à vida material do objeto de estudo, verificando que a opção de análise da sociedade parte do fundamento da produção da vida material e imaterial.

Os autores supracitados alinham-se ao pensamento histórico crítico, em que a busca humana pela satisfação das necessidades básicas pavimentou o longo caminho da história. O exercício difícil do agrupamento humano e a concessão da construção da sociedade passam pelo desafio da garantia das condições concretas de existência. Foi por meio do trabalho e na interação com o grupo social e com os recursos naturais que o ser humano produziu seus meios de vida e sobrevivência, humanizando-se. O trabalho ainda oportunizou aos grupos humanos um criar-se e recriar-se ao longo de todo o processo histórico, pois a humanidade não está encarcerada em sua condição apenas biológica, sendo o ser social distinto capaz de promover transformações e interações necessárias na natureza e sociedade, relativas ao seu bem-estar, incluindo processos e produtos para além das condições mínimas de subsistência.

E procurando compreender a ação do homem sobre o mundo poderemos perceber que o fazer humano, ou seja, o modo de produção varia de grupo para grupo, no tempo e no espaço. Assim, poderíamos concluir que o critério que distingue o homem é antes o cultural do que o biológico. O homem produz cultura: produz objetos e ideias de acordo com suas necessidades de sobrevivência (AQUINO, 2008, p. 15).

Esse referencial teórico e metodológico coaduna-se com a perspectiva que atenta para o mundo das práticas culturais, nos diferentes contextos societários, a partir das condições

concretas de existência dos grupos sociais, bem como suas formas plurais de manifestações de aspectos particulares que conferem sentido, significado e pertencimento.

No tocante aos costumes em comum, os Estudos Culturais apresentaram uma mudança metodológica ao se pensar sobre o popular e o erudito. As relações entre a sociedade (e as mudanças sociais) e a cultura contemporânea (formas culturais, instituições e práticas culturais) compõem sua linha condutora.

Assim, um dos elos entre esses autores é o fato de que, na análise da cultura de determinada sociedade, ou seja, na análise das formas documentadas e registradas de uma cultura, será possível reconstituir um comportamento padrão de seus grupos e compreender as ideias compartilhadas pelos homens e pelas mulheres que estão imersos em redes relacionais e constitutivas de vínculos de pertencimento que ganham expressão nas práticas culturais comuns daquela sociedade. Isso foi realizado mediante o diálogo com uma sociedade massificada culturalmente, assentada em bases industriais e que já possuía uma classe operária sedimentada. Foi justamente nesse aporte que Williams propôs o comum na cultura. Minha pesquisa se assenta em bases de uma sociedade e de uma cultura em formação, pois durante o período enfeixado pela pesquisa, a sociedade brasileira tanto nos grandes centros quanto nos rincões, buscava sua unidade em conformidade com o processo capitalista que se instaurava. Foi nesse movimento que pretendi identificar o comum.

Os Estudos Culturais permitiram a captura de dois conceitos caros para esta pesquisa: o de Classe Social e o de Estrutura de Sentimento, pensados, respectivamente, pelos autores Thompson e Williams. Esses dois autores foram pioneiros no debate estabelecido pelo materialismo histórico, pela abordagem marxista e pela cultura, tendo em vista esses elementos como centrais e constituintes das sociedades.

2.2.2 A CLASSE É UM ACONTECIMENTO

O trabalho dos historiadores ingleses, a começar por Thompson, na perspectiva de se voltar ao passado, buscando os vestígios das massas e dos populares, sedimentou uma lacuna existente na história tradicional¹⁸. Thompson não se limitou à identificação dos problemas

¹⁸ Edward Thompson lançou o livro *A formação da classe operária inglesa*, em 1963, fundamentando o valor da história a partir dos de baixo.

desses grupos, mas dedicou-se à compreensão desses povos com uma visão de historiador da atualidade (BURKE, 1992).

Uma questão pertinaz, despertada pelo trabalho desse historiador, refere-se à significância de uma tradição marxista, à importância e à influência da conceituação sobre o trabalho com os de baixo. Embora essa discussão possa ser mais vasta entre os historiadores marxistas e sociais — que escreveram a partir de pressupostos de tradições diferentes, avançando sobre momentos em que as massas se engajaram em movimentos políticos importantes e, igualmente, sobre movimentos econômicos —, Thompson marcou seu ponto de partida justamente nesses movimentos sociais de fundamentação histórica.

O sentido proposto do trabalho com os de baixo apresenta novos caminhos e novas possibilidades quando discute que o proletariado não é um resultado da industrialização. Essa tese de Thompson se encontra no livro *Em Busca da Mais Valia Relativa*. Para ele, a indústria moderna seria um resultado histórico da luta de classes, pois os trabalhadores só passaram a se reconhecer como classe (...) *que conduz à formação das organizações operárias e ao estabelecimento, por meio da luta de classes, de novas relações entre capitalistas e operários* (SILVA, 2001, p. 64), como condição da industrialização e não como resultado da industrialização.

Quando Thompson publicou seu conhecido livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (em três volumes), no prefácio d'*A Árvore da Liberdade*, apresentou o conceito do fenômeno descontínuo a que chamava classe trabalhadora. Segundo o autor, esse termo é, ao mesmo tempo, “esclarecedor” e “evasivo”, pois reúne dentro de um mesmo leque operários, tecelões, carpinteiros... Dessa forma, para que se chegue à compreensão do termo classe, Thompson sugere que seja necessário percebê-lo como um fenômeno histórico *que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência quanto na consciência* (THOMPSON, 2004, p. 9).

O conceito não se fundamenta apenas no modo de produção social em que há relações necessárias, mas, ao mesmo tempo, independentes de suas vontades, como sugere a perspectiva materialista. Thompson não vê o termo classe como uma estrutura, e sim como *algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas* (THOMPSON, 2004, p. 9). Não se consegue imobilizar o termo, pois ele é fluido, e não sujeito a uma dissecação. Desse modo, a compreensão do termo classe somente é possível considerando-se a pessoa e o contexto:

A classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 2004, p. 10).

Há determinação na experiência de classe, ou seja, nas relações de produção, o que não ocorre quanto à consciência de classe. Os grupos vivem experiências semelhantes, mas as tradições, os valores, as ideias e as formas institucionais surgem em tempos e lugares diferentes. As formas de manifestação da cultura definem a consciência de classe.

A percepção desses conceitos de classe e consciência de classe, como último ponto em um processo histórico real, implica que classe está como um resultado das relações de produção, apresentando-se em seguida a luta de classes. Quando há uma consciência de classe, não mecanizada em uma escala, há um movimento das pessoas em um sentido classista, com as instituições promovendo condição para sua formação e socialização.

O indivíduo ocupa um papel social em uma organização social e isso torna possível a definição histórica de classe. Entretanto, percebe-se apenas uma massa que caminha amontoando experiências. A classe é definida, então, enquanto o homem faz sua própria história, ou seja:

Supõe-se que “ela” (a burguesia ou a classe trabalhadora) permaneça com a mesma e apenas uma personalidade, embora em diferentes estágios de maturidade, durante épocas inteiras, esquecendo-se do fato de estarmos lidando com pessoas diferentes, com tradições em mutações e relações que também se alteram, tanto entre si como em contato com outros grupos sociais (THOMPSON, 2001, p. 140-141).

Em função de a conceituação de uma classe ser fluida, não é possível classificá-la rigidamente. Os operários, os carregadores, os trabalhadores braçais, entre outros, confundem-se entre uma multidão de pessoas nas ruas. Como encontrar uma relação entre esses que perambulam pela vida cotidiana e os que pertencem a uma classe operária? Que vestígios possibilitariam os aspectos fundamentais de sua caracterização? Mediante esses questionamentos, entende-se que

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito (THOMPSON, 2001, p. 169).

A classe é um acontecimento e não um volume palpável com medidas exatas. É possível encontrar seus vestígios quando se percebem *as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas* (...) (THOMPSON, 2001, p. 169).

Thompson, ao identificar, nos costumes da plebe do século XVIII, uma série de confrontos, verifica o delineamento da formação de classe e a consciência de classe nos fragmentos das antigas estruturas. Assim, percebe que

Em um certo sentido, a cultura plebeia e a do povo: uma defesa contra as intrusões da *gentry* e do clero; consolida aqueles costumes que servem aos interesses do povo; as tavernas são suas, as feiras são suas, a *roughmusic* está entre seus meios de autorregulação. Não estamos diante de qualquer cultura tradicional, mas de uma cultura bastante peculiar (THOMPSON, 2016, p. 21).

Mediante essas constatações, ele adentra o mundo da plebe do século XVIII, partindo desse contraponto entre a cultura tradicional e os costumes encontrados em meio ao povo. Os fatores exógenos que influenciam essa classe, tais como o desemprego e a mortalidade; são considerados fora de controle, contribuindo para uma falta de planejamento total com relação ao emprego e a família. Esses homens do povo não planejam, não poupam economias e não gozam férias. Ao contrário, pela descrença em qualquer forma de futuro, aproveitam as oportunidades à medida que essas surgem em seu meio cotidiano. Nesse sentido, o conceito de classe social escapa ao critério puramente econômico e transborda para a política, a existência cotidiana e as práticas que conferem sentido, significado e relações de pertencimento.

2.2.3 ESTRUTURA DE SENTIMENTO

O termo estrutura de sentimento, tão caro a esta pesquisa e que se apresenta dentro do conceito de cultura, já aparece na obra de Raymond Williams desde seus primeiros textos, como *Drama From Ibsen to Eliot* (1952) e *Drama in Performance*, embora alguns de seus críticos somente apontem o conceito em *Preface to Film* (1954), publicado em parceria com Michael Orrom. Nessas obras, Williams ainda é o professor de adultos em Oxford e já emprega o conceito, relacionando uma obra de arte com a totalidade social, definindo-o da seguinte forma:

Em certo sentido, estrutura de sentimento é a cultura de um período: é o resultado da vida particular de todos os elementos em uma organização geral. E é neste contexto que as artes de um período, por combinar estes elementos e inserir abordagens e tons característicos do tema, são de grande importância. Somente na arte as características destes elementos são suscetíveis de serem expressas; embora muitas vezes não consciente, mas pelo fato da arte ser naturalmente acionada pela análise, pois por meio desta temos os únicos exemplos de comunicação registrada que sobrevive a seus portadores, a real sensação de vida, a comunidade profunda que torna a comunicação possível. (...) Uma geração pode preparar sua sucessora, com razoável sucesso, no caráter social, ou através do padrão cultural geral, mas a nova geração terá sua nova estrutura de sentimento, que não parece “ter surgido do nada” (WILLIAMS, 1961, p. 48-49 APUD OLIVEIRA, 2016, p. 78-79).

Encontra-se nesse termo os apontamentos que caracterizam a cultura vivida e a cultura registrada. A primeira trata da cultura *acessível àqueles que estão vivendo naquele específico espaço tempo* (OLIVEIRA, 2016, p.79) e a segunda, *aquela em que temos em registro do passado de vários aspectos da vida, desde as artes até os mais simples costumes* (OLIVEIRA, 2016, p.79). E, entre essas duas formas de cultura temos a cultura da tradição seletiva, ou seja, a interseção entre as duas, que em conformidade com determinados interesses permanecerá para as futuras gerações.

Ao longo de sua trajetória, Williams captura, principalmente pela análise e crítica literária, as conexões entre os fenômenos que reconhecessem *o novo nos processos históricos e opunha-se à dicotomia “cultura popular” e “cultura erudita”, focalizando a relação “cultura-classe” e não “modo de produção-cultura”* (RIBEIRO, 2020, p.4). Seu termo estrutura de sentimento vem justamente dar conta das experiências ocasionadas pelas relações de produção, mas que perpassam o modo de produção, avançando pelas construções culturais das classes. É nesse sentido que *melhor traduziria os movimentos, mais sutis ou menos, pelos quais a sociedade se mantém viva, logo, dinâmica* (RIBEIRO, 2020, p. 5).

Nesse campo, Williams pretende, com isso, ressaltar novos aspectos da vida social das classes, na observância dos processos, na globalidade e nas sutilezas, experiências que se desenvolvem no sentimento e atuam nas dinâmicas sociais. Experiências ou cultura vivida ganham um novo enfoque em seus estudos, indo além da cultura evidenciada pela ideologia dominante ou oficial. A estrutura de sentimento, então, inova ao aproximar-se da cultura da tradição seletiva, ou seja, das atividades propostas pelas novas gerações.

Nessa perspectiva, remete-se ao campo da estrutura de sentimento numa dada ordem social. E este é o objetivo aqui, compreender essa relação com o aspecto social da obra de arte, para, enfim, utilizá-lo no objeto de estudo. O viés desenvolvido pretende discutir e perceber sua

relevância no campo da cultura e da captação do espírito de uma época, evocado por uma determinada classe e sua produção.

2.2.4 OS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Compreendendo os espaços de reprodução da força de trabalho, ou seja, os espaços onde as relações sociais de produção se dão efetivamente, Lefebvre apresenta um conceito das relações sociais, articulando-o à nova fase¹⁹ da sociedade capitalista e a sua teoria da produção do espaço. Nesse sentido, o espaço, não se trata mais de *como* é produzido, mas de *quem e de como a sociedade produz seu próprio espaço* e, conseqüentemente, como nele se reproduzem as relações sociais.

Quanto à reprodução das relações sociais, o ponto de partida é a concepção de que

As relações sociais não se produzem e não se reproduzem apenas no espaço social em que a classe operária age, pensa e se localiza, isto é, a empresa. Reproduzem-se no mercado, no sentido mais amplo do termo, na vida quotidiana, na família, na “cidade”; reproduzem-se também onde a mais valia global da sociedade se realiza, se reparte e é dispendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores, mesmo no exército (LEFEBVRE, 2006, p. 110).

É importante ressaltar que esse espaço se distancia da ideia da linearidade histórica e do puro processo econômico, pois está relacionado ao espaço político, ou seja, há objetividade, mas também há subjetividade. Há o espaço social onde se produzem e reproduzem as relações sociais, mas igualmente o espaço abstrato que domina o espaço social, onde o valor de troca sobrepõe o valor de uso.

A cidade passa a ser, então, para o Capitalismo, o centro que organiza e hierarquiza tudo o que o rodeia, nesse caso, a sua periferia. É na cidade que está o comando das tomadas de decisões; os que controlam a informação e a produção da riqueza. Os espaços de produção da

¹⁹ Quanto à fase atual do Capitalismo: “O fato de que a explicação predatória dos recursos humanos e materiais de nosso planeta em benefício de uns poucos países capitalistas seja uma condição não generalizável é maldosamente desconsiderado. Em vez disso, reafirma-se implicitamente a viabilidade universal da emulação do desenvolvimento dos países ‘capitalistas avançados’, sem levar em conta que nem as vantagens do passado imperialista, nem os imensos lucros obtidos da manutenção continuada do ‘Terceiro Mundo’ na situação de dependência estrutural podem ser ‘universalmente difundidos’ de modo a produzir os felizes resultados que se esperam da ‘modernização’ e do ‘livre-mercado’.” (MÉZÀROS, 2002, p. 39-40).

riqueza passam necessariamente a ser o “*espaço dominante*”, enquanto os espaços da periferia passam a ser o de acesso aos dominados.

Sobre a importância do espaço da cidade (espaço intra-urbano) em detrimento do da periferia (espaço regional), verificamos uma relação diferente entre o deslocamento do ser humano e das mercadorias derivadas do trabalho:

A estruturação do espaço regional é denominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano (VILLAÇA, 2001, p. 20).

A estruturação do espaço intra-urbano determina a movimentação do ser humano portador da força de trabalho e consumidor de muitas outras mercadorias; assim, para Lefebvre espaço — ou a teoria de reprodução do espaço — aponta para um espaço dialético, um tanto corrompido e deteriorado, cheio de inúmeras contradições. Ali existem contradições múltiplas que podem ter sido construídas em um tempo histórico ou não. Essa teoria de reprodução do espaço possui três momentos distintos: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação.

O primeiro momento diz respeito à *prática espacial* que produz o espaço necessariamente sensível, palpável, capaz de hospedar o indivíduo. É a dimensão concreta onde ocorrem as relações que se formam no espaço de produção e, conseqüentemente, nos espaços de reprodução:

Ademais, a prática espacial consiste numa projeção “no terreno” de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder do Estado (LEFEBVRE, 2006, p. 18).

O segundo momento explicita as *representações do espaço*, ou seja, as relações de produção e a sua ordem imposta. São *as representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem, e desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações frontais* (LEFEBVRE, 2006, p. 36). Pode-se considerar que é o espaço dominante, dos tecnocratas e dos cientistas e que se sobrepõe ao espaço vivido. É uma parte do

espaço caracterizada pela construção do saber, direcionado pela razão do capital. E o terceiro momento aponta para os *espaços de representação*, em que se encontra boa parte do campo desta pesquisa, pois

Os espaços de representação apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir como código do espaço, mas como código dos espaços de representação (LEFEBVRE, 2006, p. 36).

Nesses espaços os sujeitos demonstram suas experiências, pessoais e coletivas; são espaços dominados ou dos dominados, *onde a imaginação tenta apropriar e modificar*, ou seja, espaços em que os habitantes dão a significação, construindo-a a partir da materialidade e das representações do local.

Relacionando a importância desses momentos de espaços compreendemos os alicerces desta pesquisa, pois *para e diante do conhecimento, o espaço social funciona – com seu conceito – como analisador da sociedade* (LEFEBVRE, 2006, p. 36). São nas diversas camadas deste espaço dialético e contraditório que os atos sociais estarão presentes, onde o indivíduo surgirá, erguendo-se ou fenecendo. Ademais, é necessário considerar que esse espaço social é produzido por uma sociedade, não se concretizando em pouco tempo, tratando-se, portanto, de um processo às vezes corrompido, deteriorado e concomitante.

Assim, as categorias ressaltadas, tanto nos Estudos Culturais quanto em Lefebvre, possibilitam um estofamento teórico para aprofundarmos a pesquisa nas delimitações do objeto e do campo, ou seja, a compreensão das reivindicações trabalhistas e das condições da existência, por meio das manifestações culturais das camadas de populares, trabalhadores do município de Ituiutaba, pequena cidade sedimentada no Pontal do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais.

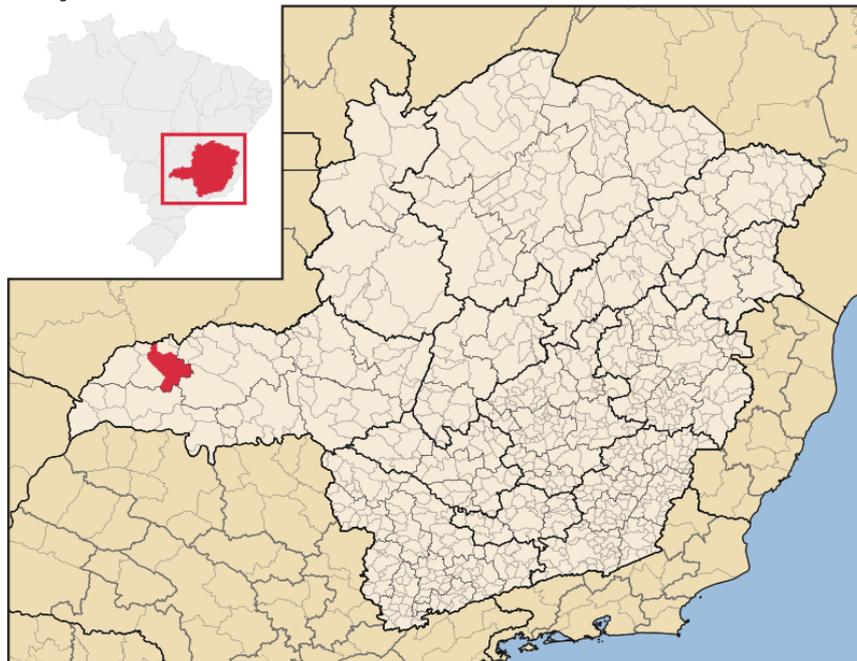
2.3 O LUGAR DA PESQUISA

Farei uma breve apresentação da cidade de Ituiutaba por meio de alguns aspectos econômicos, espaciais e demográficos, considerados mais importantes, a fim de possibilitar um panorama sobre sua instalação regional, na atualidade. Faz-se necessário conhecer o lugar hoje, para ter-se um ponto de partida, possibilitando a busca por vestígios e representações de seu

passado, abordado durante os próximos capítulos. Torna-se interessante o exercício, pois, à frente, o leitor percorrerá os caminhos que possibilitaram chegar a tal construção.

A cidade de Ituiutaba encontra-se na microrregião geográfica (MRG) de Ituiutaba, no Pontal do Triângulo Mineiro, sendo o campo para a coleta de dados desta pesquisa. A população de Ituiutaba foi recenseada em 2015, em 103.333 habitantes e está estimada em 2019 em 104.671 habitantes, para uma área territorial de 2.598,046 Km², o que faz ter uma densidade demográfica de 37,40 hab./km² (IBGE, 2020).

Mapa 01: Localização de Ituiutaba em Minas Gerais.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ituiutaba>. Acesso em: 17 mar. 2019.
De acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais:

O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) divide Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. De acordo com o órgão, este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Contribuem, também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais (MINAS GERAIS, [s.d.]).

Após a Constituição de 1988, o Triângulo Mineiro passou a ser uma das dez regiões do estado de Minas Gerais e, junto com o Alto Paranaíba, a formar a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, definida pelo IBGE. São 66 municípios nessa localidade, distribuídos em sete microrregiões.

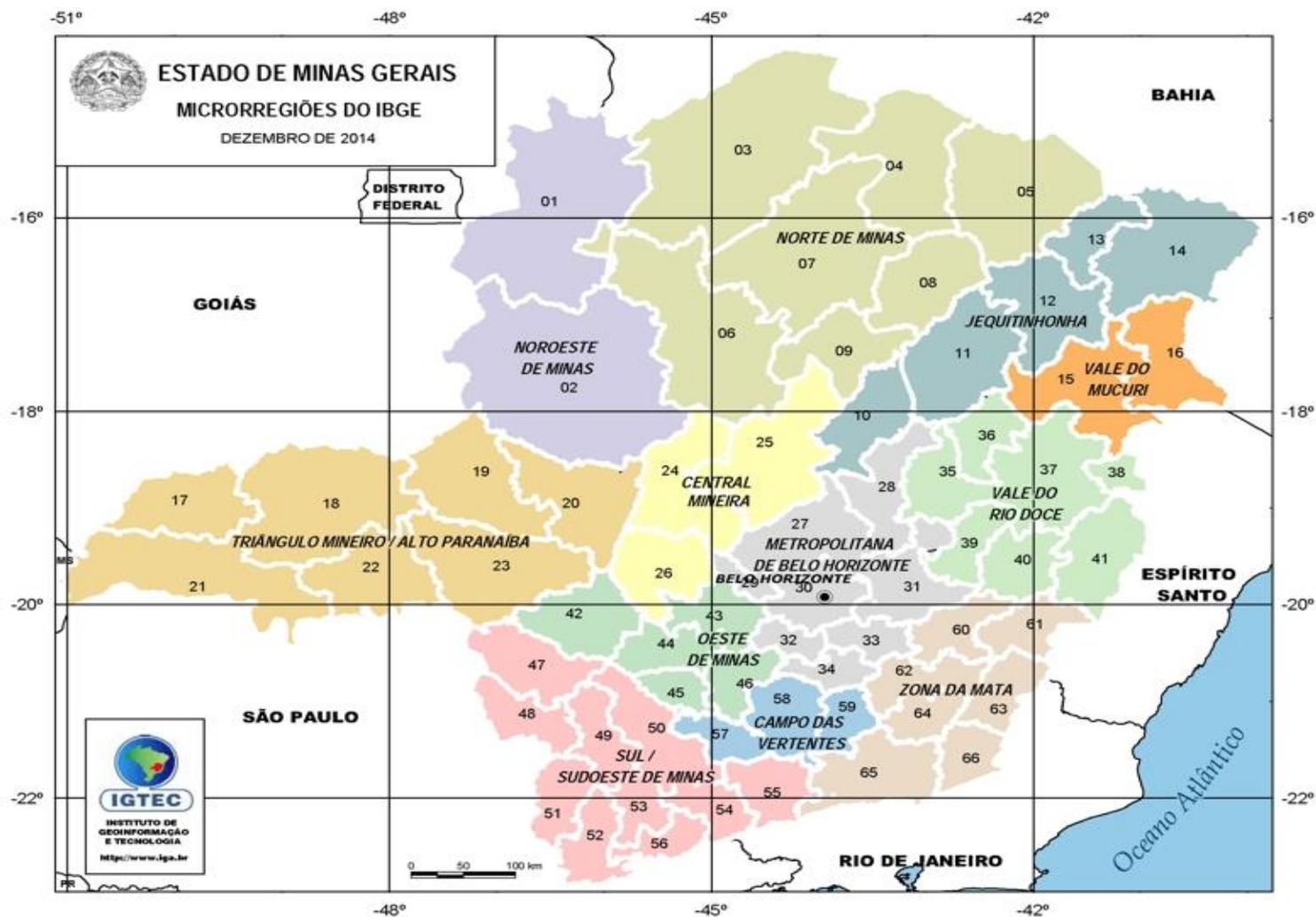
A microrregião de Ituiutaba (a de número 17 no mapa abaixo) é composta pelas cidades de Ituiutaba, Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacú e Santa Vitória, e faz parte da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (IBGE). Foi a partir da unidade territorial de Ituiutaba que houve a formação dos outros municípios da MRG; esses foram se desmembrando e originando as novas unidades territoriais, ou seja, o município foi emancipando seus distritos.

Quadro 01: Divisão Territorial do Município de Ituiutaba.

Município	Lei e Data de Formação do Distrito	Lei e Data de Formação do Município
Cachoeira Dourada	12 de dezembro de 1953 Lei Estadual nº 1.039	30 de dezembro de 1962 Lei Estadual nº 2.764
Capinópolis	31 de dezembro de 1943 Lei Estadual Nº 1.058	19 de dezembro de 1953 Lei Estadual Nº 1.039
Ituiutaba	Não existe data, pois transformou-se de povoado a município	19 de setembro de 1901 Lei Estadual Nº 319
Gurinhatã	31 de dezembro de 1943 Lei Estadual Nº 1.058	30 de dezembro de 1962 Lei Estadual Nº 276
Ipiacú	12 de dezembro de 1953 Lei Estadual Nº 1.039	30 de dezembro de 1962 Lei Estadual Nº 2.764
Santa Vitória	07 de novembro de 1923 Lei Estadual Nº 843	27 de dezembro de 1948 Lei Estadual Nº 338

Fonte: IBGE (2010). **Org.:** SILVEIRA, Eduardo Marques (2017).

Mapa 02: Mapa do Estado de Minas Gerais. Microrregiões do IBGE.



Fonte: <<https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>>. Acesso em 17 mar 2019.

Embora os ciclos de extração mineral e de produção de grãos tenham ocasionado o crescimento no campo econômico e demográfico, aproximadamente, entre as décadas de 1930 e 1970, a presença do gado leiteiro e de corte na região, concomitante, tomou vulto ante a queda da produção de grãos no final desse período, tornando-se a locomotiva econômica. A partir da instalação de uma unidade da indústria processadora de leite em pó Nestlé, em 1974, houve expressivo crescimento nessa área, haja vista que a cidade já contava com duas importantes agroindústrias de exploração leiteira, a Fazendeira e a Invernada. Outras empresas juntaram-se ao parque industrial leiteiro, promovendo maior investimento dos proprietários de terras na criação de gado. Além da Fazendeira e da Nestlé, há a Canto de Minas, inaugurada em 1994, e fábricas como a *Alimento Triângulo – Doce Mineiro*, *Cooperativa dos Produtores do Município do Prata (COOPRATA)*, *Cooperativa Agropecuária Limitada de Uberlândia (CALU)*, *Catupiry*, entre outras (SOUTO, 2016, p. 73). Desse modo, a cidade insere-se economicamente no propósito do Estado de Minas Gerais, que já era o maior produtor de leite do país, correspondendo a 27,20% da produção nacional (IBGE, 2013).

Embora a criação de gado com fins leiteiros seja responsável pela mudança de foco econômico da cidade, o agronegócio (agricultura de soja, de milho e o plantio da cana de açúcar) sobrepõe-se, atualmente, na representação econômica do município. Essa movimentação, além de promover a geração de empregos, faz emergir outra, decorrente da prestação de novos serviços, tais como comércio, advocacia, tecnologia, saúde. Em relação ao setor secundário, destacam-se, além das anteriormente citadas, as indústrias Syngenta Seeds, BP Biocombustíveis, Frigorífico JBS, entre outras.

2.4 A ESQUINA DO PECADO AINDA É O CORAÇÃO DA CIDADE

Nasci e fui criado em Ituiutaba. Aproveito as palavras de Williams para considerar que *crescer naquele lugar era observar a configuração de uma cultura e seus modos de transformação* (WILLIAMS, 2015, p. 4). Desde a infância percorro lugares e territórios que foram construídos e delimitados pelo poder local e suas expressões, bem como aqueles outros que foram formados pelas classes populares em seus lugares de encontro. Crescer na própria família muito contribuiu para uma forma de pensar. Meu pai, sendo neto de imigrantes italianos,

e minha mãe, proveniente do êxodo rural²⁰, descendiam daquelas primeiras levas que formaram as classes de trabalhadores. Já nesse contexto pude constatar o surgimento de linguagens, ideias, habilidades e costumes que perpassaram várias gerações na própria cidade, em um cenário mais amplo, infiltrados nos costumes da família.

A cultura é comum em qualquer comunidade. Meu pai recordava-se de sua avó italiana, Ema Simoni Frattari²¹, de sua cultura erudita e de seus relatos sobre as missas a que ela assistia no Vaticano, ainda criança, antes de vir para o Brasil. Minha mãe criou-nos contando suas histórias de infância passadas na “roça”, rezando o terço nas festas de São João e fazendo procissões até o cruzeiro na serra.

Assim, em primeiro lugar, é possível depreender que a sociedade possui seus propósitos e significados expressos nas instituições, nas artes, no conhecimento e nas práticas cotidianas, ou seja:

A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra (WILLIAMS, 2015, p. 5).

É dessa forma que a sociedade em desenvolvimento surge como um dado, pois, a todo momento, ela se constrói e se reconstrói com os modos de pensar das individualidades que a compõe (THOMPSON, 2016). Por sua vez, esse modo individual surge como o princípio, *o lento aprendizado das formas, dos propósitos e dos significados de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação* (WILLIAMS, 2015, p. 5).

Em segundo lugar, verifica-se a confirmação e a comprovação desses aspectos da cultura, com novas observações, comparações e significados. Sendo a cultura um tanto tradicional, ela também é criativa, está em transformação e construção continuamente. Nessa perspectiva, nota-se que alguns costumes instaurados em Ituiutaba, procedentes de seus ciclos econômicos, demonstram o quanto a cultura é comum à toda comunidade que partilha condições de existências similares.

As lembranças das visitas que fazíamos na casa da avó materna, aos domingos, na Vila Natal (um dos bairros mais distantes na época, anos de 1970), corroboram o acima exposto. Em certa idade (talvez pela puberdade), indagava aos adultos por que muitas casas tinham a palavra

²⁰ O êxodo rural na localidade ocorreu mais precisamente entre os anos de 1950 e 1960.

²¹ Sobre Ema Simoni Frattari temos: NOVAIS, Maristela Abadia Fernandes. **Storia Della Costruzione Di Um Oggetto Della Moda Fra Otto e Novecento Uno Spencer Liberty Ai Confini Di Minas Gerais: Aspetti Culturali e Materiali**. 333p. Dottorato di Ricerca in Storia Culture Civiltà. Università di Bologna. 2018.

FAMÍLIA pintada no muro da frente e outras, uma luz vermelha sempre acesa do lado de fora. Mal sabia o quanto esse costume nos bairros mais distantes estava ligado aos ciclos econômicos, pois os prostíbulos demonstravam a pujança econômica havida nos ciclos anteriores (do diamante e do arroz). Um memorialista regional retrata esse contexto: *E nessa multidão de adventícios naturalmente estava incluso o mulherame desocupado. Diga-se de passagem, que de outro modo não poderia se dar, pois onde tinha diamante, tinha dinheiro, e onde tem dinheiro tem mulheres, que não são bobas nem nada* (CARMO, 2006, p. 153).

O “apito” é outra lembrança presente para quase todos os ituiutabanos. A antiga Indústria de Manteiga Fazendeira²² até hoje toca sua sirene pontualmente às 8h, depois às 11h, às 12h30 e finaliza às 17h30. A “Sirene do Baduy” — assim denominada pelos habitantes, que a ouviam em qualquer parte da cidade —, embora direcionada a garantir a pontualidade dos operários e, conseqüentemente, a produção, tornou-se referência de marcação do tempo para a cidade de modo geral, para as famílias, comércio e demais âmbitos de interação social. Na atualidade, com a expansão do território urbano (quase quarenta novos residenciais que se tornaram bairros distantes), a velha “Sirene do Baduy” vem perdendo o poder de controlar o tempo, pois suas ondas sonoras não chegam tão longe.

Foto 01: Sirene do Baduy.



Fonte: SILVA, Luciano Barbosa (2018). *In:* Ficha Patrimônio Imaterial de Ituiutaba. Fundação Cultural de Ituiutaba, 2018.

²² Fundada em 1938, atual Laticínios Baduy.

Com o olhar voltado a outros lugares, recordei que a “Esquina do Pecado” continua no mesmo local: no coração da cidade, rua 22 — no cruzamento com a avenida 15 —, região em que metro quadrado é o mais caro. Provavelmente, ainda é utilizada para os mesmos fins com que surgiu: os negócios e a fofoca. O antigo Bar Central ficava aberto dia e noite e era frequentado por homens da cidade, os quais para lá se dirigiam a fim de tomar um café, comer um pastel e conversar sobre a vida alheia. O ponto ficou marcado, pois ali se fechavam negócios relativos à compra e à venda do arroz. A “Esquina do Pecado” ainda é o coração da cidade.

Foto 02: A Esquina do Pecado, Anos de 1970.



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1220546108398670&set=gm.902631623631411>>. Acessado em 20 ago 2021.

Cresci em meio a outros espaços de resistência significativos, como a “Feira do Bairro Junqueira”, a feira mais antiga e tradicional da cidade. As gerações de migrantes nordestinos que vieram para Ituiutaba corroboraram definitivamente para a construção desse espaço, como poetiza o dramaturgo Odilon Fernandes:

Chegou um caminhão pau-de-arara. A pensão São Pedro tá assim de nortista. Contribuição da ALIANÇA PARA O PROGRESSO. Avisa o pessoal que a feira de amanhã é boa. Rapadura com farinha, Catulo da Paixão Cearense, xaxado e peixeira. Branco, preto, mulato e cafuzo. Cabeça chata pra cubú. Quem dá mais? Quem dá mais? (MACHADO, 1980, p. 07)

Foto 03: Feira do Bairro Junqueira (2022).



Fonte: <<https://www.facebook.com/smartinsdequeiroz>>. Acessado em 20 jul 2022.

Atualmente a feira foi transferida para algumas quadras abaixo do local original devido à pandemia da Covid-19, avenida Minas Gerais, mas permanece no mesmo bairro. O pequeno aglomerado de carroças e caixotes onde os nordestinos vendiam seus produtos nos anos de 1950, hoje tem grande extensão de barracas com produtos hortifrutigranjeiros dos pequenos produtores da região, como nota-se na foto. O ponto permanece como local de encontro das donas de casa; daqueles que vem encontrar os amigos, comer pastel e tomar garapa; da menina que procura por doces; e dos jovens que saem direto da balada e vão tomar um café da manhã na feira, pela madrugada.

As luzes vermelhas dos prostíbulo, a sirene do Baduy, a Feira do Bairro Junqueiro, entre outros costumes em comum da cidade, estabelecem pontos de contato entre as individualidades e a coletividade. Esses e outros dados importantes contribuem para uma conceituação de cultura, que, embora comum, está repleta de significados das individualidades que a compõe; mesmo tradicional é criativa. *Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns -; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo* (WILLIAMS, 2015, p. 5). Em Ituiutaba percebe-se essa construção viva nos costumes sociais e culturais, pois são decorrentes de outros processos econômicos e sociais que foram se transformando e estabelecendo novos lugares e territórios.

Como última reflexão, encontramos nos espaços móveis da cidade também um pouco de seu movimento em insistir no antigo em meio ao atual:

Ouve-se lá fora o carro de propaganda do enterro do dia. Aguçam-se os ouvidos para saber qual família sofreu tal infortúnio, se a pessoa falecida era conhecida ou não. E a vida se arrasta numa lentidão, contrastando com o ritmo em tempo acelerado, querendo parecer que a cidade tem um compromisso voraz com a modernidade cibernética, mas os burros e vacas ainda pastam em algumas ruas. Carroças e pamonheiros desfilam seus cantos no tropel do cavalo e no pregão cantando ou declamando: “Olha a pamonha! Tem de doce e tem de sal! Apenas um real!” (BORGES, 2007, p. 40)

Williams remete à ideia de que o local em que se vive — considerado uma situação específica — permite a percepção ampla do pensamento social referente ao campo mezo e macro. Ao sair desse lugar de origem e vivência, *alguns costumes que, eu reconheci ao partir para longe, não poderiam certamente ser presumidos* (WILLIAMS, 2015, p. 161), ou seja, aparentemente viver em um mesmo lugar forma nas pessoas uma identidade comum. *E, a partir desse sentido, surgem atos de delicadeza além da conta, formas de reconhecimento mútuo, mesmo se há interpretações errôneas e infundadas do mundo exterior* (WILLIAMS, 2015, p. 161).

Por toda essa estrutura de sentimentos, percebe-se que as ligações entre os costumes sociais dos habitantes encontram-se estabelecidas pelos espaços, territórios e lugares marcados pelos grupos hegemônicos, a separação de pelo menos duas classes mais distintas: uma ligada ao poder local, composta originalmente pelos coronéis, padres, políticos e profissionais que fizeram parte de uma elite²³ mais erudita e abastada economicamente; outra, constituída pelas

²³ A fim de compreender a definição de elite ou de iniciar uma discussão sobre a teoria das elites, Bobbio enfatiza que: “(...) em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do

relações que fundamentaram a mão de obra operária, com sua formação específica entre grupos mais excluídos, como os negros, os imigrantes e os trabalhadores rurais.

poder, em contraposição de uma minoria que dele está privada. Uma vez que entre todas as formas de poder (entre aqueles que, socialmente ou estrategicamente são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político) a teoria das elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e impor decisões validas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância.” (BOBBIO, et. alii., 1998, p. 385). Esse conceito permeará a pesquisa na objetivação de se compreender as linearidades e singularidades que compõe o cenário etnográfico em voga.

Capítulo 3

CLASSES SOCIAIS, PODER E POBREZA EM SÃO JOSÉ DO TIJUCO NO OITOCENTOS

“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”.

(Leon Tolstói)

Este capítulo visa à compreensão de alguns pontos fundamentais sobre a origem das classes sociais no município de Ituiutaba (antiga São José do Tijuco). Processo percebido por meio da materialidade histórica, por algumas ideias que circularam no período de seu surgimento e pelos vestígios deixados pelas relações humanas. Em toda essa estrutura de sentimentos, persegue-se o objetivo de compreender se, com o surgimento da classe trabalhadora, houve melhores condições de existência material para aqueles que engrossaram suas lides, como os imigrantes, os ex-escravizados e a população empobrecida.

Procuraram-se dados a fim de conhecer o processo histórico da cidade, essencial à captura de sua movimentação social. Obedecendo às peculiaridades do método historiográfico, tais como a diversidade de fontes, a temporalidade e a questão da relação entre o regionalismo e a globalidade (AROSTÈGUI, 2006), levantou-se bibliografia relativa à ocupação espacial e territorial nos campos macro, mezzo e micro. Chegando-se à unidade do povoamento, mapeou-se a origem da classe trabalhadora ou dos chamados *de baixo*, em relação ao surgimento dos grupos hegemônicos. A partir da compreensão de como se ergueram os marcos arquitetônicos do poder — como a Igreja e o Largo da Matriz, o Fórum e o primeiro Sobrado —; de como se formaram os lugares dos ex-escravizados, dos excluídos e dos miseráveis; e de como se entrelaçou o tecido social acrescido pelos grupos de imigrantes, em sua maioria italianos e sírio-libaneses; dilata-se a percepção do desenho instituído por essas representações, durante o surgimento da classe de operários.

Entre os séculos XIX e XX, o Brasil estava imerso no processo capitalista, como fornecedor de matéria prima, tendo seu setor industrial pouco desenvolvido e, por conseguinte, a predominância de uma longa sociedade agrária na maior parte do seu território. No campo da Sociologia, percebe-se, nesse contexto nacional, o movimento tardio da modernização

durante a passagem do Império para a República, seja em relação à Europa, seja em relação às diferentes regiões brasileiras, com singularidades e características próprias. Uma delas reflete questões sociais mais ligadas a grupos específicos, pois o imigratismo foi fundamental para o surgimento da mão de obra brasileira, seguido pelos negros libertos e pela população empobrecida, que engrossaram essas lides operárias.

Os enfrentamentos surgidos com relação à ideologia dominante — a qual se impunha pelos modos de pensar da classe política orientada pelo liberalismo-escravista, consolidado durante o novo Império — estabeleceram um fundo conservador hegemônico no país, prosseguindo mesmo após a Proclamação da República. Essas questões permearam a construção social de São José do Tijuco, influenciando os processos econômicos, políticos e culturais.

3.1 AS RELAÇÕES SOCIAIS, A TERRA E A CULTURA

Durante o século XIX, no Brasil, houve uma produção bibliográfica autoral marcadamente positivista, buscando compreender alguns aspectos sociais do país pelo método das ciências naturais. A orientação evolucionista e cientificista, que chegou até aproximadamente os anos de 1930, preocupava-se com *os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiadamente gerais e as grandes sínteses explicativas* (CÂNDIDO, 2006, p. 272). Por esse tempo, vigorou a ideia de que o rural, durante o lento período colonial — e quase que imerso a esse, o imperial — estivesse associado ao atraso, à ignorância e ao arcaico. Não se reconheceu devidamente a importância do campo e sua produção e, conseqüentemente, da reprodução social e das relações que dele advêm.

Essa perspectiva de compreensão das relações sociais modifica-se a partir da década de 1930, quando autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. imprimem outra orientação a esse painel interpretativo, a fim de se pensar a sociedade frente ao Capitalismo. O pensamento sociológico avançou em possibilidades mais definidas e houve abertura às novas gerações que pensaram uma sociedade mais próxima à sua realidade.

Nesse sentido, a dualidade campo/cidade, pensada, até então, unicamente do ponto de vista geográfico, como se tais regiões estivessem fixadas em uma carta de pontos cardeais, passa a ser desnaturalizada, ao se considerarem os ambientes e territórios marcadamente

construídos pela ação humana. Sob essa perspectiva, entende-se que uma divisão social do espaço, também caracterizado pela ligação com outras regiões, reflete-se em questões políticas, econômicas e sociais. No caso em que Minas Gerais se insere, culturalmente percebe-se

(...) a transição – radical e violenta – ocorrida entre duas espacialidades, nos séculos XVIII e XIX: o Cerrado indígena, que consistia num espaço milenar, ocupado por uma economia horticultora e aldeã, complementada por atividades de caça e coleta; e o Cerrado geralista, espaço de uma sociedade que se fundamentava numa economia agrícola e pecuarista, que, apesar de ter incorporado um grande número de técnicas indígenas, organizava o trabalho humano e utilizava os recursos do Cerrado de forma inteiramente diferente da sociedade anterior e que, por isso, a destruiu (LOURENÇO, 2010, p. 41).

Nesse contexto, a formação territorial da cidade de São José do Tijuco foi uma construção lenta ao longo do oitocentos, definindo-se, após a expulsão de quase todos os nativos, pela doação das sesmarias aos primeiros proprietários. A violência e a barbárie contra os indígenas persistiram até que os sobreviventes desse extermínio fugissem para Goiás e Mato Grosso, abandonando as terras em que sempre viveram. Pela ótica do colonizador branco, eles eram inimigos perigosos. Entretanto, a mata impunha um segundo perigo aos posseiros: as doenças. A febre amarela e a úlcera de bauru²⁴ eram capazes de dizimar famílias inteiras. Assim, derrubavam a mata, queimavam e plantavam, porém muitos não colhiam, vitimados pela contaminação e conseqüente óbito (PAIVA, 2018). Percebe-se que, com a fuga dos nativos, uma farmacopeia natural foi perdida, sendo levada com eles as tradições que vigoravam no combate às doenças “provindas” das matas, o que ocasionou dificuldades na desterritorialização ou colonização regional. Entretanto, algo ficou da cultura indígena, persistindo pela necessidade de enfrentamento junto à lida difícil desses primeiros colonizadores, como o hábito do mutirão para as diversas atribuições da vida comum, a construção de casas, a matança de animais para alimentação, as festas, entre outros.

Foi nesses marcos que a sociedade capitalista se definiu, formando as primeiras aglomerações urbanas e dos campos agrícolas, enfrentando a resistência desses povos nativos que não dispunham de muitos recursos para se oporem à dominação e ao extermínio. As transformações sócio-espaciais passaram a ser intensas a partir desse momento de invasão, redefinindo sobremaneira o campo e dando início às novas definições dos aglomerados que

²⁴ Ambas causadas por mosquitos transmissores originários das florestas e matas.

passariam a arraiais, freguesias²⁵ e vilas até chegarem a formação das pequenas e grandes cidades.

O campo no interior das Geraes possuía toda uma forma de vida que envolvia os proprietários, os pequenos lavradores, os escravizados e o trabalhador livre. Os proprietários, ou seja, os chamados sesmeiros, posseiros ou exploradores, representavam o poder da localidade²⁶, tendo bem definidos os papéis sociais do senhor branco, de sua esposa e filhos. Os escravizados, da mesma forma, tanto significavam a pujança econômica do senhor como mercadoria, quanto estavam em um patamar social diverso, ocupando outras funções no contexto social e cultural. O trabalhador livre ou homens simples²⁷ e suas famílias ocupavam o lugar trabalhando para os latifundiários ou em pequenas glebas que não davam para fazer fortuna. Juntaram-se a esses últimos os imigrantes, em sua maioria italianos, espalhando-se dos grandes centros do Sudeste para as pequenas comunidades.

Na região mais a oeste das Minas Gerais, hoje denominada Triângulo Mineiro, os pequenos aglomerados, curatos²⁸, freguesias e vilas surgiram nesse momento, primordialmente como centro agrário atrelado ao religioso, uma vez que a Igreja estava unida ao Império e forçoso era que os primeiros posseiros destinassem uma parcela da terra para a edificação das primeiras capelas que se tornariam grandes Igrejas (passando de curato à freguesia e depois à vila²⁹). Entre o final do Império e o início da República, já mais desenvolvidos demograficamente, esses aglomerados passariam a ser também centro administrativo e comercial, tanto pelo crescimento econômico quanto pelo político. Os grandes centros, cidades polos e capitais, além dessa descentralização, também passariam pelo processo de uma industrialização tardia, mas pertinente e necessária, impactando fortemente os meios de vida e

²⁵ Freguesia é o “Distrito de uma Paróquia. Arraial com capela dedicada a um santo e erguida em terras doadas ao patrimônio da Igreja. As freguesias portuguesas eram as representações civis das antigas paróquias católicas. A expressão “freguês” servia para designar igualmente os paroquianos, os quais eram “fregueses” do pároco (LARA, 2012, p. 17).

²⁶ Esse poder do mando está associado ao chamado “coronelismo”, sendo “sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras” (LEAL, 2012, p. 44). Daí advêm ainda “o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 2012, p. 44), ocasionando uma situação regional com suas particularidades, mas que passaram a perdurar no Brasil.

²⁷ Ianni (1975), em **Sociologia e Sociedade no Brasil**, chama homem simples ou homem comum aqueles que fazem parte da massa de trabalhadores, no campo e na cidade, e que não são conhecidos de maneira mais aprofundada em suas características, condições, singularidades, entre outros aspectos existenciais, formando uma verdadeira massa.

²⁸ O curato era a extensão de terras pertencente a Igreja Católica, provida de cura e sob a dependência de uma paróquia. Geralmente a instalação era composta de uma pequena igreja, capela ou batistério, possuindo total autonomia em sua localidade.

²⁹ A Vila já fazia parte de uma ordem administrativa relativa ao Estado.

as relações, principalmente pela substituição do negro pelos trabalhadores europeus, em maioria italianos, que ofertavam mão de obra mais qualificada que a dos ex-escravizados.

A abundância no processo de produção rural encontra-se diretamente relacionada aos meios necessários para o estabelecimento de uma cidade. A ligação existente entre campo e cidade está justamente na posse ou não da terra, pois é da terra que vem os processos mais simples, básicos e rudimentares para a sobrevivência. Toda uma cadeia de produção de alimentos relativos à agricultura e à pecuária advém desse lugar, chegando à posteriori até a cidade. Para Williams *uma dessas realizações [do rural] é a cidade: a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização* (1989, p. 11) que parte do campo para se estabelecer.

Nessa perspectiva, os modos de vida e as relações humanas ganharam sentido entre tantas peculiaridades. No caso dos pequenos aglomerados nas Geraes, o adentramento das famílias pela extensão de terras, depois do grande ciclo minerador³⁰, permitiu que chegasse com elas uma cultura essencialmente caipira, originada nos costumes dos portugueses e maturada em São Paulo (Capitania de São Vicente), durante o lento período colonial, mesclando ao modo de vida europeu o jeito de indígenas e de povos africanos, além de suas devidas miscigenações. Esse modo de vida no campo reflete as práticas dos cultivadores da terra, sejam eles os exploradores, os escravizados ou o trabalhador livre. O modo como se organizavam os grandes latifúndios que se formavam estava muito próximo aos pequenos aglomerados, compostos por casinhas de adobe cobertas de capim seco no entorno de uma capela.

Comum a esses dois centros estava a terra com seus mecanismos de transporte feito a carro de boi ou a cavalo; o modo de vida rudimentar expresso nas dificuldades do processamento alimentar, na higiene diária e nos cuidados com a saúde; a ordem instituída pela Igreja; e as práticas culturais que se estabeleciam entre festas sacras e populares. Em tudo isso, o mesmo olhar cansado do trabalhador na volta da lida no final do dia, o hábito de comer de cócoras, a fartura na mesa sempre posta ao visitante que chega, o dia da caça como diversão, a reza do rosário, entre outros. Contudo, entre o dono de terras, o escravizado e o trabalhador livre, embora imersos em um mesmo ambiente, havia diferenciação nos costumes e nos modos de vida. A propriedade da terra ou a falta dela, desde a formação do lugar e da concentração

³⁰ Pelo setecentos, Minas Gerais foi inserida na economia brasileira, principalmente pela exportação mineradora que havia durado pouco mais de um século, em torno do que se organizou e manteve a exploração durante a Colônia. Mantendo o processo econômico bem longe das necessidades reais da sociedade, a precariedade prevaleceu entre a maioria da coletividade. “No alvorecer do séc. XIX, a indústria mineradora do Brasil, que se iniciara sob tão brilhantes auspícios e absorvera durante cem anos o melhor das atenções e atividades do país, já tocava sua ruína final” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 171), o que provocou uma nova busca por ouro e diamantes pelo sul de Minas e em Goiás, e o conseqüente desbravamento e exploração das regiões localizadas a oeste do estado, atual Triângulo Mineiro.

populacional na unidade, seja nas formas de moradia, de alimentação e da própria maneira de celebrar a vida religiosa ou cultural, demarcava condições distintas entre os grupos.

Thompson (2016), distinguindo *patrícios de plebeus* na Inglaterra do século XVIII, busca analisar os costumes dos donos da terra e os dos trabalhadores pobres. Embora todos vivessem da terra, apenas os senhores estavam associados ao poder, mesmo aqueles que já se organizavam como proprietários de indústrias de interesse agrícola. Diziam que *honra, dignidade, consideração, cortesia e cavalheirismo eram virtudes essenciais ao caráter de um fidalgo e todas derivavam em parte da natureza da vida no campo* (THOMPSON, 2016, p. 26). Contudo, com relação aos pobres (miseráveis, pequenos fazendeiros, empregados da fazenda, artesões rurais, entre outros) sobrava dos senhores a condescendência *e talvez sua caridade (como se fossem de alguma forma sustentados por ela, e não exatamente o contrário)* (THOMPSON, 2016, p. 26).

Entre esses sentidos de sociedade paternalista, sugerindo relações mutuamente consentidas, em que o pai tem responsabilidades para com o filho e o filho é submisso ao pai, estabelece-se toda uma forma familiar de convivência, entre trocas e solidariedades. Nesse sentido, percebe-se que, pelos costumes em comum provindos da terra, essa ideologia paternalista estava associada aos grupos, o que permite identificar seus resquícios e significados, apoiados em um sentido da cultura.

Um costume presente desde os primeiros moradores é o da exaltação da fé em detrimento de uma vida sem condições médicas apropriadas. É exemplo o “Quarto de Santa Luzia”. A palavra quarto está associada ao costume de se passar a noite em oração à Santa Luzia, protetora dos olhos. Também chamada de “Adoração de Santa Luzia” a tradição, que se firmou no dia 13 de dezembro, possuía cunho particular. O dono da casa, geralmente na zona rural, adornava a imagem da santa em oratório, com velas, flores, ramos e toalhas bordadas, para que, à sua frente, o grupo de parentes e vizinhos passasse a noite em oração rezando o terço ou o rosário. Entre os intervalos, o costume do oferecimento de quitandas, quitutes e cafés, mostra como em todas as festividades, sacras ou de cunho mais profano, o hábito alimentar se expressava nas fartas mesas mineiras, sempre postas aos que chegassem. No “Quarto de Santa Luzia” não havia festejos, cantorias ou danças, mas vez ou outra oferecia-se uma dose da “branquinha” (cachaça) para aliviar a friagem da madrugada e manter os senhores acordados.

Junto ao altar, o depósito das garrafas com água, para futura lavagem dos olhos daqueles que possuíssem alguma doença ou que quisessem garantir a continuidade da boa visão. Havia até o juramento *Santa Luzia me fure os olhos, se fiz tal coisa assim-assim* (PAIVA, 2018, p.

201), devido à seriedade da intenção e da confiança na Providência Divina. Em tudo, a presença da fartura na hospedagem e na alimentação, como mostra de abundância em tempos melhores de vida, mesclando-se a fé ao costume, igualmente frente à precariedade sanitária, médica e farmacológica. Na sala da casa grande das fazendas, ficava sempre uma mesa posta diariamente com o que se tinha de melhor, leite, frutas e pães. Na cidade, como não havia hotéis ou pensões, havia cômodos em lojas e comércios onde se espalhavam colchões para hospedar visitantes, gratuitamente, principalmente nos dias de festa da Igreja (PAIVA, 2018). Toda essa preocupação com o bem-estar também denota o tom patriarcal dos senhores abastados, em uma sociedade de excluídos, escravizados e miseráveis.

O “batismo provisório” foi outro costume relativo à terra, devido à distância das várias localidades rurais até o arraial. Eram muitos aglomerados ligados à pequena São José, em um cenário inóspito, composto por matas, serras, falta de estradas, falta de pontes e pinguelas, rios transbordantes, além do transporte lento do carro de boi — fosse para ganhar os espaços ou para transportar o defunto. Foi dessa forma que surgiram os cemitérios particulares nas propriedades rurais, apesar de a Igreja, naquele momento, ser a responsável pelo cemitério e pela encomendação das almas. As famílias não conseguiam vencer as longas distâncias para o enterro de seus membros e, assim, enterravam-nos na fazenda.

Desse contexto, surgiram dois costumes. O primeiro, relativo aos enterros, que se davam sem documentação alguma — de médico ou de padre — e, por conseguinte, sem qualquer implicação jurídica. Dessa forma, muitos crimes ficaram impunes e sem o conhecimento das autoridades. O segundo costume, o do “batismo provisório”, decorria em função da alta taxa de mortalidade infantil. A criança era batizada pela família logo ao nascer, em casa, até que se conseguisse o batismo do padre. Isso, segundo a crença, evitaria que a criança fosse enterrada como “pagã”, caso falecesse.

Simple se compunha a cerimônia. A criança ficava nos braços do padrinho ou da madrinha, que segurava uma vela acesa, se a havia na ocasião. O oficiante inicialmente punha as duas mãos abertas em cima do peito do batizando; em seguida, no início da oração, colocava as mãos postas sobre a criança e dizia: “Eu te batizo Fulano de tal, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo”, impondo as mãos sobre a cabeça e o peito do menor. Em seguimento o padrinho rezava o Credo, um Padre Nosso e uma Ave Maria (PAIVA, 2018, p. 190).

Philippe Aries (1981), estudando a história social da criança na França, sugere que a aceitação de que as crianças eram seres portadores de alma e, portanto, necessitavam ser batizadas, representou o início de uma era em que os adultos em miniatura começariam a ter

um papel e lugar na sociedade contemporânea. A instituição do batismo das crianças coincide com o advento origem social da infância na modernidade, concedendo-lhe dignidade. Devido ao alto índice de mortalidade infantil na Europa do século XVII e XVIII (o que coincidiu com o Brasil até metade do século XX ou mais, dependendo da região), a família não se apegava à criança.

Juntando-se a esse costume do “batismo provisório” o do enterro no cemitério da própria terra (família), percebe-se a manipulação dos direitos e a construção de uma ideia em que a propriedade rural era absoluta em todos os sentidos. Esse pressuposto reforça o poder de mando dos senhores, presente desde a Colônia, estendendo-se pelo Império e pela República, como explícito em Freyre (2005), Florestan (2008) e Leal (2012). Desse modo, o campo permaneceu sob o comando do coronel, uma forma de poder instituída como algo à parte das leis, das organizações sociais, trabalhistas e mesmo religiosas.

Outro costume proveniente da terra é o do mutirão ou “traição”. Na falta da mão de obra em abundância ou de recursos tecnológicos mais avançados, uma forma de solidariedade — herdada do costume dos povos nativos — estabeleceu-se devido a várias necessidades, como construções de casas, barracões, escolas, açudes; derrubada de matas, capina, queima de pasto. Provavelmente o nome mutirão ou muxirão é de origem tupi-guarani. O termo “traição” vem da surpresa que os amigos e vizinhos do fazendeiro faziam, chegando de madrugada à sua casa, sem aviso prévio, cantando e dançando, para auxiliar no trabalho, *daí, não raro, na afobação de abrir a porta e ver o que estava acontecendo, o proprietário se levantava às carreiras e vinha de ceroulas atender os chegantes ou vestia a calça às avessas ou com braguilha para trás...* (PAIVA, 2018, p. 194). Era por isso que chegavam cantando:

Senhor; dono da casa,
Meu amigo e companheiro,
Venha ver os traíçoeiros,
Mas vista a calça primeiro (PAIVA, 2018, p. 195).

Assim, iniciavam-se os cantos e as brincadeiras que, aos poucos, mesclavam-se ao trabalho do dia. Enquanto os homens se ocupavam de trabalhos braçais, as mulheres cuidavam da alimentação do grupo e do preparo dos festejos que, em troca, o dono da casa oferecia. Muito comum, então, na chegada, também o cantar da estrofe:

Senhor, dono da casa,
Conosco o senhor pode.
De dia, queremos serviço,
De noite, nós quer pagode (PAIVA, 2018, p. 195)

Embora esse seja um costume cada vez menos praticado, fez parte da vida cotidiana, não só no interior das Geraes, mas também em outras regiões brasileiras. Na percepção do desenvolvimento de uma cultura comum, Williams define *o interesse comum como verdadeiro interesse pessoal e considerando que o indivíduo se realiza, primariamente, pela sua identificação na comunidade, a ideia de solidariedade é, potencialmente, a verdadeira e real base de uma sociedade* (WILLIAMS, 1969, p. 340). Decorre dessa ideia modelar os princípios e fundamentos sociais, essas práticas arraigadas aos modos de vida e costumes em comum do povo simples, dos trabalhadores rurais, dos escravizados e ex-escravizados, que engrossariam as lides operárias na República.

Ainda, quanto às festas realizadas durante os mutirões e em outros momentos especiais (tanto aos rituais simbólicos de passagem quanto as datas religiosas), Chaves (1998) relata a organização de uma festa de casamento que aconteceria na zona rural. Já há vestígios de manifestações culturais populares que se faziam presentes em meio ao povo como também uma diferenciação social devidamente definida:

Grandes fogueiras, atizadas por escravos, aclaravam o terreiro. As toldas se iluminavam, também interiormente, para as danças, que, na roça, pagode começa cedo. Os catireiros afinavam as violas, ensaiando cantigas a meia voz. Três compartimentos se reservavam à função da noite: o salão da casa para o baile e duas toldas para o cateretê e o samba dos negros (CHAVES, 1998, p. 204 e 205).

Observa-se, delineadamente, a separação entre três esferas ou grupos sociais, na demarcação do lugar das pessoas na festa: o salão da casa reservado aos pertencedores de uma elite branca, a tolda para o catira/cateretê dançado pelos trabalhadores e a tolda para o samba dos negros escravizados e libertos. Demarcando as diferenças, no salão da casa, os brancos dançavam embalados pelas valsas e mazurcas. *Em honra aos noivos, havido sido marcada a contra dança dos lanceiros, fignuração que facilitava aos namorados formarem grupos (...) permitindo às damas o gesto elegante de levantarem levemente as saias-balão a mostrar a ponta do pé, permissão máxima naqueles tempos* (CHAVES, 1998, p.207). Já o catira ou cateretê é uma dança que mescla cultura indígena (exclusividade dos poraces do interior do Brasil) e um sentido religioso atribuído à catequese dos jesuítas. A dança se faz pelos violeiros, cantores e por pares que dançam entre os versos, estalando as mãos e batendo os pés em ritmo e coreografia, necessitando, por isso, de um piso ou tablado de madeira especial para sua feitura. O lugar do negro, nessa festa de casamento, também está bem definido: trabalhavam durante a festa, serviam os convidados e alimentavam as fogueiras, entretanto, tinham uma tolda específica para se dançar o samba.

Além da festa, a alimentação remete aos costumes mais básicos, ligados, inicialmente, à própria sobrevivência. Esses costumes foram se diferenciando, tendendo ao requinte, à medida que se infiltravam nas famílias recém-chegadas e entre os que detinham melhor condição financeira e social. *Sempre de acordo com o nível social, tanto os pratos poderiam ser de louça, pintados, muito bonitos, como de simples folha de flandres. Gamelas e cabacinhas, plantadas, colhidas e cerradas em casa* (PAIVA, 2018, p. 148 e 149). A alimentação estava assim posta, caracterizando os grupos sociais presentes na cidade:

Na alimentação, os escravos se tratavam a feijão e angú ou feijão com fubá, colocados numa gamela grande ou deixados na cabeça de um toco. Carecia que eles a comessem logo, por causa das formigas, em quantidade infinita. A água se levava em cabaças, tampadas com rolas de buriti (PAIVA, 2018, p. 148).

Dentre os remediados, a alimentação consistia em arroz, feijão, canjica, carne de porco ou de tatú, galinha, ovos, peixes, mandioca, toucinho, quiabo e abóbora (PAIVA, 2018, p. 149).

Na classe superior, arroz, feijão, carne de vaca, leitões, ovos, queijo, requeijão, doces e conservas, molho pardo, peru, cabrito (carne da preferência de Padre Ângelo), carne de animais de caça: perdiz, anta, cateto, veado, seriema, ema – cuja carne precisava ser feita imediatamente, por causa dos vermes lombricoides - guarirobas, das quais os “ricos tinham demasiado ciúme nas suas terras” (PAIVA, 2018, p. 149).

Pelos hábitos alimentares percebe-se o de trato dado aos povos escravizados, que recebiam uma alimentação precária, de baixo custo, servida como se fossem animais. Da mesma forma havia diferenciação entre os grupos mais simples e a “classe superior”. Os chamados “remediados” comiam praticamente o que produziam, tanto os produtos hortifrúti quanto as carnes provindas de criação própria. O grupo hegemônico provava de maior diversidade, principalmente por possuírem maiores plantações e se dedicarem mais à caça como diversão e lazer.

Outros hábitos alimentares provindos da zona rural caíram no gosto popular. As casas situadas no campo sempre tinham uma

Vasilha de leite, colocada na mesa, a título de cortesia, para os chegantes e hóspedes. Ou era apresentado em cumbucas, feitas de cabaça, ou em cumbucas de barro, em boiões. Tomava-se o leite com farinha-de-milho, beijú ou farinha de mandioca, ou batata cozida. Cuscuz, também usado pelos pobres. À noite, “quentava-se” fogo junto ao fogão. Comia-se uma mistura de queijo fresco, com farinha de milho e açúcar mascavo, chamada “fritangada” ou “fritada”, danada de indigesta. Pipoca com café, pipoca com chá de canela, erva cidreira, folha de laranja. Pipoca com açúcar (PAIVA, 2018, p. 149).

Nessa perspectiva, nota-se que a cortesia às visitas em casa mantinha-se ligada ao hábito da fartura alimentar, muitas vezes contendo indícios de escassez ou necessidades no passado desses grupos. Assim, se o sentimento de fartura alimentar se tornou costume compartilhado entre todos os grupos no interior das Geraes, as condições concretas de se ofertar ao outro o que se pode de melhor é sempre sinônimo de riqueza e prestígio. A alimentação marcava bem essa diferenciação social e denotava a exclusão e o preconceito quanto aos pobres, ocasionada nesse universo paternalista, mesmo em torno dessas práticas de solidariedade. Também hábitos como a higiene e o requinte quanto ao serviço das refeições denotavam poder e condições de classe. As relações depreendidas tanto entre as gamelas e as louças, ou as pratarias, como entre a condição de fome e a fartura das mesas mineiras, exprimem exclusão e diferenciação social. Em São José do Tijuco observam-se essas relações no oitocentos e no novecentos, por meio dos costumes em comum.

Nesse sentido, cultura é a palavra que une a terra à separação e à diversidade social e, portanto, aos costumes em comum dos variados grupos; *durante o movimento romântico, passou a designar também o modo de vida de um povo, frequentemente seus valores “humanísticos” em oposição aos valores “materiais” que a Revolução Industrial colocava no centro da vida* (CEVASCO, 2001, p. 45). Desse modo, a cultura pode ser empregada para *aferir a qualidade de vida de um tempo* (CEVASCO, 2001, p. 45); pode, também, ser imposta a um povo por outro, pelos mecanismos de dominação. Um exemplo desses mecanismos é a presença do jeito de ser caipira na lida diária da terra nas regiões que foram desbravadas pelos paulistas. Ademais, para a compreensão do que seja cultura,

(...) além do sentido que permanece de “cultivo” agrícola em oposição ao “crescimento natural”, há pelo menos três categorias distintas de uso: a de um substantivo abstrato que nomeia um processo de desenvolvimento mental, a designação de um modo de vida específico, como a cultura de um povo, de uma época; e, ainda, a palavra que descreve os trabalhos e práticas de atividade intelectual e especialmente artística – a música, a literatura, a escultura, etc (CEVASCO, 2001, p. 46).

A partir dessas definições, percebe-se um sentido global que implica função social, quando se pensa em uma comunidade, ou seja, a representação entre cultura erudita *versus* cultura de massas, festa cristã *versus* festa pagã ou campo *versus* cidade, o que acaba por designar um modo de luta ou reivindicação social. Encontram-se as separações sociais presentes nas distinções (a torda para negros) e nos privilégios (na fartura da mesa posta). Nessa perspectiva, compreende-se o sentido mais completo da cultura, sob a ótica de experiência comum, propiciadora do entendimento de uma sociedade e sua organização, em sentido global.

Na casa grande onde se encontra a família dos noivos e dos mais abastados também estão presentes os escravizados; um e outro têm um papel definido, que demarca a desigualdade social.

Nesse particular, a Sociologia aborda questões relativas à problemática da consciência social quanto aos modos de luta e às reivindicações, o que é de grande valia para esta pesquisa. Analisar as mais diversas categorias sociais — dentre *ideias, atitudes, opiniões, imagens, representações, mentalidades, formas de pensamento, crenças, superstições, sincretismos religiosos, estereótipos raciais etc.* (IANNI, 1975, p. 44) — é estudar diferentes aspectos dessa consciência, promovendo as mesclas entre uma categoria social e sua relação com as condições da existência.

Ianni (1975) propõe que a produção sociológica relativa às representações religiosas, às ideologias raciais, às manifestações da consciência política e aos modelos para o desenvolvimento econômico (com suas ideologias, opções e estratégias), fazem parte desse núcleo de pesquisa sobre a consciência social. *É interessante observar que em vários dos estudos sobre comportamentos e representações religiosos está presente a preocupação de sociólogos em compreender as relações desses fenômenos com as situações de crise ou transição nas quais se encontram as pessoas e os grupos sociais* (IANNI, 1975, p. 45). Dessa forma, pode-se compreender uma sociedade ou grupo e suas relações entre os pares e os grupos de confronto, enxergar, nas representações, nos ritos e crenças, o que está oculto ao povo e que, mesmo assim, encontra-se imerso em seu meio, como os aspectos da resignação insuflado nas Igrejas ante uma vida de sofrimentos e dificuldades, a alegria pelas dádivas alcançadas nas festas pagãs frente a possibilidade da colheita e da alimentação, ou o petitório aos santos e às entidades, demonstrando a carência material e as reivindicações sociais.

Considerando-se, pois, o aspecto da cultura e da religiosidade traduzindo o cotidiano oitocentista da pequena sociedade formada em São José do Tijuco, procederei a análise dos grupos que se formaram ante o impacto da vida material e do trabalho. Começo pela apresentação de um painel do próprio arraial até a formação dos grupos hegemônicos e das classes mais empobrecidas, ou seja, daqueles que deram origem à classe de trabalhadores local: os *de baixo*.

3.2 PAINEL DE SÃO JOSÉ DO TIJUCO NO OITOCENTOS

No Tombo da Diocese de Ituiutaba há uma data provável para a chegada dos primeiros posseiros: 1820³¹, mesmo já havendo registros de pessoas pela região anteriormente. Junqueira (2014) levanta uma discussão sobre esse marco, pois acredita que os párocos registraram as terras com data desacertada e retroativa à Lei nº 601 de 1850. Estando nas mãos da Igreja o registro das terras, obrigatório a partir dessa lei, especificamente a partir de 1855, todos deveriam fazer o *Registro Paroquial de Terras* ou *Registro dos Vigários*, caso contrário, com a extinção da doação das sesmarias, as terras voltariam para o Império. Dessa forma, os indígenas, os pobres posseiros e os pequenos proprietários perderam suas terras, por não terem condições de pagar os custos exigidos: Quem não registra não é dono!

Desde que os proprietários chegaram para assumir as sesmarias distribuídas ou apossarem-se das terras, uma parte da gleba foi separada para a Igreja como doação. A terra era o maior bem e tudo girava em seu entorno, pois a economia gravitou de uma produção para subsistência — até que se fizesse dinheiro com as grandes plantações e criação de gado — para a exportação colonial. O primeiro documento encontrado, registrando famílias pioneiras com seus escravos, é o Censo regional de 1827, realizado no Distrito de Nossa Senhora do Carmo do Rio da Prata.

Quadro 02: Famílias dos Primeiros donos das terras em São José do Tijuco. 1827.

Família Nº	Nomes	Situação	Idade
48	Joaquim Antônio de Moraes	Branco, Casado	54
	Vitória Maria da Conceição	Esposa	44
	Gabriel	Filho, solteiro	22
	Luiz	Filho, solteiro	20
	Antônio	Filho, solteiro	18
	Francisco	Filho, solteiro	16
	Querino	Filho, solteiro	13
	Maria	Filha, solteira	11
	Anna	Filha, solteira	9

³¹ Pelas anotações do Padre Ângelo Tardio Bruno, referindo-se à Igreja de São José, lê-se: “O território dessa Igreja foi dado por dois fiéis – o senhor Joaquim Antônio de Moraes e José da Silva Ramos em data mais ou menos de 1820, e as duas doações anexas que constituem o referido patrimônio contem mais ou menos de sul a norte, légua e meia – e de nascente a poente mais ou menos légua e que o finado vigário da freguesia do Prata Pe. Antônio Dias de Gouveia, já falecido, fundou a primeira capela neste patrimônio [1832], no lugar denominado, Córrego Sujo, a qual o povo pouco tempo depois removeu para mais próximo do Córrego do Carmo denominado, lugar onde mais tarde o finado José Martins Ferreira e José Flausino Ribeiro a testa do povo, edificaram a Matriz na existente que constituíram em 1862” (TOMBO, 1883, p. 1A).

	Julião	Escravo	40
	Adam	Escravo	30
	Ferminiano	Escravo	26
	José	Escravo	18
	José	Escravo	6
	Maria	Escrava	40
	Francisca	Escrava	12
	Caterina	Escrava	12
	Tereza	Escrava	10
60	José da Silva Ramos	Branco, Casado	30
	Anna Francisca da Fonseca	Mulher	30
	Antônio	Filho, Solteiro	14
	Joaquim	Filho, Solteiro	10
	Ritta	Filha, Solteira	12
	Mariana	Filha, Solteira	8
	Inocência	Filha, Solteira	4
	Alexandre, Angola	Escravo	20
	Ritta, Angola	Escrava	22
	Adam Criolo	Escravo	3

Fonte: CENSO (1827).

Pelo recenseamento, verifica-se que, após a expulsão dos povos nativos, a localidade foi habitada por famílias brancas e por negros escravizados, evidenciando desde os primórdios essa separação social. De um lado, os posseiros e sesmeiros e, de outro, o braço escravo. Essa situação econômica iniciou um sistema de classes demarcador entre os que se utilizavam da terra, sendo proprietários ou escravizados.

Para Junqueira (2014), *o negro foi companheiro leal do branco, aliado constante na abertura de picadas, caminhos, pinguelas, capelas, oratórios e igrejas: mão de obra sem qualquer retribuição remuneratória* (JUNQUEIRA, 2014b, p. 106). Mesmo sem haver registros de rebeliões escravistas pela região, ao contrário das regiões mineradoras, muito improvável crer que se estabeleceu um sistema tão igualitário entre donos de terra e escravizados, embora a solidariedade no trabalho. Desde a chamada colonização do Triângulo Mineiro encontram-se vestígios que esta não se deu de forma pacífica, a começar pelos Caiapó que foram dizimados. O caiapó era guerreiro e enfrentou o homem branco o quanto pôde defendendo suas terras. Os sobreviventes desse massacre ganharam cerrado à dentro migrando para regiões do Brasil Central. O negro escravizado do oitocentos também não aceitou sua condição com tanta bonomia quanto propõe Junqueira. Os traços da resistência estiveram marcados em sua altivez, na força em suportar o castigo, na conservação de sua arte e fé, na insistência em usar o dia de folga para construir a primeira Capela de Nossa Senhora do Rosário da cidade, na persistência em se dançar a congada, entre tantas outras ações. O negro

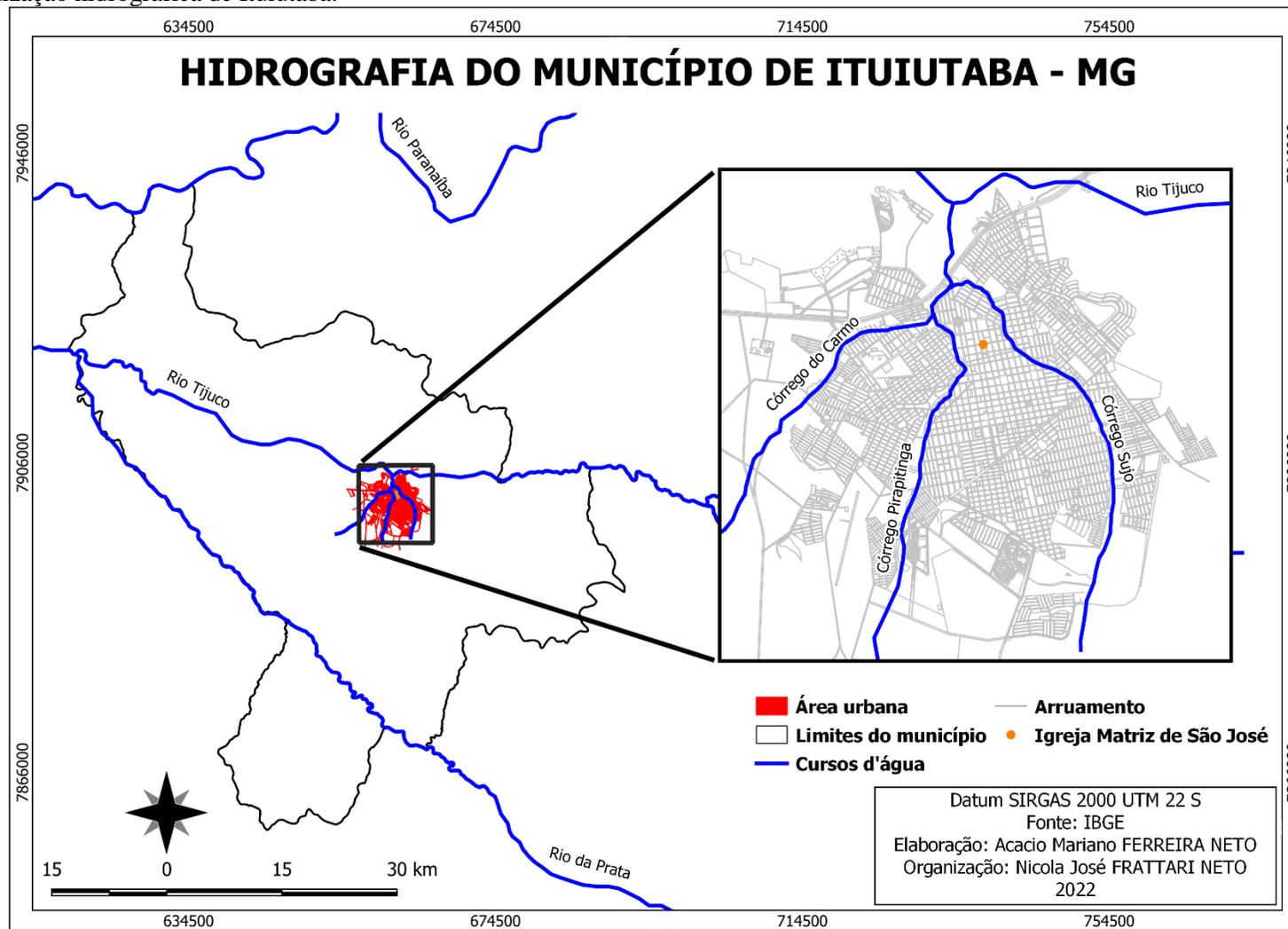
escravizado pertencia a ordem privada, seguia sob o costume patriarcal dos homens de mando e muito do que foi registrado oficialmente pela história considera uma cordialidade perante o senhor e sua situação existencial.

E foi dentro deste contexto que os posseiros com seus escravizados começaram a chegar a São José do Tijuco vindos do sul de Minas, em maioria, para demarcação das sesmarias. Entre os rios “Grande” e “da Prata”, mais especificamente entre os córregos “Sujo” e “Pirapitinga” e às margens do Rio “Tijuco”, foram estabelecendo-se as primeiras demarcações das fazendas “do Carmo”³², “São Lourenço”³³ e “São Vicente”.

³² Fazenda do “Carmo” de propriedade do posseiro José da Silva Ramos.

³³ Fazenda “São Lourenço” de propriedade do posseiro Joaquim Antônio de Moraes.

Mapa 03: Localização hidrográfica de Ituiutaba.



Fonte: NOVAIS (1974).

Essas delimitações foram o primeiro território demarcado para que o povoado se firmasse no entorno de uma Capela. Em seus primeiros anos, o povoado não tinha nome. Acredita-se que seus habitantes o chamassem de São José. Os doadores das terras, José da Silva Ramos e Joaquim Antônio de Moraes, por motivo de promessa, caso ganhassem a guerra contra os Caiapó, elegeriam São José como padroeiro, ao elevar-se a primeira Capela (CÔRTEZ, 1971). Porém, o curato pertencia ao Prata³⁴ e o padroeiro estendia-se da mesma forma até que houvesse a construção da Igreja e o desmembramento da freguesia.

Com a independência do Brasil, ocorrida em 1822, as relações entre Estado e Igreja estavam em alta. Pela Constituição de 1824, artigo 5º, o Catolicismo foi decretado como a religião oficial do país. Assim, foi implantado o regime do padroado, sob o controle político do imperador, que nomeava para muitos cargos eclesiásticos, assalariando inclusive diversos membros da Igreja. Os cultos, para serem públicos, não poderiam, de forma alguma, abranger qualquer outra religião, o que poderia acontecer, caso fossem de forma particular. Logo, em 1830, chegou ao vilarejo o padre Antônio Dias de Gouveia com alguns sobrinhos (vindo de Lavras, Minas Gerais), apossando-se de diversas fazendas pela região, pois adquirira a sesmaria das Três Barras às margens do Rio Tijuco. Foi o Pe. Antônio Dias quem construiu a primeira *Capelinha de pau a pique, coberta de folhas de buriti, tendo ao lado o cemitério, cercado de paus de aroeira* (CÔRTEZ, 1971, p.24), em 1832. Como o padre estava mais voltado aos seus negócios particulares e fazendas, deixou a incumbência da Capela para o Padre Francisco de Sales Souza Fleury, vindo de Goiás, estabelecido na cidade entre 1833 e 1836³⁵. Quando o Padre Fleury deixou o lugarejo, o povo construiu uma segunda Capela, um pouco maior e melhorada, juntamente com um segundo cemitério, próximos ao Córrego Pirapitinga.

³⁴ Pela Lei nº 138 de 3 abril de 1839, a paróquia de São José do Tijuco foi desmembrada de Uberaba (abarcando os curatos de São Francisco das Chagas de Monte Alegre, do Carmo e de Morrinhos). Assim foi criada a “Freguesia de São José do Tijuco”, estabelecendo-se oficialmente o povoado. No ano seguinte, a paróquia do Prata tornou sem efeito essa lei (com a Lei nº 164 de 9 de março de 1840), voltando São José do Tijuco a fazer parte da Freguesia do Prata. Alegavam que os moradores do Tijuco não tinham posses para edificar uma Igreja, além da pequena Capelinha de pau a pique e capim. O povoado de “São José do Tijuco” manteve-se então ligado ao Prata, que passou a ser Villa em 1854 (Vila de Prata do Imperador). Somente em 1866 foi instituída a “Freguesia de São José do Tijuco” (pela segunda vez), pela Lei nº 1.360 de 7 de novembro de 1866, quando finalmente foi desmembrada da de Nossa Senhora do Carmo, do Prata (PAIVA, 2018). É que homens importantes da localidade (José Flausino Ribeiro e João Manoel Franco) haviam construído uma igreja maior e imponente, acabada em 1862.

³⁵ Em 1836 também foi eleito o primeiro Juiz de Paz da localidade, para garantia da ordem.

Foto 04: 2ª Capela no povoado de São José do Tijuco, século XIX.



Fonte: Arquivo CEPDOMP.

Vê-se ainda uma capela de arquitetura simplória em meio ao descampado, construída de forma rústica. Não se equipara às grandes igrejas erguidas em Minas Gerais, principalmente aquelas que foram levantadas graças ao ciclo do ouro, no cenário minerador. Dessa forma, mesmo com a presença da Igreja e com a chegada do primeiro capelão, não houve modificação nesse painel de separação social, pois essa instituição religiosa integrou um elemento a mais na separação racial e conseqüente estratificação social, que perduravam desde a Colônia e persistiram pelo Império: *os brancos de origem portuguesa eram os fiéis. Judeus, mouros, mulatos se constituíam em infectas nações; como tais, não acreditando em Jesus Cristo, eram infiéis* (JUNQUEIRA, 2014b, p. 107). Isso somente reforçava a exclusão, a segregação dos grupos étnicos e a valorização do dono da terra.

Os moradores estavam atados aos mecanismos de sobrevivência, em um cerrado inóspito, decorrendo daí os modos da existência no campo. As relações do lugar estabeleceram-se sob a influência tanto da organização da Igreja — com suas diretrizes e festas — quanto da bula dos coronéis. O campo indicava a pujança econômica das famílias e atraía os posseiros, pela possibilidade da criação de gado e pela pequena agricultura que se desenvolvia. A vida no campo tornou-se um local bem mais próspero, pois, lentamente, o aglomerado no entorno da capelinha tomou maiores proporções.

Nesse contexto, marcado pela separação entre campo e cidade e por outras delimitações sociais e culturais, formaram-se territórios no espaço antes ocupado pela população originária, demarcando novos lugares e paisagens. Concomitantemente, na Europa, a economia doméstica

já havia se tornado quase inexistente, pois *a revolução industrial não transformou só a cidade e o campo: ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo o desaparecimento do campesinato tradicional* (WILLIAMS, 1989, p. 12). Países como a Inglaterra haviam dado, para o campo e a cidade, conotações totalmente diversas do que ainda se desenhava em quase todo o território brasileiro.

Alguns dados censitários representam o painel delineado pela chamada região Triângulo³⁶. Em 1831/32 Minas Gerais possuía 269.916 habitantes livres e 127.366 habitantes escravizados (PAIVA, 1996). São José do Tijuco estava ligada a uma região considerada deficiente economicamente e quase desabitada. A população de negros escravizados e a população branca ainda se situavam em maior escala nas regiões mais desenvolvidas pelo ciclo do ouro. Entre 1830 e 1835, o Triângulo, com seus três distritos, possuía uma população estimada em 10.287 habitantes. Pelos mapas de 1831/32 e 1838/40, são 2.466 almas livres, sendo 51% brancos, 47% mestiços e 2% crioulos; e 1.465 almas escravizadas, sendo 19% mestiços, 51% crioulos e 30% africanos. Segundo Paiva (1996), nessa coleta de dados, alguns distritos não foram anexados às listas; porém, pela porcentagem, visualiza-se um pequeno painel da condição de liberdade e “raça”, haja vista as separações entre negros, “crioulos”, “mestiços” etc. Verifica-se, ainda, que há um percentual significativo de afrodescendentes livres.

O quadro comparativo entre o Triângulo (Dores do Campo Formoso, São José do Tijuco e Uberaba) e uma região mais desenvolvida, como Araxá (Carmo, Patrocínio, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Araxá, São Francisco das Chagas, São Pedro de Alcântara, Desemboque, Bagagem, Conceição, Patos, Santana da Barra dos Rio das Velhas, Santíssimo Sacramento, São João Batista da Serra da Canastra), revela o quanto o Triângulo estava distante do quadro populacional das regiões mais desenvolvidas de Minas Gerais

Tabela 01: População no Triângulo 1830/1831

Região	Almas Livres	Almas Escravizadas	Nº de Proprietários de Escravos
Araxá	10.586	4.122	843
Triângulo	2.466	1.465	227

Fonte: PAIVA, 1996.

³⁶ Os dados apresentados fazem parte das Listas Nominativas de Habitantes, dispostas no Arquivo Público Mineiro e que deram fundamentação para a tese: **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**, defendida por Clotilde Andrade Paiva. Segundo a autora, “As Listas Nominativas de 1831/32, [são o] único conjunto de dados demográficos com alcance de censo provincial conhecido para este momento” (PAIVA, 1996, p. 47), e “Um expressivo conjunto de 242 Listas Nominativas de habitantes constitui o nosso principal acervo documental. São documentos manuscritos, elaborados por distrito de paz, que contém a relação nominal dos habitantes, em 1831/32. Não há informações seguras sobre o total de distritos de paz que compunham a Província naquela data. Conforme argumentamos no item anterior, este número deveria estar muito perto de 410 por volta de 1830” (PAIVA, 1996, p. 54).

Nota-se que o índice de almas escravizadas apresenta uma porcentagem de 28,02% em Araxá e 37,26% no Triângulo, perfazendo um pequeno aumento. Já dentre a população livre, o número de proprietários de escravizados está em 7,96% em Araxá e 9,20% no Triângulo. Essa diferença entre o número de proprietários e escravizados pode ser ocasionada por Uberaba — apesar de pertencer ao Triângulo — ser uma região mais centralizada, próxima a outras mais desenvolvidas.

No *Mappa do Districto de São José do Tijuco da Freguesia de Sra. Do Carmo dos Morrinhos e Município da Villa de Uberaba* (conforme grafia da época), realizado em 1840 e transcrito em Junqueira (2014), estão registrados 179 fogos contendo as famílias dos brancos com seus escravizados. Por meio dos dados e de algumas anotações realizadas pelo autor é possível captar a atmosfera social da região. O documento apresenta uma menor parte de homens brancos lavradores, e uma maioria de negros escravizados. Há apenas um indígena registrado. Quanto às profissões, *o distrito era constituído de sociedade rural, ajuntando lavradores (fazendeiros), escravos, carpinteiros, carapinas, costureiras, jornaleiros, folheiros, fumeiros, fiandeiras, tecedeiras, todos ligados aos alfaiates, costureiras e taberneiros, estas, as únicas profissões tipicamente urbanas insertas no censo de 1840* (JUNQUEIRA, 2014b, p. 733). Percebe-se a formação de uma existência urbana, voltada a alguns serviços que já esboçavam a composição de uma futura classe de operários.

A seguir, apresenta-se o índice populacional mais específico de São José do Tijuco:

Tabela 02: População de São José do Tijuco no Século XIX³⁷

Denominação	Ano	População total	Homens	Mulheres
São José do Tijuco	1831/1832	1.625	----	----
Freguesia de São José do Tijuco	1872	2.431	1.271	1.110
Distrito de São José do Tijuco	1890	5.067	2.624	2.443
Villa Platina	1904	13.237	6.700	6.537

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de Minas Gerais 1830/1831 (PAIVA, 1996); Censo (1872): Censo (1890); VILLA PLATINA (1904).

Percebe-se, pelo aumento de habitantes, que o vilarejo surgido em meio às matas cerradas obteve crescimento populacional significativo ao longo do oitocentos. Mesmo

³⁷ Encontram-se erros em vários dados apresentados pelos recenseamentos mais antigos, devido à má qualidade da escrita e do papel, posteriormente digitalizados. Assim, ao longo desta pesquisa, notou-se que um número pode ter sido compreendido como 0 em um momento ou como 6 ou 8 em outro, por estarem borrados e incompreensíveis para leitura. Em todos os casos verificou-se que a média de erro é ínfima.

localizado em uma região inóspita e dificultosa, as condições para a agropecuária eram favoráveis ao cultivo³⁸. Outro fator relevante é que o Triângulo se tornou região de passagem para Goiás e Mato Grosso, onde, posteriormente ao ciclo do ouro em Minas Gerais, surgiram possibilidades mineradoras rentáveis. Ao longo do oitocentos, as ricas condições naturais permitiram que os donos de terra avançassem no processo de produção, com plantações de café, algodão e outros, permitindo crescimento econômico e aumento demográfico.

Em 1895, a notícia sobre a chegada da Mogiana em Uberabinha (atual Uberlândia), causou reação entre os coronéis de São José, por ficarem de fora da rota. Mesmo assim, a estrada de ferro, estando mais próxima, melhorou as condições de transporte para aqueles que procuravam o interior do Brasil em busca de trabalho e crescimento econômico, ligando Uberabinha à Campinas/São Paulo. Essa movimentação permitiu um fluxo de imigrantes que chegavam ao Brasil para o interior. O articulador desse processo de crescimento foi o Padre Ângelo Tardio Bruno. A pedido da população, viajava pela região e convidava famílias e profissionais das mais diversas áreas para residirem em São José do Tijuco. A Freguesia, então, tornou-se uma localidade rural e urbana, próspera economicamente, ideal para famílias e trabalhadores que buscassem melhores condições de existência.

Foto 05: Antigo largo de São José do Tijuco (ao fundo à direita a antiga Capela).



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Estando sedimentada a territorialidade do povoado nascente e as demarcações registradas para e pela Igreja, as poucas casas já desenhavam o que seria sua área urbana e rural. Acima vê-se os casebres em torno da capelinha, com a cerca que delimitava o cemitério. Trata-

³⁸ Humberto Guimarães, ao fazer uma apresentação da cidade com dados fornecidos pelo Agente de Estatística, José Luiz de Oliveira, escreveu “As terras de Ituiutaba e do ex-distrito de Capinópolis são reputadas entre as mais ferazes do mundo, comparáveis segundo Humboldt, Sainte-Hilaire e Edward Miliward, às da Ucrânia, na Rússia, e às do Vale do São Lourenço, no Canadá” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 306).

se de um registro, talvez o único, que apresente toda a extensão da zona urbana da unidade no oitocentos. Especula-se que o local onde o fotógrafo estava no momento do registro seja a capela de Nossa Senhora do Rosário, erguida pelos escravizados e derrubada posteriori. Percebe-se que é desse ponto espacial que haverá a explosão urbanística, demográfica e social que constituirá toda a unidade e as considerações levantadas nesta pesquisa.

Um pouco adiante uma grande e imponente igreja de duas torres foi construída, ocasionando marco religioso e administrativo. A nova construção permitiu ser desmembrada da Freguesia de Monte Alegre, a nova Freguesia de São José do Tijuco, transferida sua referência para a localidade, inclusive com a mudança do santo padroeiro para São José.

Foto 06: Primeira Igreja Matriz de São José do Tijuco.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Para garantir autonomia política e administrativa para a localidade, as igrejas deveriam ser externamente imponentes, o que não ocorria com seus interiores, pois

Em virtude da inexistência do ouro, principal padrão a medir as maiores ambições das pessoas, as igrejas das áreas pastoris eram pobres, possuíam poucas imagens; não tinham barroco a dar retorcidos contornos a seus altares; alfaias ruças, apodrecidas pelo tempo e desuso; daí os ofícios religiosos ficarem ao nível dos valores do boi e dos campos de criar (JUNQUEIRA, 2014b, p. 510).

A fim de adornar melhor a igreja, Padre Ângelo contratou o italiano Nicola Frattari³⁹, marceneiro e entalhador, residente em Uberabinha, para fazer um púlpito artístico e alguns outros detalhes que melhorariam o aspecto estético do templo. O italiano logo se mudou para a cidade com a família. Porém, todos os seus trabalhos foram queimados, pois, em 1938, um incêndio de proporções avassaladoras e de causas nunca descobertas — ou reveladas — destruiu a Igreja e tudo que nela havia: móveis, tabernáculo, paramentos e imagens. Outra Igreja foi construída, no mesmo lugar, e inaugurada em torno de 1959, estando erguida até a atualidade.

Foto 07: Igreja e Largo da Matriz, 1930.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

³⁹ O italiano Nicola Frattari e sua esposa Ema Simoni Frattari tiveram papéis relevantes na formação da classe de trabalhadores da cidade, sendo ele marceneiro e ela costureira. Serão citados em alguns momentos da pesquisa não por serem os únicos, mas, por seu histórico estar registrado nas fontes encontradas. Coincidentemente, são meus bisavós paternos.

Foto 08: Catedral de Ituiutaba



Fonte: Arquivo Particular de Raquel Abdalla (2021).

Na foto nº 06 (captura de um casamento) vê-se a primeira Igreja construída e inaugurada em 1862, responsável pela emancipação do lugarejo, que passou a ser Freguesia, em 1866, desmembrando-se da Villa do Prata. Na foto nº 07, a mesma Igreja, melhorada arquitetonicamente pelo Padre Ângelo (vê-se os átrios fechados), no final do século XIX. E na foto nº 08 a captura da Igreja construída após o incêndio e que na atualidade é a Catedral de São José. Seu projeto arquitetônico e parte do material de construção veio da Itália por meio de sua ordem fundadora e é uma réplica de uma igreja já existente por lá. A igreja manteve o padrão a que foi erguida, mantendo-se imponente símbolo religioso com seu status administrativo.

Em 1867, a Freguesia de São José, então com uma igreja imponente, a altura de seu desmembramento e conseqüente autonomia, recebeu, provido pelo governo, o primeiro padre encomendado, o Pe. Fortunato Alves Pedrosa e Rezende, que exerceu o cargo de capelão. Próximo à Proclamação da República, o pequeno povoado ou *currutela* não passava de sete casas de pau a pique cobertas por capim, esparsas aqui e ali, concedidas pelo capelão, pois o terreno era do patrimônio. Alguns dos moradores, no entorno da Igreja, foram José Flauzino Ribeiro, Joaquim Ribeiro Guimarães, José Simeão de Gouvêia e Silvério Bertoldo de Gouvêia, com suas respectivas famílias (CÔRTEZ, 1971, p.34). Esses moradores influenciaram todo o desenvolvimento político, administrativo e econômico do lugar, quer pela influência junto aos governantes, quer pela posse das enormes extensões de terras. O restante da pouca população residia no campo.

Todo esse histórico de avanço e demarcação territorial promoveu distinções sociais, ocupação de lugares, em que sedimentaram ações políticas, econômicas, religiosas e sociais. Muito característico a fixação dos grupos hegemônicos em suas posições de mando e controle, prevalecendo tanto no espaço urbano quanto no rural. Igualmente, começou a se formar um grupo de trabalhadores composto pelas famílias que trabalhavam nas fazendas, pelos negros forros (e, após, pelos libertos) e pelos que ocupavam os lugares do subemprego nos pequenos serviços.

Aos poucos o excedente da produção alimentícia rural foi capaz de alimentar um aglomerado no entorno da Igreja construída. Embora todos tivessem estreita ligação com a terra, seja como proprietários, escravizados ou trabalhadores livres, o oitocentos foi caracterizado por essa divisão campo/cidade. Conseqüentemente, na longa caminhada pelo século, famílias de operários estabeleceram-se na freguesia e iniciaram as relações em que havia a troca de produtos produzidos na zona urbana e na zona rural. Pelo Censo municipal de 1904, percebe-se uma gama de novos ofícios que possibilitaram esse intercâmbio, como ferreiros, soleiros, carpinteiros, costureiras, alfaiates, entre outros. *A origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente* (SINGER, 1995, p. 13).

Da mesma forma, os donos das terras, ou os chamados coronéis, ambientaram-se diante das frentes do poder e do comando local, engrossando as elites políticas da localidade. Toda uma superestrutura estava presente com o estabelecimento da Igreja e dos coronéis, que assumiam os cargos do Conselho de Intendentes, do Juiz de Paz, entre outros. Nesse sentido, onde as diferenças já estavam demarcadas, não há distinção entre campo e cidade na questão da divisão social do trabalho. Aos trabalhadores rurais juntaram-se os ex escravizados e os operários que chegavam, por pertencerem ao mesmo nicho social. Considerando-se que a formação urbana somente foi possível com o excedente da produção rural, evidencia-se o crescimento dessa produção ao longo dos oitocentos, desdobrando-se nos índices demográficos da região e no crescimento do aglomerado.

Perante a organização institucional e civil onde prevalecem as relações de poder em uma unidade, vê-se a seguir como os grupos hegemônicos, por meio de marcos arquitetônicos, estabelecem relações, delimitam espaços e dividem grupos. As ligações havidas entre a estrutura nacional imperial refletem no campo micro, no surgimento das pequenas cidades no interior das Geraes, por todo um aparato político, econômico e religioso.

3.3 OS GRUPOS HEGEMÔNICOS E A INSTITUIÇÃO DO PODER

O “P”oder pode estar ligado à soberania do Estado ou do Mercado, mas não está atado às suas linhas demarcadoras que se limitam ao que é estritamente político, econômico, cultural e administrativo, mesmo se bem estruturado e compreendido, como o próprio poder público, nas diversas esferas que o compõem. Numa economia capitalista, o poder está associado às instancias de dominação, tanto nas bases sociais com fortes grupos econômicos e políticos, quanto no âmbito das instituições. Mas, *o poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio* (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Enquanto o poder nome próprio é identificável, pois se manifesta por *intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos* (RAFFESTIN, 1993, p. 52), o poder nome comum *esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem* (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

O poder está em todo lugar embora não englobe tudo. Não é possível encontrá-lo em uma única matriz geradora, pois pode estar em todos os lugares por um processo que cerceia as relações de força — o campo de poder estabelece-se quando os polos da relação entre diferentes se confrontam. Justamente por sua desigualdade, torna-se temporário, instável e local.

O poder para ser exercido necessita de um campo. Compreende-se que esse exercício se dá em um espaço material e em um simbólico; ambos precedem o território e são termos equivalentes. *O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si* (RAFFESTIN, 1993, p. 143 e 144).

Nesse campo do poder verifica-se que, em 15 de julho de 1887, houve uma articulação promovida pelas lideranças locais, na quase anônima São José do Tijuco, criando o Club Republicano. Em 15 de agosto do mesmo ano, seus integrantes publicaram um Manifesto na *Gazeta Sul Mineira*. O desagrado com a Monarquia estava disposto, entretanto, pelo contexto local, percebe-se uma preocupação bem maior com relação ao desenvolvimento e à emancipação da localidade, atrelado às particularidades. Essas questões relacionavam-se diretamente com a continuação do sistema de mando e com os privilégios sobre as terras (PAIVA, 2018). As especulações da chegada dos trilhos da Mogiana até Uberabinha (1895), as lutas políticas às quais tinham que se subordinar ao Prata e os altos impostos cobrados pela

Coroa, deixavam São José do Tijuco na esteira, dificultando o crescimento econômico e político, fortemente atado aos interesses particulares dos coronéis.

Foto 09: Fundação do Club Republicado em 15 de Julho de 1887.

Reprodução de Dal Bello



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Fizeram parte do Club Republicano e estavam presentes no dia da inauguração os coronéis e latifundiários da região, como o Capitão João José da Costa Vale, José Esteves de Andrade, Manuel Caetano e o Capitão Jerônimo Alves Vilela, proprietário do casarão onde se fez a reunião. Todos eram donos de negros escravizados e estavam motivados por interesses próprios, sem o ideal republicano que vigorava nas correntes políticas e intelectuais brasileiras. Chegaram a reclamar das condições de uma negra escravizada que gemia na senzala da casa, já nos estertores da morte, incomodando a reunião com tanto barulho (ACAIACA, 1953). Ao que parece, além da publicação em jornais em Minas Gerais, também conseguiram apoio no Rio de Janeiro, mas, com a Proclamação da República em seguida, o Club perdeu forças apesar de os mesmos coronéis continuarem nas lides do mando. Esse fato sugere que os ideários republicanos na região não romperam com os princípios e os valores que perduraram durante o

regime escravocrata. Foi um mais do mesmo, a continuidade da tradição sob a aparência da mudança.

Dois anos após a criação do Club Republicano, com o advento da República, o descontentamento local ficou por parte da Igreja, que assim se referiu ao fato:

A radical política trouxe consigo o banimento do país do velho Imperador e de toda a família Imperial, constituindo-se no poder um governo provisório que não tardou a manifestar-se inimigo da Igreja Católica, sendo os seus membros maçons e positivistas. No dia de dezembro quando ainda não tinha passado um mês de trabalhos do dito governo, manifestamente declarou-se inimigo do catolicismo amarrando o decreto da separação da Igreja do Estado e pouco mais tarde do casamento “avil” da secularização dos cemitérios, ao que mais consistia a secularização do ensino (TOMBO, 1890, p. 34A e 34B).

A notícia só chegou a São José do Tijuco no dia 22 de novembro, uma semana após a Proclamação, pelo *Correio da Corte*. No livro Tombo só foi registrada no dia 1 de janeiro de 1890. Até o século XIX, no Brasil, a vila ou a cidade era caracterizada pela presença da Igreja. Essa separação entre Estado e Igreja causou cortes abruptos em vários departamentos sociais como cemitérios, escolarização, entre outras questões fundamentais que envolviam processos políticos e econômicos nas cidades. Porém,

O tiro mortal e definitivo dado na Igreja, arrasando de vez os ligames dela, no Brasil, com o estado, foi, sem dúvida, a Lei de 24 de janeiro de 1890 criando o casamento civil, que é independente do religioso, o único de efeito jurídico e civil. Logo depois de instituído o novo regime (JUNQUEIRA, 2014b, p. 597).

Mesmo entre tantas rugas e dissensões, o poder da Igreja no Brasil continuou pelo novecentos, pois já estava entranhado nas relações da sociedade, mantendo estruturas de hierarquia, fortalecendo o lugar dos grupos hegemônicos.

Dentro de um contexto mais amplo, a Proclamação da República foi um fato bastante controverso, implantado de cima para baixo — sem contar com a participação popular — e que auxiliou a fundamentar as diferenças e a fortalecer as elites locais, delegando a elas mais poder. Instaurando-se a República, o povo deveria ocupar um papel central a frente dessa nova construção política e social, obtendo direitos e condições em um solo livre e de verdadeira cidadania. Mas, o povo *assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar* (CARVALHO, 1987, p. 9).

Assim, a Constituição de 1891, nascendo republicana, quase não alterou os direitos civis e os políticos dos cidadãos brasileiros. Sendo totalmente antidemocrática, manteve a restrição

da participação política do povo, continuando a grande lacuna entre a sociedade civil e a política.

Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pé, os membros de ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população (CARVALHO, 1987, p. 44 e 45).

No tocante aos analfabetos, há um processo excludente, discriminatório e antidemocrático instaurado, e de ordem elevada, pois, ao mesmo tempo em que foram excluídos do direito ao voto, a Constituição de 1891 não obrigava o governo a fornecer instrução pública à população. O voto passou a ser um direito social que só a educação poderia dar, mas esse direito era negado à maioria. Em 1886, o percentual da população escolarizada no Brasil era de 1,8%, enquanto, em localidades vizinhas, como a Argentina, o índice estava em torno de 6% (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003). Esse índice alarmante pouco se alterou ao longo da primeira metade do século XX.

Tabela 03: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/1950.

ANO	População de 15 anos ou mais.
Taxa de Analfabetismo (%)	
1900	65,3
1920	65,0
1940	56,1
1950	50,6

Fonte: Mapa do Analfabetismo no Brasil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003).

Os grupos oligárquicos brasileiros não se sensibilizavam quanto à necessidade de instrução para o povo brasileiro. Em uma população basicamente rural, com precários meios de comunicação e transporte, a demanda educacional era baixíssima. Pelo recenseamento de 1906, a população analfabeta no Brasil acusou o índice total de 74,6% e quantificou valores precários nos estados brasileiros.

Tendo em vista esses dados minoritários, percebe-se que os ideais republicanos voltados para fazer frente aos países desenvolvidos estavam longe de serem alcançados. Com o afastamento do povo dos instrumentos democráticos, por outro lado fortificaram-se e legitimaram-se os mandatários do poder local, dentro de uma territorialidade regionalista. Os

“coronéis” eram os senhores de terra, exercendo o poder do “mando” desde o período colonial, e agora encontravam apoio público para unirem-se ao poder político. O “coronelismo” *é antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa* (LEAL, 2012, p. 44). Dessas relações advinham a força com que os clérigos e os coronéis atuavam pelo Brasil no final do Império, e a consequente continuação dessas ilhas de poder, reconfigurando-se pelas pequenas cidades, mesmo após a Proclamação da República.

A República Federativa Presidencialista Brasileira estabelecia-se organizando o país como uma federação, compondo os poderes municipal, estadual e federal. Na chamada República Velha, as dinâmicas de ocupação havidas, ou seja, o território marcado por agrupamentos humanos, relações de poder e espaço econômico influenciaram decisivamente, como base estrutural, para formação dos municípios. Foram criadas as Intendências Municipais, com os Conselhos Distritais, promovendo uma reestruturação do aparato administrativo do Estado. Era uma nova forma de estrutura organizacional, moderna, que dispensava o aparelho burocrático utilizado até então, considerado arcaico. Eram as bases do chamado Estado Moderno Brasileiro, lançadas pelo movimento político-militar que instaurara a República. O Conselho de Intendentes administrava a cidade, sendo escolhido entre vereadores eleitos ou mesmo entre os populares, e poderia gerenciar comissões voltadas à Fazenda e Contas, Justiça e Poderes, Obras, entre outros. Em São José do Tijuco, o primeiro Conselho foi composto por Pio Augusto Goulart Brum (Presidente), Antônio Pedro Guimarães e Constâncio Ferraz de Almeida, e para Fiscal José Gonçalves Valim Pirai.

Pio Augusto Goulart Brum, o então presidente do Conselho de Intendentes, morava no único sobrado da cidade, o qual, pela imponência, era visto por todos os espaços já configurados no povoado, mudando a paisagem relativa ao poder. Foi construído em 1881 por José Esteves Andrade e Pio Goulart, sendo esse último seu primeiro e único morador até a instalação do Conselho (1891). Cedeu o sobrado e foi residir na casa de Belmiro Malta. No sobrado, localizado em uma região privilegiada da cidade (atual esquina da avenida 9 com rua 18), instalou-se a primeira sede do Poder municipal (CÔRTEZ, 1971). O sobrado foi um marco para a pequena São José, pois foi um dos primeiros expoentes arquitetônicos a acompanhar uma arquitetura colonial mineira mais requintada, embora tardia. As regiões ao leste das Geraes se destacavam desde o ciclo aurífero pela riqueza dos casarões, das igrejas e dos sobrados, enquanto no Pontal só havia casinhas de pau a pique cobertas por palha (RIBEIRO, 1966).

Foto 10: Primeiro sobrado da cidade de Ituiutaba, 1881.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

A história desse sobrado se confunde com a história da administração pública da cidade. O Conselho de Intendentes funcionou nele até o ano de 1901, quando a freguesia passou à condição de município. São José do Tijuco ganhou o título de Villa Platina e o sobrado passou a ser a sede da Primeira Câmara Municipal. A condição de Villa requeria uma organização mais ampla. Enfim, o município foi separado do Prata pela Lei Estadual nº 319 de 16 de setembro de 1901.

Em janeiro de 1902, Pio Augusto Goulart Brun foi empossado como o primeiro Agente Executivo e primeiro Presidente da Câmara Municipal. Ele foi um articulador local da República com seus novos ideais e princípios. Exerceu um papel fundamental na organização e formação política, econômica, espacial e cultural da cidade. Foi um elemento de projeção política e social, quer por suas várias profissões (farmacêutico, poeta, jornalista, administrador), quer por ter transitado entre os três períodos da cidade (São José do Tijuco, Vila Platina e Ituiutaba). Mesmo em meio a muita precariedade, em 1905, auxiliou a implantar a primeira linha telefônica que chegou à cidade, *as famílias Carvalho e Alves de Oliveira estenderam uma linha telefônica ligando as fazendas do 2º Salto ao 1º Salto (da Prata) à cidade onde estavam as residências de D. América Carvalho e Dr. Fernando Vilela, ambas no largo da Matriz* (AUGUSTO, 1953, p. 24). Também, fundou o jornal “Villa Platina”, em 1908, combatendo a

política hermista e civilista⁴⁰. Mesmo continuando ativo na cidade, em 1905, Pio Augusto deixou seu cargo e Tobias da Costa Junqueira terminou seu mandato.

A história do sobrado continuou. Alguns anos depois foi a sede do primeiro salão de bailes da pequena elite social que se desenhou. Em 1948, foi sede da Cadeia Pública e da Delegacia de Polícia, sendo demolido em 1961. Atualmente o espaço é ocupado pelo Tiro de Guerra e fica em região central e privilegiada, rodeada pelo comércio. Encontra-se a dois quarteirões da Praça Cônego Ângelo (antigo Largo da Matriz), onde se localiza a Catedral, a Câmara dos Vereadores, o Palácio da Justiça e onde funcionou a Prefeitura durante muitas décadas.

Um levantamento de dados dos Agentes Executivos, durante a chamada República Velha, auxilia as reflexões para a compreensão de que houve um perfil nessa tradição política, iniciada por Pio Augusto Goulart Brum, com relação aos próximos detentores do poder municipal.

Quadro 03: Agentes Executivos de Villa Platina – 1902/1931.

Nome do Agente Executivo⁴¹	Período do Mandato	Filiação	Cidade de Procedência	Profissão
Pio Augusto Goulart Brum	1902/1905	Cirino Hortêncio Goulart Brum e Maria Barbosa Goulart	Estrela do Sul (MG) ⁴²	Farmacêutico Jornalista Poeta Administrador
Tobias da Costa Junqueira	1905	Emerenciano da costa Junqueira e Jerônima Clara de Jesus	Ituiutaba (MG)	Fazendeiro
Francisco Alves Vilela	1905/1907	Cel. Pedro Alves Vilela Mariana Alves Garcia	Campo Belo (MG) ⁴³	
Dr. Fernando Alexandre Vilela de Andrade	1908/1911	Antônio Alexandre Vilela de Andrade e Rita Hermelinda Vilela de Andrade	Canápolis (MG)	Engenheiro ⁴⁴ Fazendeiro
Joao Martins de Andrade	1912/1918 1923/1925	Capitão Jerônimo Martins de Andrade e Ana Rosa Martins de Andrade	Ituiutaba (MG)	
Antônio Domingues Franco	1919/1922 1925/1926	Manoel Antônio de Gouveia da Costa e	Ituiutaba (MG)	

⁴⁰ O jornal fazia oposição ao então presidente Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914).

⁴¹ As Prefeituras Municipais só foram instaladas a partir de 1931.

⁴² Veio residir na cidade a convite de Antônio Pedro Guimaraes justamente para assumir a presidência do antigo Conselho de Intendentes em 1899.

⁴³ Atual Campina Verde (MG).

⁴⁴ Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1895.

		Emereciana Maria de Nazaré Franco		
Augusto Martins de Andrade	1927/1931	Cap Jeronimo Martins de Andrade e Ana Rosa Martins de Andrade	Ituiutaba (MG)	

Fonte: Revista Acaiaca, 1953.

Foto 11: Assentados da esquerda para a direita: Capitão Jeronimo Martins de Andrade (comerciante), Manoel David da Costa (fazendeiro), Dr. José Petraglia (primeiro médico), Cel. Antônio Pedro Guimaraes Morais (fazendeiro), Cel. Pio Goulart Brum (farmacêutico); em pé, da esquerda para a direita: José Candido da Silva e Souza (escrivão de paz), Vandarso da Silva (comerciante), Aureliano Ferreira Diniz “Leleco” (comerciante), José Martins Piraí (maestro da banda), Antônio Joaquim Guimaraes Tônico Morais (fazendeiro), Vitor Guimaraes (fazendeiro), José Goulart, Fernando Vilela de Andrade “Fernandinho Capitalista”. Personalidades Tijucas, 1896.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Relacionando o quadro comparativo dos Agentes Executivos com a foto tradicional das “Personalidades Tijucas de 1896”, percebe-se que são quase os mesmos homens brancos ocupando a cadeira do poder municipal. Os sobrenomes soam com muita familiaridade aos moradores da cidade, pois todos são, atualmente, nomes de ruas, de praças, do terminal rodoviário, entre outros espaços importantes. O grupo elitista, composto em sua maioria por fazendeiros (coronéis) e homens com formaturas raras para o período, diferenciava-se em relação à maioria do populacho que se achegava, construindo suas casas de adobe pelas ruas de terra massapé vermelha, característica da região. Há preponderante tradição familiar presente

entre o grupo que se instalou na cidade em grandes propriedades latifundiárias. Ressalta o memorialista que, para São José do Tijuco, veio estabelecer-se *uma categoria de homens habituados ao mando, a chefias políticas, com espírito de comando, herdado de antepassados ou exercitado em outras plagas* (PAIVA, 2018, p. 112). Ainda, comenta que tal fato [ou seja, a vinda dessas famílias para a localidade] *explica o “bom berço” do Ituiutabano, no seu relacionamento social afável, inteligente e educado (...)* (PAIVA, 2018, p. 113). Prossegue, discorrendo sobre a formação social das primeiras famílias, compostas por homens e mulheres brancas, que se firmaram na localidade:

Com efeito. As famílias mais antigas, que povoavam o município tijucano, por sua ascendência, vinculam-se a velhos coronéis e políticos mineiros, muitos deles simpáticos ou adeptos de ideias republicanas, destacados pela arte de mandar nas suas comunas. Asseguravam eles os alicerces de uma liderança de mão forte, dirigida para o bem comum. Os Andrade e Martins, vindos de Lavras do Funil e de Carrancos ou Nossa Senhora de Carrancas, provinham dos Andrade e Botelho, gente da melhor estirpe, com relevantes serviços prestados à Província de Minas. Os Franco, originários de Caldas e Sul de Minas, com velhas raízes no Estado e participantes de movimentos libertários de envergadura. Pedro Alves Vilela e Augusto Alves Vilela, entroncados em Campo Belo, aqui aportados nas últimas décadas do século XIX, antes de virem para o Tijuco, lá já eram chamados beneméritos pelos campo-belenses e esse título foi confirmado, com justiça, pelos tijucanos. Os Carvalho, sólidos senhores de engenho, tradicionais produtores rurais. Os Moraes-Guimarães, procedentes de Campestre, Minas, aparentados com grande político Altino Arantes, de nome nacional. Os Chaves, descendentes de Tiradentes. Os Gouveia com troncos em Lavras do Funil, parentes de Padre Antônio Dias de Gouveia. Nesse encadeamento, todos da boa prosápia: os Vilela, Junqueira, Costa, Ribeiro, Muniz, Camargo, Prado, Macedo, Novais e muitos outros, numa listagem à guisa exemplificada, e todos, sem exceção, a merecerem estudo acurado de um linhagista (PAIVA, 2018, p. 112 e 113).

Encontra-se nesse recorte a relevância dessas famílias e suas procedências ligadas ao mando, às elites regionais, ao coronelismo e à vida política, sem nenhum destaque para a mulher, o negro ou o pobre. Percebe-se a continuidade e a tradição mantida junto ao poder local, que provinha dessas famílias. Ainda, a referência ao “bom berço”, anteriormente exposta, supõe que toda a sociedade tivesse sido formada a partir dessas famílias de bons nomes e sobrenomes. Ainda, sugere que os negros escravizados e posteriormente libertos, além dos trabalhadores mais simples e analfabetos não compuseram essa sociedade.

Schwartz (2007), em *Ao Vencedor as Batatas*, reflete sobre as ideias do liberalismo europeu nesse momento e a disparidade de sua associação à sociedade escravista brasileira. Reporta-se que essa tentativa ocasionou uma *substituição da referência liberal pelo paternalismo conservador* (SCHWARTZ, 2007, p. 83). Autoritarismo em que *a família dá o*

paradigma à sociedade, se entrelaçava com naturalidade às nossas tradições católicas e patriarcais [e onde] escravismo e regime de prestação não lhe punham dificuldade (SCHWARTZ, 2007, p. 84). Processo que prossegue cimentando as relações entre a velha e a nova política, do Império à República, seguindo pelo novecentos, em um processo pelo qual o Brasil vivencia um passado que nunca passa e um futuro que nunca chega. Para Schwartz *trocasse o roto pelo esfarrapado* (2007, p. 84).

No trabalho de organização da cidade, esses Agentes Executivos tiveram importância fundamental, pois, a cada mandato, as dinâmicas de transportes (encascalhamentos, bueiros, pontes e rodovias de acesso às cidades mais próximas), comunicação (extensão da telefonia e linhas telegráficas), estruturação de iluminação pública e saneamento básico, criação do primeiro Grupo Escolar, motor de explosão para inauguração do primeiro cinema, entre outros, foram instalados, modificando a existência e o cotidiano do povoado. Entretanto, esses benefícios ainda eram muito precários e não abrangiam a totalidade social com eficácia.

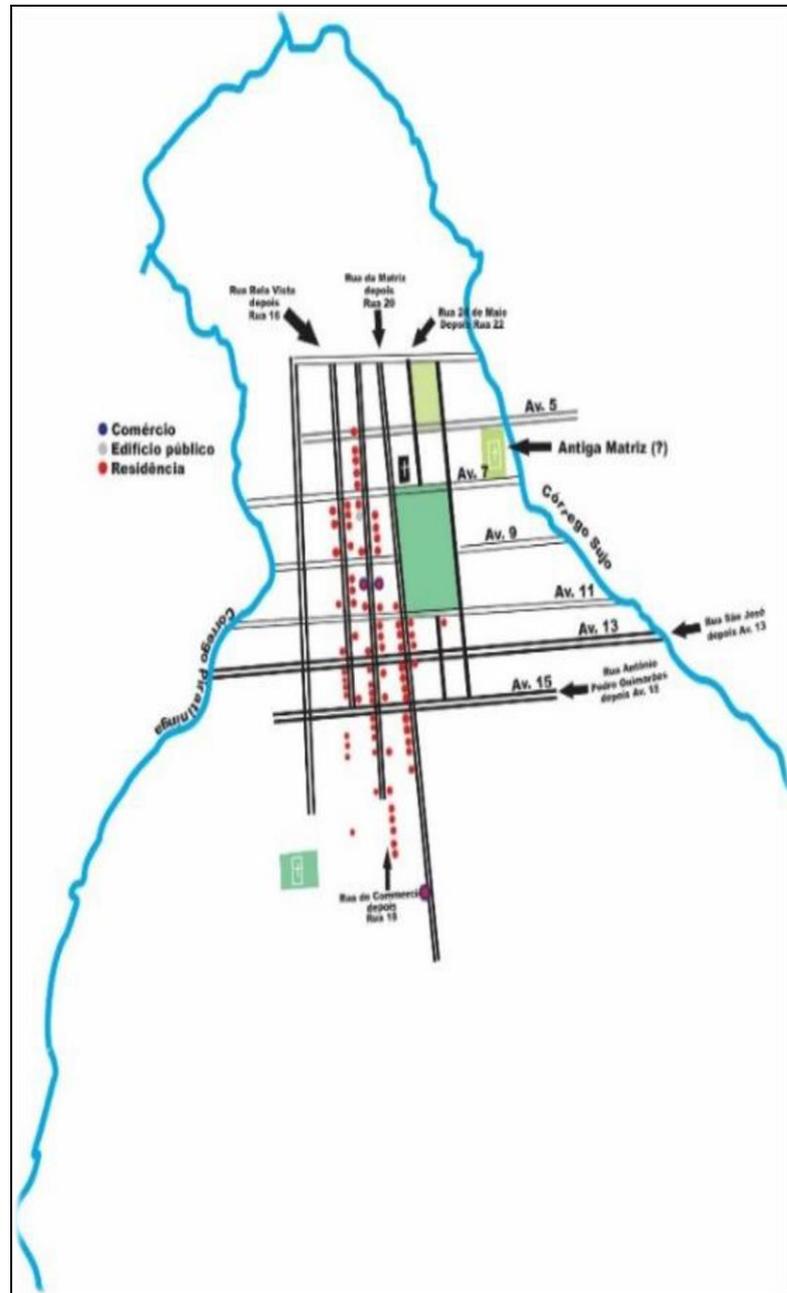
Toda essa movimentação política esteve unida à Igreja, pois foi com a chegada do Padre Ângelo Tardio Bruno (1882) que a cidade tomou rumos novos quanto à urbanização, espaçamento e organização social. Além de assumir o trabalho na pequena Capela, tratou logo de melhorar alguns aspectos da cidade. Aumentou significativamente o tamanho da igreja, construindo mais altares e cresceu o número de bancos. Trouxe de outras localidades artesãos, pedreiros, oleiros, pintores etc.; introduziu o sistema de argamassa e tijolos nas construções; construiu e ajudou na edificação de casas, muros etc. Além de fundar a primeira Banda de Música, em 1886, seu principal feito, junto a João Gomes Pinheiro, foi fazer o traçado das ruas e construir as primeiras casas de tijolos, as pontes e cultivar as terras (CÔRTEZ, 1971).

Cônego Ângelo declara no livro de tombo da antiga Matriz que, ao chegar de mudança em Ituiutaba, procurou pelos documentos de constituição do patrimônio da paróquia e nada encontrou. O povoado não tinha ruas alinhadas, tudo fora feito ao jeito de cada um, as construções de casas ou ranchos eram erguidos sem licença da fábrica da matriz. Aliás, diga-se, os padres anteriores a Ângelo não conheciam a dimensão do terreno, só padre Fleury teria alguma notícia. Quase todos os moradores possuíam animais, fechados em pastos das terras da igreja (JUNQUEIRA, 2014b, p. 235).

A cidade começava a se delinear frente aos novos prepostos de uma urbanização mais visionária do que real. Iniciava uma organização no traçado espacial, reconfigurando o espaçamento desordenado. A partir do marco onde se encontrava a igreja, ou seja, o principal prédio do arraial, demarcou-se o perímetro urbano no dia 20 de abril de 1896. Estando pronta a demarcação, o padre passou ao aforamento dos terrenos dentro do novo alinhamento,

conseguindo um bom dinheiro para a igreja. *O arruamento simples estabelecia uma planta ortogonal de ruas e avenidas largas e retas, um traçado semelhante a um tablado de xadrez* (JUNQUEIRA, 2014b, p. 236).

Mapa 04: Traçado Urbano de Vila Platina em 1904.



Fonte: NOVAES, Maristela Abadia Fernandes (2019).

Percebe-se, nesse esboço, que o traçado geométrico das ruas já apontava os caminhos que o processo de urbanização completaria, sob o comando do Padre Ângelo. Embora o

amontoado de casinhas estivesse próximo ao Largo da Matriz, havia muito espaço para crescimento urbano.

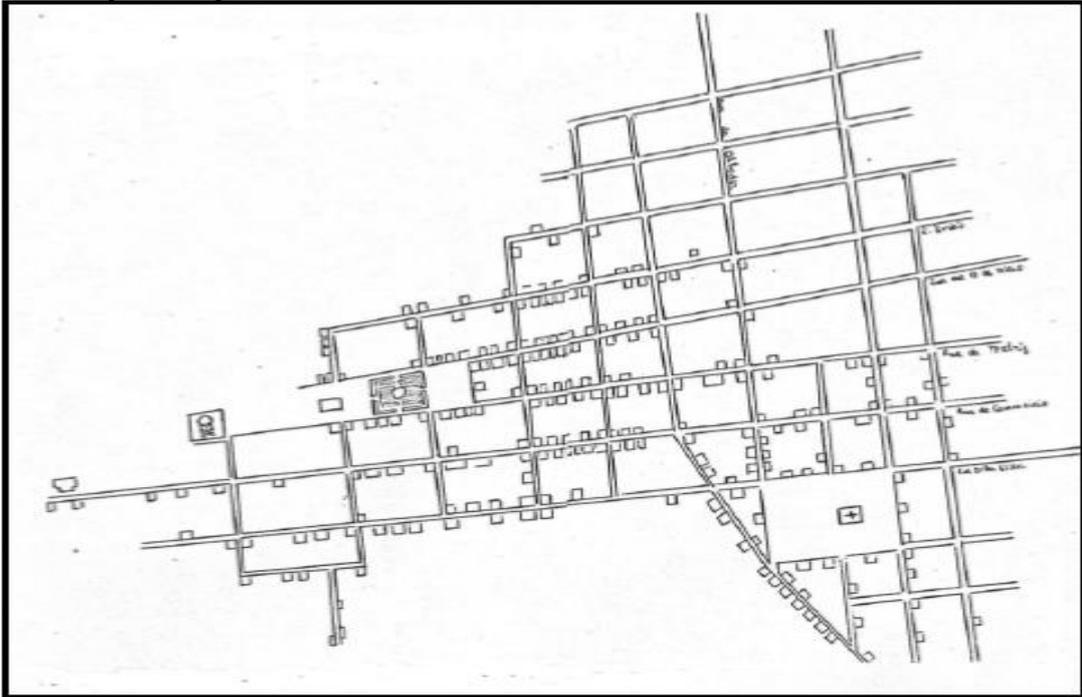
A urbanização e o novo traçado das ruas deram visibilidade e imponência ao Largo da Matriz, com as referências de poder ali instaladas, já demarcando espaços de moradia para uma classe mais abastada em suas proximidades. Nas ruas em seu entorno, lentamente começaram a ser construídas novas residências. Quanto mais longe da Igreja estivesse o casebre, mais pobre era. O espaço urbano era diminuto e tudo em seu entorno era considerado rural.

Foto 12: Vista de Ituiutaba com seu traçado planejado, 1926.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Mapa 05: Traçado das primeiras ruas da cidade, 1910.



Fonte: PORTUGUEZ, A. P; RAFAEL, L.C.M (2019).

Ainda quanto ao Poder instaurado, uma modificação na divisão judiciária do estado de Minas Gerais foi sancionada pela Lei nº 663 de 18 de setembro de 1915. A então Vila Platina foi elevada a termo pertencente à comarca do Prata e passou a ser chamada Ituiutaba. A instalação deu-se pelo Decreto nº 4.759, de 25 de abril de 1917. O então Agente Executivo João Martins de Andrade sancionou a Lei nº 225 de 5 de maio de 1917, autorizando a adaptação do sobrado (prédio municipal da administração pública) a abrigar a casa da Justiça, servindo de fórum e prisão. Somente em 1925, na vigência do mesmo agente executivo, é que foi inaugurado o prédio do Fórum no Largo da Matriz, em frente à Igreja.

Foto 13: Primeiro prédio destinado ao Fórum de Ituiutaba.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Foto 14: Fórum com o jardim que ficava a sua frente, no Largo da Matriz, 1930.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

O Fórum foi construído em frente a Igreja de São José, no mesmo terreno onde, no Império, a antiga Igreja dos pretos escravizados começou a ser elevada. Essa construção continua demarcando as relações de poder no Largo da Matriz.

Quanto aos habitantes, por Ituiutaba estar fora da rota principal do Triângulo Mineiro, que levava de São Paulo à Goiás, houve reduzido crescimento populacional em meio a uma baixa dinâmica econômica. A maior parte de sua população ainda se concentrava na zona rural, haja vista as principais atividades relacionarem-se com a agropecuária. Em 1920 havia 1.992 pessoas residindo na zona urbana, representando apenas 9,59% do total (OLIVEIRA, 2013).

Tabela 04: Município de Ituiutaba (MG): população municipal (1907 – 1920).

Situação	Ano						
	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1920
Municipal	19.970	20.269	20.573	20.882	21.195	21.513	20.772

Fonte: (OLIVEIRA, 2013, p. 200).

Enquanto a República ganhava tónus nos grandes centros, entre 1907 e 1920, a atuação dos Agentes Executivos ainda era precária, pois a lenta chegada dos meios de transporte e comunicação, os baixíssimos índices econômicos, o isolamento mercantil e espacial e a precariedade nos setores básicos da existência não estavam favoráveis a um crescimento populacional. Esse crescimento foi de apenas 4,01% nessas duas décadas. A queda nos índices entre 1912 e 1920 deu-se pela perda do território de Campo Belo (MG), atual Campina Verde (MG), para o município do Prata (MG), em 1911 (Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911).

Como Ituiutaba não conseguiu estender sua rede de relações econômicas, cidades mais próximas como Uberaba e Uberlândia ampliaram suas relações industriais e comerciais, garantindo crescimento demográfico superior desde esse momento. Contudo, mesmo lentamente, a cidade se reconfigurava e, com a organização espacial republicana, os poderes executivo e legislativo se organizaram em frente à Igreja. Mesmo já havendo uma separação oficial dessas instituições, na prática, seus integrantes coabitavam os mesmos espaços e lugares entre as posições sociais de mando, integrando um bloco hegemônico. Os bairros próximos ao largo que se instaurou foram surgindo à medida que os habitantes foram mudando da zona rural e de outras cidades, durante o século XX.

Nessa construção urbanística, demográfica e social surge um elemento em separado desse grupo que instaura o poder na unidade, são os chamados de baixo. Vê-se a seguir como

essa classe popular está associada à pobreza e às condições que dela emergem, como a falta de direitos à cidadania e a ocupação de espaços que deveriam estar abertos à circulação e ocupação de todos.

3.4 OS *DE BAIXO*: ELEMENTO CHAVE NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM SÃO JOSÉ DO TIJUCO

A condição de pobreza não está ligada somente à privação dos bens materiais e de consumo. Vai além, caracterizando uma categoria política que se configura pela carência de direitos, pela falta de oportunidades, pela exclusão de informação adequada e de acesso a bens imateriais em vários setores da existência humana. Está associada ao desenvolvimento capitalista, gerando cada vez mais desigualdades e desequilíbrios socioeconômicos, em que a acumulação e a miséria se coadunam em espaços concomitantes, porém em territórios estabelecidos de forma intencional e multifacetados. Dessa maneira,

Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinal de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social (YAZBEK, 2012, p. 289).

Entretanto, o espaço e o lugar estão intimamente ligados à construção dessas identidades, sendo o produto dessas relações um lugar em que não há nada por dado e nem configurado como pronto e acabado; em que os pobres são desqualificados por suas crenças e comportamentos, indicando a sua “posição social”. Ainda, não está articulado com as ideias políticas que salientam a diferença e a heterogeneidade. Seguem na perspectiva de que existe uma única história universal, contrapondo-se à ideia das múltiplas trajetórias históricas, já levantada pela contemporaneidade.

A pobreza é uma condição de classe, histórica e socialmente construída, que gira em torno da desigualdade social. Do mesmo modo, outros grupos étnicos e de gênero coadunam com a mesma condição heterogenia, desde sua formação. No feudalismo, existia pobreza e desigualdade, como em todas as épocas. Quanto mais um país avoluma sua concentração de

renda, maior o número de pessoas em condições de pobreza e miserabilidade. Dessa forma, o Capitalismo perdura e agudiza

O aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternos na sociedade (YAZBEK, 2012, p. 290).

Esses sinais estão imersos entre os investimentos sociais do Estado brasileiro e a economia que se ajusta para encaixar-se à nova ordem capitalista internacional, e tornam-se cada vez mais banalizados e naturalizados pela sociedade, que simplesmente passou a tolerar e a naturalizar a pobreza. Traçar uma linha geográfica para estabelecer as fronteiras entre a elite e os pobres ou entre os diversos grupos sociais seria apenas dividir papéis como interior e exterior ou, conforme Hoggart (1973): “nós” e “eles”.

Desse modo, considerar a pobreza além da perspectiva da carência de bens materiais, abarcando a ótica da política da cidadania e da participação cultural, implica um patamar de conceituação em que a figura do pobre deixa de existir e, então, o indivíduo ou os grupos com seus direitos negados passam a ser percebidos. Esse pensamento se reflete pelo prisma da questão social, caracterizada pelos opostos: de um lado, o pobre marcado pelas duras privações da existência e sem consciência dos seus direitos e, do outro, o cidadão que luta e reivindica por seus direitos de trabalho, moradia, lazer, entre outros, para todos. Essa perspectiva se difere, ainda, daquelas dos grupos que reivindicam só para si o acesso a benefícios que não devem ser generalizados, por se configurarem como privilégios de/para poucos.

As diferenças sociais estiveram presentes desde os primórdios da unidade, pois os escravizados, naquele momento, formavam um grupo distinto dentro da sociedade. Também, junto aos proprietários de terras, vieram os trabalhadores livres com suas famílias menos abastadas e que chegavam para trabalhar. Com relação aos registros da escravidão, tem-se o primeiro batizado de escravo, em São José do Tijuco, registrado pelo Padre Ângelo Tardio Bruno: *Aos dezenove de setembro de mil oitocentos e quarenta e nove batizei solenemente o inocente Mariano, filho legítimo de Joaquim e de Maria, escravos de José do Nascimento e Francisca P.* (REGISTRO DE BATIZADOS, 1849, p. 2B). Em todos os registros, tanto de filhos de famílias livres quanto de escravizados, estão os mesmos dizeres. Nos registros de filhos de escravizados, a falta do sobrenome da criança e dos pais e o nome completo do seu dono demarca essa questão social. É interessante ressaltar que, em muitos registros de filhos de

escravizados, constava apenas o nome da mãe; na maioria desses casos, o nome do dono não consta no Registro, mas somente a afirmação da mãe como escrava.

Tabela 05: Registros de Batizado de São José do Tijuco. Século XIX.

Registros de Batizado em São José do Tijuco

Período	Crianças Livres	Crianças Filhas de Escravizados	Total	% Crianças Livres	% Crianças Filhas de Escravos
1848 – 1857	110	30	140	78,57	21,43
1858 – 1867	300	49	349	85,95	14,05
1868 – 1877	268	52	320	83,75	16,25
1878 - 1888					

Fonte: Livros de Registro de Batizado N° 1 e N° 2.

Org.: Nicola José Frattari Neto.

Com relação à tabela, percebe-se que, mesmo com o crescimento populacional influenciando o número de nascimentos e batismos, o índice de filhos de escravizados manteve-se, mesmo após a outorgação da Lei do Ventre Livre, em 1871. No entanto, há um decréscimo no número de batismos de crianças filhas de escravizados a partir da segunda década de registro. Possivelmente houve descaso em se batizar na igreja crianças negras que passavam pelo batismo provisório em casa, e, também, pode-se considerar o alto índice de mortalidade infantil havido na época, principalmente entre filhos de escravizados. No livro de registro, não há uniformidade relativa ao número de batismo, pois percebe-se que esse quantitativo varia de um ano para o outro. Também há escritos como “É possível encontrar-se no arquivo do Prata alguns batizados feitos neste ano de 1862 (Cônego Bruno)”, que podem estar relacionados com um número maior de crianças nascidas na localidade, mesmo que não muito elevado.

No recenseamento do Brasil datado de 1872, da Província de Minas Gerais, constata-se a quantidade de homens e mulheres livres e escravizados:

Tabela 06: População da Paróquia de São José do Tijuco, 1872.

RAÇAS

	Homens				Mulheres			
	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos	Branças	Pardas	Pretas	Caboclas
Livres	836	319	107	9	766	303	85	6
Escravos	---	47	241	---	---	46	231	---

Fonte: CENSO (1872).

O quadro remete a algumas considerações fundamentais. Para o total populacional de 2.996 habitantes, aproximadamente 81,2% são compostos por homens e mulheres livres e 18,8%, por homens e mulheres escravizados. Dentre a porcentagem de pessoas livres, há uma abrangência de homens e mulheres nomeados por “pardos”, “pretos” e “caboclos”, os quais não se encontravam em reais condições de liberdade/igualdade como os brancos. Esse subgrupo estava imerso em realidades mais precárias de existência e trabalho. Nota-se, também, expressiva soma entre “pardos” considerados livres (consequência das leis que já estavam em vigor), o número de pretos escravizados e o baixíssimo índice de caboclos (demonstrando a quase inexistência das populações nativas).

Um pouco adiante, em 1888, a Abolição surpreendeu os fazendeiros. As várias leis outorgadas durante o passar do oitocentos já anunciavam que esse dia estaria cada vez mais próximo. Contudo, a morosidade e até mesmo a falta de crença nos processos que visavam ao bem-estar ou ao cumprimento de direitos dos de baixo não ofereciam muita crença aos grandes posseiros do interior brasileiro.

De Monte Alegre chegou o cargueiro com a correspondência. Naquele dia, contrariando o costume, chegava ele todo enfeitado. Correrias pelo arraial. O que foi? E a nova se espalhou. Veio a “alforria” dos negros. Chegava a notícia da assinatura da Lei Áurea. Grande regozijo. Neco Vilela não se conformava com o que ouvia. A Monarquia estava louca, a Princesa, uma leviana! Saiu de casa em casa dos amigos, comentando em altos brados contra o modo como fora realizada. Ele estava ameaçado de ir à miséria!... (TEIXEIRA, 1953, p. 240).

Esse o painel em que se inseriam os coronéis tijucanos, pois a economia girava em torno da pecuária e da lavoura, essencialmente engendradas pelo trabalho dos escravizados. A Abolição foi apenas o pontapé inicial para o levantamento de uma série de questões, reflexões e problemas advindos desse marco. Somente com novos ideários de justiça e humanidade é que se poderia pensar na condição dos libertos e nos processos de inserção dos negros na sociedade de trabalho livre e assalariado, afinal o processo de estratificação ocorrido por trezentos anos de cativeiro deveria sanar os males levantados pela “maldição da cor”.

O processo natural pelo qual a Escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a Nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos (NABUCO, 2000, p. 27).

Como apagar dos costumes em comum um regime de três séculos de desmoralização, servilismo, despotismo, superstição, ignorância e direitos negados? Seria necessário um novo processo de educação social para desbastar todos esses dispositivos escravagistas, de que sacaram mão as várias instituições de Estado, a Igreja e os senhores de escravo. A política do Estado não se voltou para inserir os povos libertos no contingente social da equidade e da sociedade de classes. Esse processo foi marcado pela exclusão e pela heterogeneidade, promovendo o isolamento desses grupos dentro das grandes e pequenas cidades. Somente a partir da Constituição de 1988 houve maior abertura com relação a esses processos, iniciando uma nova etapa, quando se consegue, pouco a pouco, por meio das políticas públicas implementadas, garantir novo lugar de acesso social a esses grupos lesados duramente.

Em São José do Tijuco, a tão sonhada libertação ocorreu dessa mesma forma, sem que se ofertassem condições de direito à própria sobrevivência à população de negros livres. A maioria continuou servindo os senhores, dos quais foram se desligando lentamente. Outros foram aglomerando-se na parte baixa da cidade, próximo ao Córrego “Sujo” (Córrego São José), construindo pequenas casas de adobe com cobertura de palha. A miserabilidade e fome tornaram-se absurdas, agravadas pela indigência das condições sanitárias, educacionais e trabalhistas. Aos poucos, essa pequena população inseriu-se no subemprego, nos afazeres mais simples do povoado, conseguindo trabalhar nas fazendas em troca de pagamentos ínfimos, servindo o pequeno povoado que se delineava nos trabalhos mais rudes.

No processo de urbanização da cidade, iniciado em meados do século XX, a comunidade de negros livres foi levada a ocupar as localidades mais distantes do Largo da Matriz e, principalmente, a continuar ocupando a zona rural, formando as primeiras aglomerações de vida suburbana que daria origem aos bairros mais afastados, ao longo das próximas décadas. Contrário a esse fenômeno urbano, as localidades mais próximas ao Largo da Matriz foram ocupadas pela população de famílias brancas, que chegavam de outras localidades, já com a presença do elemento imigrante.

No contexto nacional, o imigrante rompia com a tradição senhorial em todas as fases de sua carreira. Num sentido literal, *o trabalho escravo – e não o trabalho alheio, sob a forma de apropriação do trabalhador e escravo – seria a fonte de sua subsistência e de sua eventual riqueza ou prosperidade* (FERNANDES, 2006, p. 158). Contraopondo-se ao processo imigrantista galopante, frente a nova conjuntura, Nabuco chama a atenção ao futuro do negro liberto, pois

Essa obra – de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar – da emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do Abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores (...) (NABUCO, 2000, p. 27).

Dessa forma, os mesmos processos econômicos que provocaram o fluxo imigrante brasileiro transformaram o negro ex-escravizado em trabalhador livre e, ao mesmo tempo, expulso da esfera dos meios de produção.

Esse é o sentido essencial da abolição. As transformações da estrutura econômica impuseram a libertação do escravo. É com a separação completa entre o trabalhador e os meios de produção que se estabelece uma condição básica à entrada da economia nacional no ciclo da industrialização (IANNI, 1966, p. 95).

Para que o Brasil adentrasse essa nova ordem, a produção cafeeira, vinculada ao mercado externo, atingiu altos índices econômicos e todo o mercado ligado à essa produção beneficiou-se. Contudo, diante dessa separação havida entre o trabalhador e os meios de produção, como ficou a questão dos negros libertos em meio à nova ordem econômica? Conseguiram ingressar nas lides operárias, tal qual os imigrantes? Certamente não, pois não houve assistência nem garantias que os protegessem na transição trabalhista.

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja, ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 2008, p. 29).

A cidade de São Paulo ilustra bem essa questão, pois, sendo a última região do Brasil a deixar de se beneficiar da escravidão, tendo em vista a economia cafeeira, foi a primeira a expor o negro e o afrodescendente a uma típica economia competitiva em sua expansão pós abolição. Coexistiram, nesse momento, *o mundo dos brancos [que] foi profundamente alterado pelo surto econômico e pelo desenvolvimento social, ligados à produção e à exportação do café, no início, e à urbanização acelerada e à industrialização, em seguida* (FERNANDES, 1972, p. 85) e *o mundo dos negros [que] ficou praticamente à margem desses processos sócio-econômicos, como se ele estivesse dentro dos muros da cidade mas não participasse coletivamente de sua vida econômica, social e política* (FERNANDES, 1972, p. 85). A estrutura

social da comunidade não se modificou de forma instantânea, nem em seus primeiros tempos, com a finalização do regime servil. Mesmo estando legalmente livre, a população de negros e afrodescendentes ficou submetida a condições sociais piores que as anteriores pois não mais garantia de casa, trabalho e comida. Essa massa, composta por homens, mulheres e crianças, imergiu nas condições de subsistência da vida e incorporou-se ao contingente dos miseráveis, dos empobrecidos e dos mendigos. As condições materiais e morais prevaleceram e as questões relativas à desigualdade racial conservaram-se diante da nova ordem, conferindo a continuidade dos padrões sociais estabelecidos entre a supremacia e a submissão.

Nas regiões em que a economia cafeeira prevaleceu por um longo período, negros e afrodescendentes, ou seja, libertos e homens livres, ocuparam-se quase que exclusivamente da referida monocultura. Nas demais regiões, em que essa economia não vigorou, esse grupo social ensaiou uma participação na estrutura ocupacional, adaptando-se à *economia de subsistência, ao artesanato urbano, ao pequeno comércio, e outros serviços de pequena importância* (FERNANDES, 1972, p. 46). Em São Paulo, ambas as situações ocorreram. Entretanto, pós Abolição, o surto imigrantista os desalojou dessas experiências, tornando ao padrão tradicional de ajustamento econômico, como anteriormente. Expulso do meio rural, pela ordem libertária, era excluído do meio urbano, perfazendo essa situação mais efusiva até, aproximadamente, os anos de 1930. Enquanto isso, os imigrantes absorviam as oportunidades proporcionadas pelo desenvolvimento urbano-industrial e pela expansão agrícola.

A Abolição não proporcionou ascensão social ao negro, porém foi capaz de incorporá-lo a um sistema de classes preexistente. Não houve verticalização social, ascendente. Mesmo com raros exemplos de experiências bem-sucedidas, as relações raciais com seus estereótipos não permitiram uma expressiva mobilidade social. Essa desigualdade social não foi quebrada nem mesmo pela expansão urbana, pela industrialização ou pela modernização, prevalecendo a desigualdade racial. Da mesma forma, ainda que em menor escala, esse processo provocou o deslocamento de negros, roceiros e do homem simples para as fazendas de café ou para os núcleos urbanos.

A luta do negro pós-abolição é em grande parte a luta por sua proletarização, pois, não sendo absorvido imediatamente pelo Capitalismo, demorou muito para que passasse a receber um salário. A oferta e a procura estavam mais para o jogo com os imigrantes, uma vez que, em linhas gerais, o país buscava força de trabalho especializada. Dessa forma, aqueles que não continuaram a trabalhar nas fazendas formaram as massas de “desocupados” e dos “sem trabalho”, sobretudo nos grandes centros. Estavam à margem da produção, ficando aquém dos trabalhadores “nacionais” na concorrência pelos salários mais baixos.

Nos centros mais industrializados do país, essa situação somente começou a alterar-se com dinamização e diferenciação econômica iniciada a partir de 1930. Em outras regiões, esse movimento iniciou-se depois de 1945. Em grande parte do país, o processo está em seus inícios (IANNI, 1966, p. 19).

Por um lado, se houve um processo excludente, por outro também houve resistência quanto às questões sociais — religiosas, artísticas e culturais —, por parte dos ex-escravizados. Graças a essa resistência, muito das tradições, memórias, ciência e outros aspectos da cultura desses povos foram guardados e, assim, conseguiram vencer a barreira da aculturação. A tentativa de vencer a nociva passagem do sistema escravocrata para a apropriação dos novos processos de cidadania *os leva a fortalecer a unidade e a harmonia grupais através de todos os recursos disponíveis, donde destacamos o culto de suas tradições comuns* (IANNI, 1966, p. 245).

Todo esse entranhamento e estranhamento culturais, mesmo durante a escravidão, não conseguiu eliminar a religiosidade desses povos — traço cultural muito forte — nem mesmo outros hábitos tão importantes quanto. Em São José do Tijuco, mesmo antes da Abolição, muitos conseguiam o dia de sábado para trabalhar em proveito próprio, quando os donos os liberavam. Assim, juntando-se a outros negros livres, começaram a construir a Irmandade dos Irmãos Pretos de Nossa Senhora do Rosário. O prédio, muito simples, ocupava o lado oposto da Igreja Matriz. Em 1866, no tempo em que o povoado se tornou freguesia, deram início à construção dessa capela. Ela seguiu inacabada, com paredes de adobe e coberta por folhas de buriti, pela inexistência de recursos entre os escravizados e pela falta de apoio da sociedade em geral. Os negros a utilizaram até meados de 1882, quando foi demolida pelo padre Ângelo. Seu madeiramento foi levado para outra construção e a imagem foi parar em um dos altares da Matriz. A Irmandade não havia conseguido a aprovação eclesiástica para sobreviver. Contudo, em torno de 1898, João Tavares da Silva e Antônio Francisco Junqueira, protetores da Irmandade do Rosário, decidiram apadrinhar as chamadas Festas do Rosário, que envolviam o “Auto do Congado”, as “Danças de Moçambique” e “Cavallhadas” e que eram dançadas pelos pretos em junho ou outubro, já por quase todo o Brasil.

Os negros da zona dos Baús⁴⁵ eram congadeiros; os do Salto e S. Lourenço moçambiqueiros. José Justino, Capitão de Congo e Joaquim Rosa, do Moçambique. Tiveram sucessores em José Pião, José Negrinho, Jerônimo Branco, Baianinho, Sebastiao Congado, Caetano e outros (TEIXEIRA, 1953, p. 228)

⁴⁵ Baús, Salto e São Lourenço são nomes de fazendas que existiam naquele momento.

A explicação apresentada faz parte dos primeiros registros dessas festas, típicas dos negros. Nota-se a presença do Congado e do Moçambique como expressões populares. Na Freguesia de São José, essas festas tiveram início como resistência a diversos atos de exclusão, como a proibição da construção de uma instituição religiosa que os representasse. Dentro dessa perspectiva de cidadania, exclusão e pobreza, encontram-se alguns grupos que formaram uma classe de desfavorecidos a originar-se ainda na Abolição, pois

Com a libertação, todavia, tiveram que se defrontar com novas condições de existência social: cada indivíduo ou família devia procurar o seu próprio interesse; devia-se, agora, entrar no mercado de trabalho nas mesmas condições que o branco (o brasileiro ou o imigrante recém-chegado), que geralmente possuía maior adiestramento técnico nas diversas profissões, iniciativa própria desenvolvida por longo treino, etc. (IANNI, 1966, p. 244)

Nesse momento, na virada do século, destaca-se, dentre o crescimento populacional do lugarejo, a chegada de mão de obra especializada nos diversos serviços. Considerando-se o contexto nacional, observa-se expressiva imigração ocorrida; também, na localidade, nota-se chegada de novas famílias que vinham em busca de crescimento, terras e condições de existência. A tabela a seguir evidencia os dados demográficos referentes ao exposto:

Tabela 07: Índice Populacional na virada do século 1872 – 1910.

Recenseamento Geral

Ano	Homens	Mulheres	Total
1872	1.271	1.160	2.431
1890	2.624	2.443	5.067
1904	---	---	13.137
1910	---	---	20.882

Fonte: CENSO (1872; 1890; 1904; 1910).

Pelos recenseamentos, percebe-se que, em 1872, nos primórdios da cidade e final do Império, os fluxos imigratórios para o Brasil iniciavam-se, mas ainda não se projetavam novos dados quantitativos sobre São José do Tijuco:

Tabela 08: Recenseamento Nacionalidades, 1872.

NACIONALIDADES

ALMAS	Homens		Mulheres	
	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Estrangeiras
Livres	1.268	3	1.160	---
Escravos	274	14	264	13

Fonte: Censo (1872).

Dentre o total percentual populacional, 81% eram compostos por homens e mulheres livres e 19% por homens e mulheres escravizados. Considerando-se esse mesmo total, havia apenas 1% de estrangeiros, sendo a maioria escravizados. O fluxo imigratório era constituído em sua quase totalidade pelos negros vindos de África, pois São José do Tijuco ainda não era foco das imigrações europeias. Somente nos albores da República, a formação social contou com a presença de imigrantes. Esses estrangeiros ligaram-se aos campos econômico, político, comercial e social da cidade.

Vinte e dois anos adiante, em 1904, o padre Ângelo Tardio Bruno aplicou um censo na localidade da então Villa Platina. Os dados são parciais para análise atual, pois alguns livros de registro desapareceram com o passar do tempo. No CEPDOMP, parte do ICH da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, estão os registros contidos nos livros Nº 1, Nº 3, Nº 6 e Volume S.O. (indeterminado). Nesses registros parciais, percebe-se a diversidade de imigrantes já imersos na localidade. Nessa amostra há representantes de 10 países, em sua maioria imigrantes italianos e, compondo um segundo grupo, estão os chamados sírio-libaneses (Turquia e Arábia)⁴⁶. Há um total de recenseados, encontrados nesses cadernos parciais, de 9.446 habitantes, sendo 4.605 já considerados platinenses e 4.844 nascidos em outras localidades (cidades, estados e países). Um pouco mais da metade da população provinha de outra localidade de origem, o que comprova seu status de polo agregador, mesmo não havendo aumento populacional expressivo até os anos 1920/30. Possivelmente, esse status de cidade polo devia-se por haver movimentação econômica promissora, fosse pelas terras férteis ou pela promessa de cidade que se desenvolvia na esteira da República.

Tabela 09: Dados do Censo de 1904.

Livro	Nº de Família	Nº de Pessoas	Homens	Mulheres	Adultos	Menores	Naturalid.		Alfabetiz.		Condição		
							Platinenses	Outros	Sim	Não	Propriet.	C. Censo	Proletário
III	356	2461	1248	1217	1044	1515	96	2360	308	2147	182	117	63
IV													
V													
VI	356	2405	1322	1069	1002	1394	1405	1028	305	2071	96	---	---
S.O.	372	2375	1318	1053	2	1376	1442	932	564	1799	80	246	43
Total	1432	9446	5006	4424	3024	5403	4605	4844	1450	7935	572	400	228

Fonte: Censo (1904).

⁴⁶ No Censo de 1904 anota-se a presença de famílias vindas da Áustria, Portugal, Prússia, Itália, Alemanha, Paraguai, Espanha, Turquia, África e Arábia. Não se definem os países do continente africano e provavelmente confundiram-se os países do Oriente Médio, uma vez que as famílias que aqui se radicaram eram de origem Síria e Libanesa (nesse caso, pela documentação desses imigrantes ser de origem do Império Otomano, todos eram considerados turcos).

No quadro, os dados expressos sobre a população de São José estão divididos em livros e cada um desses livros corresponde a uma região. Campo Belo estava entre arraiais próximos e regiões rurais mais definidas. O total populacional nesse recenseamento é de 13.137 habitantes, ou seja, 71,8% da população encontra-se registrada nos livros. Nesse subtotal, estão registrados 51 imigrantes. Seus descendentes nascidos no Brasil não compuseram os registros como estrangeiros, o que aumentaria o número se contasse os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil. Dentre os estrangeiros, encontram-se profissionais liberais, profissionais especializados na construção civil, costureiras, proprietários de negócios (o que envolvia lojas de vendas diversas) e lavradores⁴⁷.

Percebe-se, nessa formação social capitalista, a dificuldade financeira dos pequenos produtores e colonos, a pauperização do negro e uma proletarização presente, começando a demarcar seu espaço. No campo e na cidade, a pobreza se concentrava e estruturava-se, polarizando o contraste com a fartura e a riqueza. Villa Platina carecia de mão de obra especializada e iniciava novo processo econômico para os serviços operários em sua diversidade: costureiras, padeiros, alfaiates, pedreiros, ferreiros, soleiros, tecelões, relojoeiros, professores, entre outros, começavam a se instalar na localidade, promovendo a estruturação dessa nova classe de trabalhadores. Iniciava-se um mercado de trabalho com uma produção artesanal e manufatureira que pudesse suprir as necessidades da unidade com os novos serviços especializados. Contudo, nem todos tiveram acesso à especialização; o quantitativo de mão de obra sem esse requisito permaneceu elevado. *É aí é que a miséria, com seu cortejo de prostituição, roubo, delinquência e fome, se mostra também individual ou coletivamente nas manifestações dos espaços públicos* (LAPA, 2008, p. 24). Esse o caminho de muitos que engrossam os bolsões periféricos por não encontrarem trabalho.

Refletindo esses aspectos de uma modernidade tardia, em que as pequenas cidades brasileiras ficaram à mercê da industrialização nacional, promovendo o suprimento agropecuário para os grandes centros, formou-se uma pequena classe de trabalhadores em Villa Platina. Procurando encontrar nos meios de vida e em seus costumes em comum uma aproximação com o todo nacional, com os mecanismos de sobrevivência e de assistência, com as trocas capitalistas, com os modos de luta e reivindicações, começou a se delinear a classe operária.

Essa classe de trabalhadores insere-se no contexto das classes populares brasileiras, formadas ante o êxodo rural que se deu continuamente, sendo sua ênfase na metade do

⁴⁷ Estes dados serão apresentados, detalhados e discutidos no Capítulo 4.

novecentos. O homem simples do campo, buscando por melhores condições de existência, trouxe consigo para as cidades suas vivências e peculiaridades, seus modos de vida desenvolvidos ante a aspereza do cotidiano, compondo um jeito próprio de ser, de falar e de sentir.

3.5 OS MODOS DE VIDA EM SÃO JOSÉ DO TIJUCO

A paisagem no cerrado foi se transformando ante a derrubada das matas, a abertura de estradas, a fixação de cercas e pinguelas, a criação de gado, as pequenas plantações, a construção dos primeiros casebres dos moradores, entre outros acréscimos. Há alguns pontos de convergência entre aqueles que habitavam São José do Tijuco e, igualmente, outras nuances que distinguem esses primeiros grupos de moradores entre si. As condições incertas da existência, sob a labuta da terra, estabeleciam certa solidariedade quanto ao trabalho rude. Contudo, no cotidiano, estabeleceu-se uma ligação posta pelo paternalismo e pelo patriarcado, destacando econômica e politicamente as famílias mais abastadas.

As povoações formavam-se aos poucos; quando adquiriam o “*status*” de governabilidade, os denominados *homens bons* (“*boni-homines*”) se credenciavam a escolher os legisladores e administradores locais, através das Câmaras. Os *homens bons* se despontavam nas sociedades, observando-se, sempre, o poder econômico, sintetizado na família, geralmente grande, na escravatura, nas terras, no prestígio que lhes dava a Igreja. O poder político local ficava em suas mãos. A emancipação política de São José do Tijuco foi obra dos reconhecidos *homens bons* da época. Ser homem bom não era privilégio, mas sim “*status*” sem nobreza (JUNQUEIRA, 2014b, p. 21)

A palavra do latifundiário era ouvida e respeitada na comunidade pelo seu *status* de homem bom, costume que se mantinha desde a Colônia. Opunha-se à condição dada ao escravizado, aos alforriados e ao empobrecidos, vistos como agressivos e desordeiros. Se, por um lado, o país mantinha-se ideologicamente pulsando ante as ideias liberais, em sua extensão continental e *com base no monopólio da terra*, [havia] *três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente* (SCHWARTZ, 2000, p. 15 e 16). Encontram-se, com maior ênfase, na literatura, na história, em pesquisas e estudos, os registros sobre as famílias patriarcais, seus modos de vida, usos e costumes, formação social. Quanto ao “homem livre” e ao escravizado, embora sejam destacados quanto ao papel que ocupavam no processo de produção, pouco valor se deu a sua participação social e cultural.

Mesmo entre os autores abolicionistas não houve uma preocupação com a identidade do negro como cidadão.

Na maior parte dos textos abolicionistas o negro é tratado mais como símbolo vivo de uma ideia – a de que a escravidão é inaceitável – do que como a representação de uma figura humana: sua voz raramente é ouvida, seus traços psicológicos e mesmo físicos, grosseiramente simplificados. Pinta-se, quando muito, o “escravo”, e não o homem ou a mulher que viveram, na carne, a escravidão. Seu comportamento é estereotipado, suas características individualizadoras eliminadas, obscurecidas, neutralizadas (GOMES, 2009, p. 2).

Pensar em como se davam essas relações entre os grupos, requer refletir sobre a organização do trabalho, as relações de casamento e parentesco, as questões que envolviam a infância e a juventude, o papel exercido quanto à política local, à participação religiosa, a outros aspectos, enfim, que identifiquem um modo de interação com a comunidade frente aos esforços físicos para a sobrevivência.

Quanto ao casamento e as ligações parentais, pelos primeiros recenseamentos encontrados, percebe-se que os homens brancos já chegavam ao lugarejo com cônjuges e filhos, acompanhados pelos escravizados, que também variavam entre adultos e crianças. As famílias pioneiras abriam caminho para outros parentes que chegavam. A notícia da prosperidade obtida com as terras também era um convite aos forasteiros. Acredita-se que entre os negros, principalmente pelo número encontrado de crianças filhas de escravizados (registradas nos censos e no livro de batizados da Igreja), havia ligações parentais e casamentos informais. Fato é que em certa época, meados do século XX, quando quiseram instituir a Congada e o Moçambique na cidade, foram impedidos pelo padre, pois os casais negros que formavam as famílias não eram casados na Igreja. Foi necessário que esses adultos fossem batizados, passassem pelos sacramentos e se casassem. Desse modo, também tentavam encobrir os costumes e religiões afro-brasileiras vivenciadas pelos negros. Só assim, sendo considerados católicos e cumpridores dos mandamentos da Igreja, puderam continuar com os festejos. Segundo os memorialistas, há desconfiança de que um ou outro filho de escravizada tivesse como pai um senhor branco, o que jamais se tornaria público ou oficial. Fato é que nos recenseamentos distinguem-se os negros dos “mulatos”, “crioulos” e “caboclos”, ou seja, de pessoas que passaram pela chamada miscigenação entre negros, brancos e indígenas.

O trabalhador livre e solteiro que chegou à localidade, logo constituiu família, pois, para a lida dura do cotidiano na terra, a presença de uma esposa e dos filhos era de fundamental importância para a efetivação da existência. O casamento, por sua vez, era prescrito e cobrado pela Igreja para todos os fiéis. Também se tornava urgente, pois *sem companhia, o lavrador*

pobre não tem satisfação do sexo, nem auxílio na lavoura, nem alimentação regular (CANDIDO, 2010, p. 264), o que faz com que a mulher do oitocentos tenha um papel bem definido.

No concernente às mulheres, é normal encontrar-se, nos registros paroquiais, falecimento na faixa dos 35 anos aos 40 anos. Não dispunham elas de recursos científicos e a tradição não lhes dava conhecimentos próprios de se evitar filhos; obrigadas a servir ao homem no momento em que ele o desejasse, atendiam. Também não tinham o direito de demonstrar ou manifestar satisfação sexual; se o fizessem, contrariariam a própria natureza dos conceitos de fêmea da época: animal doméstico do homem. Diante de impasses rígidos e casando-se aos 12 anos, daí para frente sujeitavam-se a ter filhos, tantos quantos ditados pela vontade do varão; dos 30, 35 até 40 anos, tempo não lhes faltava a produzir verdadeira ninhada (JUNQUEIRA, 2014a, p. 99)

Ainda, era muito comum a prática do segundo casamento do homem viúvo com irmã da esposa, sendo essa ainda solteira ou também viúva. Assim, as famílias continuavam unidas, às vezes, inclusive, com filhos de ambos os lados. Esse costume, bem comum na localidade, visava, principalmente, à conservação de bens, propriedades e terras. O homem passava das mãos da mãe para as mãos da esposa, especialmente quanto ao auxílio na lavoura e no preparo da alimentação, pois *a solidariedade familiar os remedeia e a mãe faz as vezes da mulher economicamente requerida* (CANDIDO, 2010, p. 264). A mulher passava dos mandos do pai para os do esposo, ocupando esse papel já definido junto à nova família. O casamento era acertado pelos pais, visando ao parentesco, à extensão ou conservação de terras, às relações de amizade, ao consenso político e à melhoria de futuro para ambas as famílias.

No Censo de 1904 encontramos número pequeno de mulheres que não se casaram ou que ficaram viúvas, consideradas chefes de família. O celibato masculino, aceito no caso daquele que pretendesse se tornar padre, não era prática comum, pois necessitava-se da presença dos filhos homens para a continuação do trabalho, exceto em casos de doença. Em geral, os padres vinham de outras localidades das Gerais, de São Paulo, de Goiás ou de Mato Grosso e, geralmente, eram italianos, pertencentes a ordens que se instalaram no Brasil.

O homem e a mulher negros formavam famílias, pois a prole gerava lucro ao proprietário, que ganhava mais um escravizado. Sem as hostes do casamento católico, eram considerados pagãos. Essas famílias se mantinham, pois, nesses rincões do cerrado, não havia mercado para troca ou venda de escravizados. O papel da mulher negra estava atrelado a sua condição de escravizada, pois poderia ocupar-se da lavoura e do trato das criações ou dos serviços da casa da senhora. Como a fazenda era a fábrica para sustentar grandes famílias, além

dos escravizados, nela se produzia de tudo. Cardava-se algodão para tecidos, fabricavam-se alpercatas e roupas, desenvolviam-se maneiras de conservação alimentícia, entre os variados serviços. A mulher negra escravizada ocupava-se de todos eles, principalmente quanto ao auxílio mais próximo à família do senhor. Também ajudava nas grandes plantações de milho, destinadas ao angu para alimentar os escravizados.

A mulher negra cuidava dos filhos do casal, desde a amamentação até os cuidados maiores, pois a senhora geralmente gestava uma grande prole, sem conseguir ocupar-se de todos. Também brincava com as crianças que cuidava e daí emerge uma infinidade de histórias, vocábulos, cantigas de ninar, bonecas de retalhos etc., que se infiltraram no mundo dos brancos. A criança negra, em geral, pouco ou nada brincava, pois, ora estava ocupada com o trabalho da fazenda, ora era ela o próprio brinquedo da criança branca, servindo para distrair com imitações, gracejos, ser o cavalinho a ser montado, entre outros.

Muito comum, justamente pela falta de cuidados médicos, a mortalidade infantil e de mulheres em gestação ou durante o parto: *retenção de placenta, hemorragias, eclampsia, febre puerperal e outros, registrados pelos padres das paróquias como “causae mortis”; sobreparto, situação em que a mulher está “estuporada”, desvalida de parto, etc* (JUNQUEIRA, 2014a, p. 99). Com relação às doenças, apegavam-se às superstições, às credices e ao uso de plantas medicinais, devido à ausência do profissional da saúde, como médicos, farmacêuticos e enfermeiros. Muitas vezes, misturavam-se na mesma pessoa as figuras do boticário, do curandeiro, da parteira, do benzedor e até do charlatão.

O raizeiro e o curandeiro se confundem numa só pessoa: preparam garrafadas, formuladas com álcool ou água, administradas aos doentes, sob ritual de magia. O êxito conseguido está sempre condicionado à superstição ou crença do paciente. O benzedor utiliza-se de rezas bravas, sem remédios. Geralmente atua na zona rural, e a sua presença é solicitada para fazer o boi, o cachorro de estimação, picado de cobra, ou para fechar o corpo do patrão ou agregado (JUNQUEIRA, 2014a, p. 100).

Todo esse processo de cura espiritual e material encontra-se presente no mundo desde a antiguidade. Foi acrescido pelo uso das plantas medicinais encontradas nas diversas regiões brasileiras, pelos costumes dos africanos e das civilizações ameríndias, o que resultou na fitoterapia. Também ampliou as questões de poder que envolviam principalmente a mulher. Benzer para curar e ser parteira empoderava muitas mulheres que se dispunham a esses ofícios, garantindo-lhes um lugar diferenciado na sociedade. Nas fontes não se encontrou histórias de vida de mulheres brancas ou negras, não foram registrados seus feitos, seus discursos, suas atuações na família, na igreja, na política, na arte ou em qualquer outro segmento social.

Entretanto, foi nas entrelinhas e no não dito que conseguimos alinhar um território estabelecido e firmado pela sua ação.

Percebe-se que a presença da mulher no oitocentos não está atrelada apenas à submissão e a subserviência quanto ao homem. A mulher possuía condições de poder nos lugares a que estava afixada, como a cozinha e o consequente equilíbrio alimentar, a criação dos filhos, a regulação do sexo, a cura da benção, o parto, etc. Mesmo com papéis bem definidos, o homem não encontrava sucesso em seu projeto de vida, caso a mulher não ocupasse também um lugar específico de atuação familiar e social. A luta e a resistência das mulheres sempre foram realidade, mesmo que não registradas ou desvalorizadas pelos homens. Esses costumes perpassaram os séculos e se encontram presentes ainda hoje na cidade. Mulheres benzedeadas, parteiras e cozinheiras continuam em seus ofícios, entre a tradição e a resistência, ocupando lugares importantes na sociedade⁴⁸.

Com relação à criança e ao jovem, notam-se vestígios de suas presenças em recenseamentos e dados relativos à escolarização. Esses frágeis dados locais estão de acordo com os nacionais, agravados por uma política que não priorizava a questão, porém, contraditoriamente, atrelava os alfabetizados ao direito de voto. A educação foi caracterizada pela exclusão e pela precariedade, embora houvesse expressivas experiências pedagógicas espalhadas pela região.

Na fazenda de Campo Belo (atual Campina Verde) foi instalado um colégio pela Congregação da Missão, pois, em 1842, com o incêndio do conhecido colégio Caraça⁴⁹, os alunos foram transferidos para lá. O fato promoveu um impulso àquela região tão próxima. Outras escolas de excelência localizavam-se nos centros distantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, havendo boa experiência educacional na cidade de Sacramento⁵⁰. Os filhos dos fazendeiros que pretendiam estudar mudavam-se para esses centros. Foi assim que se formaram

⁴⁸ Uma pesquisa sobre a temática encontra-se em: BORGES, Rosane Ribeiro. **Uma análise no feminino artes e ofícios de cura: benzedeadas e parteiras de Ituiutaba 1950/2006**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Nela, a autora propõe um estudo sobre o cotidiano dessas mulheres que permearam a sociedade ituiutabana, sustentando tradições, costumes e atos de resistência de que se valeram muitos grupos sociais ao longo do novecentos.

⁴⁹ Sobre a experiência educacional realizada no Colégio Caraça tem-se, de Mariza Guerra de Andrade, o livro **A Educação Exilada: Colégio do Caraça**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000 (Coleção Historial). Trata a publicação da dissertação de mestrado da autora, defendida junto ao programa de pós-graduação em Educação da UFMG, em 1992.

⁵⁰ Essa experiência educacional foi pesquisada e encontra-se nos trabalhos de BIGHETO, Alessandro César. **Eurípedes Barsanulfo: um educador de vanguarda na Primeira República**. Bragança Paulista: Ed. Comenius, 2006 (publicação referente à dissertação de mestrado realizada na Faculdade de Educação da UNICAMP); e BRETTAS, Anderson Cleyton Ferreira. **Eurípedes Barsanulfo e o Colégio Allan Kardec: capítulos de história da educação e a gênese do Espiritismo nas terras do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro (1907/1918)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Uberlândia, UFU, 2006.

os primeiros médicos, advogados, engenheiros etc., em meados do novecentos. Contudo, a precariedade educacional atingia altos índices, mesmo havendo escolas, ou seja, as chamadas salas isoladas. Apoiando-se em dados mais concretos, tem-se:

Tabela 10: Instrução em São José do Tijuco em 1872.

População de 6 a 15 anos

Homens		Mulheres		Meninos			Meninas		
Sabem Ler e Escrever	Analfabetos	Sabem Ler e Escrever	Analfabetos	Frequentam Escolas	Não Frequentam	Total	Frequentam Escolas	Não Frequentam	Total
570	2321	280	2845	114	160	274	50	216	266

Fonte: Censo (1872).

Do total populacional expresso, apenas 15,46% da população era alfabetizada, sem saber os graus de escolarização desse grupo, enquanto 84,54% era analfabeta e/ou não frequentava a escola (estão inclusos aqui os índices relativos aos escravizados, somando à população total). As variáveis possibilitam a verificação quanto à questão da idade. Do total de meninos e meninas entre 6 e 15 anos, 30,37% frequentavam a escola, enquanto 69,63% estavam fora dela. A criança pobre, desvalida ou filha de escravizados não frequentava a escola, o que justifica também os baixos índices. A divisão por gênero, ainda nessa faixa etária, mostra que 41,60% dos meninos e apenas 18,79% do total de meninas estudavam. Essa diferenciação deve-se muito às escolas serem destinadas aos meninos, uma vez que ainda eram poucas as salas mistas no momento ou exclusivamente femininas. Isso denota a cultura do patriarcado e da função social da mulher não se ater à instrução e a uma consequente profissão fora do ambiente do lar. Para os adultos (ou acima dos 15 anos), a situação se agravava, pois apenas 19,71% dos homens e 8,95% das mulheres eram alfabetizados. Analfabetismo evidenciado, pois, além de os administradores e políticos locais não promoverem a escolarização da população, havendo falta de escolas e professores, há percepção nítida da diferenciação por gênero. Nota-se uma melhoria nos índices quando se analisa a população entre 0 e 15 anos; supõe-se que as crianças estivessem mais liberadas do trabalho voltado à terra ou que a consciência acerca da

importância da educação estivesse se formando entre as famílias, pois, gradativamente, novas salas isoladas eram abertas. Sabe-se, ainda, que os padres exerciam grande influência para que mais crianças fossem alfabetizadas.

Se a precariedade estava presente na escolarização da criança branca, a situação da criança negra era pior, pois estava atrelada às leis que construíram um processo racista, permitindo costumes discriminadores e ausência de oportunidades. A 1ª Lei da Educação, de 14 de janeiro de 1837, deixava claro que o negro escravizado, alforriado ou liberto, como também qualquer pessoa com doença contagiosa, era proibida de frequentar a escola. A própria Lei do Ventre Livre, Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, permitia que as crianças nascessem livres, porém, como seriam apartadas dos cuidados da mãe ainda escravizada? A criança nascida livre permanecia junto à mãe em condições análogas a da escravidão.

Esse processo moroso de escolarização seguia e São José do Tijuco adentrava os portões da República, mas o ensino na localidade *objetivava mais alfabetizar os indivíduos, de modo que pudessem ler, assinar o nome, fazer as quatro operações, com algumas noções adicionais de moral e religião* (PAIVA, 2018, p. 273). Na zona rural, os fazendeiros contratavam o professor para alfabetizar seus filhos e algum agregado, enquanto no povoado as escolas isoladas permaneciam sem conotação alguma com as questões sanitárias, pedagógicas e didáticas.

A tabuada cantada era “puxada” por um aluno e repetida em coro pelos demais. A lição era tomada individualmente. Na parte da manhã funcionavam os dois primeiros anos e, à tarde, terceiro e quarto. O livro de tabuada, impresso, com suas letrinhas pretas, metia pavor (PAIVA, 2018, p. 273).

Não havia uniforme e nem carteiras. Simples bancos ao redor da sala, com uma mesa ao centro, onde se ia para dar lição, fazer alguma escrita. Com um professor à cabeceira, que tinha sempre uma palmatória, quase sempre pesada e chamada “Santa Luzia de cinco olhos”, pelo número de furos (PAIVA, 2018, p. 273).

Cada aluno carregava o seu caderno, livros e o que então se denominava “aparelho de escrever” (caneta comum, apetrechada de pena “Malat” e tinteiro), levando tudo, com matula, num embornal de pano (PAIVA, 2018, p. 273 e 274).

Em 1883, Padre Ângelo abriu uma sala de aula nos fundos da Igreja, passando o ofício para o Padre Jannuzzi, considerado o primeiro professor da cidade. É possível que antes dele houvesse um ou outro trabalhando como preceptor. Sua “escolinha” foi erguida na Rua do Comércio (atual rua 18), entre as avenidas 7 e 5, e atendia meninos e meninas. A partir daí, outras escolas surgiram durante o final do Império e começo da República, abertas por

professores que chegavam. Essas primeiras escolas, segundo os Inspectores do Estado de Minas Gerais, assemelhavam-se a verdadeiros pardieiros, principalmente quando comparadas aos palácios do saber que surgiriam durante a República, em centros mais urbanizados. Em geral, eram aproveitadas casas antigas ou cômodos, mal ventilados, improvisados, sem recurso algum na ornamentação física e muito menos pedagógica ou didática. Os alunos e alunas assentavam-se em caixotes, chegando a escrever no próprio colo.

Somente a partir de 1908, com a instalação do primeiro grupo escolar⁵¹ da localidade, iniciou-se um processo mais amplo com relação à escolarização e à instrução pública. Escolas de grandes congregações católicas e particulares⁵² juntaram-se a esse grupo escolar republicano (mais tarde chamado Grupo Escolar João Pinheiro) e às escolas isoladas, promovendo um novo momento educacional, a partir de meados do novecentos. Contudo, levantados esses índices, na virada do século, o analfabetismo, a falta de escolas para todos, a insuficiência de professores, entre outros problemas, encontravam-se presentes.

Para homens, mulheres, crianças e jovens as ocupações do dia a dia, apesar da morosidade do tempo em meio a uma vida inóspita, dia a dia, garantiam ações que elegiam funções e papéis bem definidos nesse rincão. Essas relações eram estabelecidas por intermédio do mando e do paternalismo. A semana dura de trabalho no campo só tinha pausa à noite para o descanso e para as várias ocasiões em que se rezava. Os terços e as novenas, muito comuns em uma sociedade que possuía tão estreitas relações com a Igreja, mudavam um pouco o foco da comunidade. A missa do domingo era o momento esperado pelas famílias a fim de receberem os sacramentos, encontrarem-se e estabelecerem relações.

A festa, cristã ou pagã, também se tornou ponto culminante de encontro e diversão das famílias. As principais estavam associadas à Igreja. Havia também as festividades realizadas pelos moradores e que se estendiam desse ambiente moralizador, como as festas de casamento e batizado, as de aniversário, entre outras datas comemorativas importantes para a coletividade, como visto no costume do mutirão. Vagarosamente, surgiram as festas ligadas à cultura popular,

⁵¹ Pode-se aprofundar nos estudos relativos à experiência do Grupo Escolar João Pinheiro, primeiro grupo escolar da cidade, nas pesquisas: FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Da Centralidade da Infância na Modernidade à Sua Escolarização**: a escola Estadual João Pinheiro, Ituiutaba (MG). Dissertação de Mestrado em Educação. UFU. 2007; e em: RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias de. **Primórdios da Escola Pública Republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: EGIL. 2003.

⁵² Quanto a essas experiências, pode-se abordar um painel da escolarização e da instrução, principalmente da elite ituiutabana, mais sedimentado a partir da década de 1930, e que se encontra nas pesquisas: OLIVEIRA, Lúcia Helena de Medeiros. **História e Memória Educacional**: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro, MG (1939-1942). Dissertação de Mestrado em Educação. UFU. Uberlândia. 2003; MORAES, Vera Cruz de Oliveira. **Tudo Pela Pátria**: a história do “Instituto Marden” (1933-1942). Dissertação de Mestrado em Educação. UFU. Uberlândia. 2004; e em COSTA, Maurício A. **A Ação dos Estigmatinos em Ituiutaba, MG**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. UCG. Goiânia. 2003.

na presença do congado, do catira e da folia de reis, que chegaram com os primeiros moradores, demarcando territórios.

As festas promovidas pela Igreja, por serem um dos primeiros pontos de encontro dos moradores, fortaleceram as ligações de poder e mando local, demarcando o lugar do senhor, o do escravo e o do trabalhador livre. Consegue-se, por meio dos Livros Tombo da Igreja Matriz de São José, captar um pouco dessa atmosfera popular, por meio dos registros encontrados a partir de 1883. Nos relatos das festas do mártir São Sebastião, do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora do Rosário e de São José, sendo esse último aquele que passou a ser o padroeiro da Vila (em 1901), encontram-se nuances e expressões que possibilitam algumas considerações e reflexões.

Para se obter uma visão geral das festas e sua abrangência no pequeno vilarejo, menciona-se o resultado das missões, jubileu e festa do Divino Espírito Santo:

Como era de se esperar um grande número de povo vinha de todos os lados para assistir a grande solenidade e no dia marcado trezentos e tantos cavalheiros unidos ao vigário desta freguesia encontraram aos três missionários a distância de uma légua deste povoado vindo eles da cidade do Prata, unidos ao vigário daquela cidade, os músicos e outros distintos cavalheiros. Ao entrar no povoado se ouviram tocar os sinos da matriz, anunciando a festa, centenas de foguetes faziam ouvir os seus estrondos no ar debaixo de arcos de flores (...) (TOMBO, 1886, p. 21B).

A população fazia-se presente, tanto os moradores da cidade que se desenvolvia ao redor da Igreja quanto os da zona rural e redondezas. Em vários relatos, muito semelhantes a essa descrição da festa, percebe-se a preocupação do pároco com a quantidade de esmolas e com a presença do povo e sua boa ordem. Nos relatos das festas entre os anos de 1883 e 1886, encontram-se, de forma enfática, expressões como: *A boa ordem pública não tinha sido alterada por distúrbio de sorte alguma* (Festa de São Sebastião, aos 07 de janeiro de 1884); (...) *que se conservou a boa ordem em tudo* (Festa de São José, aos 15 de março de 1884); (...) *por ter havido uma convivência de povo imensa, (...) o número de fiéis que confessou na véspera foi grande, (...) a imensa satisfação do povo* (Festa do Divino Espírito Santo, aos 22 de abril de 1884). E assim, em praticamente todos os relatos, escritos ano após ano, repetem-se as expressões como *a boa ordem do povo, a satisfação do povo e boa harmonia* (Festa de São José, aos 19 de março de 1885).

Percebe-se que a presença do povo era muito aguardada pela Igreja, tanto nos momentos sacros da realização das missas e novenas, quanto nos festejos que se estendiam pelo largo da Igreja. Quanto ao ressaltado da boa participação, harmônica e ordeira, pode-se supor que se refere

a brigas, confusões, tiroteios e bebedeiras, muito comuns em um momento em que o revólver pessoal fazia a presença da lei. Também poderia haver preocupação com a não participação dos fiéis nos ritos religiosos, como novenas, missas e confissões. Ainda, a preocupação com o povo seria com relação à pouca ou à ausência de doação das esmolas para manutenção dos trabalhos da Igreja. Em outro trecho, referente à festa de São Sebastião, realizada aos cinco dias do mês de outubro de 1885, encontra-se a resposta parcial para essas suposições:

Precederam a festa nove dias de novena; houve boa música e fogos com suficiência, missa cantada e procissão solene. Houve porém em relação ao costume pouca concorrência de povo, como também se colheram poucas esmolas que quase não chegaram para as despesas (TOMBO, 1885, p 13 B e 14 A).

As festas possuíam vários caracteres, como arrecadação de esmolas, perpetuação dos ritos da Igreja e comemoração cristã e pagã. Prioritariamente, junto à festa realizavam-se os trabalhos espirituais, como:

A celebração de missas, predicas, ensino da Doutrina Cristã aos meninos e confissões; na tarde principiaram as novenas de Divino E. Santo com toda solenidade e harmonia. Assim continuaram os outros dias até o dia vinte e quatro, no qual dia celebrou-se com toda solenidade a festa do Divino Espírito Santo (TOMBO, 1886, p. 22 A)

Percebe-se um trabalho espiritual intenso e anterior ao dia da festa, que culminaria nove dias de integração entre a Igreja e o povo. Compreende-se que as famílias dos senhores donos de terras e a dos trabalhadores livres participavam das comemorações. Quanto à participação do negro na festa não há citação alguma. Participariam eles da parte espiritual? E dos festejos na praça? Acompanhariam seus senhores? Supõe-se que, obedecendo à condição de escravizado, participavam, ocupando o lugar que lhes cabia, tanto na Igreja quanto fora dela.

Além das festividades, outro costume se construiu: se havia muito trabalho para que as famílias conseguissem o mínimo sustento, em contrapartida, a diversão fazia parte dos modos de vida do lugarejo. Os homens encontravam alguns momentos para as horas de lazer, como as caçadas, as pescarias e os momentos junto à fogueira, tocando as modas de viola à noite. Há um registro sobre as caçadas:

A caça da anta e do veado é feita também sobre as águas. Os caçadores soltam os cães nas matas e conservam-se em canoas pelas águas. Ou veado ou a anta, perseguidos pelos cães, vão logo cair no rio. Aí nova perseguição os aguarda e eis os pobres habitantes das selvas, inteiramente perseguidos, completamente sitiados: em terra a cão, nas águas o homem o bárbaro, que

areja sobre eles a canoa, enlouquecendo-os com gritos e tiros, até que a caça é apanhada, ora pelos ferimentos recebidos, ora pelo cansaço e morrendo afogada (PAIVA, apud, ITAGYBA, 1898, loc. Cit.).

Foto 15: A Caçada



Caça ao Veado-Rio Paranahyba—Depois da caça á margem do Paranahyba

Fonte: MINAS GERAIS. O Estado de Minas Gerais. São Paulo: Pocaí Weiss & Comp., 1918.

Na foto vê-se um grupo de homens brancos junto a uma matilha e a caça encontra-se dependurada entre forquilhas. O último à direita é um homem negro, com uma arma nas mãos, e também há a presença de rapazes e crianças. A caça servia ao lazer e a alimentação, garantindo uma variedade de carnes na mesa da família dos grupos dominantes. Além das caçadas, também estavam inseridos, no bem viver e no pouco conforto cotidiano, outros hábitos e costumes voltados à fábrica ou à fazenda, tais como: comida farta para as visitas, principalmente durante as novenas e terços; jogos de cartas, entre outras brincadeiras, durante as noites; cantoria no entorno da fogueira etc. Eram singelezas ante a vida áspera e dificultosa, entretanto foram costumes sedimentados por quase todos os grupos de moradores.

Outros pontos importantes relativos aos modos de vida, hábitos e costumes serão tratados no próximo capítulo. Porém, com enfoque nos *de baixo*, ou seja, naqueles grupos que, a partir do final do oitocentos, começaram a compor a classe de trabalhadores. Esse processo ocorreu no Brasil como um todo, todavia constou de peculiaridades distintas dos grandes centros, nos cerrados das Geraes. Formas de moradias, horários de trabalho, hábitos de consumo, produção artesanal, relações vicinais, o ambiente das vendas e armazéns, entre outros,

compõe o universo do negro liberto, dos forasteiros, dos migrantes e dos imigrantes que chegaram e que compuseram a classe operária, oferecendo novos serviços especializados em um momento distinto na entrada do novecentos.

Capítulo 4

**ENTRE O SINO DA IGREJA E A SIRENE DA FÁBRICA:
A CLASSE TRABALHADORA E O REORDENAMENTO DOS MODOS
DE VIDA**

”Para o século XIX, o pauperismo diluiu-se na camada escrava, sem ser precisados os seus contornos, enquanto, que no século XX, é sinonimizado com a classe operária”.

(José Roberto do Amaral Lapa⁵³)

Reflete-se neste capítulo sobre o surgimento da classe operária, durante a passagem do Império para a República, em um contexto brasileiro, mais abrangente, como também no universo micro no interior das Geraes, objeto do estudo. Na unidade captura-se sua elevação da condição de freguesia de São José do Tijuco para a de Villa Platina, ganhando status administrativo de municipalidade. Se, de uma perspectiva mais ampla, percebem-se as questões relativas à etnicidade, modos de vida e consciência política, dentre as características gerais que promoveram o surgimento da classe de trabalhadores brasileira, o que se pode averiguar em um cenário interiorano e distanciado dos grandes centros que passavam pelo processo de industrialização?

Esse tecido social, composto principalmente por imigrantes europeus, negros libertos, nordestinos e pessoas comuns do povo, fez parte de uma realidade social construída por meio de suas relações humanas, ambientais e tecnológicas, numa formação peculiar, e por seus anseios ante as condições da existência, muitas vezes adversas, como a moradia, a escolarização, a saúde, entre os ritos sociais que compõem os costumes em comum. Nesse panorama, perceber as manifestações de consciência e o confronto dos grupos permite compreender uma fatia da civilização brasileira, na perspectiva de uma sociologia das relações sociais estruturada em processos que envolvem a cultura. A partir desse encontro, a fim de capturar toda uma tradição caipira em contato com essas diferentes matrizes culturais, a

⁵³ LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Excluídos**: Contribuição à História da Pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

orientação sociológica é fundamental como ferramenta de investigação dos aspectos da vida social em suas múltiplas facetas (CÂNDIDO, 2010).

Casas, móveis, saneamento básico, festas, roupas, entre outros objetos, são, além de temas sociológicos oportunos para análise, boas referências para a compreensão de problemas sociais mais relevantes. Mediante a postura do pesquisador, esses elementos permitiram, em uma perspectiva de investigação prática, apresentar características mais profundas representativas das classes sociais. Os aspectos da vida cotidiana de São José do Tijuco auxiliaram na catalogação de alguns dos costumes em comum desses grupos, a partir da qual percebe-se o fortalecimento dos lugares de encontro entre iguais e, ao mesmo tempo, o distanciamento entre os grupos hegemônicos e os grupos desfavorecidos economicamente. Dessa forma, procura-se, primeiramente, compreender alguns pontos importantes, linearidades e questões que permearam o contexto nacional com a inserção da classe operária, para, em seguida, aprofundar a leitura de alguns modos de vida e costumes em comum dos de baixo, nas terras às margens do Rio Tijuco.

4.1 A CLASSE TRABALHADORA NA AURORA DA REPÚBLICA DO BRASIL

Destaca-se nesse momento, final do oitocentos, o trabalhador livre, em um lugar historicamente construído dentro das estruturas sociais de produção e reprodução social, nas bases do capital e do trabalho, pois, embora esses elementos sejam o cerne do que determina uma classe de trabalhadores, não garantem em totalidade a sua constituição social. Para Thompson, *evidentemente, a questão é como o indivíduo veio ocupar esse “papel social” e como a organização social específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou* (2004, p. 11). Não somente a experiência capital/exploração lhe garante a estrutura, sendo que outros aspectos determinantes influenciam a determinação principal, como a política, a ideologia, a cultura e o modo de vida em que os operários se encontram. *A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é a sua única definição* (THOMPSON, 2004, p. 12). Nessas esferas, os operários estabelecem as formações sociais mais concretas. Diante dessa situação, no cenário nacional, dois pontos principais deflagrados demarcam a situação da classe operária brasileira nascente: as questões relativas à etnicidade e o cenário das reivindicações dos operários; ambos são temas interligados à cultura.

4.1.1 QUESTÕES RELATIVAS À ETNICIDADE

Nos países da Europa Central, o êxodo rural, o inchamento das cidades, a escassez de terras, a fome, o desemprego e as doenças, oriundos do processo de industrialização⁵⁴, levaram a que a América, como um todo, representasse para vários países europeus e, um pouco mais tarde, também para alguns países do oriente médio e asiáticos, o “Eldorado” econômico, justamente por esse momento de projeção internacional do mercado capitalista, mesmo em meio ao imperialismo dominante. Dessa forma, impulsionado por interesses externos e pressões internas, ocorreu o processo imigratório, tendo o apogeu entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando desembarcaram no Brasil as primeiras levas de imigrantes, posicionando-se em pontos estratégicos de desenvolvimento, a princípio, como o sudeste e o sul.

A partir da 2ª Revolução Industrial (entre 1850 e 1870), as mudanças econômicas e sociais que afetaram a Europa influenciaram a imigração em grande escala para as colônias, ocasionando um grande fluxo imigratório de trabalhadores para o Brasil. Acompanhando o quadro imigratório percebe-se o aumento gradativo e significativo nos momentos indicados:

Tabela 11: Imigração para o Brasil

Decênios	Imigrantes	Período	Imigrantes Italianos
1820-1829	9.105	---	---
1830-1839	2.569	---	---
1840-1849	4.992	---	---
1850-1859	108.045	---	---
1860-1869	108.098	---	---
1870-1879	193.931	---	---
1880-1889	448.622	1884-1893	510.533
1890-1899	1.198.327	1894-1903	537.784
1900-1909	622.407	1904-1913	196.521

⁵⁴ Não se deve apenas às condições de oferta de trabalho no Brasil o deslocamento que promoveu a imigração. “A forma pela qual se realizava a industrialização na Itália, na Alemanha, na Rússia, bem como as mudanças sociais e políticas que ocorriam também na Polônia, na Espanha, em Portugal, etc. não permitiam a absorção de toda a mão de obra disponível ou subempregada” (IANNI, 1966, p. 100). Os governantes e grupos hegemônicos europeus perceberam que a emigração também dilatava fronteiras com relação à extensão familiar, ao domínio religioso, político e econômico.

1910-1919	815.463	1914-1923	86.320
1920-1929	846.646	1924-1933	70.177
1930-1939	332.768	---	---

Fonte: OLIVEIRA (2009).

Percebe-se o grande aumento de imigrantes chegados ao Brasil a partir da 2ª Revolução Industrial (1850-1859) e seu ápice (1890-1899) justamente no período pós-abolição da escravatura (1888) e Proclamação da República (1889). Nesse momento, o Brasil se inseriu na economia internacional com a produção cafeeira, e necessitava de mão de obra farta, haja vista as mudanças ocorridas com o antigo regime escravocrata. O livre regime de posse das terras, apesar de não agradar aos latifundiários, facilitava ainda mais a imigração. Com facilidade, poderiam fixar-se na terra, plantar e negociar. Mas, em larga escala, foram disseminadas as parcerias entre os donos das terras, os antigos escravos, trabalhadores brancos e imigrantes.

Embora as primeiras colônias de italianos em Minas Gerais (Mucuri) tivessem sido fundadas em torno de 1850, foi com a lei estadual nº 32 de 18 de julho de 1892 que as passagens para os imigrantes começaram a ser reembolsadas (nesse momento apenas em dois terços de seu preço), contribuindo igualmente os fazendeiros interessados. Dois anos mais tarde, com um escritório em Gênova para selecionar trabalhadores para Minas Gerais, o pagamento das passagens passou a ser integral. Essa imigração subsidiada durou até 15 de novembro de 1897, e foram introduzidos no estado de Minas Gerais 51.259 imigrantes, sendo 47.134 italianos. Nesse momento, concentravam-se no sul do estado, ao longo da estrada de ferro, pois ali estavam as principais fazendas de café (CENNI, 2003).

Em vista da conjuntura social e econômica pela qual o país passava, em que *os abolicionistas queriam libertar o negro; [e] os cafeicultores precisavam substituir o negro* (BOSI, 1988, p. 37), impunha-se saturar espaços vazios, suprir pessoal diversificado para alimentar o crescimento qualitativo e quantitativo do setor comercial e financeiro, transferir excessos de reservas de trabalho para garantir aumento constante e diferenciação contínua da produção destinada ao consumo interno; enfim, era preciso muita gente, com novos padrões e estilos de vida, para consolidar internamente a economia de mercado em expansão.

Ianni (1966) chama a atenção para a transformação da fazenda, paulatinamente, adquirindo a fisionomia de empresa. Os cafeicultores perceberam rapidamente a necessidade (para sua classe) de subordinaram o poder público à ação econômica. Era necessário adquirir terras, recrutar mão de obra, organizar e transportar a produção, comercializar nos portos, entre outros. Por outro lado, igualmente, o “espírito burguês” brasileiro, nesse momento, abraçava

causas como o abolicionismo, a república, a higienização, o embranquecimento da nação, os novos costumes e, conseqüentemente, o processo de imigração subsidiado pelo Estado, bem aos moldes dos países da Europa e dos Estados Unidos.

Em São Paulo, os primeiros atos relativos a uma colonização de caráter oficial datam de 1827, e foi em maio de 1829 que o governo da então província fundava seu primeiro núcleo colonial no sertão do Rio Negro, em território que atualmente pertence ao estado do Paraná, formado por dezessete famílias de imigrantes alemães, diretamente contratadas em Bremen por um encarregado brasileiro (CENNI, 2003, p. 204).

Por outro lado, o negro alforriado, anteriormente, e, após a Abolição, o negro livre, o pobre (branco) e o afrodescendente, desejavam trabalhar tanto no meio rural quanto ingressar nas lides operárias das cidades, sem conseguirem muito efeito. Acreditava-se na incapacidade desses grupos com relação ao trabalho e na agressividade do ex escravizado, pois fora construído o estereótipo da inferioridade da raça. As doutrinas racistas previam que o embranquecimento, a presença do imigrante europeu e o tempo pudessem demovê-los de seus “defeitos”, pela miscigenação ou pelo exemplo moralizador. Foi o imigrante europeu que ocupou todo esse espaço de produção que se encontrava vazio, pois o Estado e a sociedade não criaram estratégias de inserção do negro liberto e do indígena na sociedade de classes, nesse momento de desenvolvimento econômico.

O deslocamento para a América abrangia uma série de fatores, como o empenho dos próprios valores na vinda, instalação e trabalho. Havia um ideário em meio a esses grupos de imigrantes, por meio do qual alguns conseguiriam restabelecer seus gastos, enriquecer e retornar em seguida ao país de origem. Muitos permaneceram na condição de empregados no campo e na cidade, sem intenção de retornarem para a terra natal de onde fugiram da miséria. Outra parcela enriqueceu e conquistou projeção econômica e social no Brasil.

O contexto econômico em que o imigrante emergia ia ao encontro do processo escravocrata decadente. O imigrante chegava promovendo linhas capitalistas mais definidas, sobretudo com relação à contratação de empregados, livre competição, assalariamento, participação política, escolarização, entre outros. A ordem escravocrata, com a classe senhorial, ainda estava voltada para o latifúndio, a monocultura e a exploração escrava do trabalho humano. A roda capitalista só girava no ritmo da acumulação estamental do capital, garantindo um processo fechado. As oportunidades só eram oferecidas aos que detinham alguma forma de status junto aos senhores ou lograssem condições para atingi-lo, e àqueles comerciantes ou negociantes que possuíam grandes economias.

O imigrante apresentava-se distante desse ciclo rígido e fechado, do processo de acumulação de capital dominante no país, principalmente por estar imbuído da ética do Capitalismo e determinado a alcançar, por meio do trabalho livre assalariado, a acumulação da riqueza e em tudo buscava os meios para fazê-lo. Abstinham-se de interagir nesses grupos de onde eram excluídos, aglomerando-se na família ou nas comunidades que formavam com outros do país de origem.

Foi dessa forma, ou seja, pela dificuldade de interação, que muitos grupos étnicos conservaram sua cultura, costumes e valores, buscando responder ao código ético de seu país de origem, para onde se propunham a voltar mais enriquecidos. No caso dos imigrantes italianos, iniciaram um processo de constituição de sociedades, fundando a primeira em 1854, no Rio de Janeiro, capital do Império. Essas sociedades estenderam-se pela extensão territorial brasileira, onde houvesse colônia de imigrantes, acumulando-se em São Paulo, pois no início do século XX já havia quase uma centena delas. *Com seus estandartes, suas bandeiras e com número de aderentes muito variável, as sociedades italianas promoviam comemorações nas datas não apenas de festa nacional, mas também de festas tipicamente regionais* (CENNI, 2003, p. 299). Nota-se a cultura desses povos emergindo no campo e na cidade, onde os modos de vida dos grupos hegemônicos e populares também já eram marcados pelos costumes.

Um fato jurídico que propôs renovação para a condição cidadã, no caso do trabalhador, está delimitado na Constituição de 1891. A Carta promoveu a naturalização dos imigrantes, caracterizando-os como trabalhadores assalariados ou como empresários. O seu Art. 69, parágrafo 4º, conferiu a *condição jurídica e política de cidadão* (IANNI, 1966, p. 109) a todos os estrangeiros que, estando no Brasil a partir de 15 de novembro de 1889, não houvesse declarado desejar a nacionalidade de origem. A Constituição garantiu, dessa forma, a criação de um mercado de mão de obra, permitindo a negros e brancos (estrangeiros ou não) a condição de cidadãos aptos ao trabalho. *Estava em curso a formalização do mercado de trabalho, processo esse a ser complementado por uma legislação trabalhista especial* (IANNI, 1966, p. 110)⁵⁵.

Quanto a esse momento de transição, percebe-se que o fim da escravidão e a migração europeia e, posteriormente, a asiática, ficaram em meio à passagem de uma economia agrário

⁵⁵ Percebe-se como uma sucessão de políticas públicas corroboraram a favor da causa imigrantista: “Com o advento da República, a política imigratória e de colonização pode ser dividida em três períodos. O primeiro, do início do novo regime até a promulgação da Constituição Federal, em 24 de fevereiro de 1891; o segundo, dessa data até a lei de 24 de dezembro de 1894, que determinava a transferência para os estados de todos os serviços daquele setor da pública administração, e o terceiro, que principia com o decreto de 19 de abril de 1907 e faz voltar ao governo federal a direção dos serviços de imigração e colonização” (CENNI, 2003, p. 212).

monopolista para uma economia urbano industrial globalizada. Porém, essa passagem ficou atada às velhas estruturas de propriedade e trabalho no campo. *Isto significa que a industrialização e a urbanização avançaram com base em uma economia agrícola comercial fundamentada em um “sistema repressivo de mão de obra”, onde o trabalhador era submetido ao proprietário não através do mercado, mas por meio de coerção extraeconômica* (BARREIROS, 2008, p. 22). Ou seja, não se formaram relações de trabalho capitalistas em plena via de transição para um capitalismo industrial urbano. O Estado permaneceu unido às classes hegemônicas rurais na preservação de sua grande propriedade, ocorrendo uma modernização conservadora. Por outro lado, iniciava-se a expansão do processo capitalista pelo mundo, modificando todo um cotidiano já delineado. Impôs novos modos de vida e as relações de produção e reprodução se modificaram ante as novas tecnologias, iniciando uma nova relação entre sociedade e espaço. Meios de transporte e de comunicação se apresentaram de forma transformadora no novo processo urbano industrial, ocasionando grande impacto.

Essas questões ligadas à etnicidade permeiam as discussões relacionadas à construção da classe trabalhadora no Brasil. Percebe-se como o imigrante, principalmente, mas também o negro e o branco empobrecido chegaram a desempenhar esse “papel social” e, ainda, como essa coletividade aí chegou. Embora, por vias diferenciadas, a classe trabalhadora configurou-se chegando a um denominador comum de experiência por parte de seus integrantes. Considerando-se a classe operária formada durante o século XIX, composta por imigrantes (em sua maioria italianos), por negros e afrodescendentes (e posteriormente pela figura do nordestino), percebe-se que essa formação possuiu um caráter étnico consistente. Isso também requer um pensamento voltado à cultura e aos modos de vida peculiares a cada um desses grupos, em consonância com a política e a ideologia do momento, marcando lugares e territórios ante a formação social dessa classe.

4.1.2 O CENÁRIO DAS REIVINDICAÇÕES

Se

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 2004, p. 10).

Nesse particular, encontram-se as questões políticas, culturais e ideológicas que cercearam a classe de trabalhadores, em sua nascente luta entre operários e patrões. A consciência de classe surgirá de forma diferenciada entre tempos e lugares, sem *predicar nenhuma lei*, levando-se em consideração fatores como as condições materiais da existência, as raízes culturais, entre outros. Para compreender esse processo, no Brasil, é preciso considerar alguns pontos relativos à construção histórica da classe de trabalhadores.

Ao longo do século XIX, a importação de produtos europeus foi substituída lentamente por uma indústria nacional nascente. A tradição econômica brasileira estava associada a uma produção agrícola e extrativa, como também às pequenas oficinas de serviços gerais.

As primeiras fábricas que surgiram no Brasil foram criadas para o setor têxtil. Entre os anos de 1844 e 1866, foram instaladas no país nove tecelagens de algodão. Dessas, cinco localizavam-se em Salvador (BA). Por volta de 1890, o Brasil já contava com 48 fábricas do ramo têxtil, assim distribuídas: 13 em Minas Gerais; 12 na Bahia; 11 no Rio de Janeiro; 10 no Maranhão; e 9 em São Paulo (GIANNOTTI, 2007, p. 49).

Entre 1850 e 1900, enquanto o país engatinhava nesse processo de industrialização tardia — engatilhado desde a Revolução Industrial —, a Europa possuía milhões de operários sindicalizados. Conseqüentemente, tanto os trabalhadores dos países da Europa quanto da América do Norte já reivindicavam seus direitos, conscientes de sua própria força. Eram expressões do “operariado moderno”, da “classe verdadeiramente revolucionária” descrita no Manifesto Comunista, em 1848. Organizavam-se em sindicatos, sendo que em 1864 já havia a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), instituída pelo trabalhador fabril.

No Brasil, na virada do século, a situação dos trabalhadores divergia bastante da condição do “operariado moderno” europeu. *A ignorância, a heterogeneidade, a falta de contornos de classe precisos, a passividade e a conseqüente falta de organização, são os atributos desse proletariado (...)* (BATALHA, 1991, p. 112). Brasileiros brancos, negros e afrodescentes ainda viviam atados à subserviência herdada da escravidão, mesmo que abolida legalmente. Contudo, *a primeira greve organizada a qual temos notícia, no Brasil, foi a dos gráficos de três jornais diários do Rio de Janeiro, em 1858. Os gráficos da capital pararam por uma semana e, no segundo dia de greve, imprimiram o seu próprio jornal: o Jornal dos Tipógrafos* (GIANNOTTI, 2007, p. 57). Percebe-se que, apesar das divergências encontradas na formação da classe trabalhadora brasileira, esse também foi um desenho marcado pela luta. Os trabalhadores vindos da Europa encontravam aqui um retrocesso de quase dois séculos quanto às leis trabalhistas. Foi com eles que chegaram as reivindicações, girando em torno de

salários dignos, jornada de trabalho compatível, melhores condições, livre associação a sindicatos, entre outros. No Brasil, a exploração estendia-se dos homens até as mulheres e crianças. As jornadas de trabalho estavam entre 14 e 16 horas diárias e os salários, além de precários, poderiam sofrer reduções como forma de punição ou castigo, caso o operário infligisse algo estipulado.

Uma das primeiras leis trabalhistas, o Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891, regulamentava as condições de trabalho dos menores entre 12 e 18 anos. Mesmo havendo uma redução da carga horária, em seu Artigo 4º, nota-se a atenuação quase irrisória das questões do trabalho relativas à idade:

Art. 4º. Os menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 só poderão trabalhar no máximo sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca exceda de quatro horas o trabalho contínuo, e os do sexo masculino de 14 a 15 anos até nove horas, nas mesmas condições. Dos admitidos ao aprendizado nas fabricas de tecidos só poderão ocupar-se durante três horas os de 8 a 10 anos de idade, e durante quatro horas os de 10 a 12 anos, devendo para ambas as classes ser o tempo de trabalho interrompido por meia hora no primeiro caso e por uma hora no segundo (BRASIL, 1891).

Para o menor aprendiz, mesmo com as reduções no tempo de serviço, a jornada de trabalho é inconcebível para essa idade. Por outro lado, a mesma lei promoveu benefícios, retirando as crianças de riscos e acidentes de trabalho, como disposto nos Artigos 10º e 11º:

Art. 10. Aos menores não poderá ser cometida qualquer operação que, dada sua inexperiência, os exponha a risco de vida, tais como: a limpeza e direção de máquinas em movimento, o trabalho ao lado de volantes, rodas, engrenagens, correias em ação, em suma, qualquer trabalho que exija da parte deles esforço excessivo.

Art. 11. Não poderão os menores ser empregados em deposito de carvão vegetal ou animal, em quaisquer manipulações diretas sobre fumo, petróleo, benzina, ácidos corrosivos, preparados de chumbo, sulfureto de carbono, fósforos, nitroglicerina, algodão-pólvora, fulminatos, pólvora e outros misteres prejudiciais, a juízo do inspetor (BRASIL, 1891).

Essas condições de trabalho da criança denunciam a precariedade social dominante naquele momento. A necessidade de famílias inteiras se disporem ao apito das fábricas, incluindo crianças aprendizes de 8 anos de idade, apresenta o painel da pobreza e da miséria imperante entre a maioria da população. O número de fábricas aumentava gradativamente e, conseqüentemente, o número de trabalhadores também.

Em 1890, calcula-se que existissem 55 mil operários no Brasil. Muitos trabalhavam nos portos e nos arsenais da Marinha. Depois, foi a vez das fábricas de bebidas, como a Bohemia, constituída em 1853, em Petrópolis; e

a Brahma, em 1888, no Rio de Janeiro. As máquinas dessas fábricas vinham todas do exterior. Eram pagas com o suor dos trabalhadores dos ricos cafezais do Sul, ou dos que trabalhavam nas grandes fazendas de cana de açúcar ou de algodão do Norte e Nordeste (GIANNOTTI, 2007, p. 49 e 50).

A classe de trabalhadores constituía-se em número reduzido, se comparada aos índices europeus, tendo em vista que em 1900 o Brasil possuía 26 milhões de habitantes. Os escravizados continuavam nas fazendas ou trabalhando em condições de precariedade ainda maior, imersos no subemprego. No final do oitocentos, 90% dos trabalhadores eram imigrantes e estavam melhor preparados para lidar com as máquinas por possuírem experiência nas fábricas europeias. Com relação aos salários e condições trabalhistas, o Liberalismo garantia que o capital e o trabalho se acertassem no livre mercado, mas, na prática, a violência e a coerção por parte dos patrões visavam reprimir toda forma de negociação. Aos poucos, como ocorreu na Inglaterra, na França, na Alemanha e em outros países industrializados, os trabalhadores iniciaram um movimento com greves, manifestações e protestos, marcando o território das reivindicações.

Propunham uma nova visão política, defendida pelos seguidores do anarquismo e do socialismo. Uma visão centrada nos trabalhadores e em seus direitos. Uma visão oposta à visão liberal. Para o anarquismo e o socialismo, a construção da sociedade com a qual sonhavam começava pela luta operária nas fábricas. Por melhores salários e liberdade. Daí a importância dada às lutas nas fábricas, à circulação de centenas de jornais e à organização dos operários para o confronto com os inimigos de classe (GIANNOTTI, 2007, p. 55 e 56).

Entre 1880 e 1900, várias associações de assistência mútua, em forma solidária, começaram a existir no país. Ligas Operárias, Associações de Bairros, Sociedades Benéficas Operárias, Coletivos Operários e Caixas de Socorro Mútuo foram criados e começaram a se expandir pelo território marcado pela presença da indústria, visando atenuar as dificuldades que os operários e suas respectivas famílias passavam. Essa movimentação foi fundamental para a constituição de um proletariado urbano, haja vista que

O brasileiro tradicional constituía a classe dirigente, era proprietário de terras, fazia política ou se dedicava tranquilamente ao comércio, olhando ainda com certa desconfiança para o grande surto industrial, enquanto o bom caipira era conservador por natureza, por instinto e por condição econômica. Além disso, não seria possível contar com um proletariado agrícola, pois em cada fazenda os colonos viviam segregados num pequeno mundo particular e circunscrito, do qual constituíam apenas os instrumentos de produção (CENNI, 2003, p. 360-361).

Foi em São Paulo, em 1900, que a criação da *Lega Democrática Italiana*, com seus ideais republicanos, anarquistas e socialistas, reunidos sob uma mesma bandeira, tomou corpo (enfrentando inclusive as outras ligas italianas de cunho mais patriótico e monarquista). Dessa liga surgiu o corpo editorial que fundaria o jornal *Avanti*. A *Lega Democrática* transformou-se em *Círculo Socialista*, deflagrando várias greves entre 1900 e 1903, na cidade de São Paulo. Logo, na virada do século, as Ligas Operárias e Uniões de Trabalhadores ganharam um caráter de resistência e de luta. No Rio de Janeiro e em São Paulo também surgiram partidos de operários e socialistas. As greves multiplicaram-se em todas as cidades onde houvesse indústrias, contudo, somente em 1905, com o Decreto-Lei Nº 1.637, permitiu-se a criação de sindicatos no Brasil.

Multiplicavam-se jornais (catalogaram-se em torno de 500) que defendiam as reivindicações dos trabalhadores, fundamentados em ideologias anarquistas e socialistas; obviamente, circulavam clandestinamente. A burguesia liberal utilizava-se de todos os meios para reprimir esse mecanismo de divulgação de ideias e consequente formação da classe de trabalhadores brasileira. Onde houvesse fábrica circulavam os jornais, às vezes tinham o mesmo nome em mais de uma cidade, como *O Operário*. Essa prática foi muito comum até, aproximadamente, os anos de 1930.

Lê-se no editorial da primeira edição do *A Voz do Trabalhador*, órgão do *Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes, e dos trabalhadores em geral*:

Simples, clara, alegre, natural, concisa e breve, insinuante e rápida, variada e movimentosa, vaporosa, leve, ondulante é *A Voz do Trabalhador*: - Esse pequeno jornal que vai desenrolando o quadro da vida dos trabalhadores, com as suas opressões, as suas misérias e as suas dores; essa modesta gazeta que vai pintando e descrevendo o quadro dos trabalhadores baianos, com suas revoltas, as suas lutas, as suas guerras e as suas aspirações (SYMPHONIA d'a Voz do Trabalhador, Bahia, 2 out. 1920, p. 1)

No Semanário baiano de propaganda socialista e defesa do proletariado, já nos anos de 1920, percebe-se que os problemas com relação à produção e a reprodução trabalhista estavam nas mesmas condições em que haviam surgido, ainda no século XIX, e isso em um ambiente distante das cidades que haviam abraçado com maior causa as propostas de um Brasil industrializado.

Os jornais mantiveram os trabalhadores unidos (ou informados), inclusive em torno das causas comuns que ainda retratavam o painel do operariado europeu, diante os percalços enfrentados, oprimidos durante o pré-guerra, veja no *A Rebelião*:

A 9 de maio [1914], realizou-se na Casa do Proletariado em Ancona um concorridíssimo comício onde se protestou vivamente contra a “campanha de disciplina” em nome de todas as vítimas do militarismo. Desta grande reunião saiu a ideia de organizar para o dia 7 de junho, data da comemoração da Constituição Italiana, um protesto nacional, uma manifestação coletiva e simultânea que impusesse ao governo a abolição de métodos que nada tem que invejar a inquisição e onde se pedisse a liberdade de Masetti e outras vítimas a ferros dei-rei (OS FACTOS da Itália, A Rebelião, São Paulo, 17 jun 1914, p. 1).

O semanário de propaganda socialista-anarquista, *escrito por trabalhadores e para trabalhadores*, apresentava o posicionamento do operariado italiano frente as injustiças em um período político delicado, enfrentando aumento de impostos e denunciando os abusos das lideranças. Inspiração para a continuidade das reivindicações brasileiras. *Em 1907, somente na cidade de São Paulo contavam-se cinco diários em língua italiana: o Fanfulla, La Tribuna Italiana, Il Secolo, L'Avanti e o Corriere d'Italia* (CENNI, 2003, p. 342-343), caracterizando o leitor imigrante com publicações de variados gêneros, diversidade política e cultural. Ainda, inúmeros jornais, italianos ou não, criados, editados e distribuídos pelos trabalhadores por quase todo o país, abrangiam muito mais que os problemas enfrentados pelo proletariado nas grandes cidades. Pelo teor da luta dos operários nos grandes centros, percebe-se que a industrialização brasileira não promoveu melhores condições de existência para o proletariado que se formou, em detrimento de três séculos de escravidão.

4.2 A CLASSE TRABALHADORA E O REORDENAMENTO DE UM MODO DE VIDA CAPITALISTA NO INTERIOR DAS GERAES

Buscando vestígios e percepções sobre a classe operária na localidade, nesse mesmo período, apresentam-se algumas considerações voltadas ao contexto local e regional. Lapa (2008) reforça o objetivo central desta pesquisa quando assinala que

Uma das formas de resgate do homem pobre de seu anonimato, projetando-o no prosclênio da história, é conhecer suas formas de pensamento, sua visão da sociedade e do sistema, seu relacionamento com o Estado e as instituições, seu nível de consciência social, sua capacidade de auto-avaliação, suas condições de vida ou sua falta de condições, seus sentimentos, seus valores e suas formas de pensamento, seus padrões de comportamento, sua cultura, sua vida cotidiana, etc (LAPA, 2008, p. 25).

Para traçar esse desenho do operário local, tido como o homem pobre e anônimo na virada para o século XX, além da possibilidade que as fontes documentais oferecem, é necessário levantar alguns apontamentos teóricos. Conforme Cândido (2010) a relação entre as necessidades dos grupos e dos recursos que disponham para sua satisfação constitui as características fundamentais de uma sociedade, propiciando equilíbrio ou crises, dificuldades e incongruências relativas aos embates sociais. O autor explica que

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas. São estas, portanto, o verdadeiro ponto de partida, todas as vezes que o sociólogo aborda o problema das relações do grupo com o meio físico (CÂNDIDO, 2010, p. 28).

Decorre daí a particular e constante alteração nas ligações havidas entre a humanidade, o meio natural e a técnica, sempre buscando novos recursos para a satisfação de suas necessidades. As mudanças multifatoriais, inerentes ao percurso do tempo, impulsionam as ações da sociedade voltadas à busca pela alimentação, passando pelos recursos do bem viver cotidiano e pelos processos técnicos que promovam o bem-estar do indivíduo. Assim, o trabalho e a técnica vão preenchendo o espaço, transformando-o pela ação humana, como foi o caso do avanço territorial brasileiro.

A vida social pode ser compreendida a partir dessa caminhada, em que a satisfação das necessidades humanas é o fator preponderante. Os meios de subsistência, o equipamento técnico e os modos de produção e reprodução, vistos pela lente social, ampliam questões relativas à organização da ação humana. Na busca por melhores meios e recursos de subsistência está inserida toda uma organização social para tal feito. Em torno da plantação e da colheita, tomando como exemplo algo muito comum à sociedade brasileira, percebe-se, além da conquista da terra, das sementes e de equipamentos, toda uma rede de relações que envolvem latifúndios e latifundiários, donos dos meios de produção e trabalhadores, mercado e exploração trabalhista, organizações sindicais, festas e religiosidades, entre outros. Nota-se toda uma trama de relações em torno da busca da satisfação dessa necessidade, demarcando territórios e lugares, diferenciando grupos e produzindo cultura.

No caso dos trabalhadores brasileiros, em sua base e estruturação, há aspectos relevantes ligados à questão campo-cidade, influenciadores na forma como se deu a imersão desses grupos em uma sociedade moderna. Williams, tomando a Inglaterra como ponto de partida, afirmou

que a *Revolução Industrial não transformou só a cidade e o campo: ela baseou-se em um capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo o desaparecimento do campesinato tradicional* (WILLIAMS, 1989, p. 12), porém, as atitudes determinadas à vida rural e ao campo persistiram na sociedade, apesar da urbanização preponderante.

(...) as atitudes inglesas em relação ao campo e às concepções de vida rural persistiram com um poder extraordinário, de modo que, mesmo depois de a sociedade tornar-se predominantemente urbana, a literatura, durante uma geração, continuou basicamente rural; e mesmo no século XX, numa terra urbana e industrializada, é extraordinário como ainda persistem formas de antigas ideias e experiências (WILLIAMS, 1989, p. 12 e 13).

Essa mesma experiência desenhou-se no cenário da sociedade brasileira, particularmente no interior do Brasil, pois os processos de industrialização e urbanização, mesmo que iniciados nos grandes centros no final do século XIX, deram-se de forma lenta e não tão avassaladora como na Inglaterra. O processo de modernização do país deu-se vagarosamente no interior dos estados, avançando da República Velha para os governos Vargas até Geisel, aproximadamente, haja vista a situação do êxodo rural brasileiro ter tomado vulto crescente e pico entre as décadas de 1940 e 1960, dependendo da região. A industrialização e a urbanização brasileiras provocaram, mesmo que de forma gradual, mudanças no modo de produção e, conseqüentemente, no modo de vida das populações tanto do campo quanto da cidade, impondo uma nova lógica cultural.

Remontando aos costumes em comum, remanescentes do passado e transmitidos de geração em geração, verifica-se que eles surgem dessas relações humanas. Parte-se do ponto de vista de que estavam fortemente arraigados ao fazer comum, sedimentados ao longo da existência, chegando a estruturar a diferenciação entre as camadas sociais. Fortalecendo as condições de mando e subalternidade, auxiliaram na consolidação das bases de uma classe hegemônica, como também representaram as reivindicações dos grupos sem privilégios políticos e econômicos.

A análise sobre essa questão, partindo de um reordenamento dos modos de vida frente ao avanço do capitalismo, implica captar em Williams o sentido da cultura, expressa nessas formas de se viver, como algo comum a toda uma sociedade. Para Williams:

A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra (WILLIAMS, 2015, p. 5).

Percebe-se que a cultura foge momentaneamente a alguns sentidos como “cultivo da terra”, “desenvolvimento mental” e “atividade intelectual e artística”, sendo utilizada em seu significado como a cultura de “uma época”, cumprindo determinada função social e mais próxima a um modo de luta (CEVASCO, 2001). Entretanto, quando Williams afirma que a cultura é uma experiência ordinária, ou seja, comum, considera a organização de toda uma sociedade. Nessa perspectiva, entende-se que as experiências vivenciadas pelos diversos grupos de uma sociedade guardam diferenças profundas, intrínsecas e inerentes aos próprios grupos. Alguns possuem melhores condições de existência, como maquinário desenvolvido para banho, iluminação apropriada, casas e móveis confortáveis ou luxuosos, alimentação farta; outros não usufruem desses recursos ou, ainda, têm acesso a alguns, porém, de forma precária. Todavia, essa situação também se transforma, de época para época, pois os modos de vida e os costumes em comum, estando relacionados ao social, podem mudar de grupo e até mesmo serem extintos e alcançarem conotações totalmente diferentes.

Essa concepção de cultura comum a toda uma sociedade foge ao discurso de cultura mais elitista e pertencente a poucos ou a grupos selecionados. Se existem recursos para a existência, esses podem estar ao alcance de todos, sem fazerem parte exclusiva de determinado meio ou casta de escolhidos. Daí advém o sentido de cultura como luta. Pode-se pensar por vários ângulos da existência, que vão além dos princípios básicos, como o acesso à educação, ao trabalho, ao transporte, à tecnologia agregada ao bem-estar social e à saúde, entre outros bens, recursos e consumos que estão em uma sociedade como um todo.

É no mapeamento de alguns modos de vida e de alguns costumes em comum, adquiridos desde a São José do Tijuco e delimitados pelas fontes encontradas, que se fixam alicerces capazes de auxiliar a visualização dessa estrutura e sua organização social. Observando a cultura comum a toda uma sociedade, é possível captar as nuances dessa diferenciação social, desde o negro escravizado até o trabalhador pertencedor a uma classe, no século XX. A par desse pensamento, percorre-se essa linha de tempo, tendo em vista essas contribuições.

Como visto, tornando à unidade, o povoamento deu-se pela chegada dos posseiros por campo e cerrado, e pelos rios da Prata e Tijuco, instalando-se pela localidade da mata. *Tal qual sucedia por todo o Brasil, o território rural era mais povoado do que o urbano. Poucas casas de tijolos e telha. Maior parte coberta de capim, piso de chão. Um Rêgo d'água corria dentro do arraial, para serventia.* (PAIVA, 2018, p. 118). A par desses modos simples de existência, os primeiros moradores tomaram conta das terras e uma série de costumes foram construindo e moldando o jeito das coisas e do povo, implementados pelos costumes trazidos pelos

exploradores, pela pouca herança cultural deixada pelos nativos e pela cultura ancestral dos povos escravizados.

São poucos os vestígios arquitetônicos do processo escravagista encontrados na região do Triângulo Mineiro, bem como na cidade de Ituiutaba. Os casarões e suas senzalas não resistiram ao tempo nas fazendas. Desapareceram os instrumentos utilizados para castigo no cativeiro (correntes, argolas, gargalheiras, braceletes, entre outros), restando poucas peças direcionadas aos colecionadores⁵⁶. Ainda, os perfis fenóticos do povo da região estampa a presença dos muitos tipos humanos que por lá passaram e se estabeleceram.

Foto 16: Dr. Nicodemus (de Macedo) no exercício de sua profissão no Pontal Triângulo, na primeira quinzena do século, em companhia de sua mãe, sua esposa, a cunhada Maria da Glória, três filhos, uma sobrinha e duas pagens das crianças (CHAVES, 1984, p. 295).



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Essa fotografia registra o momento da família em São José do Tijucu. As casas de pau a pique cobertas por palha não demonstram a pujança dos proprietários de terras, sendo a primeira e única condição de moradia. A família bem-vestida posa para a foto, tendo ao fundo

⁵⁶ No século XVII, no cenário mineiro, a mineração havia atraído os bandeirantes para a região leste, pela possibilidade de enriquecimento. As empresas mineradoras utilizavam-se da mão de obra escravizada largamente, chegando mesmo a Coroa Portuguesa a proibir a transferência de negros das outras capitanias para Minas Gerais, por um período, devido ao acúmulo de negros escravizados. Após o esgotamento da região mineradora, os negros chegaram ao Triângulo Mineiro juntamente com os posseiros brancos, entre os séculos XVIII e XIX. Ademais, devido aos altos índices de negros trabalhando no último século nas Minas Gerais, foi natural o seu escoamento para as regiões que ofereciam prosperidade naquele momento. Os exploradores chegavam com o intuito de estabelecerem-se nas terras. Traziam familiares, amigos e escravos.

(atrás de todos eles), caracterizando a situação de hierarquia, duas negras. Igualmente, as duas estão vestidas aos moldes da família, o que foge um pouco à regra, uma vez que o corpo do escravizado sempre estava mais à mostra, *pela falta de indumentária, pela natureza do trabalho ou dos castigos a que era submetido, pelas marcas que as doenças deixavam* (LAPA, 2008, p. 208). Um fator relevante é que a família branca e livre cobria/escondia o corpo pautada na moral cristã da Igreja, e na ocasião da foto podem ter estendido o preceito ao corpo das escravas. Para Lapa, *produzia-se socialmente o corpo do escravo, para que em sua postura e movimentos, em cada parte, em hábitos a serem propostos e adquiridos, respondesse às necessidades e exigências do regime de trabalho escravista* (LAPA, 2008, p. 209). A vestimenta das negras como produzida pelos donos, para que correspondesse ao regime de trabalho a que eram expostas, sugere que poderiam ser destinadas aos trabalhos do interior da casa, como o auxílio à senhora, à condição de ama das crianças, à cozinha e às arrumações dos interiores.

Como a região era composta por pequenos e médios planteis, havendo diversidade produtiva, os escravizados voltavam-se aos trabalhos mais rudes das pequenas plantações, às produções artesanais — como a produção doméstica de fios, panos e couro —, às pequenas e médias manufaturas e aos trabalhos internos da casa.

Nos primeiros quarenta anos de povoamento, “dominava a grande propriedade territorial, com sua quase completa autossuficiência baseada no trabalho de escravos e agregados. Nas fazendas, produzia-se de tudo, desde veículos (carros de boi), arreames, alpercatas, materiais para construção, alimentos (arroz, milho, feijão, farinha, rapadura, café e gorduras), até algodão, que era fiado e tecido em rocas e teares rústicos da indústria caseira. Durante muito tempo, as trocas limitavam-se a alguns produtos. A região exportava gado e recebia de fora sal e apetrechos de ferro (machados, foices, enxadas, facas e outros). A circulação fazia-se através das entradas que os próprios fazendeiros abriam, ligando suas propriedades aos povoados vizinhos” (Diagnóstico de Ituiutaba, GPI, Prefeito Samir Tanús, 1.2.1 apud Paiva, 2018, p. 111).

Percebe-se, pela diversidade de trabalhos manuais cotidianos e pelas técnicas, o padrão de vida e de consumo existente na região. Ainda, como se vê, no romance *Caiapônia*, na preparação para um casamento:

As negras movimentavam as rodas de fiar, e as tecedeiras empeiravam novelos no tear, de manhã à noite, para a fabricação de riscados e do algodãozinho, destinados a adomingar o traje dos escravos no grande dia, que se aproximava. Descaroçadores a mão extirpavam as sementes dos capulhos, e cardadeiras, manejadas também pelas escravas, preparavam para as fiadeiras pastas de algodão, que se transformavam em fios, finalmente dobados e medidos em banhos de anilinas diversas para a trama das padronagens. Incrementava-se o fabrico de vasilhames, gamelas, jacás, cestos, tecidos de talas de taboca. O monjolo, malhando lugubrememente, rangia no eixo, no trabalho incessante de

despejar a água do depósito traseiro, a socar o arroz depositado no pilão (CHAVES, 1998, p 189)

Em um contexto mais amplo, identifica-se a cultura dos povos que vieram escravizados para o Brasil. Essa formação social estava permeada pelos elementos de um processo civilizador, instaurado pela Europa Ocidental e pelo pensamento cientificista. Direcionava culturalmente e apartava do que era considerado cultura e civilidade o que não se adequava aos seus moldes. A Europa instituiu a cultura dos dominadores e a dos povos dominados, estigmatizando os povos africanos, americanos e asiáticos.

Todo o processo de desvalorização e aniquilamento da cultura desses povos escravizados, ocorrida no Brasil, cedeu em muitos momentos pelos costumes trazidos com eles e que auxiliaram na construção do país, tanto em questões de trabalho quanto de bem-estar para os colonos brancos. Haja vista a fiação do algodão, a construção dos pequenos artefatos, as técnicas empregadas no trabalho dentro da casa, na pecuária e na lavoura. Os povos africanos dominaram a culinária colonial e conseqüentemente deixaram essa herança para as futuras gerações. Dessa forma,

No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite-de-dende e da pimenta-malagueta, tão característicos da cozinha baiana; pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade na maneira de preparar a galinha e o peixe. Várias comidas portuguesas ou indígenas foram no Brasil modificadas pela condimentação ou pela técnica culinária do negro, alguns dos pratos mais característicos brasileiros são de técnica africana: a farofa, o quibebe, o vatapá (FREYRE, 2005, 542).

Na região do pontal do Triângulo Mineiro, os usos da pimenta, do quiabo, da banana, entre outros elementos citados por Freyre, foram incorporados à culinária, assim como mingaus, pamonhas, pão de ló de arroz, doces, angus, mocotós etc. É inquestionável o quanto a culinária africana, trazida pelos povos escravizados, foi inserida ao gosto do povo mineiro, fazendo-se as devidas adaptações de cardápios em todas as regiões.

No cotidiano, tornou-se presente o hábito do aleitamento materno ser transferido para as amas negras de leite, pois, casando-se muito novas e tendo grande quantidade de filhos, as senhoras tornavam-se muitas vezes incapazes de serem mães em plenitude. As negras também se dedicavam às brincadeiras infantis, à introdução da boneca de pano, às brincadeiras de roda, às cantigas de ninar, entre outros. Esses costumes foram introduzidos no cotidiano da casa grande pelos povos escravizados.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado (...) (FREYRE, 2005, p. 367).

Quanto aos modos de vida adquiridos, para que as famílias dos brancos se estabelecessem na unidade, as primeiras casas eram muito rudimentares e serviam para instalar, de forma precária, o senhor, a esposa e os filhos. A técnica utilizada para a construção era a dos tijolos de adobe, inseridos no Brasil em 1500, ou seja, tijolos rudimentares, feitos de barro, esterco e palha, cujos registros encontrados remontam ao Egito Antigo⁵⁷. Estruturas como as casas de pau a pique com cobertura de palha foram muito utilizadas. A vida era simples e rustica mesmo entre os membros das classes mais abastadas, como vemos na foto um grupo de crianças em frente a casa:

Foto 17: Casas dos Primeiros Moradores de São José do Tijuco.



Fonte: MINAS GERAIS. O Estado de Minas Gerais. São Paulo: Pocaí Weiss & Comp., 1918.

Relativamente à infraestrutura dessas casas,

⁵⁷ No Livro do Êxodo encontramos “Daqui por diante não torneis a dar palha ao povo, para fazer tijolos, como fizestes antes: vão eles mesmos, e colham a palha para si” (BÍBLIA, Êxodo, 5,7), o que remete a um dos primeiros registros desse tipo de construção.

A iluminação, nas casas dos mais abonados, se fazia a lamparina a querosene, candeias e mancebos. Os mancebos consistiam em um pau bem alto, com uma tábua no meio. Na parte superior, havia furos, para se colocar a candeia mais em cima ou em baixo, conforme se pretendia maior ou menor luz. Na tábua do meio, depois de acesa a candeia, pingava o azeite. Chamava-se de “gute” o local onde ele caía, talvez apelido pelo seu “gute-gute”, pinga-pinga, lugar da queda do azeite. A tábua era para o azeite não manchar o chão e evitar a sujeira na casa (PAIVA, 2018, p. 127).

Percebe-se que os menos favorecidos não possuíam tais artefatos para iluminação interior de suas casas. As famílias mais pobres utilizavam-se de recursos mais simples como velas, lampiões e fogueiras acesas nos quintais. Ainda, com relação à casa, a mesma carência está presente quanto à água necessária para matar a sede, preparar a alimentação e a higiene pessoal. Era trazida do córrego Pirapitinga ou do córrego Sujo, das minas de Neco Vilela e João Gomes. Os primeiros cisterneiros somente apareceram na cidade em 1895 (Ricardo soldado e cabo Honório), melhorando o traslado da água que, até então, era carregada em potes. Essa situação das famílias menos abastadas durou até aproximadamente os anos de 1960/70. Por volta de 1897 foram instaladas as primeiras bombas de pau, assim constituídas:

Os canos eram de bambu comum, furados com uma broca própria nos nós interiores do bambu. Quando terminava de um lado, furava-se do outro. Usavam-se bambus maduros, que duravam de 2 a 4 anos. A bomba era uma caixa de madeira quadrada, de um metro de altura e quinze centímetros de largura. No fundo da caixa, havia uma ducha, furada, de madeira, o qual subia e descia, sob o impulso de uma manivela. A água saía por um bambu oposto à manivela (PAIVA, 2018, p. 128).

Dessa forma, os banhos realizados em casa que possuía a bomba de pau eram tomados de madrugada, logo ao acordar. Enquanto um batia a bomba o outro tomava banho. Também se utilizavam gamelas e bacias. Já os banhos populares eram tomados perto da cachoeirinha (na atualidade esse local fica na Avenida 13, onde só há residências). A dificuldade com os banhos era imensa, pela dificuldade e mesmo pela inadequação dos locais. Não havia fossas, nem muros, nem luz, nem meio-fio, nem calçamento nas ruas. No fundo das casas havia chiqueiros e galinheiros, e pela Rua do Brejo passavam as boiadas vindas de todos os lados. Com uma higiene precária, foi o sol forte que resguardou o povo de muitas epidemias.

Ainda, quanto à organização da casa das famílias mais abastadas, Paiva explica que

Nas residências de maior cabedal, o mobiliário era de madeira pesada: mesa de jacarandá, cômodas, arcas, armários, bancos externos e tamboretas, com quatro pés, cama de aroeira, bálamo, canjica, garapa, etc., com os pés oitavados. O estrado de couro de boi trançado, bem esticado. Fazia-se de couro molhado, a fim de que, depois de seco, tornar-se mais resistente. (Nessas

camas, surgia muito percevejo, combatido com água quente, limão, cipó-imbé). Na sala de entrada, ostentava uma marquesa ou canapé, servindo, também, de espreguiçadeira. Na sala de visita, mobília escura (preto ou marrom), de palhinha, com sofá recurvado, atrás, e cadeiras tipo austríacas. Na sala de jantar, mesa imensa, para acolher todo o clã e visitantes, com bancos de ou sem encosto (PAIVA, 2018, p. 148).

A madeira para confecção desses móveis resistentes vinha da derrubada das matas das propriedades rurais da família. Eram construídos por profissionais especializados que se instalaram na cidade, como os marceneiros, ferreiros, entre outros. Pelo contraste apresentado em relação à decoração das casas mais simples dos trabalhadores, percebe-se a diferenciação social já presente,

Nas casas menos afortunadas, o mobiliário era mais singelo. Assim, naquelas do terceiro grupo: os bancos eram feitos de forquilha, com assento de tábuas, sem encosto. As roupas se dependuravam em ganchos ou guardadas em baús canastras de madeira ou de folha de flandres. As camas se faziam de forquilhas, batidas a machado, no quarto, com estrado feito de taboca ou vara. Colchão de palha de milho ou arroz. Travesseiro de paina, muito comum na região (PAIVA, 2018, p. 148).

Nota-se a apropriação de elementos mais ligados à natureza, de fácil acesso e fartura na região, como o aproveitamento das forquilhas de madeira, a paina e a palha, elementos característicos do cerrado mineiro. Esses elementos compunham os artefatos de decoração e uso das casas dos menos abastados. Contudo, havia um elemento de uso comum a todos os grupos sociais, principalmente pelo modo de produção herdado das negras escravizadas. *As colchas e cobertas normalmente se teciam nas rodas de tear da própria casa, com algodão, ou com lã de carneiro, um e outro em abundância no distrito* (PAIVA, 2018, p. 148). Verifica-se a distância entre a realidade inglesa, por exemplo, e sua influência sobre vários países nesse mesmo momento, os quais apresentavam hábitos renovados pela produção têxtil, implementados pela Revolução Industrial.

Por esses modos de vida, níveis de sociabilidade e costumes apresentados, por meio das fontes encontradas, percebe-se o *equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico* (CÂNDIDO, 2010, p. 28), em que as necessidades do grupo têm ao mesmo tempo um caráter natural e social, pois as necessidades básicas da existência humana requerem iniciativa da coletividade para assegurar a vida social. Mesmo que diante a definição diferenciada de hábitos e modos de vida, evidenciados nas casas dos donos de terra, dos trabalhadores e dos escravizados, nota-se nas entrelinhas a busca pela satisfação das necessidades básicas como água potável, moradia e alimentação. Dessa forma, a crise social

está presente desde o início da unidade, com espaços demarcados dentro da impossibilidade de equidade.

Outro ponto importante a ser situado na antiga São José do Tijuco, na virada para o novecentos, é a questão do transporte e como ele afetou profundamente as relações sociais, principalmente o comércio. Enquanto Uberaba tornou-se um importante polo econômico e cultural no Triângulo, inaugurando a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 21 de abril de 1889, chegando a São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia) em 21 de dezembro de 1895, a precariedade no transporte era uma constante na vizinha São José do Tijuco. O comércio ainda se desenvolvia pela presença dos carros de boi *de São José a Monte Alegre (12 léguas), faziam-se num dia a cavalo; a São Pedro de Uberabinha (24 léguas), a cavalo, escoteiro, em dois dias; cargueiro, três dias; carro de boi 14 dias, para levar e trazer carga* (PAIVA, 2018, 133). Os carros de boi eram o principal meio de transporte da região. Inclusive nas festas da igreja, as famílias utilizavam-se desse transporte, que ficava estacionado no largo da Igreja. Ali mesmo faziam suas refeições e dormiam tanto dentro do carro como em baixo, ou em barracas que traziam.

O carro de bois executava uma das mais importantes funções da fazenda, conquanto seja veículo essencialmente tardo. Graças a ele se mantém efetiva a atividade locomotriz que vitaliza o trabalho. Não há provavelmente, no mundo, viatura mais rudimentar. Não pode subsistir onde há boas estradas, porque é o maior inimigo delas. Constitui todavia, meio eficaz de transporte, nas terras ínvias de país selvagem, onde o homem não pode beneficiar-se com a providência dos bons caminhos (CHAVES, 1998, p. 195).

Dessa forma, sendo o móvel mais utilizado naquele momento, o carro de boi tornou-se imprescindível para o trabalho, comércio e transporte dos habitantes. Para passar pelas estradas inóspitas e vencer a adversidade ambiental, era utilizado somente esse meio de transporte mais arcaico. As imensas distâncias, os campos vastos e as matas fechadas eram obstáculos para a comunicação, o transporte e a pecuária rudimentar. Os poucos vales abertos pelos escravizados, a ausência de instituições de crédito e as variáveis adversas da existência humana forçaram os fazendeiros à prática de uma agricultura insipiente, produzindo de tudo um pouco para a sobrevivência em meio aos cerrados e campos naturais:

Desde os veículos de tração (predominantemente o carro de bois), as arreatas, materiais para habitações, até os mantimentos para sustento da família: arroz, milho, feijão, rapadura, café. O algodão era cultivado para que, com a indústria caseira da fiação nas rodas e a tecelagem dos teares primitivos, se fabricassem os tecidos de algodão com que se confeccionavam calças e camisas para homens, saias para as mulheres, redes, mantas e cobertas para as camas. Chapéus, alpercatas e perneiras de couro cru, tudo isso era utilizado no

regime de economia da abundância em que as “casas de negócios” das vilas obtinham pouca vantagem (CHAVES, 1953, p. 46).

Pela escassez local de produtos utilizados para a vida comum, desde a alimentação até a vestimenta, percebe-se a importância e o custo desse transporte. Se de um lado esses artefatos, objetos e produtos chegavam às famílias dos mais abastados, por outro tornavam-se cada vez mais escassos na existência dos grupos empobrecidos. Pelo vai e vem dos carros de bois pelas estradas, “percebe-se as apropriações da cultura para um só uso”, construindo toda uma sociedade. A diferenciação está justamente na distribuição dos bens e serviços que essa tramitação ocasiona. O candeeiro, ou seja, aquele que toca o carro de boi, não consegue comprar a mercadoria que transporta, ou seja, em princípio a mercadoria existe para todos, contudo poucos têm acesso a ela. Para Cevasco *a produção de significados e valores é uma atividade humana primária que estrutura as formas, instituições, relações, e também as artes* (CEVASCO, 2001, p. 50). Ou seja, toda uma organização social instaura-se à medida em que recursos materiais ganham valor e sentido para a comunidade, dividindo/classificando grupos e modificando as relações pelas instituições que se formam e na experiência da própria arte em seu sentido completo/social.

Nessa virada de século, percebe-se que o lugar do pobre já estava marcado, principalmente pela produção e pela reprodução da desigualdade social e econômica, demarcando a posição daqueles que construam sua identidade calcados em valores étnicos, sociais e culturais. Além dos marcos arquitetônicos fortemente identificados no vilarejo, como a Igreja, o largo da matriz, o sobrado e a própria área rural, marcos de poder e riqueza, esse momento — pós-abolição e início do movimento imigratório — foi caracterizado pelo surgimento da classe trabalhadora em um movimento capitalista que fomentou esses processos político-econômicos. Ainda que os grupos hegemônicos comessem a alcançar melhores condições de instalação na localidade, a precariedade do século XIX continuou presente na vida do trabalhador durante quase todo século XX. Embora a Abolição fosse um marco, o trabalho dos escravizados foi transferido para o operário. Isso se percebe claramente na observância desses costumes em comum e modos de vida mapeados.

Para dar seguimento à análise sobre esse reordenamento dos modos de vida, consegue-se, nos quadros organizados a partir do Recenseamento Municipal de Villa Platina, realizado em 1904, visualizar parcialmente o perfil dessa população trabalhadora:

Tabela 12: Recenseamento de Villa Platina realizado em 1904.

	Naturalidade		Alfabetização		Educação		Agrárias	
	Platinenses	Outros	Sim	Não	Professor	Estudante	Fazendeiro	Lavrador
I	1662	524	273	1918	0	4	1	418
II								
III	96	2360	308	2147	0	1	10	317
IV								
V								
VI	1405	1028	305	2071	1	0	0	320
S.O.	1442	932	564	1799	5	0	0	322
Total	4604	4844	1450	7935	6	5	11	1377

Fonte: CENSO (1904).

Org.: NOVAIS, Maristela Abadia Fernandes. 2018.

Percebe-se, por algumas chaves, um perfil da população onde certamente estavam incluídos os empobrecidos e aqueles que ingressavam a classe de trabalhadores, a começar pelo número expressivo de não platinenses listados: 51,27% do total de moradores. A maioria destes vinha de outras regiões brasileiras, entretanto estavam inclusos imigrantes europeus e do oriente médio. Esse processo de deslocamento, tanto nacional quanto internacional, visava, sobretudo, à melhoria material, ou seja, eram famílias que migravam para localidades mais prósperas e com possibilidades de ganho. Os índices relativos à terra, ou seja, aos fazendeiros e lavradores, apresentam dados relevantes e já constatados quanto aos proprietários. O latifúndio estava na mão de pouquíssimos senhores, o que eleva o número de lavradores ou trabalhadores rurais, que se serviam da terra dos patrões para o sustento. De um total de 9448 moradores, encontram-se 11 fazendeiros e 1377 lavradores, ou seja, 14,57% da população era composta por trabalhadores rurais (pode-se acrescer esses números contando as esposas e filhos desses lavradores).

De acordo com o painel traçado até o momento, caminha-se para uma percepção mais abrangente sobre a classe trabalhadora. De posse dos modos de vida, das questões relativas à etnicidade e dos costumes em comum dos grupos, passa-se aos dados censitários relativos aos ofícios:

Tabela 13: Recenseamento de Villa Platina em 1904 (1)

	Agrárias	Operárias				Manuais e Mecânicas						Educação		Liberais	Saúde			Públicas	
	Lavrador	Serv.Dom.	Lavadeira	Cozinheira	Padeira	Discipulo de Alfaiate	Alfaiate	Costureira	Tecelã	Relojoeiro	Sapateiro	Professor	Estudante	Advogado	Dentista	Médico	Farmacêutico	Colletor	Escrivão de Paz
I	418	384	2	6	0	0	0	6	3	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0
II																			
III	317	154	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
IV																			
V																			
VI	320	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
S.O.	322	192	1	0	1	0	0	7	0	1	4	5	0	1	1	1	3	1	1
Total	1377	759	3	6	1	1	1	13	3	1	5	6	5	1	1	1	3	1	1

Fonte: CENSO (1904).

Org.: NOVAIS, Maristela Abadia Fernandes. 2018.

Tabela 14: Recenseamento de Villa Platina em 1904 (2)

Livros	Segurança	Religiosa	Diversas		Comércio					Das Edificações								
	Cabo Militar	Sacristão	Outros	Mendigo	Agências	Capitalistas	Guarda Livros	Negociantes	Emp. Comp.	Oleiro	Funileiro	Serralheiro	Ferreiro	Marceneiro	Carpinteiro	Caldeiro	Pedreiro	Soleiro
I	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
II																		
III				0	0	5	0	0	0	0	0				1		0	
IV																		
V																		
VI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	8	0	1	0
S.O.	4	1	0	3	10	1	3	24	3	24	1	3	6	2	19	1	10	4
Total	4	1	0	5	10	6	3	24	3	24	1	3	7	2	28	1	11	4

Fonte: CENSO (1904).

Org.: NOVAIS, Maristela Abadia Fernandes. 2018.

Diante da diversidade de dados encontrados nestes quadros, constata-se, primeiramente, a variedade de profissões, ofícios e funcionalidades listadas. A antiga São José do Tijuco, antes composta por uma sociedade basicamente dividida entre proprietários de terras, lavradores e escravizados, conta com número significativo de profissionais e trabalhadores especializados em vários ramos de serviços. Mapeia-se toda uma organização que vai da segurança ao serviço público, da educação à saúde, da construção civil à vestimenta, constatando-se uma modificação social em relação à divisão de classe. Ainda assim, tal organização encontrava-se distante de um processo industrial capaz de formar uma classe operária consciente do movimento no qual estava inserida.

Os quadros anteriormente expostos revelam, ainda, que as funções antes atribuídas aos escravizados, mesmo que acrescidas por novas técnicas e refinamento, mantiveram-se, contudo, transferidas para os operários. Todo o manancial do que era produzido nas fazendas pelos escravizados, e que imprimiram os modos de vida entre costumes em comum, agora estavam na cidade e requeriam mão de obra especializada. Quanto às funções antes exercidas pelos escravizados, lavradores e suas esposas, veem-se agora cozinheiras, padeiras, lavadeiras de roupa, alfaiates, costureiras, tecelãs, funileiros, serralheiros, marceneiros, entre tantas outras profissões, ocupando o lugar dos antigos serviços prestados. O povo, enfim, proletarizava-se na aurora da República. Lapa considera essa situação já existente desde o período que antecede a Abolição, reverberando em seguida:

(...) restam para o homem pobre livre vários que fazeres, que vão desde tarefas que se poupam aos escravos até atividades artesanais ou manufatureiras – pequena produção e comércio – para as quais, por conta própria ou assalariado, o homem livre destina suas aptidões e encontra brechas no restrito mercado de trabalho. Como na etapa de comercialização dos produtos a regra geral é a da proibição da participação dos escravos, com as exceções costumeiras, aí o homem livre pobre encontra também como assegurar sua sobrevivência (LAPA, 2008, p. 27).

Esse processo de transferência caminhou em direção ao surgimento da classe operária, no pós-abolição. Muito além dos serviços prestados, todo o estigma que cercava o mundo do negro escravizado continuou fazendo parte do mundo do trabalhador assalariado. Nos grandes centros, na classe operária formada essencialmente pelo imigrante europeu essa conotação prevaleceu. Em Villa Platina, nota-se que os ex-escravizados permaneceram engrossando o grupo de trabalhadores rurais (haja vista o alto índice desses dados), ou seguiram para o subemprego e a mendicância na zona urbana. Os serviços passaram a ser oferecidos pelos (novos) profissionais que faziam parte, em sua maioria, de grupos migrantes que acorreram do

sul de Minas, de Goiás, de São Paulo e das proximidades, chegando para acompanhar o novo desenho que o capitalismo imprimia.

Muitos foram os imigrantes europeus e do oriente médio que chegaram à unidade, formando duas grandes colônias: a dos italianos e a dos sírio-libaneses. Os primeiros tornaram-se lavradores nas fazendas de café da região e profissionais liberais, em sua maioria. Os segundos dedicaram-se exclusivamente ao comércio. Poucos imigrantes chegaram como mão de obra especializada na carpintaria, marcenaria, costura, entre outros.

Ainda chegaram aqueles com profissões liberais como a de advogado, de médico, de farmacêutico e de dentista. Essas profissões, por exigirem estudo técnico ou universitário, eram exercidas pelos coronéis e/ou seus filhos. Percebe-se a institucionalização administrativa da unidade, que passava para a condição de Villa, dispondo cargos de Colletor e de Cabo Militar. A presença de um Sacristão no quadro de profissões do CENSO ainda remete ao fato de no Império esse cargo ser remunerado pelo Estado.

A condição de mendigo classificada entre as profissões denota questões relativas à institucionalização da pobreza. Aqui entram em jogo a política e a segurança, legitimando e reproduzindo essa condição. Representa os traços iniciais infiltrados em uma sociedade em que o sistema de favores atinge proporções cada vez maiores na tolerância à miséria e à pobreza. Os mendigos *são justamente aqueles não incorporados quer ao sistema de produção, quer ao aparato filantrópico* (LAPA, 2008, p. 27). Nesse momento, os aparelhos do Estado exercem o controle social pelas agências governamentais, e a Igreja lidera uma rede de instituições compostas por *Santas Casas de Misericórdia, creches, orfanatos, asilos de inválidos, rodas de expostos, albergues e recolhimentos diversos* (LAPA, 2008, p. 28).

Havia, estabelecida, a presença de uma linha expressa demarcando as condições dos considerados miseráveis e daqueles chamados pobres. Enquanto o mendigo/miserável dependia do Estado ou da Igreja, ou seja, do auxílio da Lei⁵⁸, o pobre estava associado ao trabalhador, pois mesmo em condições adversas, ele conseguia estabelecer uma “vida normal”, dentro de um padrão mínimo de condições de moradia, vestuário, alimentação, infraestrutura, educação, entre outros, embora marcadas pela precariedade, a exclusão de direitos e o preconceito pela própria condição. Percebe-se o estigma da pobreza referida ao antigo escravizado transferido ao operário, cerceado pela falta de seus direitos sociais.

⁵⁸ Faz-se um recorte mencionando as origens da chamada “Lei dos Pobres” e seu surgimento na Inglaterra, nos períodos pré-Revolução Industrial e Revolução Industrial. Essa lei foi outorgada como um marco que impactou a questão socioeconômica do período, reverberando nas questões sociais e na compreensão conceitual do pobre no mundo ocidental e no Brasil, a partir do século XVIII e XIX.

Porém, com o avanço do capitalismo

Impõe-se a valorização do trabalho, a economia passa a ser gerada e gerida pelo mercado, e processa-se então certa proletarização dos miseráveis e homens pobres, que nem por isso deixarão de o ser, mas que agora, entretanto, não podem simplesmente deixar de trabalhar (LAPA, 2008, p. 32).

Ser do povo era (e ainda é) considerado ser pobre, e o proletariado era confundido no meio urbano com essa condição de pobreza. Além da falta de oportunidades e de acesso a melhores condições materiais da existência, expressavam uma cultura própria, muito próxima daquela presente na zona rural de onde procediam. Algo que chegava à cidade como a forma de um falar peculiar, trajes diferenciados, costumes em comum mais voltados à vida no campo, mantendo-se nas formas da alimentação e seu preparo, nos festejos, na crença, nos ritos simbólicos de passagem e familiares, entre outros. Nesse caso os costumes podem constituir-se como enfrentamento aos grupos hegemônicos já presentes no espaço, como por exemplo a forma agressiva da fala e das expressões verbais consideradas “erradas”; costumes diferenciados no dia a dia comum considerados “esdrúxulos”; rebeldia expressa em vadiagem e violência, considerados “estranhos”. Contudo, esse histórico delineia muito mais o campo das reivindicações no entorno de uma luta de classes contra o Estado e suas representações, as autoridades e as instâncias locais de poder político, comercial e cultural, que não favorecem melhores condições de vida aos grupos que pretendem ocupar o espaço.

Por ter o maior quantitativo de trabalhadores classificados como lavradores, percebe-se que a grande ênfase econômica de Villa Platina permanecia na vivência e uso da terra, na pecuária e no plantio, bem como em tudo o que se delineava com base agrícola. Essa observância no aspecto das cidades vem afirmar que *toda a nossa história, é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização* (SANTOS, 1993, p. 17), passando lentamente para a cidade, com seus costumes e modos de existência.

Aprimorou-se a técnica; assim, surgem questionamentos: aprimoraram-se, também, o salário, o reconhecimento, as condições de moradia? Essas famílias obtiveram melhor status quanto às questões de infraestrutura? Houve reivindicações em relação aos grupos hegemônicos? Elas ocorreram em que instância? Os dados relativos às profissões do comércio, bem como as condições de existência dos operários, merecem um destaque, a fim de ampliar o desenho que a classe trabalhadora esboçava desde o seu surgimento. Um estudo das dinâmicas imigratórias pode auxiliar essa compreensão.

4.3 AS DINÂMICAS IMIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DA CLASSE TRABALHADORA

Como em quase todo território nacional, Minas Gerais se inseriu no processo de imigração. A chegada dos trilhos da Mogiana também garantiu aos rincões do cerrado interiorano a chegada de imigrantes de vários países. Estes imigrantes ocuparam papel fundamental no crescimento do Triângulo Mineiro, tanto em questões demográficas, quanto econômicas e culturais. No recenseamento de 1904, encontram-se imigrantes vindos de Portugal, Espanha, Paraguai, Grécia, Prússia, entre outros; entretanto, a maioria foi composta por italianos e sírio-libaneses. Essa imigração avançou até aproximadamente os anos de 1940-1950, principalmente com relação aos sírio-libaneses. Faz-se necessário levantar alguns dados e apresentar os vestígios encontrados dessa passagem inicial, dessas duas colônias de imigrantes, a fim de se perceber seu envolvimento com a formação da classe trabalhadora local. No Brasil, os italianos foram fundamentais na constituição dos grupos de operários, durante o processo de industrialização. Da mesma forma, nota-se a importância da migração dos nordestinos, a partir dos anos 1930, para a localidade, atraídos pelos ciclos econômicos que começaram a se delinear. Esses últimos, durante os chamados “Ciclo do Diamante” (1930-1940) e “Ciclo do Arroz” (1940-1970), ao lado do braço negro e da população empobrecida, engrossaram as lides da força operária tanto no perímetro urbano quanto no rural.

4.3.1 A COLÔNIA ITALIANA

Como já considerado, foi imerso no fluxo imigratório que o ano de 1882 (6 de dezembro) representou o início da demarcação de uma nova mentalidade cultural e social para o pequeno povoado de São José do Tijuco, com a chegada do padre Ângelo Tardio Bruno, nascido em 1847, em Nápolis-Itália. Chegou a convite de Antônio Pedro Guimarães, vindo do norte do estado de Goiás (localidade de Amaro Leite). A partir do dia 20 de fevereiro de 1883, pela cúria goiana a qual pertencia a cidade, passou a comandar a paróquia até o ano de 1918 (portanto, 36 anos). José Antônio Januzzi, natural de Campânia-Nápolis, professor, casado com Rita Maria de Freitas, chegou em 1884, mas ganhou a fama de ser o primeiro italiano em São José do Tijuco. Padre Ângelo foi um dos articuladores da implantação dos ideais republicanos,

tais como as questões que envolviam a urbanização local, o provimento de escolas, o contrato de trabalhadores especializados, a abertura para a imigração, entre outros, embora não dispensasse o revólver na cintura, mesmo durante a celebração das missas (PAIVA, 2018; JUNQUEIRA, 2014). Por sua influência como pároco junto aos proprietários de terras, possibilitou e facilitou a vinda de mão de obra especializada para a construção e adorno da Igreja, como também de profissionais para construção de casas, abertura de ruas e estruturação urbanística. Por essa abertura aos novos trabalhadores, mão de obra com que nem a cidade e nem a região contavam, contactou imigrantes e moradores de várias localidades do país. Pela narrativa da festa de passagem para o ano de 1900, percebe-se a expressão desses imigrantes na cidade,

A seu turno, a colônia italiana incorporou-se aos festejos. Ornamentou o Largo, as ruas, e enfeitou a Igreja. Logo em seguida da marcha da banda, a colônia desfilou, também, ao som de suas maravilhosas músicas típicas, cantando canções da mãe-Pátria. Nicola Frattari, desenhista, matemático, marceneiro e ex-contratado do Museu Ipiranga de São Paulo, ostentava, elegante e efusivo, a bandeira da Itália. Com surpresa geral, o austríaco Vitório Caviola integrou à parada, empunhando a bandeira da Áustria (PAIVA, 2018, p. 151 e 15).

O italiano Nicola Frattari é um dentre vários imigrantes convidados pelo Padre Ângelo para residir na cidade, pois tanto ele como seus filhos eram marceneiros, pedreiros, construtores de casas e moinhos de vento. A partir de dados biográficos, pode-se conhecer o perfil desse trabalhador:

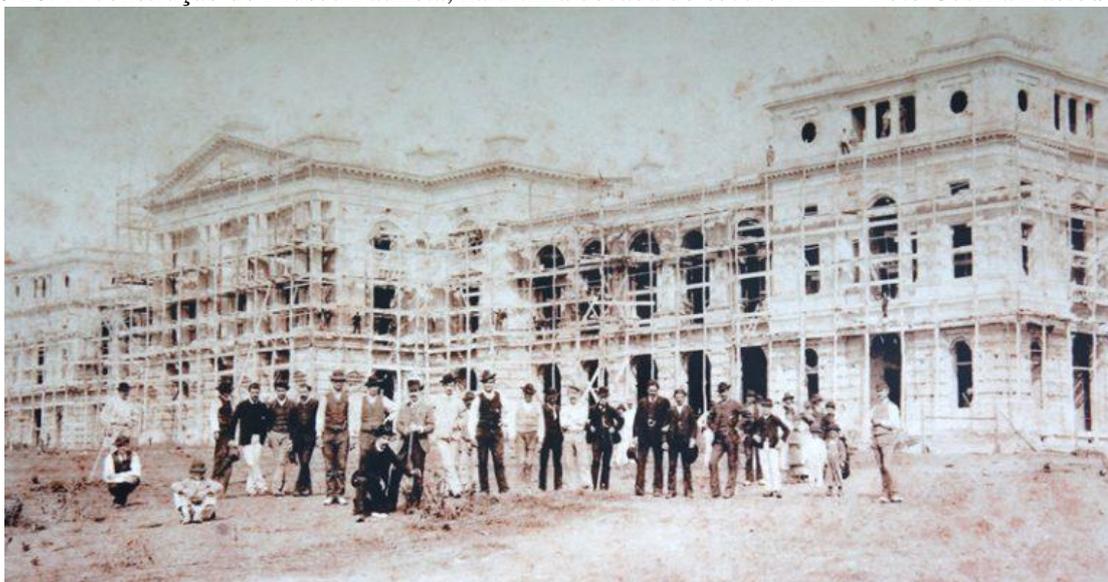
Nicola nasceu em Ancona – no Adriatic – e d^a Emma⁵⁹ em Lucca – no Tirreno. Por volta de 1888/1889, Nicola Frattari foi contratado lá na Itália, para trabalhar de marceneiro na construção do Museu do Ipiranga, em São Paulo. Imigrou-se, então, e em São Paulo conheceu d^a Emma com quem contraiu núpcias. Casados, fixaram residência em São Paulo – Capital onde nasceu o primeiro dos filhos – Armando Frattari. Nessa época contribuiu e ajudou a fundar o jornal “Fanfula”, veículo de divulgação da colônia ali radicada, que funcionou durante longo tempo. Posteriormente, Nicola Frattari mudou-se para Campinas – Estado de São Paulo, para associar-se ao Engenheiro Dr. Vila Nova, patrício, e explorar o ramo de olaria. Em Campinas nasceram os filhos Heitor e Amadeu Frattari. Nessa época graçou o surto epidêmico de febre amarela, que estavam dizimando as famílias. Então, para fugir do terrível mal, num verdadeiro salve-se quem puder, deixando tudo para trás, com imensos prejuízos, Nicola Frattari procurou a Estrada de Ferro Mogiana, a qual já tinha seus trilhos até São Pedro do Uberabinha – Hoje a deslumbrante Uberlândia – Em São Pedro do Uberabinha nasceram os filhos Clotilde, Adélia e Francisco Frattari. Estava o imigrante Nicola Frattari disposto dedicado à construção dos

⁵⁹ Dona Emma Simoni Frattari foi a primeira costureira da cidade a possuir uma máquina à pedal e costurava moda francesa para suas clientes. Possuía uma grande cultura, sendo inclusive convidada a traduzir os filmes que chegavam ao cinema local. Apaixonada pela arte, cinema, livros e jornais (NOVAIS, 2018).

trilhos da Mogiana – inclusive da ponte sobre o rio hoje denominado Araguari – no trecho Uberlândia-Araguari, quando recebeu e aceitou o convite do Pe. Ângelo Tardio Bruno para mudar-se para o Arraial de São José do Tijuco (...) (JUSTA homenagem. Jornal Folha do Pontal. Ituiutaba, ? 1976, p. 1).

Este breve relato biográfico revela a trajetória de vida de um imigrante italiano que representa uma amostra do momento de imigrações ocorridas, pois, na história de um, muitas vezes, estão contidos elementos que permeiam a história de muitos. Tendo São Paulo como polo das correntes imigratórias no século XIX, percebe-se como as circunstâncias econômicas conduziram a vida dessa família italiana até chegar a São José do Tijuco. As condições favoráveis do trabalho especializado que oferecia, conduziram-na até a pequena localidade, carente de profissionais especializados.

Foto 18: A construção do Museu Paulista, na última década do século XIX – Foto Cecília Bastos/USP

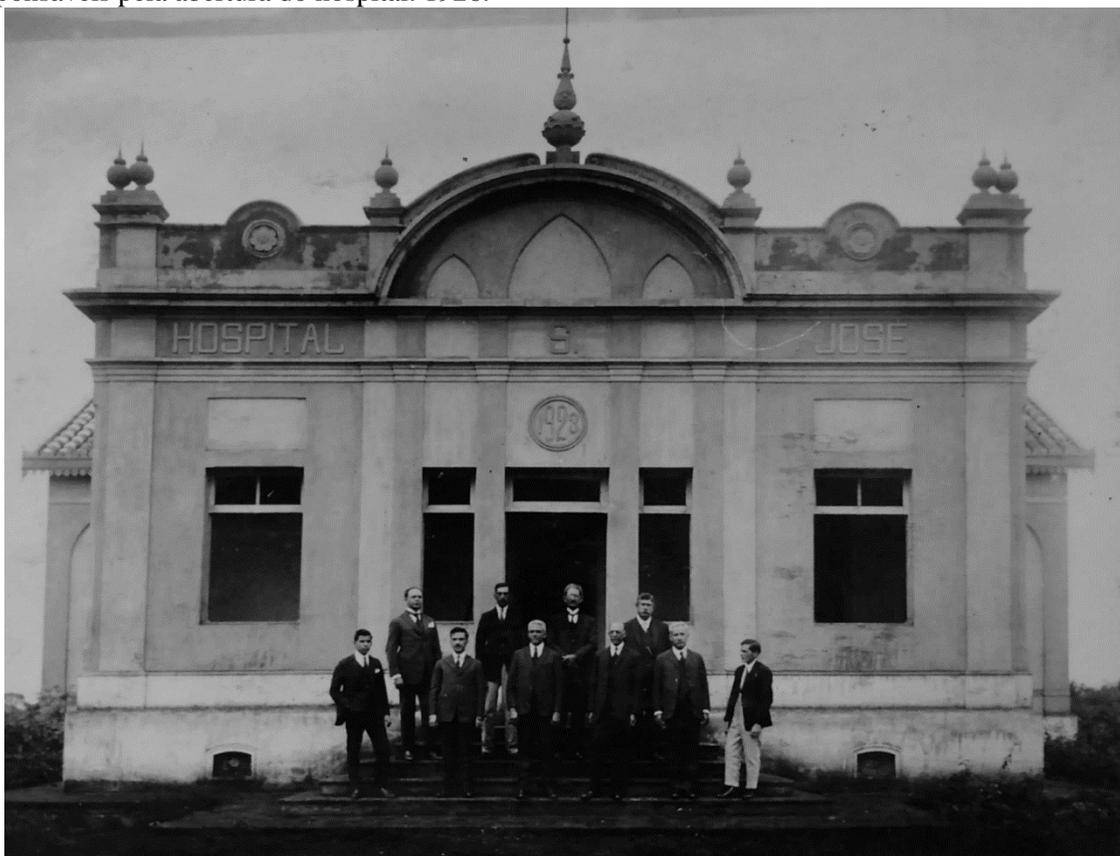


Fonte: <<https://jornal.usp.br/cultura/escola-politecnica-da-usp-recebe-exposicao-sobre-o-museu-paulista/>>. Acessado em: 23 abr 2020.

Os ideais da República se espalhavam pelo Brasil, inspirados no Positivismo europeu e em outras correntes filosóficas, sobretudo, na criação de uma nova mentalidade que inspirasse o progresso, expressando-se em construções arquitetônicas arrojadas. Salas de aula (pardiéis) foram transformadas em palácios do saber (Grupos Escolares). Projetos de urbanização das cidades, casarões imponentes com largos janelões e jardins, modificavam o traçado dos antigos aglomerados. A própria construção do Museu do Ipiranga em São Paulo, marco representativo da Independência, é resultado desse processo. E, para toda essa efervescência republicana, necessitava-se da presença de mão de obra qualificada para os projetos. Com relação ao trabalho prestado na cidade,

Nicola Frattari executou vários serviços de arte na antiga Igreja, inclusive fez um púlpito de madeira trabalhado artisticamente. Pelos conhecimentos que possuía e por sua competência comprovada, Nicola foi encarregado de dirigir os trabalhos de conclusão das obras da Santa Casa de Misericórdia – hoje transformada no Hospital São José (JUSTA homenagem. Jornal Folha do Pontal. Ituiutaba, ? 1976. p. 1).

Foto 19: Prédio da Santa Casa de Misericórdia inaugurado em 1923⁶⁰. Autoridades presentes responsáveis pela abertura do hospital. 1926.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

A cidade, sob o impulso de crescimento republicano, começava a se desenvolver e a ostentar modernos prédios que compunham os novos ideais, como é o caso do prédio da Santa Casa de Misericórdia. A presença do imigrante foi fundamental nesse processo. Aos poucos os casarões foram erguidos em meio aos casebres do povo empobrecido, demonstrando o crescimento econômico provindo principalmente das fazendas. O enriquecimento de muitas famílias, ligadas aos latifúndios, estampava-se na construção de casas arrojadas, dando ares de modernização. Desse modo, as antigas casinhas de adobe com cobertura de palha ficavam na

⁶⁰ Posteriormente, um prédio foi construído ao lado deste para abrigar o Hospital São José. O antigo prédio funcionou como anexo deste até passar à função de necrotério. Ficou desativado por um período longo e foi reaberto na década de 2000 abrigando o MUSAI – Museu Antropológico de Ituiutaba.

esteira de uma classe que enriquecera. Restringiam-se apenas às famílias dos empobrecidos, demarcando de vez as diferenças sociais.

Foto 20: Propriedade do Senhor Coletto de Paula, 1925.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Foto 21: Casa do Senhor Miguel João e Faustina (Pais de Dona Júlia casada com Dr. Omar Diniz), 1926.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Ainda, quanto à chegada, diversidade e presença do imigrante na cidade,

Primeiramente veio [Nicola Frattari] em companhia de Emídio Rosato e Eduardo Aranda (este espanhol – jornalista), em um só cavalo, revezando-se, ora um montava, ora outro, isto por volta de 1899 (...) O casal Nicola-Emma juntou-se, então, aos imigrantes aqui já residentes, que, além do Pe. Ângelo, eram o Dr. José Petrágli, médico, e Emílio Banffi, engenheiro, vindo, depois, as famílias de Zoccoli, Mortati e Reinaldi, e outras mais que após a abolição da escravatura vieram plantar café na fazenda “Água Amarela” do então proprietário Pio Goulart Brum (JUSTA homenagem. Jornal Folha do Pontal. Ituiutaba, ? 1976. p. 1).

Além da mão de obra especializada nos pequenos serviços, percebe-se a presença de imigrantes italianos formados ocupando os espaços com as mais diversas profissões liberais. E, também, o encaminhamento de várias famílias de imigrantes italianos para as plantações de café (para esses houve melhor lucro financeiro, mesmo na condição de colonos). Essa foi uma das primeiras tentativas de se fazer lavoura de café nos vales do Paranaíba:

Em 1892, os fazendeiros Pio Augusto Goulart Brum e José de Andrade Souza (Caseca), em suas fazendas Bebedouro e Água Amarela, no Largo dos Baús, Município de Ituiutaba, projetaram plantar grande extensão de cafezais, recebendo imediato apoio dos italianos que já viviam em São José do Tijuco. Dentre estes, André Mortati e Francisco Rinaldi (Chico Italiano) logo se comprometeram com os fazendeiros de conseguirem colonos e trazê-los da Itália para lavoura. No mesmo ano 1892, chegou ao povoado a primeira leva, entre os quais Ângelo Bréscia, Fernando Bovi, Francisco Scuracchio, Antônio Cataldi, e outros tantos, em número aproximado de 30 pessoas. A esses se juntou, em São Paulo, Roberto Zoccoli, com mulher e filhos (JUNQUEIRA, 2014b, p. 549).

A maioria dos italianos fixou-se nas fazendas, como colonos, durante as plantações de café. Os italianos estabeleceram um grupo próprio e bem peculiar, pois chegaram à pequena cidade e firmaram suas atuações profissionais junto a elite econômica e social, mesmo iniciando seus trabalhos nos pequenos serviços e fazendas, a maioria dessas famílias enriqueceu. Não houve fundação de clubes de tradição italiana pelos imigrantes, nem preservação de traços característicos mais fortes de sua cultura, como criação de grupos artísticos, feiras e mostras, como houve em outras regiões brasileiras que ainda as mantem. A contribuição social e cultural desse grupo esteve atrelada à melhoria da vida urbana e cotidiana da população, mesclando-se à comunidade, pois logo seus filhos e filhas casaram-se com os paranaibenses. Os costumes em comum trazidos pelos italianos infiltraram-se pelas técnicas e requintes dos profissionais, pela culinária nas “casas de família” e pela vida cultural que instigaram na cidade.

4.3.2 A COLÔNIA SÍRIO-LIBANESA

Sob os olhares da República Velha, a pequena Villa Platina tomou formas e organizações espaciais, políticas e econômicas capazes de aceitar o aumento demográfico que adveio, com suas conseqüentes mudanças de ritmo civilizatório, como abertura de bairros, urbanização, aprimoramento do comércio, abertura de escolas, entre outros pontos fundamentais para a demarcação do lugar. Já em meados do novecentos, a cidade se reconfigurou política e administrativamente, passando seu status de freguesia para vila (1901) e de vila para município (1915). Destaca-se nesse momento ponto importante para o seu crescimento econômico e social, além da já sedimentada economia agropecuária: a chegada dos imigrantes sírios e libaneses, que promoveram o desenvolvimento do comércio.

No contexto internacionalizado de imigrações, os povos sírios e libaneses também encontraram na América processos capazes de permitir o enriquecimento. Mesmo sem incentivo do governo e tão pouco dos donos de terras brasileiras, o exemplo dos primeiros a imergirem nesse novo continente e conseguirem bons resultados no melhoramento financeiro da existência foi grande chamariz para o início dessa movimentação. Chegavam ao Brasil, geralmente, como mascates (vendedores ambulantes com todo tipo de artigos). Os sírios e os libaneses, em sua maioria homens solteiros, embarcaram para as novas terras conseguindo ampliar os negócios. Aos poucos se tornaram proprietários de lojas e redes comerciais, comprando e construindo edifícios comerciais, de preferência nos melhores pontos das cidades. (SCOFIELD, 2011).

Após a visita de Dom Pedro II ao Líbano, em 1876, o primeiro fluxo migratório desses países do Oriente Médio para o Brasil estabeleceu-se, aproximadamente entre 1880 e 1920, devido à ocupação da Síria e do Líbano pelo Império Turco-Otomano⁶¹ e, também, à desagregação financeira ocasionada pela entrada da França e da Inglaterra nesses países, logo após a primeira guerra mundial. Dessa maneira,

Enfrentando toda sorte de trabalho, na árdua tarefa de mascatear, tendo como transporte o lombo do animal e os seculares carros de bois, internavam pelo Brasil afora, até encontrarem local apropriado à instalação de sua casa comercial. Assim, vieram ter a Ituiutaba grande parte dos primeiros sírios hoje radicalizados entre nós. Aqui achavam o campo propício às suas atividades (GOMES, 1953, p. 83).

⁶¹ Advém desse processo o nome ou apelido “turco” utilizado geralmente para os imigrantes que vinham da Síria e do Líbano.

Em 1888, chegou a São José do Tijuco o primeiro representante da colônia sírio-libanesa, o senhor Miguel Zacarias, pai de Chico do Miguelão. Em 1894, Abraão Calil e sua família, que ainda tornou ao Líbano por um breve período, mas se estabeleceu definitivamente em São José, sendo seus filhos homens de negócio na cidade. Já em 1901, quando a Freguesia de São José se tornou Villa Platina, chegaram as irmãs Maria e Nacibe Noyame, construindo um grande prédio comercial à rua 22 com avenida 13, que passou, a seguir, para o nome do seu sobrinho Baracate Nasser. Também, nessa mesma década (entre 1910 e 1920), chegaram a Ituiutaba as famílias de José Dib, João Elias Faissol, Miguel Jacob, José Jacob, Francisco Jacob e Jorge Feres. *Os irmãos Miguel e José Jacob, chegados em Ituiutaba no decorrer do ano de 1920, estabeleceram-se com dois importantes armazéns, em prédios por eles construídos na então avenida Paranaíba* (GOMES, 1953, p. 84).

É interessante como esses nomes de famílias sírio-libanesas são hoje lembrados e reconhecidos, pois são quase todos nomes de ruas e lugares importantes da cidade. A diferença instaurada entre os antigos armazéns e as lojas construídas pelos sírio-libaneses estão registradas nas fotografias em que os antigos e já demolidos prédios contam um pouco dessa história. Aos poucos, a paisagem foi transformada pelas belas residências e prédios comerciais, construídos em maior amplitude pelas famílias desses mascates. Com uma vida financeira em ascensão, os investimentos na localidade tornaram-se lucro certo e a compra desses terrenos e imóveis são a confirmação de que optaram por se firmar na cidade.

Foto 22: Lojas dos turcos em Ituiutaba.

Lojas dos Turcos em Ituiutaba



1 – Armazém do Basílio (1916); 2 – Armazém Irmãos Cunha (1929); 3 – Casa Féres (década de 1940); 4 – Sem registro de nome (década de 1940); 5 – Sem registro de nome (década de 1940); 6 – Loja Oriental (Década de 1940).

Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Org.: Nicola José Frattari Neto.

Estas são fotografias de algumas lojas construídas pelas famílias sírio-libanesas. À medida em que foram se instalando, compravam os lotes centrais da cidade e construíam suas residências e o comércio. Eram prédios planejados e mais arrojados que as chamadas “vendas”, ou seja, os armazéns que já existiam e que eram de propriedade dos platinenses. Como contrasta a fotografia abaixo, percebe-se a simplicidade arquitetônica, pois as “vendas” eram construídas de forma rudimentar, embora já o aparecimento de telhas de barro:

Foto 23: Venda da Família de Miguel Souza Lima, 1920.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Aos poucos, as famílias sírio-libanesas tornaram-se abastadas e passaram a promover grande parte do trabalho material da cidade pela implementação do comércio, passando a dominar as vendas em seus armazéns, armarinhos, lojas de tecidos, de roupas, de sapatos, de artigos para cozinha e tudo o mais necessário para o bem-estar da população. Muito comum a loja que comercializava todos esses produtos. Surgia uma nova classe entre os coronéis e os trabalhadores, uma elite comercial ou burguesa, composta por famílias sírias, libanesas, e por algumas famílias gregas.

Assim como a farmácia era um ponto importante para a boa conversa nas cidades do interior, as lojas dos turcos tornaram-se ponto de encontro da gente mais culta e dos homens importantes de Ituiutaba. Os doutores, o vigário, o Agente Executivo, o Juiz de Paz, os coronéis e outros que possuíam cargos importantes, reuniam-se principalmente na *Loja do Osório*, entre os anos de 1920 e 1930, para conversarem. Os assuntos versavam de tudo um pouco e ali se

resolviam questões relativas ao trabalho, a acertos financeiros, às questões conjugais, etc. Também,

À tarde, após a chegada do correio que vinha pela corrida do Dr. Fernando ou da correspondência que chegava por mão própria – P.E.O – fervilhavam os comentários. Os jornais eram disputados com sofreguidão. Liam-se mais o “Lavoura e Comércio”, de Uberaba, “A Tribuna”, de Uberlândia, o “Jornal do Brasil” e o “Estado de São Paulo”. De Belo Horizonte o “Minas Gerais” – e olhe lá! – só pelo coletor, juiz e promotor, a diretora do Grupo. Nem sempre... A “correspondência” muita novidade também, cujo sabor os beneficiados repartiam como troca de confidências (CHAVES, 1984, p. 37).

Durante esse período em que a *Loja do Osório* era o ponto de encontro para as conversas e as notícias, um segundo fluxo migratório deu-se entre 1920 e 1940, pelas redes sociais estabelecidas que se fortificaram e permitiram que o fluxo migratório inicial continuasse. Os laços familiares, de afetividade, culturais e trabalhistas foram decisivos na continuidade dessa imigração, pois parentes, amigos e conhecidos acreditaram na possibilidade da vinda ao Brasil para estabelecimento financeiro e enriquecimento.

A cidade foi crescendo, e novas famílias sírio-libanesas para cá vieram, atraídas, umas pela fama de nossa exuberância econômica, pela capacidade comercial do município, pela riqueza do solo Ituiutabano; outras não resistindo às tentadoras notícias da crescente prosperidade de seus parentes, atendiam, pressurosos, a seus amáveis convites para compartilharem dessa riqueza imensa (GOMES, 1953, p. 83).

Nota-se pelos escritos de Gomes que havia uma “vontade” no ar, falando sobre certa “prosperidade” econômica, muito comum nos textos atribuídos aos memorialistas. Contudo, foi nesse segundo fluxo migratório que chegaram a Ituiutaba as famílias Bitar, Derze, Jorge, Abrão, Baduy, Attux, Andraus, Cury e outras, influenciadas pelos que já estavam estabelecidos na pequena localidade⁶². Essas famílias abriram também seus negócios para os ramos da indústria, da educação e da política.

Cada família sírio-libanesa aqui chegada, era o prenúncio da construção de um novo e bonito prédio comercial, uma confortável e vistosa residência. Dessa maneira Ituiutaba foi colhendo os frutos de sua hospitalidade, mercê ainda de suas imensas possibilidades econômico financeiras. Os estabelecimentos comerciais, surgiam como que por encanto (...). A vida da

⁶² Ainda um terceiro fluxo migratório deu-se entre 1940 e 1975, por uma nova geração de sírios e libaneses que vinham sofrendo por conflitos de ordem religiosa e política, logo após o final da segunda guerra mundial. Grupos de cristãos e muçulmanos, em sua maioria de zonas urbanas, imigraram também sofrendo a falta de oportunidades profissionais, ocasionadas pela depressão economia desse período.

cidade, dado o intenso movimento de seu comércio, logo se tornou conhecida pelos quatro cantos do Brasil (GOMES, 1953, p. 84).

A contribuição sírio-libanesa para a formação social da cidade esteve associada a uma nova propulsão comercial e industrial. Estavam demarcadas as diferenças espaciais, sociais e culturais, mas as famílias sírio-libanesas que chegaram à cidade prosperavam economicamente, chegando mesmo a ser donas de quase todos os pontos de comércio e residências do centro da cidade, localidade de metro quadrado mais caro. Ainda hoje, após heranças repassadas às gerações futuras e muitas vendas, a maioria dos edifícios e lojas centrais pertencem a essas famílias.

Um exemplo de empreendimento e costumes foi a empresa da família Baduy, com o laticínio. Antônio Baduy nasceu em 1903, na Síria, e veio para o Brasil, onde se casou. Foi mascate pela região do Triângulo Mineiro até se estabelecer em Ituiutaba, fundando a Empresa Fazendeira, em 1938, com o sócio Abdala Atuche. No ano seguinte, comprou a sociedade do amigo. Todos os integrantes da colônia sírio-libanesa eram católicos ortodoxos e não frequentavam a Igreja Católica da cidade. Somente seus descendentes iam à missa. Antônio Baduy se tornou uma figura importante dentro e fora da colônia e em sua casa eram celebrados missas, casamentos e batizados com padres de Igrejas Ortodoxas vindos do Rio de Janeiro e até mesmo do Líbano. Era o ponto mais tradicional da cultura e da família sírio-libanesa.

Pensar além da formação do comércio, promovendo empregos e circulando bens de serviços e mercadorias pela região, é pensar os costumes em comum desses povos imigrantes. Não deixaram registros de fundação de instituições sociais ou culturais, não houve preocupação em se manter as tradições dos países de origem de forma mais efusiva (apesar de suas lojas serem marcos arquitetônicos fundamentais). Contudo, foi dentro das residências dessas famílias que a continuidade de seus modos de vida e costumes ocorreram (como também as residências dos italianos). A culinária farta, expressa em uma diversidade gastronômica ainda não conhecida na cidade; o hábito de ouvir músicas do país de origem; uma educação mais rígida dedicada aos filhos e, principalmente, às filhas e o consequente incentivo à formação educacional deles; a história do país de origem sempre contada e expressa em quadros, pequenos objetos, bandeiras, retratos e lembranças; o costume das carpideiras nos velórios; a fartura na compra de pertences caseiros, tecidos e joias para todos os familiares; e enfim, a conservação da religião, o Catolicismo Ortodoxo, trazido dos antigos países de origem.

A casa da família sírio-libanesa era por si só um relicário onde esses costumes foram mantidos e repassados, repleta de cheiros e temperos. Essa influência, principalmente a

culinária expressa em tantos pratos exóticos, foi ganhando o gosto do povo e as receitas sendo difundidas entre amigos e conhecidos. Uma tradição também teve início pois as cozinheiras e empregadas domésticas que trabalhavam para essas famílias aprendiam a fazer os pratos. Foram também disseminadoras das novas receitas entre as classes sociais menos abastadas e repassando para as novas gerações. Muitas cozinheiras, inclusive, ao longo do tempo, começaram a trabalhar exclusivamente com esses pratos, chegando até a abertura de restaurantes, como o caso do restaurante Chotica, que funciona na atualidade.

Esses e outros costumes em comum foram agregados ao gosto dos platinenses. As “lojas dos turcos” foram mesclando-se entre armarinhos, secos e molhados, oficinas de ferragens e madeiras, charqueados, entre outras, e o comércio em Villa Platina prosperou em novas oportunidades de emprego e em diversidades na compra de vestuários, alimentação, ferramentas e beleza. Desse modo, essas lojas acarretaram mais finura no trato e nas roupas dos homens e mulheres dotados de um melhor potencial financeiro. Percebe-se que o comércio e a pequena indústria estavam mais voltados ao bem-estar e consumo daqueles que podiam pagar por isso, continuando na esteira econômica os moradores que se aproveitavam desse crescimento para conseguir trabalho.

4.3.3 OS MIGRANTES NORDESTINOS

A partir de 1930, iniciou-se um novo movimento de aglomeração de trabalhadores entre a cidade e o campo. Migrantes nordestinos vieram de seus estados de origem para Ituiutaba. Essas migrações contribuíram para o engrossamento da classe trabalhadora. Estiveram diretamente ligadas a dois fatores; o primeiro, relacionado às sucessivas secas e às condições de miséria na região nordeste e, o segundo, à perspectiva de um campo de trabalho e ganho na cidade mineira. Os nordestinos, juntamente com as primeiras gerações de negros libertos e com o populacho simples, demarcaram territorialidades, muito além de ocuparem espaços materiais e simbólicos. Foram responsáveis pelo aumento da área relativa à periferia da cidade, sendo a força de trabalho para as etapas econômicas que se desenhariam.

Em um contexto mais abrangente, verifica-se que a estagnação econômica e os longos períodos de seca, ocorridos no nordeste brasileiro, provocaram, ao longo dos séculos XIX e XX, um grande fluxo de migração interna dessa população para as regiões sul e sudeste, principalmente. O migrante nordestino, também chamado de retirante ou, pejorativamente, de

“pau de arara”, pertencente a uma classe social menos favorecida, saía de todos os estados da região nordeste, buscando — como ainda o fazem — por melhores condições de existência e trabalho. Eram atraídos pelas promessas ilusórias de melhoria instantânea de vida no chamado “sul”.

Entre os anos de 1930 e 1950, houve um primeiro ciclo de migrações para a zona rural de São Paulo, visando ao trabalho nas plantações de café, algodão e cana de açúcar, ou na abertura de estradas para as fazendas. Durante o segundo período Vargas (1951/1954), São Paulo passou por um processo econômico contrário ao da região nordeste. O processo de industrialização iniciado no país, o acúmulo econômico gerado pela produção cafeeira e as políticas que priorizavam o seu desenvolvimento econômico — protecionistas e de substituição de importações — opunham-se à agricultura precária e à economia estagnada a que os grandes latifundiários se dispunham para acumulação de renda. Juntando a esses fatores econômicos o empenho de Vargas em manter uma política nacionalista, houve expressiva queda nos números de imigrações provenientes de outros países e intensificaram-se os fluxos internos de migrações. Da mesma forma, outros grupos foram atraídos, mesmo que em menor escala, para outras microrregiões do Sudeste, como foi o caso de Ituiutaba. Entre os anos de 1935 e 1945, houve um efêmero ciclo de garimpo, e a cidade ficou conhecida, ao menos na região, como a “capital do diamante” do Triângulo Mineiro.

Foto 24: Garimpo, serviço de uma bomba. 1942.



Fonte: Arquivo particular de Nima Imaculana Spigolon.

Mineradores e garimpeiros espalharam-se rapidamente pela região do rio Tijuco, com forasteiros e grupos implementados e subsidiados por atravessadores. Na foto, um raro registro desse momento, uma máquina rústica de bombeamento, para retirada do barro no fundo do rio. Embora o garimpo fosse efêmero, firmando-se apenas por um período aproximado de dez anos, conseguiu reunir um número aproximado de dez mil garimpeiros vindos de todo o país, mas com ênfase em garimpeiros nordestinos, o que ocasionou o início de uma nova etapa social e econômica. Um dos marcos desse período também esteve presente na arquitetura. A expansão da rede hoteleira, delineando-se ante o fluxo de retirantes e mineradores que migravam para a cidade, caracterizou essa movimentação. Desses prédios ficaram apenas as fotografias, as memórias e as lembranças de seus donos e dos moradores.

Essas foram algumas das pensões construídas para receber o fluxo de pessoas que circulavam pela cidade, principalmente devido aos ciclos econômicos. Ainda houve outras, sem registro encontrado. Mineradores acorreram de diversas regiões brasileiras, além de viajantes, vendedores, famílias e homens de negócio. Em 1941, as pedras preciosas tiveram receita de mais de 3 mil contos. Com o declínio do garimpo, em 1945, os migrantes nordestinos se incorporaram ao contingente de trabalhadores rurais do município, pois a pecuária delineou-se novamente no cenário econômico e, em pouco tempo, a agricultura daria início a outro ciclo econômico importante.

Foto 25: Hotéis e Pensões em Ituiutaba.

Alguns Hotéis (pensões) em Ituiutaba



1 – Hotel Aliança (manifestação do povo a uma pessoa ilustre), (1919).

2 – Hotel Aliança (1938).

3 – Hotel Otto (década de 1940).

4 – Hotel Central (Grupo de políticos em frente ao hotel) (1945).

Fonte: Projeto Foto Imagem 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Org.: Nicola José Frattari Neto

Logo após o Ciclo do Garimpo, as levas de trabalhadores nordestinos continuaram a chegar durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, sendo contratados para pecuária e lavoura. Em regra geral, os retirantes chegavam e se instalavam na Pensão São Pedro, aguardando colocação nas fazendas para o trabalho. Havia o intermediário ou o chamado maquinista, empregado do fazendeiro ou autônomo, que fazia essa ligação com os grupos retirantes. O maquinista ia até a pensão, pagava a despesa daqueles que desejava contratar e os levava para a fazenda. Assim, os trabalhadores já iniciavam devendo para o patrão, mas com a ilusão que logo reverteriam o quadro e melhorariam sua situação econômica. Como bem ilustra o poeta Odilon Machado, no excerto do poema canção *Pensão São Pedro*:

Enquanto não chegar a hora certa
Essa dor que me aperta/ Vou levando de roldão
S. Pedro dá força pro meu intento
Que é pra eu não ficar mais tempo
Neste quarto de pensão
Tenho fé no meu Jesus, Nossa Senhora
Que quando raiar a aurora
Vai chegar um home bão
Querendo um cabra macho na empreitada
Que saiba pegar na enxada pra plantar milho e feijão
Eu pulo na frente dos companheiros
E digo: seu fazendeiro, não vai procurar mais não
Se o senhor quiser que eu limpo o cerrado
Me arranja o seu machado
Que eu boto o mato no chão (MACHADO, 1980, p. 6)

O dramaturgo e poeta faz uma crítica ao sistema de colono que era empregado no caso do nordestino. A *Revista O Cruzeiro* (1962) trouxe estampada a manchete *Arroz Amargo da Especulação*, em que denunciava:

Sem recursos financeiros próprios, angustiados ante os prazos fatais dos empréstimos bancários, subjugados aos juros dos agiotas ou premidos pela ocorrência de gastos inadiáveis, os lavradores são presa fáceis dos “maquinistas” do arroz. Estes, via de regra, são atravessadores e oportunistas, que gozam do privilégio de saber as datas de vencimento das responsabilidades bancárias dos agricultores, detendo, pois, arma poderosa (...) (O ARROZ amargo da especulação, 1962, p. 25)

A denúncia exposta na reportagem de *O Cruzeiro* expõe os altos preços do arroz, devido aos lucros que os maquinistas (atravessadores e agiotas) obtinham, em detrimento tanto da exploração do fazendeiro quanto do trabalhador nordestino. Essa denúncia gerou indignação e levantamento de problemas na localidade. Após a repercussão, em que

fazendeiros também foram acusados da exploração do nordestino, houve resposta nos jornais locais negando a ação. Entretanto, não se tem notícia de que esses trabalhadores enriqueceram, ao contrário, engrossaram os bolsões de pobreza da cidade, logo após o fim desse ciclo agrícola. Foi nesse momento entre a 1ª e a 2ª Grande Guerra que a classe trabalhadora de Ituiutaba se consolidou, observando-se as questões da etnicidade, dos modos de vida e de alguma maneira as de reivindicação.

Aqueles que foram atraídos pelo garimpo e que se estabeleceram em Ituiutaba tornaram-se um dos pontos de ligação para um fluxo migratório que se deu, bem maior que o primeiro, aproximadamente entre os anos de 1950 e 1960. Outro fator importante foi o painel político econômico brasileiro, pois o desenvolvimentismo atingiu um processo culminante nessas décadas, e o fluxo migratório que havia se destinado à zona rural de São Paulo transferiu-se para a região metropolitana da capital. Nesse período pós-guerra, a industrialização e a política de cotas mínimas para trabalhadores nacionais foram grande chamariz para o estabelecimento de novos fluxos migratórios. A mão de obra barata alicerçou o desenvolvimento urbano e industrial não só de São Paulo, como de outros centros no Sudeste, o que provocou inúmeras ligações e rotas em busca do novo “eldorado”.

Chegou a Ituiutaba um elemento novo em sua formação social: o migrante nordestino, em sua maioria vindo do estado do Rio Grande do Norte. Mas, quanto ao entrosamento social e cultural dessas levadas de trabalhadores a questão era outra:

O nordestino, com o seu jeito de ser e de viver, foi recebido pelo mineiro com reserva e uma dose de desconfiança. A incompreensão quanto às diferenças culturais, transformou-se em barreiras erguidas pelo preconceito. Conceitos errôneos eram formulados e disseminados de boca em boca por toda a região, formando opinião sobre o outro, que era mantido a distância. Esses conceitos nortearam, por muito tempo, as relações entre mineiros e nordestinos (SILVA, 1997, p. 8).

O migrante nordestino era chamado de “pau-de-arara”, “nortista”, “caicó”, “barriga verde”, “cabeça chata”, entre outros nomes pejorativos. Tinha fama de bravo e de usar de violência por qualquer situação. Andavam sempre com a camisa para fora da calça e lá estava na cintura a “peixeira”, utilizada em qualquer rusga ou confusão. Por isso era malvisto na cidade pelos mineiros, com seu jeito reservado.

A história dos grupos de trabalhadores não possui nomes em destaque, não é contada por marcos e feitos, pela perspectiva de militares, heróis ou políticos. A história dos de baixo traduz-se pela presença de muitos, embora invisibilizados, mas que

engrossaram decisivamente a força de trabalho de uma sociedade. Sem eles, as plantações e as mais de cem beneficiadoras de arroz da cidade de Ituiutaba não teriam atingido essa culminância econômica, como descrevem os políticos em seus discursos ufanistas. Dessa forma,

Não encontramos com frequência, o migrante nordestino, nas páginas dos jornais, com exceção de algumas notícias sobre a seca do nordeste, breves notas sobre a sua Associação, artigos denunciando o tráfico de trabalhadores ou nas colunas policiais. Notícias de crimes cometidos por nordestinos, no entanto, não são em maior número do que as que noticiam crimes de mineiros, embora àqueles fosse dado maior destaque com a caracterização “nordestino” sempre presente na frente do nome (SILVA, 1997, p. 16).

Sua presença maciça, tanto no meio urbano quanto no rural, deu a essa camada de trabalhadores notória importância na construção do século XX, tanto em aspectos econômicos, quanto sociais e culturais. Para a historiadora Silva, *a participação de outros trabalhadores, que também estiveram presentes, como os mineiros – triangulinos, luzensos ou do norte e noroeste de Minas – bem como dos fazendeiros* (SILVA, 1997, p. 18), igualmente compuseram o panorama do grupo de trabalhadores.

No campo econômico, Ituiutaba já era grande produtora de arroz, milho, feijão e algodão. A riqueza da terra fez próspera a cidade no estado de Minas Gerais, atraindo estudiosos do solo para pesquisas, fazendeiros e uma multidão de trabalhadores migrantes nordestinos e de outras localidades. O crescimento nesse período foi acentuado em diversas áreas, pois, em decorrência da expansão agrícola, a pecuária e a indústria desenharam-se a partir de meados dos anos de 1950. A atividade agrícola, a pecuária e a indústria iniciante representaram significativo aumento no crescimento econômico da cidade, principalmente com relação a empregos oferecidos.

À medida que o ciclo da agricultura foi escasseando e, gradativamente, substituído pela pecuária, as famílias de trabalhadores rurais iniciaram um êxodo rural expressivo.

Tabela 15: Recenseamento populacional de Ituiutaba.

Ano	População Urbana		População Rural		População Total	
	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%
1950	10.113	18,9%	43.127	81,1%	53.240	100%
1960	31.516	44,4%	39.488	55,6%	71.004	100%
1970	66.651	87,8%	9.268	12,2%	75.819	100%

Fonte: IBGE (1950; 1960; 1970). **Org.:** Nicola José Frattari Neto.

Durante a década de 1950, 81,1% da população de Ituiutaba residia na zona rural, o que sugere abundância do trabalho agrícola e vida no campo. A década de 1960 foi um marco para o êxodo rural ituiutabano, comparando-a com a década anterior, pois ali já estava a população bem dividida nas duas áreas: urbana e rural. Já os índices relativos a 1970 demonstram que essa transferência foi maciça, constatando-se o fim do ciclo do arroz (que se deve a vários fatores além do demográfico, como fatores ambientais, implantação da indústria de leite Nestlé, destaque industrial da cidade de Uberlândia e sua ligação direta com Brasília, entre outros). Foi um momento em que as famílias se transferiram para a cidade em busca de emprego e de melhor escolarização para os filhos, fato que vinha acontecendo no Brasil desde o período do governo JK.

O êxodo rural em Ituiutaba ocorreu um pouco depois do ocorrido na maior parte do país. A industrialização do período desenvolvimentista, a abertura de estradas e a construção de Brasília propiciaram a integração nacional. Os grandes produtores foram apoiados a fim de conseguir matéria prima para as indústrias e para atender ao mercado externo com as exportações. Em decorrência, os pequenos produtores não conseguiram continuar com as plantações para a mesa do brasileiro, pois não receberam investimentos para o aumento da produção. Como em Ituiutaba ainda havia as grandes plantações de grãos, o êxodo rural demorou uma década a mais para se efetuar com maior profusão.

Em decorrência dessa expulsão do campo, toda uma população composta por famílias de negros que ainda estavam imersos na zona rural, trabalhadores da localidade, trabalhadores migrantes nordestinos e de outras localidades, que haviam se instalado no campo, passaram a residir na cidade, com maior efusão a partir dos anos de 1960 e, principalmente, 1970. Salvo aqueles que tornaram às suas cidades de origem.

Assim, com os nordestinos, vieram acumuladas várias gerações de costumes em comum, um jeito próprio de se vestir e de preparar alimentos, uma riqueza nas brincadeiras das crianças, maneiras muito próprias ligadas ao falar, ao agir e ao sentir a existência. Tudo isso misturado no caldo dos costumes nordestinos, no tempero bom das negras cozinheiras e em um jeito desconfiado e todo seu que só o “povo da roça” tem.

Capítulo 5

O LUGAR DA CLASSE TRABALHADORA

“A vida é vivida no dia a dia e semana a semana; as estações seguem-se, assinaladas pelas grandes festas que são consideradas como feriados ou ocasiões festivas, e por um ou outro acontecimento fora do vulgar – um casamento na família, uma excursão de camioneta, um funeral, uma competição”.

(Richard Hoggart⁶³)

Tornando ao objetivo inicial, pensando naqueles que compuseram a classe operária, levantam-se algumas questões e reflexões que envolvem a participação dessas camadas populares, quanto a experiências e movimentos relativos à sua participação socioeconômica. Os de baixo estiveram presentes na unidade desde a chegada dos primeiros posseiros, na presença do braço negro escravizado e do trabalhador livre do oitocentos. Logo após a Abolição e a instauração da República, surgiram novos elementos nessas fileiras, pois a presença dos imigrantes deu novo rumo às questões trabalhistas no panorama geral brasileiro, tanto nas estimativas que envolviam a produção, em meio ao mercado capitalista urbano e globalizado, quanto nos modos de vida, costumes em comum e reivindicações.

A pequena comunidade passou por continuidades e descontinuidades em seu modo de produção rural, deixando uma economia de subsistência para abarcar maiores áreas cultiváveis e de criação de gado. A presença do imigrante auxiliou a formação da classe operária local, embora de forma diferenciada. As colônias de italianos e sório-libaneses exerceram importância com relação à mão de obra especializada e à formação do comércio. Contudo, foi com a força da mão de obra dos descendentes dos negros escravizados, da população da zona rural e dos migrantes nordestinos, aproximadamente entre os anos de 1930 e 1950, que os de baixo ocuparam a periferia da cidade, sedimentaram o caráter de suas festas e manifestações culturais e, muito além, impuseram

⁶³ HOGGART, Richard. **As Utilizações da Cultura**. São Paulo: Editorial Presença (Coleção Questões), 1973, p. 162.

seu modo de vida. Com seu “jeito” de viver tão característico, ante as “regras” civilizatórias ditadas pela elite local, os de baixo estabeleceram-se e firmaram-se na produção e também na reprodução social.

5.1 CLASSE TRABALHADORA E CULTURA

Para iniciar essa fase final da pesquisa, retoma-se o conceito de cultura. Para Raymond Williams, *uma cultura são significados comuns, o produto de todo um povo, e os significados individuais disponibilizados, o produto de uma experiência pessoal e social empenhada de um indivíduo* (2015, p. 12). Percebe-se, pela trajetória dos de baixo, ao longo da pesquisa, que o elo entre todas essas experiências é justamente a cultura: os modos de vida dos trabalhadores, as manifestações culturais populares, as formas de casamento, a festa da Igreja, a moradia, entre todas as singularidades expostas. Assim como Williams discorre sobre o próprio significado da palavra cultura, em *Marxismo e Literatura*, nota-se que todos os sentidos evocados para os significados ao longo do tempo (após a Revolução Industrial) podem e devem ser considerados (cultura como cultivo do intelecto, das artes e dos modos de vida). Para Cevasco, *esta [é] a qualidade determinante do termo “cultura”, a que define sua função e torna seu estudo relevante para o entendimento da organização de uma sociedade* (2001, p. 47).

Pensando nesses sentidos da cultura, a experiência pessoal e o modo de vida, mesmo que o operário não resida em uma área mais central da cidade, mesmo que não frequente os ambientes sociais dos grupos hegemônicos, esses marcos de poder fazem parte da vida de toda uma coletividade. O exemplo apresentado por Williams, ao escrever um de seus ensaios de maior destaque, *A Cultura é Algo Comum*, em 1958, corrobora essas reflexões. O autor inicia o texto com uma frase bem conhecida de seu leitor: “*O ponto de ônibus era em frente a catedral*”. E, em toda extensão do primeiro parágrafo, descreve o trajeto que perpassa cidade e campo, monumentos e pontes, passado e presente, o que se transforma, ao longo do texto, de uma abertura de romance à percepção de que em tudo há uma intenção.

Williams, ao estabelecer esse sentido para a cultura, vai contra os padrões hegemônicos ligados ao termo, pois não a compreende como algo separado da esfera da vida cotidiana. A “casa de chá”, onde ele e seus colegas professores da universidade de

Cambridge frequentavam, abrigava aqueles que pensavam cultura em uma acepção especial, *como um sinal externo e enfaticamente visível de um tipo especial de pessoa, as pessoas cultivadas. Não eram, em sua maioria, particularmente eruditos, praticavam poucas artes, mas tinha essa coisa, e mostravam a você que a tinham* (WILLIAMS, 2015, p. 6 e 7). Esse incômodo do autor junto aos colegas da “casa de chá” mostra claramente sua discordância quanto a essa visão de cultura. A cultura, sendo comum a todos, foge da *versão progressista, o difusionismo – generalizar a alta cultura como a de todas as classes, redimindo o privilégio pela distribuição diferenciada entre desiguais* (CEVASCO, 2001, p. 48) e da *versão conservadora, o elitismo, a cultura como reserva onde uma só minoria faz o que quer* (CEVASCO, 2001, p. 48).

A partir desse pensamento sobre o conceito de cultura, percebe-se, pelas fontes de pesquisa utilizadas, essa visão difusa e elitista da cultura, principalmente por estarem atadas a toda uma forma de se pensar a sociedade. Nos cadernos e revistas editados pelos memorialistas locais, comparece somente a presença dos marcos, dos feitos, das instituições e dos “grandes” homens que construíram a cidade. Somente os exploradores, os latifundiários, os políticos e os industriais possuem seus nomes grafados. Nessa perspectiva, pergunta-se onde se podem encontrar registros sobre as mulheres, as crianças, os negros, os indígenas... Somente nas entrelinhas, ou mesmo no silêncio, de suas trajetórias consegue-se percebê-los como força de trabalho atuante desde as origens de São José do Tijuco.

Minas Gerais se inseriu no contexto desse pensamento conservador e elitista, reforçado pela elite considerada “cult”, durante os séculos XVIII e XIX. A pujança econômica que a região mineradora alcançou contribuiu para que a música, a literatura, a arquitetura, as artes plásticas e as ideias políticas e filosóficas aflorassem e produzissem um manancial. Percebe-se, em todo esse movimento cultural e artístico, a influência da Revolução Francesa fomentando o movimento romântico, que se instaurou após o barroco. Entretanto, tudo o que viesse do povo, dos escravizados e trabalhadores livres, era considerado exótico ou sem valor.

Em Minas Gerais, nesse período, a música esteve atrelada ao profissionalismo, formando um distintivo de classe. Surgiram gêneros, durante a primeira metade do oitocentos, como *música erudita ainda cultivada na Igreja, música profana que se desenvolve com as bandas de música, modinha como base de canção nacionalista, e música de salão* (REZENDE, 1982, p.55). Na literatura, a poesia satírica celebrava a convivência das classes superiores na Capitania. A erudição eclesiástica transpôs o

púlpito, ganhando produção em laudas, ora de um fervor religioso, ora profano. *Não devem ser esquecidas ainda as dissertações em prosa de eruditos voltados para as Ciências Naturais, a História, a crônica miúda dos anais de Comarca, que, por tradição descritiva carregam informações insubstituíveis para os tempos vindouros* (CUNHA, 1982, p. 73). Na arquitetura, prolonga-se o período do barroco, com decorações e artes, iniciando o oitocentos com Aleijadinho esculpindo os profetas do adro do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo.

Todo esse processo ecoou pelo novecentos, espalhando-se esses dois séculos de erudição para as primeiras universidades, para as associações culturais, para as instituições políticas e jurídicas e também para clubes das mais variadas ordens, ainda permanecendo presente nas Igrejas. Esses são padrões elitistas de se perceber e denominar a cultura, chamada por Williams (2015b) de uma ‘maneira autoritária’ para se organizarem as comunicações em uma sociedade:

Em um sistema autoritário, presume-se que um grupo dominante – inevitavelmente uma minoria – controle a sociedade e que se sirva de todo canal aberto para permanecer no controle da sociedade, levando o povo a agir e a pensar da maneira mais conveniente para esse sistema (...) A essência do sistema autoritário de comunicação é esse tipo de monopólio – não o único tipo de monopólio, mas esse tipo -, um monopólio de controle, mas também um monopólio do que passa pelo controle: uma maneira de ver o mundo, um conjunto de valores (WILLIAMS, 2015, p. 35 E 36).

Mesmo que São José do Tijuco estivesse distante desses antigos centros mineradores, com a chegada dos padres, dos imigrantes italianos (principalmente), espanhóis, portugueses, alemães etc. e de homens que estudaram em centros mais avançados, tanto em Minas Gerais quanto em São Paulo e no Rio de Janeiro — tornando-se os primeiros médicos, advogados e professores da comunidade —, essa cultura “elitizada” começou a fazer parte de pequena parcela social. Era a cultura do homem branco, herdada de um Brasil imperial; o que se diferenciava de tais padrões obtinha menosprezo. No vilarejo, iniciou-se um processo musical mais erudito, promovido por Pio Goulart Brum, desde 1886. A música estava na Igreja por meio da formação de uma banda, com seus diversos instrumentos musicais, nas festas religiosas e comemorações importantes da cidade. Como se pode observar no relato contido no Livro Tombo, há registro da compra de instrumentos musicais:

Os cidadãos Francisco Gonçalves Moreira e Pio Augusto Goulart Brum para contribuir para o progresso deste lugar procuraram fazer uma subscrição entre amigos o que obtiveram e mandaram vir da Praça do Rio de Janeiro nove instrumentos isto é: 1 bombardó, 1 bombardino, 1 piston, 2 saxos, 1 requinha, 1 par de pratos e 1 bumbo (...) para a formação de uma banda de música com regulamento e programa (...) (TOMBO, 1886, p 21 A).

A presença desses instrumentos de sopro e percussão são característicos da formação de banda, contrastando com instrumentos como o violão e a viola caipira, acordeom e outros instrumentos de percussão (tambores, triângulos, guizos, chacoalhos), mais próximos da música e da dança presentes nas festas dos trabalhadores e dos escravizados. Além dos instrumentos, a banda necessitava de maestro para regência, músicos preparados, ensaios, programas e partituras para compor um repertório. Essa formação também se deve, no panorama nacional, à imigração italiana e sua consequente infiltração pelo veio regional, como se vê:

As bandas musicais constituíram um elemento típico dos agrupamentos italianos, em qualquer latitude, nas grandes cidades ou mesmo nas fazendas perdidas em lugares longínquos. Muitos imigrantes tinham trazido de sua terra natal, entre poucas outras coisas, um instrumento musical, uma trompa, um corno ou uma flauta, com os quais haviam acompanhado os cantos durante a interminável travessia. Nos lugares de trabalho já havia outros, com um clarim ou um trombone, e assim formava-se um quinteto que, com mais alguns instrumentos adquiridos após laboriosas economias, transformava-se numa pequena banda de dez a quinze figuras, até que se completasse com tambores e pratos (CENNI, 2003, p. 299 e 300).

A música, chamada por Paiva (2018) de o “instrumento da civilização”, era considerada como o ápice do refinamento social e não poderia faltar nos festejos e comemorações de uma cidade que surgia e pretendia status de modernização. Essa primeira banda pode ter ficado circunscrita à Igreja e a suas festividades, ter sido desativada ou, ainda, incorporada à nova banda que surgiu em 1901, pois

Após a publicação da Lei n. 319⁶⁴, Antônio Sereno, viajante comercial, então denominado “cometa”, cunhado de Tito, muito entrosado na sociedade tijuca, presenteou os músicos locais com instrumental indispensável para a formação de uma banda, com a condição única de ela denominar-se “LIRA CONGRESSISTA”. Congressista em homenagem ao Congresso Mineiro que outorgara a emancipação do Tijuco. Sereno, de sangue espanhol, encandecido de entusiasmo, deu à banda, ainda belo estandarte, feito de seda. Nele estavam bordadas uma

⁶⁴ Lei que instituiu Vila Platina em 1901.

Lira e as letras de “Lira Congressista”. O estandarte era conduzido nos desfiles e sempre exposto, quando a filarmônica tocava em público (PAIVA, 2018, p. 160).

Foto 26: Banda de Música “Lira Congressista” em seu uniforme de gala, com o seu imponente estandarte. Assentado na primeira fila, Antônio Lorena Toledo. 1902.

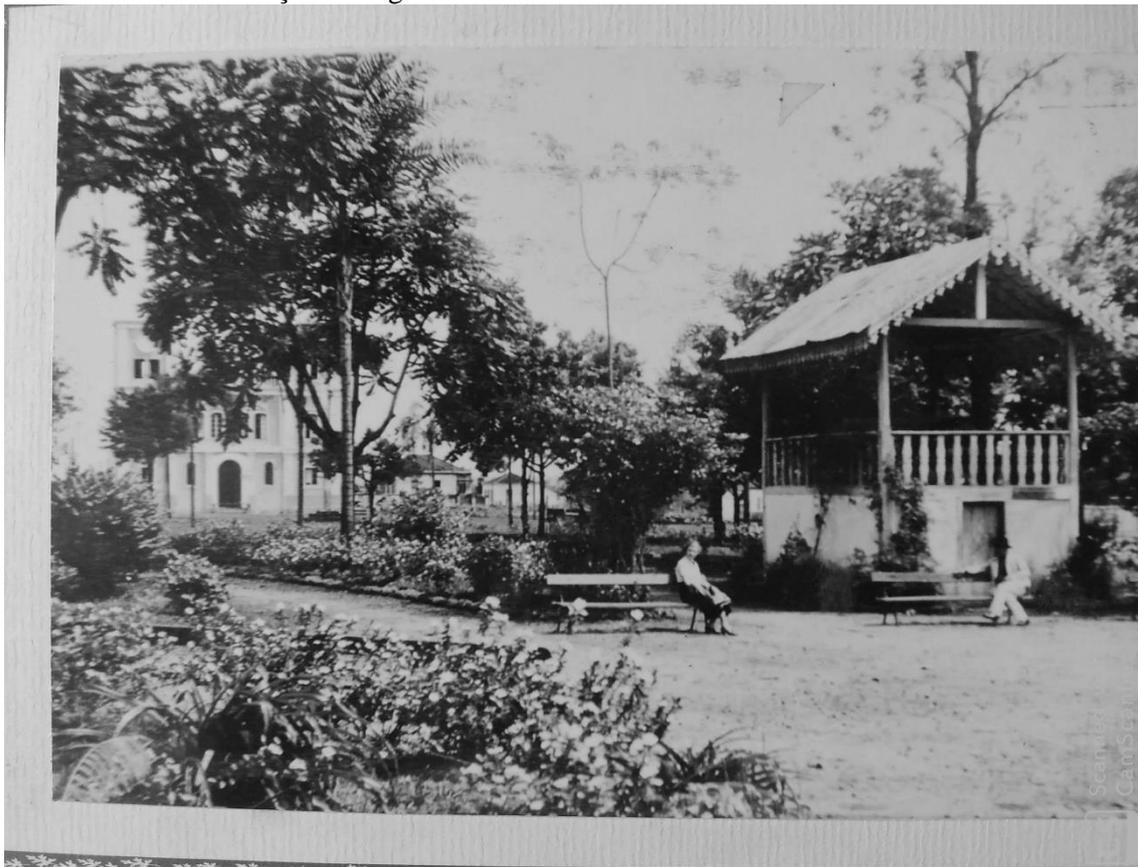


Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Na foto não há presença de negros nem de mulheres. Percebe-se que já havia músicos e cantores entre os moradores da cidade, que faziam parte, principalmente, das festas da Igreja e que trabalhavam em festas particulares e em eventos comemorativos diversos. A Lira Congressista ficou conhecida como a primeira banda oficial, organizada por um imigrante espanhol. Dessa forma, os ideais da República, a herança barroca e romântica mineira e a influência dos imigrantes, presentes nesse momento de processo emancipatório da cidade, influenciaram a formação da Lira Congressista, que passaria a fazer parte das solenidades importantes⁶⁵. Enfim, justificava-se a presença do coreto na praça:

⁶⁵ Não se conhece o momento em que essa banda foi extinta, mas sabe-se que em torno de 1920/1930, surgiu uma banda municipal que até hoje faz parte junto a Fundação Cultural de Ituiutaba. Com o passar dos anos, outros maestros regeram a banda, como Coletto de Paula, Joaquim Teixeira do Amaral, Pedro Aguiar, Argentino Corsino, Elias Daya, entre outros.

Foto 27: Coreto na Praça do Largo da Matriz.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

O antigo Largo da Matriz em frente à igreja, logo no início do novecentos, foi transformado de um terreno de terra e mato (onde bois e cavalos pastavam) em jardim, com bancos para os visitantes, fontes e coreto para a banda. Jardins públicos começaram a fazer parte da urbanização e da paisagem, principalmente por se considerar o que estava presente nas cidades europeias como avançado e civilizado.

Como visto, as famílias que se destacavam pela posse de terras e por exercerem poder político, econômico e social formavam grupo composto por aqueles que vieram de localidades distintas do país e do exterior. Com eles, o gosto musical e artístico, espelhado em um cotidiano imperial e civilizado. Assim, surgiram o preconceito e a discriminação com relação ao que viesse do povo, pois povo e trabalhador sinonimizavam à miserabilidade e à pobreza. As festas populares, em que os negros dançavam o samba/batuque, os terreiros de cultos afro-brasileiros, a catira e a folia de reis, a arte indígena, enfim, os costumes do povo, destoavam do gosto da elite e por isso eram excluídos do padrão da chamada “alta cultura”. Essa tradição, vinda desde os festejos da Igreja e das festas populares do oitocentos, auxiliou na configuração do lugar desses grupos minoritários.

Da mesma forma, o primeiro sobrado, construído em 1881, sede do poder municipal por várias décadas, também foi um dos primeiros espaços demarcadores dessas diferenças sociais, pois ali eram realizados os primeiros bailes. Esses bailes eram limitados às famílias consideradas tradicionais e de “bom nome”. Para o casamento de Neco Vilela, “homem de grandes cabedais e capitalista” (PAIVA, 2018),

Os tijuicanos ainda ensaiavam as primeiras noções de valsa, quadrilha, polcas, lundus, etc. em vista disso, Neco, que vivera algum tempo no Rio de Janeiro, contratou professor de dança em Monte Alegre. A mocidade vibrou com o aprendizado, sob a orientação do Sr. Francisco, conhecido por “Mestre Sapo” (PAIVA, 2018, p. 143).

Embora a diversão dos homens que compunham esse grupo hegemônico fosse direcionada para a caçada e pescaria, e a das mulheres, para a reza do terço no final do dia, havia um momento em que homens, mulheres e crianças se encontravam para o lazer. Eram os momentos em que essas famílias se aproximavam de alguns costumes que marcaram a época, dentre os festejos e as artes:

Dos dias de São José aos de Vila Platina, a população tijuicana, numa constância, cultuou a música em suas variegadas manifestações: nas festas religiosas, nas missas cantadas, nos *Te-deuns*, uns e outros com acompanhamento da filarmônica e colaboração de alguns cantores, que se notabilizaram, dentre os quais o Dr. José Petraglia, pela beleza e volume de sua voz de barítono; nas reuniões festivas, públicas e particulares, do Arraial e da Vila; nos folguedos da zona rural; nos seus teatros musicados do século XIX; nas serenatas realizadas ao luar; no jardim do Largo da Matriz, perfumado de rosas magnólias e embelezado com a presença de sua *giovinezza*, ou na atividade de seus seresteiros, que, em gesto lírico, pleno de simbolismo, após a seresta, depositavam uma flor na janela da casa da namorada (PAIVA, 2018, p. 313).

Esses costumes ligados às artes foram sedimentados ao longo do século XIX e chegaram ao século XX, caracterizando a sociedade com um gosto considerado refinado, em detrimento da apreciação musical e artística dos de baixo. Surge uma polarização entre essa “cultura erudita” (da elite), presente nas particularidades e singularidades referentes aos costumes, às artes, à culinária, à imprensa, às vestimentas, aos adornos domésticos, entre outros; e uma cultura chamada de “cultura popular”⁶⁶, repleta de significados entre

⁶⁶ Quanto à chamada cultura popular, faz-se importante o questionamento de Hoggart, ao iniciar sua obra, *As Utilizações da Cultura*: “os livros sobre a cultura popular muitas vezes perdem parte do seu impacto por não tornarem suficientemente claro quem é que se entende por ‘o povo’, por relacionarem inadequadamente os exames feitos a aspectos particulares da vida d’o povo’ com a vida, em sentido lato, que esse mesmo povo vive, e com as atitudes que toma face às suas diversões. Comecei pois por tentar definir o que é a vida do povo, descrevendo, na medida do possível, as relações e atitudes características das classes proletárias”

os modos e maneiras comuns do povo, da classe operária, dos mendigos... Nesses padrões, evidenciam-se as diferenças e as desigualdades mantidas na sociedade, beneficiando uma minoria, ou seja:

(...) transfere [-se] para a dimensão cultural a oposição entre os interesses das classes sociais na vida da sociedade. Assim, como a existência das classes dominadas denuncia as desigualdades sociais e a necessidade de superá-las, sua cultura pode ser vista como tendo um conteúdo transformador. Da mesma forma, como a cultura erudita é desde sempre associada com as classes dominantes, sua expansão pode ser vista como uma expansão colonizadora (SANTOS, 1986, p. 55 e 56).

Pode-se tomar como exemplo o farto material escrito pelos memorialistas e homens de letras, que se dedicaram, a partir de meados do novecentos, a escrever sobre Ituiutaba. Há uma tradição literária já presente nos impressos e jornais, desde o oitocentos (material perdido, mas citado por alguns escritores). Um marco dessa literatura é a Revista Acaiaca, lançada em 1953, em comemoração aos cinquenta anos de emancipação da cidade. Nela estão contidos, em 255 laudas, artigos que tratam das questões relativas à história da cidade até sua inserção nos anos de 1950. Política, economia, história, direito, medicina, imigração, vida social e lazer são alguns dos tópicos apresentados, voltados a uma Ituiutaba em seu ápice econômico, produzido pelas plantações de arroz. Muito pouco ou quase nada se encontra a respeito dos povos originários, dos negros escravizados, dos nordestinos e do trabalhador simples, que participaram da construção econômica e social da cidade, igualmente. Pode-se colher apenas alguns vestígios de suas representações, aqui ou ali, entre os longos textos. Mesmo às mulheres e às crianças está reservado um espaço ínfimo perante o tamanho considerável dos artigos: somente três poesias são assinadas por mulheres. Está presente uma elite de homens brancos, composta por médicos, advogados, engenheiros, contadores, professores, historiadores, filósofos, teólogos entre outras formaturas, conseguidas nos grandes centros e até fora do país. Não há o relato de nenhum trabalhador, nenhum negro, chamado para escrever sobre sua etnia ou grupo; nenhuma mulher descreveu sua trajetória de vida, nenhum nordestino narrou sobre suas dificuldades migratórias.

Percebe-se, por esses escritos, que há uma mescla entre um sistema cultural de comunicação autoritário, em que *o grupo dominante considera a maioria do povo na*

(HOGGART, 1973, p. 9). Trabalho de fundamental importância para os Estudos Culturais e, também, utilizado como metodologia nesta pesquisa.

sociedade como seus vassallos (WILLIAMS, 2015, p. 37) e um sistema paternalista, em que o grupo dominante considera a maioria como atrasada, como se tivessem características infantis, como sendo carentes, em muitos aspectos desafortunados e despreparados (WILLIAMS, 2015, p. 37). Só estão presentes na comunicação os representantes da elite. As classes trabalhadoras são vistas de forma autoritária, pois é como se fosse seu único papel o trabalho duro e sem qualificação, não cabendo espaço para suas lutas, trajetórias, avanços e conquistas; ainda, estão imersas, nesse sistema paternalista, em que são olhadas com piedade, dignas de auxílio e nunca vistas como protagonistas ou pertencentes às políticas de direitos e à cidadania. Nos dois casos são considerados de menor calibre quando comparados aos grupos dominantes.

Mesmo diante desses processos, as classes dominadas sempre se afirmaram culturalmente, expressando seus sentimentos individuais e coletivos em festas, nas manifestações culturais populares, nos rituais de passagem, entre outros. Não como proposto pela ideologia elitista em sua visão social dos de baixo. Expressavam-se — e ainda hoje se expressam —, denunciando condições sociais de desvalorização evidenciadas, tradições, firmando-se identitariamente, demarcando espaços, etc. Desse processo advêm o preconceito e a discriminação com relação a essas formas de cultura popular, por não se adaptarem ao pensamento dominante.

Percebe-se a cultura expressa nas festas na zona rural, por exemplo, onde havia fartura de comida, de música e de dança. Elementos comuns que se conservaram pelo tempo. A festa que mais conseguiu atravessar as décadas e que envolve todos os grupos sociais é o chamado Pagode. *Pagode é baile da zona rural. Geralmente, ocorria à noite, sob a luz de um lampião central, e debaixo de uma tolda, que era então um rancho coberto de folhas de buriti ou bananeira, com lamparinas dependuradas nos esteios. Piso de chão batido* (PAIVA, 2018, p. 315). Nessas ocasiões, o costume de se dançar o catira era recorrente e perdura até a atualidade. A dança sincrética utilizada (ou criada) pelos jesuítas na catequização dos povos nativos, utilizando passos das danças desses povos com versos cristãos, estendeu-se além dos séculos coloniais e perduraram entre os festejos do povo em quase todo o interior do Brasil.

A catira realizava-se dentro de casa, por causa do assoalho. O catireiro, de regra, com espora, gostava do barulho provocado pelo bater dos pés. Nesse caso, havia dois salões. Um só para as demais danças. Quando o dono da festa era severo, à medida que chegavam os convidados, recolhia as armas em um quarto, e só eram devolvidas ao final. Espertos

e ladinos escondiam armamentos e a pinga nos matinhos perto da casa... (PAIVA, 2018, p. 315).

O catira, dançado pelo trabalhador livre do oitocentos, mantém-se até a atualidade, com continuidades e descontinuidades, acompanhando o perfil do operário em suas diversas etapas. Percebe-se nessa movimentação que a dança passou de um catira rústico, dançado na zona rural, para um catira urbano, durante o momento de abertura dos ciclos econômicos (1930–1970). Está *associado ao mundo rural como representação do coletivo e suas sociabilidades comportam-se num gênero musical que se expressa num conjunto de práticas culturais, visto que nele encontramos três aspectos distintos: a dança, a música e a poesia*⁶⁷ (RÉDUA, 2010, p. 15).

Ao longo do novecentos, os jornais locais (Cidade de Ituiutaba) noticiam a presença de grupos de catira, saídos da participação simples do povo nas festas das fazendas para apresentações durante as festas da cidade. Na tradicional Festa da Ford, realizada durante os anos de 1940 e 1960, após o desfile de carros pela cidade, havia festa na praça com a presença de cantores e músicos, apresentações de grupos de catira, eleição e desfile da “Rainha da Ford”. Também nas festas relativas ao Dia do Trabalhador, ao longo das décadas, e em outras comemorações, inclusive, na atualidade, registram-se eventos específicos para o catira, a folia de reis e a congada.

Folcloristas, escritores e críticos de arte demarcam as raízes dessa dança no início da Colônia, em uma integração entre elementos característicos ao branco e ao indígena. A viola caipira como instrumento introduzido no Brasil pelos portugueses, os traços característicos de danças indígenas e sua utilização na catequese dos jesuítas, são alguns pontos importantes nesse momento de surgimento. Para Cândido,

A hipótese plausível é que os padres e os índios ajustassem às festas católicas não só os passos e o canto, mas os demais elementos

⁶⁷ Encontra-se no Inventário Cultural do Catira, promovido pela Fundação Cultural de Ituiutaba: “A Catira em algumas regiões é executada exclusivamente por homens, organizados em duas fileiras opostas. Na extremidade de cada uma delas fica o violeiro que tem à sua frente a sua “segunda”, isto é, outro violeiro ou cantador que o acompanha na cantoria, entoando uma terça abaixo ou acima. O início é dado pelo violeiro que toca o “rasqueado”, toques rítmicos específicos, para os dançarinos fazerem a “escova”, bate-pé, bate-mão, pulos. Prossegue com os cantadores iniciando uma moda viola, com temática variada em estilo narrativo, conforme padrão deste gênero musical autônomo. Os músicos interrompem a cantoria e repetem o rasqueado. Os dançarinos reproduzem o bate-pé, bate-mão e os pulos. Vão alternando a moda e as batidas de pé e mão. O tempo da cantoria é o descanso dos dançarinos, que aguardam a volta do rasqueado. Acabada a moda, os catireiros fazem uma roda e giram batendo os pés alternados com as mãos: é a figuração da “serra abaixo”, terminando com os dançarinos nos seus lugares iniciais. O Catira encerra com Recortado: as fileiras, encabeçadas pelos músicos, trocam de lugar, fazem meia-volta e retornam ao ponto inicial. Neste momento todos cantam uma canção, o “levante”, que varia de grupo para grupo. No encerramento do Recortado os catireiros repetem as batidas de pés, mãos e pulos” (INVENTÁRIO CULTURAL DA CATIRA, 2018, s/p).

constitutivos das danças aborígenes, como são relatadas pelos cronistas: louvor de personagens sobrenaturais, relato de feitos, relato poético, oportunidade de afirmação pessoal. Só que o conteúdo foi substituído, aparecendo os santos, as virtudes, e nutrindo-se depois o tema do debate, o relato de feitos e a afirmação pessoal, dos elementos sugeridos pela nova situação, de que ia imergindo aos poucos a cultura caipira (CÂNDIDO, 1956, p. 7).

Mas não só a presença do catira esteve vinculada às festas dos arraiais, *dentre outras, dançavam-se quadrilhas, mazurcas, valsas, catiras, xote “de avanço” (binário) e xote-inglês (quaternário), tipo de polca (...) mais tarde, samba, marcha, tango, etc.* (PAIVA, 2018, p. 315). Havia composições para as brincadeiras e danças realizadas nas festas, com suas melodias divertidas, letras simples e coreografias com movimentos travessos e maliciosos. São exemplos a “Dança da Viuvinha” (dança de roda composta por homens e mulheres); a “Dança do Engenho Novo” (dança em que os casais faziam uma trança de roda, homens de um lado e mulheres de outro); a “Dança do Miudinho” (um homem inicia no centro da roda, dançando com passos curtos e agitados até tirar uma mulher pra dançar, depois ela fica dançando sozinha até tirar um homem pra dançar, e assim sucessivamente); a “Dança do Candeiro” (enquanto dançam na roda, ao centro, segue um casal com chapéu e uma candeia acesa; no ritmo da música e dos versos vão trocando os casais); a “Chapéu da Alemanha” (os casais fazem “teatro” na coreografia ao centro, ao ritmo dos versos); e a “Moda da Piranha” (uma moça dança com peneira na cabeça e um véu cobrindo o rosto e o rapaz, com chapéu, fazendo “terror”; depois trocam-se os casais) (PAIVA, 2018).

Outra forma de expressão cultural popular persistente na cidade é a Folia de Reis. Festa já ligada a um *catolicismo popular que contempla os festejos em louvor aos reis Baltazar, Melquior e Gaspar, lembrando a história bíblica da natividade por meio de rituais que celebram a visita dos magos a Jesus, na ocasião de seu nascimento*⁶⁸ (ARAÚJO, 2019, p. 13). Embora não haja muitos relatos com relação a sua presença no oitocentos, encontra-se no Inventário Cultural da Folia de Reis de Ituiutaba, quanto às suas origens:

⁶⁸ Quanto aos participantes e personagens: “Na formação de uma Companhia de Reis não existe uma regra definitiva para a quantidade de membros, mas costuma ser composta por grupos de 8 a 12 pessoas. Cada folião tem seu lugar e ocupa uma hierarquia em cujo topo aparece o Capitão, que organiza e se responsabiliza pelo grupo. Os Alferes têm como função carregar a Bandeira e receber as esmolas durante as jornadas, e os Foliões com seus instrumentos sanfona, reco-reco, caixa, pandeiro, chocalho, viola, violão, entre outros instrumentos, são a “orquestra” das Foliás. Em certos grupos aparece ainda a figura do Palhaço” (INVENTÁRIO CULTURAL FOLIA DE REIS, 2018, p. 3).

No município de Ituiutaba a folia de reis é uma festa tradicional que ocorre há quase 100 anos. Começou na zona rural onde as famílias faziam promessas a Santos Reis de fazer uma festa em sua homenagem, onde haveria terço, comida, dança, uma companhia era convidada para tocar a festa, onde durante alguns dias antes da festa a companhia de folia passa na casa dos festeiros e das pessoas cantando e pedindo doações para a realização da festa (INVENTÁRIO CULTURAL DA FOLIA DE REIS, 2018, p. 8)

Pelo Inventário, percebe-se que a primeira Companhia de Reis, a *Estrela do Oriente*, foi criada há mais ou menos 100 anos, portanto, em torno de 1918. Uma tradição que passou do avô para o senhor João Luiz da Silva, mais conhecido como João da Abadia, há mais de 60 anos. É uma tradição familiar, em que os parentes representam todas as personagens da festa. *A companhia conta com mais ou menos vinte membros, a maioria são familiares, filhos, genros, parentes. Ela é composta por capitão, porta bandeira, puxadores que tocam viola, tambor, triângulo, sanfona* (INVENTÁRIO CULTURAL DA FOLIA DE REIS, 2018, p. 8). Esse mesmo núcleo familiar também manteve terno de congada durante todo esse período, revezando as festividades durante o ano⁶⁹.

Enquanto no universo do catira os trabalhadores rurais se reúnem em celebração, a folia de reis traz *seus frequentadores para um espaço sagrado, com o intuito [de] elevar espaço, objetos e pessoas à manifestação Divina, constituída como sinal de alegria pelo nascimento de Jesus Cristo* (ARAÚJO, 2019, p. 14). Essa tradição se prolonga por meio das crianças da própria família, sendo introduzida nos festejos e garantindo a continuidade da companhia. Mantendo-se essas práticas culturais ancestrais, preserva-se a memória da localidade, da família e das questões que envolvem a religiosidade; leva-se em consideração os percursos da identidade própria; e consagra-se a fé e a criação desses elementos e participantes.

Também dentro desse envolvimento familiar surgiram os ternos de congada oficiais, a partir da década de 1950, uma vez que a congada e o moçambique foram expressões populares frequentes desde a chegada dos escravizados a essa região. O Moçambique Camisa Rosa foi criado em 1951, e o Congo Camisa Verde, em 1954⁷⁰. São

⁶⁹ Nos mesmos moldes formaram-se outras três: A Companhia Reis Estrela Guia, criada em 1964, pelo senhor Antenor Manoel da Silva, o senhor Raposo. A companhia Reis Religiosa Ituiutaba, criada no início da década de 1990, pelo senhor Darcy Gonçalves. E a Companhia de Reis Divino Pai Eterno, criada em torno de 2015, pelo senhor Fabio Almeida Silva (INVENTÁRIO CULTURAL FOLIA DE REIS, 2018).

⁷⁰ Na sequência de criação surgiram: Moçambique Estrela D'Alva, em 1982; Terno de Congo Real, em 1987; Terno de Moçambique Lua Branca, em 1989; Terno de Moçambique Águia Branca, em 1994; e Congo da Libertação, em 2004 (REENCONTRO COM A CONGADA, 2007).

histórias de criação que se entrelaçam entre as diversas questões familiares e sentimentais; ao envolvimento religioso junto à comunidade de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário; e, também, um grito de liberdade que ecoa ainda hoje na busca por direitos oferecidos aos cidadãos e que lhes foram negados desde a Abolição. *Cada figura da congada simboliza um elemento da vida real ou símbolo da existência social* (MOURA, 2005, p. 13), mesmo que desprezados em alguns momentos pelo clero oficializado ou desconsiderados pela elite. Em um contexto maior, a congada é um dos pilares que atribui *ao afrodescendente um papel relevante na formação cultural do país* (MOURA, 2005, p. 14). Souza (2015) propõe que neste momento histórico

(...) está o negro que não se tomba ao chicote, não se curva ao suplício e nem se agarra ao tronco. O negro que não aceita a farsa da submissão. A esse negro é dada ou encontrada pouca referência nas pesquisas oficiais da História. Mas este se pode acreditar, é um dos episódios mais relevantes da História brasileira (...) negro este que, com a resistência indígena, também pouco mencionada, se não fosse o gládio dos poderosos, teria criado um Brasil com feições bem diversas e possivelmente melhor (SOUZA, 2015, p. 107).

Caminhando pelo novecentos, após a Abolição, a efetivação da festa da Congada persistiu, gerando criação de grupos que se formam ainda na atualidade, tais como a Folia de Reis e o Catira. A figura humana presente nessas manifestações do povo é o trabalhador. Ainda, entre elas, existe, em comum, a luta em prol de condições dignas para viver. Podem-se perceber melhor essas questões que envolvem sua continuidade, uma vez que as condições de desigualdade persistiram entre os trabalhadores, com pouca diferenciação das vivenciadas durante o processo de escravidão. Tal qual o negro que não se dobrou ao chicote e à subserviência, encontram-se hoje trabalhadores que insistem na garantia de seus direitos sociais: melhores condições de acesso ao lazer e ao trabalho, de moradia e de serviços básicos de saneamento, de escolarização e saúde. Esses direitos reivindicados configuram-se pautas a serem ainda conquistadas e garantidas diante das políticas públicas que se instauram no país.

5.2 O LUGAR DOS *DE BAIXO* NA CIDADE

A vida precária, no oitocentos, aproximou os grupos de moradores, havendo solidariedade quanto ao cotidiano, embora a diferenciação social estivesse evidenciada.

Com a abolição, o senhor se liberou do investimento no escravo para poder explorar o trabalhador livre. Mas para isto era preciso constituir o trabalhador livre: se não há mais senzala ou chibata, então era preciso submeter os indivíduos a uma determinada ordem, em que não lhes restasse outra alternativa senão a venda de sua força de trabalho (ROLNIK, 1994, p. 96).

Com isso, em meio às mudanças político administrativas, ao avanço econômico dos donos de terras e às questões demográficas e sociais que auxiliaram na formação de uma classe de operários, as diferenças já existentes permaneceram significativas e *as distâncias estão agora topograficamente marcadas. Espaço hierarquizado: qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica onde pode e onde não pode circular* (ROLNIK, 1994, p. 97). No final do oitocentos, a deficiência, o preconceito, a discriminação social, a pobreza, a falta de direitos com relação à saúde, à educação, à moradia, além da dificuldade em se acessar determinados locais, demarcaram os lugares em que se estabeleceram os de baixo.

Os donos de terra tornaram-se administradores públicos e políticos. A colônia sírio-libanesa introduziu o comércio. Os italianos exerceram profissões liberais que exigiam melhor formação, tornaram-se lavradores ou operários urbanos. A cidade se reconfigurou diante do primeiro governo Vargas, estruturando-se para os ciclos “do Diamante” e “do Arroz”, que viabilizaram crescimento econômico, demográfico e social. Porém, não havia espaço para a voz do trabalhador, que se firmou na periferia, vivenciando processos de exclusão e preconceito, em meio a dificuldades. Os nordestinos, as famílias provenientes do êxodo rural e os negros, engrossaram as lides da classe operária, contudo, não estiveram presentes na distribuição das melhorias societárias provenientes do diamante e das plantações de arroz.

De uma maneira ou de outra, com um ou outro significado a mais ou a menos, essas questões marcaram os mais diversos países considerados em desenvolvimento. Estiveram presentes desde as metrópoles até a pequena unidade, pois envolvem reflexões relativas à indústria, à pobreza e à resistência. *Contidas nelas, ao mesmo tempo, há tanto*

a esperança do mundo novo quanto a miséria do velho mundo (GOLDSMITH, 1994, p.18). Essas condições caminharam próximas aos processos ocorridos durante a Revolução Industrial inglesa e a própria industrialização e urbanização brasileira, já no século XIX. Incurreram em ocupação de espaços difíceis de moradia ou a falta dela, em elevados índices de mortalidade infantil, em condições de fome e de doença, em deficiência na escolarização, em ausência de saneamento básico, entre outros. Quanto mais avançou o século XX, mais distante ficou a ideia de um processo bucólico vivenciado no campo; persistiu a busca por um determinismo tecnológico que vigorasse no futuro. Enfim, a pobreza previsível instaurou-se no processo de acumulação capitalista.

Embora nos jornais locais encontrem-se notícias de uma Associação de Trabalhadores Rurais, durante a década de 1950, no Cartório de Registros não há nenhuma entidade ou instituição nesse formato registrada no período. Em algumas reportagens, percebe-se que havia representantes dos trabalhadores nessa associação, mas, em todas, igualmente, verifica-se a presença de políticos locais e de proprietários agropecuários com seus longos discursos e quase nenhuma melhoria adquirida ou registrada. Já durante o período militar, entre aproximadamente 1964 e 1985, não há registros de abertura de associações, sindicatos ou processos de reivindicações oportunizados por grupos de trabalhadores do campo, embora comecem a surgir notícias de sindicatos de bancários e comércio. Nos grandes centros urbanos, com a chegada dessa parcela da população empobrecida, vinda do interior do país, *as lutas políticas dos trabalhadores da indústria foram progressiva e ligeiramente mais bem sucedidas, ainda que com altos e baixos, do advento do governo Vargas, em 1930, até a queda do governo Goulart, em 1964* (GOLDSMITH, 1994, p. 29).

Kowarick (1994) afirma que *não há ligação linear entre precariedade de vida nas cidades e as lutas levadas adiante pelos contingentes por ela afetados* (1994, p. 45). Quando se estudam essas articulações em seus micromovimentos, percebe-se que surgem espontaneamente ou no “calor da hora”, tornando os impasses e condições estruturais o contexto para o movimento.

Obviamente, não se trata de ignorar as condições macroestruturais e as contradições imperantes na sociedade, mas de reconhecer que, em si, a pauperização originária do processo produtivo, a espoliação urbana decorrente da falta de bens de consumo coletivos, do acesso à terra e habitação ou a opressão que se faz presente no cotidiano da vida nada mais são do que matérias primas que potencialmente alimentam as

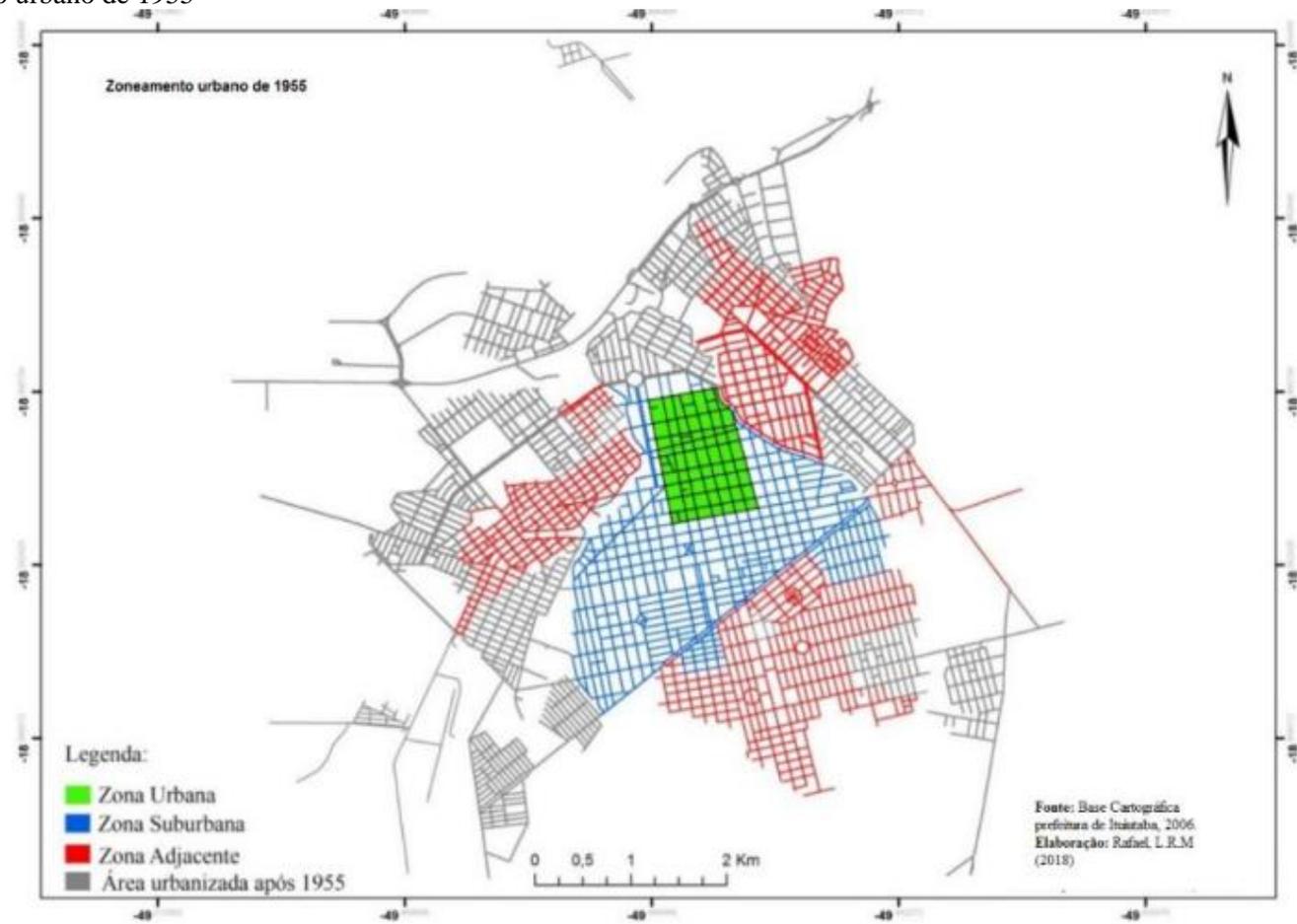
reivindicações populares; entre estas e as lutas sociais propriamente ditas há todo um processo de *produção de experiências*, que não está de antemão tecido na teia das assim chamadas condições materiais objetivas (KOWARICK, 1994, p. 46).

Desse modo, a partir dessa reconstituição do movimento operário e popular, percebem-se as situações opressoras existentes na produção e na reprodução social, destacando-se as formas de reivindicação. Como não houve processos distintos de proletarianização e de movimentos sindicais, até meados dos anos de 1980, nota-se, nos processos culturais populares, o grito pouco ouvido dessas camadas sociais. Nesse momento, surgem as regiões específicas da cidade onde bairros distantes foram formados pelos bolsões de pobreza. Encontram-se distantes da área central onde situam-se os marcos do poder e das zonas intermediárias, compostas por famílias com poder aquisitivo melhor. Estão presentes nesses espaços as fronteiras, as delimitações e as aglutinações pertinentes aos grupos ali residentes.

Este movimento é fruto de uma das faces dos conflitos urbanos gerados na cidade capitalista: a segregação sócio-territorial. Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir “territórios” distintos (ROLNIK, 1994, p. 97).

Portanto, dentro desses territórios evidenciam-se a separação e o recorte, ocorrendo processos de identificação e reconhecimento. Há o controle por parte dos grupos sociais que assumem o espaço, *assim, o bairro segregado não é apenas um lugar no espaço da cidade, mas é o próprio grupo social que ocupa e com ele se identifica* (ROLNIK, 1994, p. 98). Assim, estenderam-se questões relativas ao preconceito, à discriminação e ao racismo, com relação a essa classe de trabalhadores, pois os bairros eram o espaço dos pobres, das prostitutas, dos negros, dos meliantes e dos nordestinos.

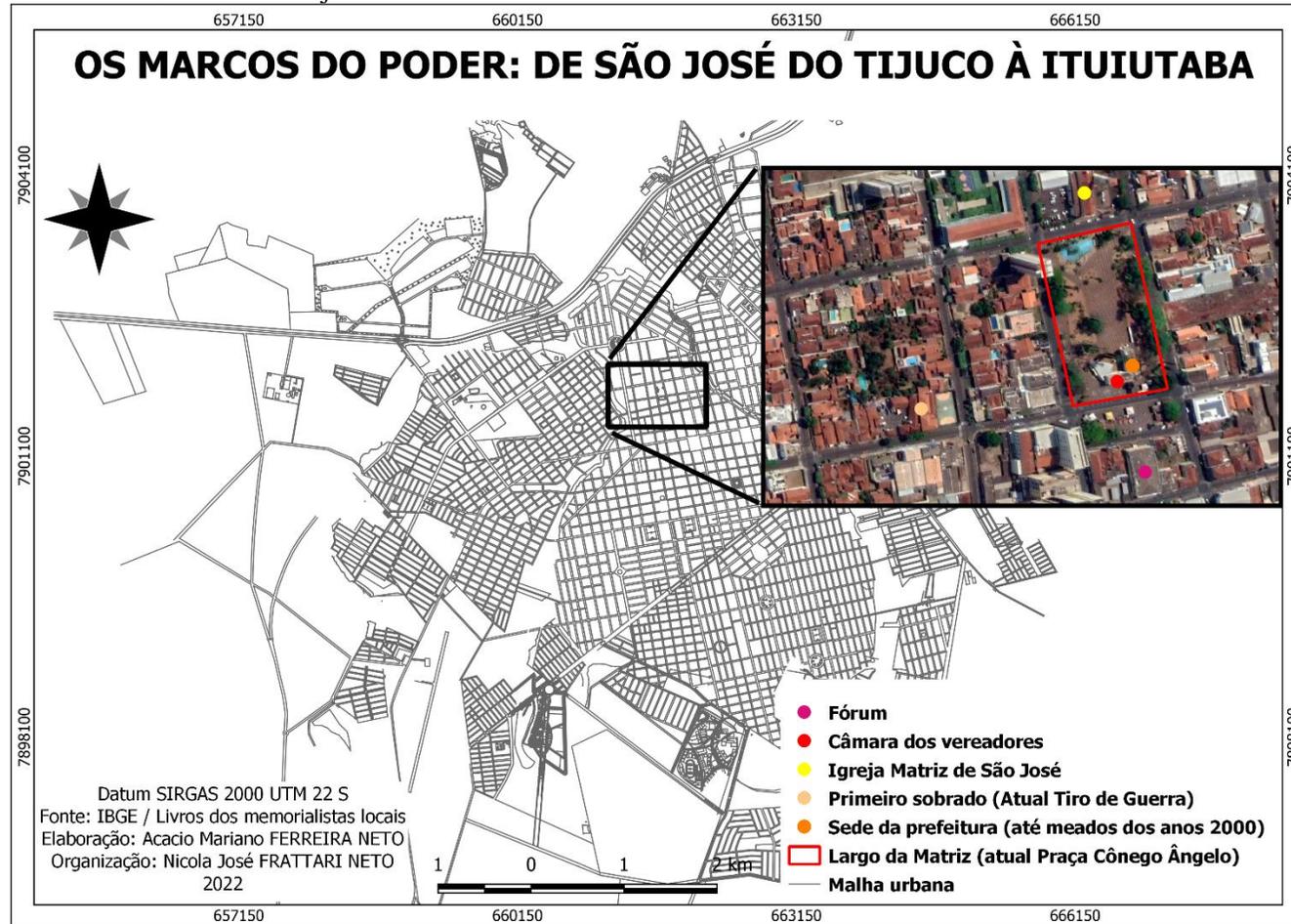
Na sequência, o Mapa 06 evidencia o que representava a área central da cidade, estabelecida desde suas origens. Depois, o Mapa 07 mostra os principais marcos do poder, definidos arquitetonicamente nesse espaço territorial (permanecendo até a atualidade). Em seguida, o Mapa 08 retrata o centro comercial formado pelos imigrantes sírio-libaneses. Alargou-se a área que passou a ser a sede das famílias de “bom nome”, as residências dos imigrantes e daqueles que possuíam projeção econômica e social:

Mapa 06: Zoneamento urbano de 1955

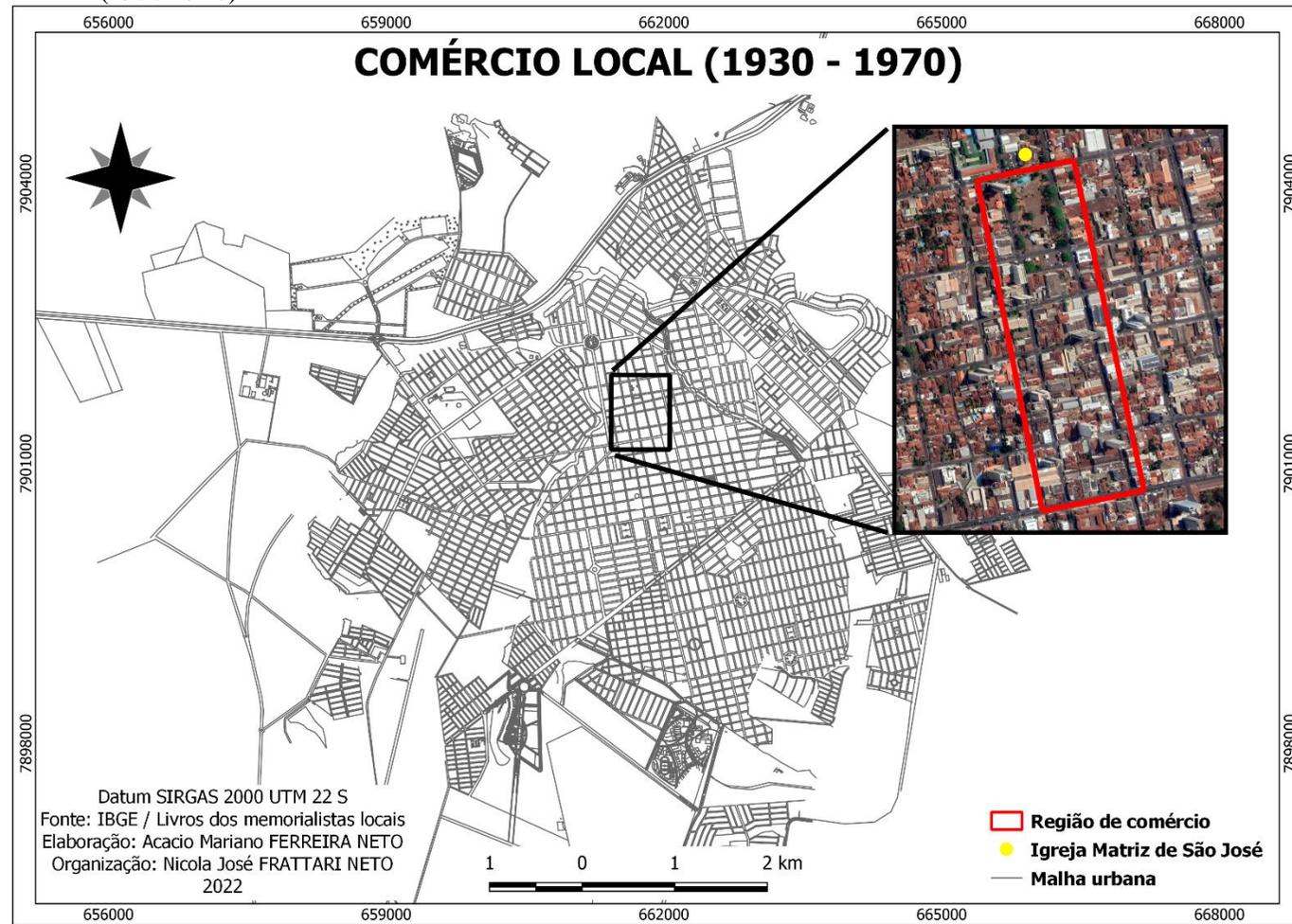
Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2006). Portuguez & Rafael (2019)

Elaboração: Rafael, L. R. M.

Mapa 07: Os Marcos do Poder: de São José do Tijuco à Ituiutaba.



Fonte: IBGE; Livros dos Memorialistas.

Mapa 08: Centro Comercial (1930-1970)

Fonte: IBGE; Livros dos Memorialistas Locais.

O comércio pode ser considerado um marco na movimentação econômica da cidade. O carro de boi, durante o oitocentos e meados do novecentos, era utilizado para o transporte das mercadorias e bens de serviços, vindos de localidades distintas como Prata, Uberaba e Uberabinha. Essa mercadoria era proveniente de São Paulo, que se voltava à industrialização e à consequente abertura de mercados. As primeiras “lojas dos turcos” possuíam de tudo um pouco e ainda estabeleciam as trocas entre os consumidores. O trabalhador, geralmente residente na zona rural, podia comprar, desde que avalizado pelo patrão. Anotava-se na caderneta e aguardava-se o pagamento, que poderia demorar até um ano, haja vista que não havia salários mensais.

Foto 28: Esquina da Rua 22 com a Avenida 13. Década de 1930.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Nessa foto um momento do comércio local e sua arquitetura: Na segunda casa, à esquerda, funcionou a firma “Princesa do Sertão”. Demolida em 1972 e construído o Edifício Antônio de Sousa Martins. Em frente, a "Casa das Turcas", demolida depois de um incêndio, na década de 1950. Hoje, neste local, encontra-se o Edifício Ituiutaba. Percebe-se como os sírio-libaneses instalaram-se e formaram a região comercial e central da cidade. Nota-se uma aglomeração de pedestres, cavaleiros e carros, possivelmente em momento de aglomeração devido a fato importante, possivelmente visita de político à localidade.

Se a fazenda era a fábrica onde quase tudo se produzia para o bem viver, instrumentos de ferro tais como alicates, chaves, ferros de passar roupa, martelos, pregos, fios para cerca, lamparinas, penicos, panelas, fôrmas, entre utensílios diversos, passaram a ser vendidos pelos “turcos”. Ainda, comercializavam produtos que proporcionavam refinamento no trato da casa e das roupas, além de melhores artigos como louças, pratarias, imagens, chapéus, sapatos, sombrinhas, crucifixos e joias. O comércio em Villa Platina prosperou com as novas oportunidades de emprego e com a diversidade de vestuários, alimentação, utensílios domésticos, ferramentas e produtos de beleza.

Foto 29: Família Ituiutabana, 1920.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

Pela foto de uma das famílias tradicionais, percebe-se vestuário apurado, tanto do senhor como da senhora e dos filhos, traduzido nos tecidos, nos modelos e nos cortes. A cidade já contava com alfaiates e costureiras, principalmente imigrantes italianos que dominavam a técnica e as artes do bem vestir e da moda (inclusive da moda francesa). Talvez pela dificuldade em se conseguir um fotógrafo e pelo custo alto de um retrato, não se encontraram fotografias, datadas até 1950, de famílias menos abastadas para possíveis análises de vestuário. Contudo, pode-se equiparar essas famílias a um grupo de fiadeiras de 1915,

Foto 30: Fiadeiras algodão e lã. 1915.



Fonte: Projeto Foto Memória 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba (2001).

A presença de mulheres negras e afrodescendentes evidencia que essas senhoras faziam parte de classe empobrecida, haja vista o tema da fotografia ser um grupo de fiadeiras. Há crianças junto às mães, pois, provavelmente não tinham com quem as deixar. Destacam-se os artefatos como rodas de fiar, cestos com algodão e lã para a confecção de cobertas e tecidos, bem em frente à choupana singela ou “ranchinho de capim”, como era chamada. Está presente um traçar mais simples, vestidos mais curtos, sem muitos adornos ou requintes de moda, quiçá confeccionados por elas mesmas. Percebe-se que o comércio, a urbanização e os novos profissionais estavam voltados ao bem-estar de consumo daqueles que podiam pagar por isso.

Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia geral, isto é, da região, do estado e do país, em contraste com a economia particular, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência (CÂNDIDO, 2010, p. 189).

Contudo, esse processo auxiliou no engrossamento dos grupos de trabalhadores urbanos, pois era necessário vendedores, balconistas, contabilistas, caixas, entregadores, “chapas” (homens que carregavam mercadorias pesadas), faxineiras, além de serviços como jardineiros, babás, cozinheiras e “empregadas” domésticas, para atender as novas residências. Os serviços domésticos eram considerados de menor importância e pouco valorizados no sentido salarial.

A passagem do período do governo Vargas para o JK foi marcada pelo pós-guerra mundial, e o cenário internacional, pela polarização dos conflitos EUA X URSS, com os Estados Unidos esforçando continuamente para um alargamento de fronteiras políticas, econômicas e culturais. A cultura norte americana chegava à Europa, mas, sobretudo aos países em desenvolvimento, pelo cinema e pela produção em massa de produtos de uso pessoal e doméstico. Uma pálida representação desse momento mundial ocorreu na pequena Ituiutaba entre o final dos anos de 1930 até 1950. Nesse momento, instalaram-se, na cidade, a primeira rádio com seu auditório, o cinema do Horta, o aeroclube e os estádios com seus times de futebol. Contudo, foi com a fundação do “Ituiutaba Clube”, no dia 12 de julho de 1939, que a cidade ganhou o “ponto de encontro da sociedade ituiutabana” ou “um clube social e recreativo à altura do progresso tijucano” (ACAIACA, 1953). A diretoria original do Ituiutaba Clube foi composta por homens importantes da sociedade (nas primeiras décadas não há o nome de mulheres compondo a diretoria). O objetivo principal do clube,

Sendo o único Clube social da cidade tem, além da função recreativa, um outro elevado objetivo qual seja o de congregar a família Ituiutabana, num ambiente sadio, estreitando assim os laços de cordialidade existentes entre a gente operosa e honesta desse progressista rincão triangulino (SOUZA, 1953, p. 94).

Nota-se a incongruência entre o escrito e o vivenciado, pois, segundo o texto, o clube destinava-se à “família ituiutabana”; contudo, apenas nomes ligados aos grupos hegemônicos, como políticos, profissionais liberais importantes, industriais e empresários, fazem parte da diretoria ou dos associados. Com o início do êxodo rural, as

famílias de trabalhadores rurais e negros instalavam-se na cidade e, com o ciclo do garimpo, levas de nordestinos começaram a chegar, porém não se inseriam no contexto de frequência do novo Clube.

Nessa mesma década de 1930, um grupo dissidente da chamada “Frente Negra Brasileira”, contrário à intervenção e medidas do governo provisório de Vargas, saiu de São Paulo estendendo um braço até o Triângulo Mineiro, chegando até cidades como Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba. O grupo chamava-se “Legião Negra” e objetivava, entre a conscientização da raça e ascensão social, a criação de escolas para negros. Pretendia-se a escolarização desse grupo social, pois estavam imersos no alto contingente de analfabetos brasileiros. A constituição republicana continuava negando aos analfabetos o direito ao voto — o que perdurou até 1985 —; a luta consistia em dar voz ao povo negro na escolha de seus governantes e incentivar movimentos que reivindicassem melhores condições trabalhistas, educativas, entre outros (RIBEIRO & SILVA, 2010).

Nesse contexto de luta, em meio à industrialização brasileira, constrói-se a proletarização do negro e do afrodescendente. Sem escolarização, sem direito a voto, sem técnica para enfrentar o mundo do trabalho e sem valorização alguma, esses homens e mulheres foram adentrando o mercado de trabalho, aproveitando situações econômicas, demográficas e políticas de maneira heterogênea pelos vários estados brasileiros. A imersão às classes proletárias foi uma ascensão lenta e gradual ao longo do século XX. Em Ituiutaba, a “Legião Negra” teve importância fundamental nesse período e processo. Fundaram a Escola Noturna 13 de Maio, em 1937, para trabalhadores e adultos, ainda nos moldes das antigas escolas fundadas no Império (VILELA, 2011).

Nesse momento, a luta do povo negro estava unida às reivindicações dos trabalhadores e dos adultos analfabetos; um dos primeiros desdobramentos dessa conjunção deu-se pela criação do “Palmeira Clube”, um contraponto à significância do “Ituiutaba Clube”, que representava as “famílias ituiutabanais tradicionais”.

Assim como em outras localidades, a comunidade negra de Ituiutaba criou também, um clube de negros, o Palmeira Clube, fundado em 29 de julho de 1945⁷¹ e funcionou até janeiro de 2014, quando foi interdito pela justiça, criado quase no mesmo período da Escola 13 de Maio, que não tinham somente a função de socialização, mas de conscientizar os negros do papel que tinham na sociedade, e o espaço que deveriam ocupar nela e até mesmo momentos dedicados a contribuir com a educação de seus pares (OLIVEIRA, 2018, p. 48)

⁷¹ Esta data é devida ao registro oficial do Palmeira Clube, pois há indícios de que começou na década de 1930.

O “Palmeira Clube” tornou-se, principalmente nas primeiras décadas de funcionamento, um raro lugar de socialização, diversão e lazer à comunidade negra, juntando-se a eles as famílias empobrecidas dos trabalhadores e dos grupos de retirantes nordestinos. Por outro lado, o “Ituiutaba Clube” continuava com seus propósitos de socialização da família e da juventude “dourada” tijuicana. Quanto ao funcionamento do “IC” durante os anos de 1950, quando já possuía sede própria em endereço central da cidade:

A atual Diretoria, entre outras iniciativas, montou um Bar próprio, instalou moderno aparelho de sistema sonoro, enriqueceu a discoteca com novos discos, adquiriu novo aparelhamento para a secretaria, contratou o conjunto BLUE-STAR como exclusivo do Clube, instituiu o Baile mensal e horas dançantes às quintas, sábados e domingos (SOUZA, 1953, p. 94).

A vida noturna de Ituiutaba se resumia no Ituiutaba Clube (...) o pessoal fazia um *footing*. O *footing* começava aqui no jardim, na praça Cônego Ângelo⁷², fazia o giro mais ou menos até a hora do cinema do Horta (cine Capitólio) e depois passava para lá e esse clube é que resumia toda a vida social da cidade, todas as solenidades se realizavam ali (...) (PAIVA, 2018, p. 47).

Os dois clubes foram fundados em região central da cidade, porém, ao “Palmeira Clube”, tão logo passou a funcionar, foi doado pela Prefeitura uma área mais distante para sua construção efetiva. Percebe-se que o “Ituiutaba Clube” foi o centro de aglomeração e encontro da elite, conforme registrado nas lembranças iconográficas dos bailes promovidos, como o “Baile da Rainha do Arroz”:

⁷² O antigo Largo da Matriz passou a chamar-se praça Cônego Ângelo.

Foto 31: Baile da Rainha do Arroz, meados de 1950.



Fonte: Arquivo particular de Nima Imaculada Spigolon.

Esses bailes aconteciam anualmente, com fins filantrópicos. Jovens da sociedade se candidatavam para o lugar de “Rainha do Arroz” e vendiam os votos pela cidade e região. Aquela que vendesse mais votos, ou seja, que arrecadasse mais recursos financeiros para a construção de um ginásio, também filantrópico — Educandário Espírita Ituiutabano —, ganhava o título. A cidade passava pelo seu segundo ciclo econômico mais expressivo, em que a cultura de grãos e, principalmente, do arroz mudava o painel social.

Esse espaço/território, muito bem definido como o lugar de poucos, mantinha-se no hall das diversões locais, assim como o cinema, mas este último possuía uma característica mais abrangente com relação ao social, pois era frequentado por quem pudesse pagar o ingresso, cujo valor era mais acessível. O cinema e o passeio nas ruas e praças (o popular *footing*) foram lugares mais democráticos, frequentados por quem o desejasse, com a conotação de estar bem-vestido para esses momentos.

Enfim, o “Ituiutaba Clube” e o “Palmeira Clube” foram cada qual marcos que demonstraram a polarização de territórios dos grupos hegemônicos e daqueles que compuseram a classe de trabalhadores, em um momento econômico importante. Eles marcaram lugares, estabeleceram relações de pertença, materializaram o distanciamento entre si e definiram papéis sociais. O “Palmeira Clube” foi estigmatizado e rotulado pela

elite. Nenhum cidadão de “bom nome” deveria frequentá-lo, inclusive pela localidade onde se encontrava: distante, sem muitos moradores próximos e sem asfalto. Essa periferia da cidade foi aos poucos acrescida de famílias empobrecidas e ganhou status de bairro. Quanto a esses espaços e territórios longínquos:

(...) podem acontecer formas de socialização sujeitas a normas diferentes daquelas prescritas e aceitas pela “ordem urbana”, defendida pela classe dominante. Estas normas estão diretamente vinculadas à especificidade etnocultural dos vários grupos sociais que ocupam este território (ROLNIK, 1994, p. 98).

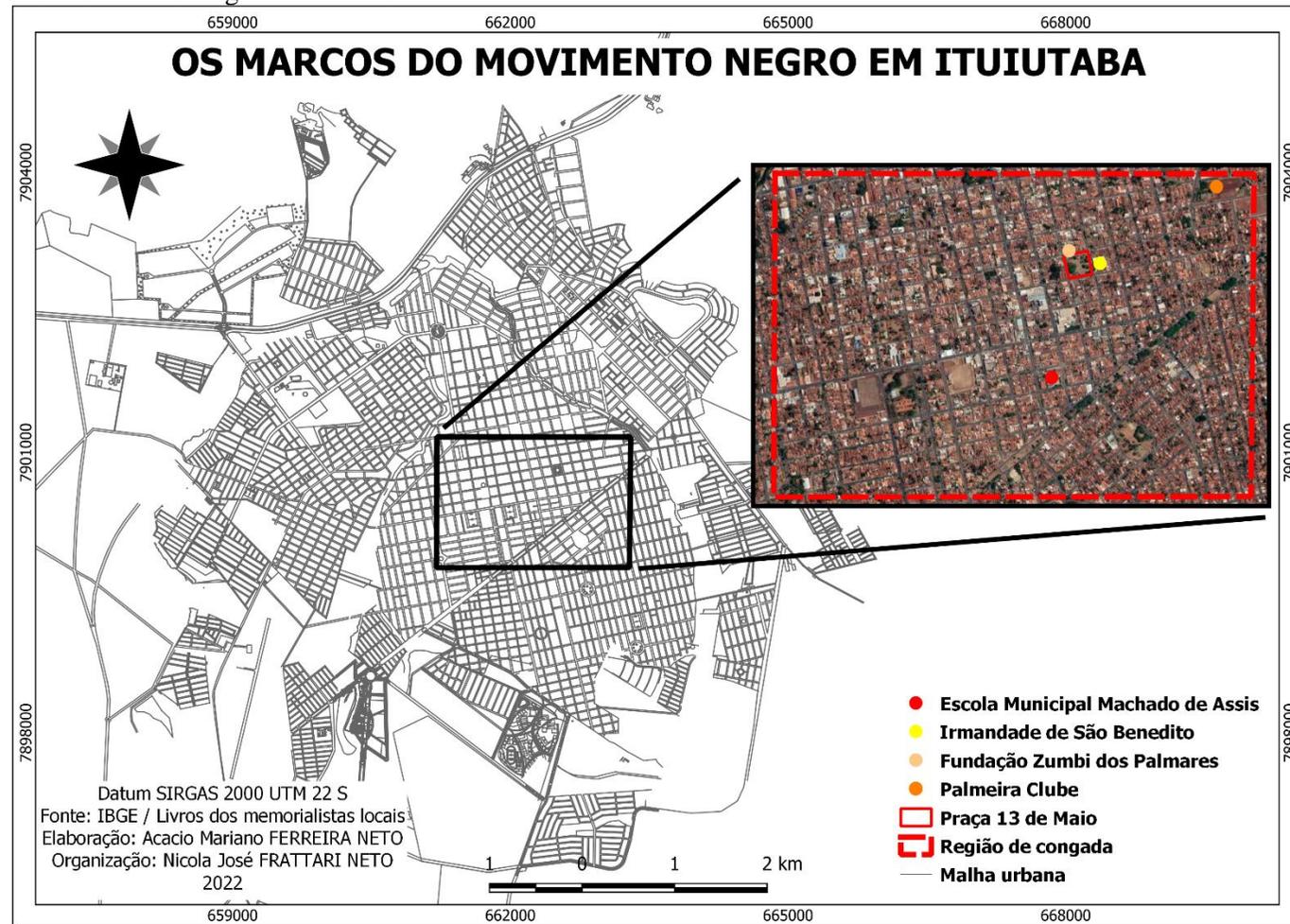
Vem desse processo a formação do Bairro Junqueira e de suas adjacências:

A formação do bairro Junqueira ocorreu em dois contextos diferenciados. No início do século XIX, sua formação compunha-se de pequenos sítios na fronteira com as fazendas e o fim do espaço urbano, ou seja, nas franjas da cidade onde homens pobres, um número considerável de negros, se instalaram e dali retiravam seu sustento e de sua família. Não havia uma legislação que delimitasse esses espaços, e em meados do século XX, 1950 há uma intervenção planejada das autoridades municipais e da iniciativa privada (PORTUGUEZ & RAFAEL, 2019, p. 90).

Da mesma forma, o poder público foi transformando outras áreas rurais, próximas à área urbana, entre os anos de 1950 e 1960, formando os primeiros bairros. Em todos, o mesmo processo: exclusão social, falta de planejamento urbano e de saneamento; o mesmo perfil de moradores: negros, pobres e trabalhadores. Também presentes as assertivas devidas à acumulação de pessoas em áreas de difícil acesso, tais como inexistência de locais de lazer, de saúde, de escolas, de transporte etc. Essas entre outras questões são possíveis geradores de violência, de prostituição e de delinquência, tornando essas áreas socialmente vulneráveis. Não que só ocorram nesses espaços, mas as condições de miséria e falta de direitos evidenciam essas dificuldades.

Ainda com relação ao lugar: *os negros foram concentrados no Bairro Junqueira, lugar reservado a população negra em Ituiutaba, que na verdade, são o [bairro] Brasil, o Eldorado, o Rosário e o Camargo – gaiada – na década de 1950 era um misto de área urbana/rural* (PORTUGUEZ & RAFAEL, 2019, p. 89). Com essa delimitação percebe-se a origem do foco etnocultural estendido pelas décadas seguintes, até a atualidade, desse bairro. Nessa região, estabeleceu-se um território das lutas dessa parte da população, expressa em marcos significativos.

Mapa 09: Os Marcos do Movimento Negro em Ituiutaba.



Fonte: IBGE; Livros dos Memorialistas Locais.

Todos esses marcos dispostos no território são de fundamental importância para a formação dessa região, por configurarem-se como resultado de lutas culturais, sociais e políticas, enfrentadas pela comunidade negra, desde que chegaram à unidade, no oitocentos. Toda área (vermelha) é um espaço de congada, onde ocorrem, até a atualidade, os desfiles no dia 13 de maio. Esses desfiles acontecem, tradicionalmente, desde 1951, com a criação oficial do primeiro terno, o Moçambique Camisa Rosa. Mesmo havendo registros da Congada desde o século XIX, a festa foi demarcada pelos grupos que participam na atualidade, a partir da criação da Irmandade de São Benedito, no dia 13 de maio de 1957, oficializada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 16 abril de 1964. No período anterior, é considerada como uma “brincadeira”, realizada apenas nas fazendas, local de maior concentração das famílias negras. No início da década de 1950, um grupo propôs ao vigário da Igreja Matriz de São José, Padre João Avi, a permissão para que os ternos de congada voltassem a festejar, arrecadar donativos para realizar a festa de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, bem como para construir a capela para os dois santos. Essa autorização só foi consentida quando todos os integrantes dos grupos se converteram ao Catolicismo, com batizados, casamentos, crismas e primeiras comunhões. (PORTUGUEZ & RAFAEL, 2019).

Assim, a festa do Congado e do Moçambique passou a fazer parte de um catolicismo negro em Ituiutaba, com a instituição dos ternos que já havia e com a criação de outros. Nota-se que, em Ituiutaba, esse movimento se fortificava apesar de sofrer o impacto do contexto brasileiro, em que muitos negros tentavam igualar-se socialmente aos brancos, abandonando suas tradições para equiparar-se *na escada social da mesma forma que o assalariado branco o fazia. Uma diferença fundamental entre um e outro, contudo, é o fato de que o negro enfrenta o problema da linha de cor, que lhe era adversa* (IANNI, 1966, p. 246). Ainda, vigoravam, desde o século XIX, os processos de eugenia, que se infiltravam em todas as camadas sociais, tendendo ao embranquecimento e ao consequente esquecimento histórico e cultural da comunidade negra.

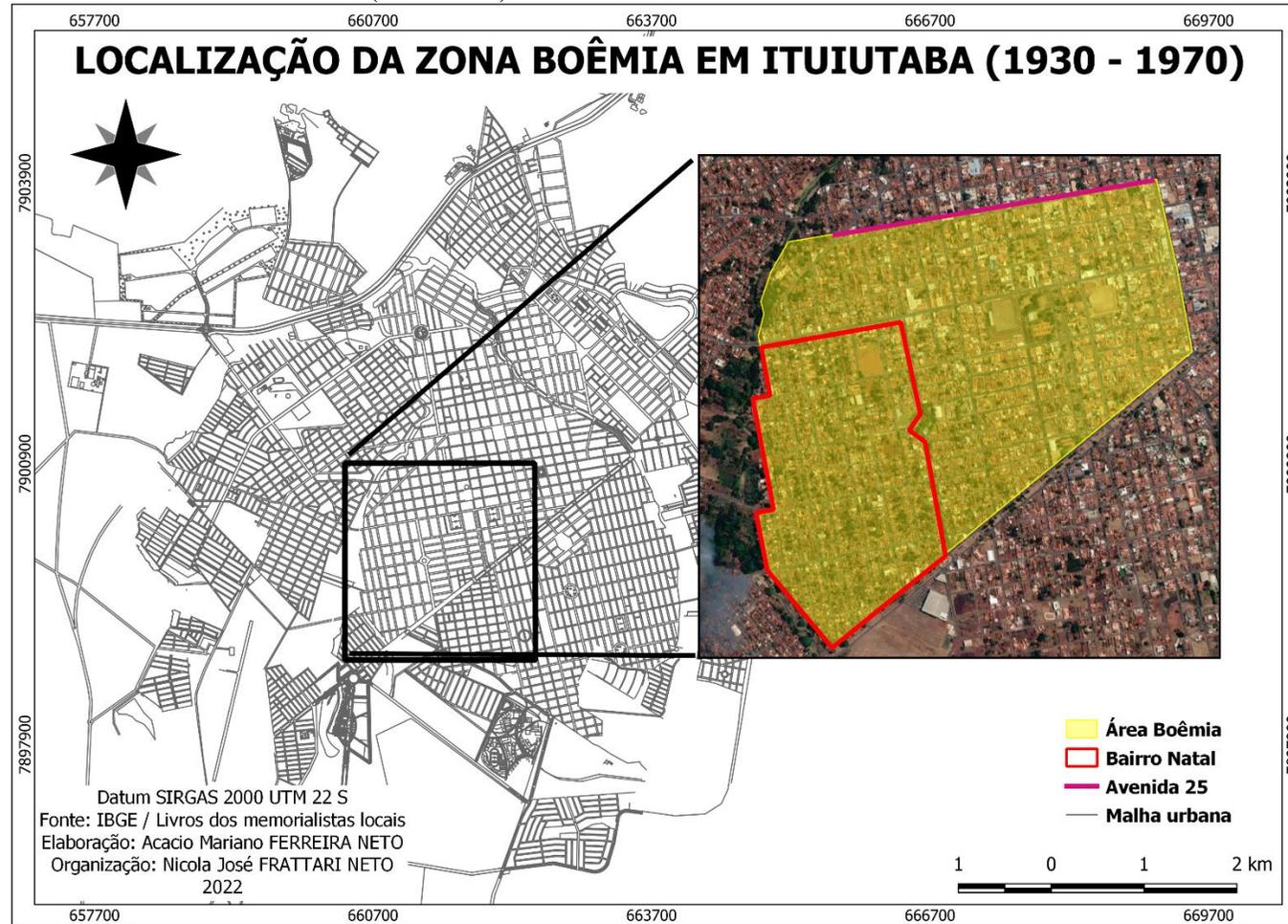
Nessa época também se formou outro polo importante na periferia, o Bairro Natal e suas adjacências, com o mesmo perfil de moradores. A diferença é que nessa região da cidade evidenciaram-se as casas de prostituição, estendidas por um longo perímetro. Com a pujança dos ciclos econômicos, esses locais ofereceram diversão aos homens e trabalho a homens e mulheres, contando com inúmeros prostíbulos, onde circulava muito dinheiro. A cidade do “cidadão de bem” tinha por limite a avenida 25, pois, a partir desse ponto,

rumo à periferia, encontravam-se os meretrícios, onde “moça séria” nenhuma se atrevia a passar perto.

Considerando-se o tamanho mediano da cidade, a área do meretrício ocupava uma proporção territorial considerável na unidade. As casas de prostituição maiores contavam com alto rodízio de mulheres, vindas de várias localidades, shows artísticos com cantores, músicos e bailarinos famosos que se apresentavam no rádio e nos auditórios dos grandes centros. Muitas mulheres, por não aceitarem a condição de pobreza e de subemprego, procuravam essas casas para trabalhar como prostituta, a fim de encontrar um possível casamento com homens de melhor condição financeira. Muitas famílias foram formadas a partir desses encontros. Também era comum o homem casado apaixonar-se por mulher de meretrício e montar para ela uma residência, mantendo duas famílias, uma “oficial”, que ficava no centro da cidade, e outra “extraconjugal”, localizada em bairro periférico. Essas são histórias impressas na memória dos moradores mais antigos da cidade, principalmente pelo longo tempo que essa zona esteve ativa, aproximadamente dos anos de 1930 até 1970. Fato curioso foi que no momento do golpe, ocorrido em 1964, quando a cidade foi visitada pelos militares a fim de reorganizar o legislativo e o executivo com políticos que apoiavam a ditadura, o acerto/acordo foi feito em um desses meretrícios em uma noite de festa.

O Bairro Natal e suas adjacências foi a fronteira demarcada dos processos ideológicos da formação do “bom cidadão”, ficando exposto *de um lado a miséria permitida, útil, explorada, o outro, a miséria ilegal, perigosa* (ROLNIK, 1994, p. 100). Lugar onde de um lado estavam os “perigosos marginais” e do outro os “pobres trabalhadores”. Muito semelhante ao processo havido em São Paulo com relação aos cortiços. Ali se aglomeravam os *trabalhadores não qualificados (constituída sobretudo por negros e mulatos) e da chamada marginalidade (biscateiros, vagabundos, criminosos, artistas, prostitutas – composta, principalmente, por negros, mulatos e [nordestinos]* (ROLNIK, 1994, p. 100).

Mapa 10: Localização da Zona Boêmia em Ituiutaba (1930-1970)



Fonte: IBGE; Livros dos Memorialistas Locais.

Em todo esse processo estiveram presentes os mecanismos políticos, econômicos e ideológicos, para reprimir ou coagir, visando transformar *tudo o que se diferencia da “ordem social”*. Esta ordem é antes de mais nada um modelo que a classe dominante estabelece para si mesma e que pressupõe e propõe uma absoluta homogeneidade social. Assim a diferença é considerada desvio e transforma-se imediatamente em “objeto de intervenção” (ROLNIK, 1994, p. 98). Advém daí a estigmatização de certos grupos perante o modelo de cidade e de cidadão. Apoiava-se um discurso que condena e ações que tolhem a expressão. Criam-se preconceitos que resultam em discriminação e racismo. O negro e o nordestino tornam-se “perigosos” e “violentos”; a mulher pobre, “indigna para o casamento”; a criança, “suja” e “deseducada”; o pobre, “vagabundo” e “preguiçoso” e o trabalhador. “o coitado”. Esses rótulos — que perduram na atualidade — foram estabelecidos pelos que se consideravam verdadeiros cidadãos e pertencedores da cidade e que habitavam a área nobre e central da unidade

À medida que essa separação foi se intensificando, a administração pública começou a levar água, luz e esgotos a essas comunidades mais distantes, a partir dos anos 1960, principalmente devido ao inchaço populacional promovido pelo êxodo rural. Surgem as primeiras instituições filantrópicas, tais como o Sanatório Espírita José Dias Machado, o Orfanato Lar da Criança, o Patronato de Menores, o Abrigo dos Velhos Bezerra de Menezes e o Educandário Ituiutabano. Todos com propósitos de cuidarem das parcelas sociais vulneráveis, levando adiante os processos de higienização das cidades, iniciados no século XIX⁷³. Os grupos sociais ligados a Maçonaria, Rotary Club, Lions Club, União da Mocidade Espírita de Ituiutaba, Sociedade Anônima de Senhoras, entre outros, iniciam essas construções e o trabalho nessa ordem a fim de promover o projeto de higienização da “capital do arroz”.

Em se prestando atenção ao lugar do trabalhador na cidade — uma vez que também estavam dispostos na zona rural, majoritariamente, até, os anos de 1960 —, faz-se necessário pensar em sua luta pela proletarização. Com a ausência de instituições e partidos que dessem visibilidade a essa causa, percebe-se, mais uma vez, que foi em meio à cultura desses grupos, com seus modos de vida e costumes em comum, que nasceram os mecanismos reivindicadores e as questões relativas à resistência, presentes sobretudo nas manifestações culturais populares que se fortificaram ao longo das décadas e dos espaços nunca antes preenchidos por essa parcela da população.

⁷³ Quanto a essas instituições de controle: “destinadas à reclusão ou recuperação de anormalidades se inscreve na lógica perturbação/ação curativa que norteia a ação do poder urbano. Novamente é a doutrina da “retirada da laranja podre do cesto”. Basta para isso definir o que é podre e organizar as várias formas de punir, eliminar ou recuperar o foco de contágio” (ROLNIK, 1994, p. 99).

CONCLUSÃO: A CLASSE TRABALHADORA TEM FÉ, COR E SOTAQUE

“Muita gente pequena, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, estão mudando a face do mundo”.

(Provérbio Africano)

Ao concluir a tese, não se pretende colocar um ponto final na pesquisa, esgotar o assunto, encerrar questionamentos e reflexões, pois eles podem ser explorados por um matiz de outros segmentos que enfeixam o produto da cultura, da classe operária e seus lugares. O campo das relações humanas é infinito para se pensar e estabelecer singularidades e similitudes em vários aspectos da existência, quando inserido em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, permitindo novas abordagens junto ao materialismo histórico e cultural.

Com relação à construção textual, resultado da pesquisa, importante notar a presença das fontes documentais e não documentais. Foi a partir delas que se conseguiu captar algumas nuances do momento destacado, principalmente pelos escritos dos memorialistas, pelas fotografias, pelos índices do CENSO e pelos registros da Igreja. Ressalta-se que essa busca foi, em parte, prejudicada pela pandemia da Covid-19 — foram dois anos de arquivos e bibliotecas alternadamente fechados —, pois entende-se que é a partir das fontes que o pesquisador encontra condições para responder às questões do presente, voltando ao passado e somando a esse processo as reflexões e as críticas de autores que se debruçaram sobre estes mesmos temas. Evidencia-se o trabalho de pesquisadores locais, em dissertações e teses, principalmente no campo da história, da geografia e da educação, sendo a presente tese com sua temática regional, única no campo da sociologia e da cultura.

Acompanhar a caminhada da classe trabalhadora durante um século (1850-1950) e passar pelas mudanças administrativas da cidade é seguir da unidade de São José do Tijuco para Villa Platina e, após, para Ituiutaba. É também acompanhar um desenho impresso por seus componentes em um contexto amplo com o advento da República. É discutir dados relativos à questão dos negros escravizados que, em se vendo “livres” pela Abolição, viram-se, também, em condições de existência ainda piores. É acompanhar a classe de coronéis que, de suas

propriedades agrárias, alçaram-se aos cargos políticos e administrativos. É verificar toda uma efervescência imigratória que buscava o “Eldorado” das Américas como recurso para o enriquecimento rápido ou a fuga de guerras e divergências políticas mundiais. Ademais, é conhecer o Brasil em sua extensão geográfica, em suas vertentes sociais e antropológicas, com desafios migratórios estabelecidos, quase sempre, mediante a condições de miserabilidade e pobreza.

Essa linha desenhada expõe outras relevâncias, tais como a preponderância de um sistema paternalista e patriarcal imposto pelos grupos hegemônicos; os rigores exacerbados contra a condição étnica; os mecanismos de exploração econômica; as situações de preconceito, de discriminação e de racismo; relações estabelecidas durante o longo processo de formação e estabelecimento da classe operária no Brasil. Esses sentidos fizeram com que fossem transmitidos aos trabalhadores condições adversas semelhantes as que regiam a existência do negro no cativo. No corpo do escravizado do oitocentos, posse de seus donos, imprimiu-se um histórico de violências e abusos capazes de não permitir a ele a própria pertença. Essas marcas e ações permaneceram no corpo do operário, pois também perduraram as condições adversas no trabalho.

A figura do “pai-patrão” perdurou. Os donos dos meios de produção desejavam continuar com um sistema em que não se cumpriam as condições salariais e trabalhistas adequadas. Em meados dos noventa, a luta dos trabalhadores fortificou-se com a abertura de sindicatos e partidos e com as greves que se iniciaram aos moldes do sistema operário europeu. Esses recursos atravessaram o século, alcançando objetivos importantes para a classe trabalhadora. Porém, somente após outorgar-se a Constituição de 1988, pós ditadura militar, caminhos mais sedimentados passaram a ser trilhados no Brasil pelos de baixo, junto à elaboração de políticas públicas que permitiram acesso a alguns setores sociais nunca antes abordados. Por esse atraso, esses grupos minoritários começam a chegar, somente na atualidade, a espaços até então inacessíveis.

Para essa visualização de condições do trabalhador brasileiro, principalmente no que se refere ao campo desta pesquisa, ou seja, àqueles que estiveram presentes numa pequena localidade, o estudo da movimentação da classe foi fundamental. Perceberam-se as nuances no campo micro, evidenciando as relações de poder, os lugares de circulação dos de baixo, as formas precárias de existência, muito semelhantes aos interditos nos macros espaços. Da mesma forma, notou-se que a ação do trabalho não deixou suas marcas apenas no enriquecimento dos donos dos meios de produção. Muito além do desenvolvimento econômico de uma localidade, esteve presente na reprodução social dos trabalhadores, capaz de reorganizar todo um modo de

vida em busca de manifestações culturais que conferissem sentido e significado a uma vida cercada de opressão, exploração e miséria material. A criação artística vicejou como manifestação de humanidade: a festa, a música, a dança, o canto, a reza brotaram em condições adversas, quase sempre realizada em espaços religiosos mais próximos às permissões da cultura hegemônica.

Entre ideia e materialidade encontra-se o operário dos meados do novecentos, diante das mesmas condições precárias do negro escravizado. A casa empobrecida é sinônimo da exploração havida e mantida; sua localização distante é sinônimo de exclusão ante os grupos hegemônicos. Entretanto, a existência se ressignifica com a celebração dos ritos de passagem, as comemorações comunitárias, as reivindicações presentes nas manifestações culturais populares e na garra com que acorda todas as manhãs para enfrentar a lida.

O negro, o trabalhador rural e o migrante nordestino construíram suas histórias de vida em meio aos ciclos econômicos que fizeram a pequena São José do Tijuco projetar-se na região, econômica e demograficamente. Entre a fé, a cor e o sotaque, essa classe foi ganhando corpo demográfico e construindo, com a venda de sua força de trabalho, as ruas compridas e retas da cidade, os bairros em sua periferia e as localidades que ganharam destaque. Percebe-se pela linha temporal descrita dois movimentos relevantes dentro do marco histórico estipulado para a pesquisa.

O primeiro está delimitado entre 1888/1889 e a década de 1930, quando a classe trabalhadora, após a Abolição e a Proclamação da República, começou a se configurar. Tanto o negro tentava integrar-se ao trabalho remunerado, detentor dos serviços mais rústicos, quanto teve início a chegada de trabalhadores mais especializados, vindos de outras regiões, além de europeus e sírio-libaneses. Além das prósperas condições agropecuárias e da localização geográfica favorável, houve um empenho do Padre Ângelo Tardio Bruno para trazer à localidade profissionais que corroborassem com sua construção social. Para a consolidação desse ideal de organização republicana da cidade, a chegada dos trilhos da Mogiana até a próxima cidade de Uberabinha foi fundamental. Nesse momento os trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos, fortaleceram seus costumes em comum, seus modos de vida tão peculiares e se permitiram, mesmo que esporadicamente, marcarem seus territórios com as festas que mantinham a tradição, como as primeiras expressões do congado, da folia de reis e do catira.

O segundo movimento está delimitado entre as décadas de 1930 e de 1970. Nesse período, iniciaram-se os ciclos econômicos responsáveis por maior desenvolvimento da região, sendo eles o “Ciclo do Diamante” (1935-1945) e o “Ciclo do Arroz” (1950-1970). Embora haja alguma diferenciação nestas datas, encontradas nos livros e revistas escritos pelos

memorialistas, os períodos não diferem muito. Foi nesse momento que a classe de trabalhadores se consolidou, principalmente porque, acrescido ao tecido social existente, começaram a chegar levadas de trabalhadores nordestinos, vindos principalmente do Rio Grande do Norte. A cidade, além de melhorar seus índices econômicos e demográficos, consolidou-se como polo regional, e os distritos foram se desmembrando e ganhando status administrativo de município. Com a classe de trabalhadores, rurais e urbanos, verificou-se que os esforços para sua conscientização foram marcados pela formação dos grupos de cultura popular e a institucionalização das festas, pois foi por eles que a resistência étnica e as questões mais voltadas à conscientização de classe foram evidenciadas. Algumas associações de trabalhadores chegaram a figurar nas manchetes dos jornais locais, mas estavam atreladas a outras cidades ou marcadamente a serviço de políticos e proprietários, sem muita ligação com as reais necessidades do povo empobrecido. Assim, não se encontrou no Cartório de Registros nenhuma associação trabalhista local registrada.

Dentro do processo do materialismo cultural, adotando-se como recurso teórico-metodológico conceitos de classe social e estrutura de sentimento, respectivamente propostos por Thompson e Williams, conseguiu-se obter esse desenho deixado ao longo da passagem no espaço-tempo, móvel e fluído. A classe trabalhadora, muito além de constituída, é em si a própria movimentação em busca pela conscientização e formas de expressão. Por não ter acesso aos meios político-administrativos para reivindicar sua condição de expropriação, suas fragilidades econômicas e sociais, entre a escassez e a precariedade, vislumbram o mundo das manifestações culturais populares como palco de luta.

No decorrer dos capítulos busquei captar uma estrutura de sentimento que pudesse construir esse traçado social de classe, captando da atmosfera das relações humanas o material primordial para esta pesquisa: as condições de moradia, as formas de alimentação, a diversidade de vestuário, as impressões sociais diversas que pudessem colorir todos os esboços e sentidos da classe trabalhadora ao longo de um século. Esse material possui relevância para o trabalho sócio, histórico e antropológico, pois traduz o espírito de um tempo, ou seja, está entre aquilo que foi vivido e aquilo que foi eleito para o registro.

Após esses ciclos econômicos, Ituiutaba prosseguiu com outros períodos importantes, como o desenvolvimento do gado leiteiro e de corte e da cana de açúcar. Novas configurações, linearidades e singularidades puderam ser captadas do universo dos trabalhadores a partir de então. Verificam-se novos conceitos políticos e culturais. Contudo é relevante ressaltar que as mesmas manifestações culturais populares que chegaram com os escravizados e com os trabalhadores rurais do oitocentos, persistem ainda hoje, marcando o lugar da tradição, da

consciência e da resistência. Mesmo que o traço do operário atual seja diverso do daqueles das primeiras levas, a festa persiste entre os problemas da atualidade os quais, embora diversos, continuam delimitando fronteiras dentro de espacialidades diferentes que deveriam ser comuns a todos. As adversidades hoje estão presentes em questões mais próximas à política neoliberal avassaladora, persistindo a necessidade da reivindicação e da luta.

Quando Raymond Williams finaliza o livro *Sociedade e Cultura*, dizendo que *há ideias e formas de pensar que encerram sementes de vida e há outras, talvez profundamente arraigadas em nossas mentes, que encerram sementes de morte* (WILLIAMS, 1969, p. 346), prevê como as questões mundiais assolariam a humanidade, principalmente os problemas ocasionados pela globalização e as políticas neoliberais. Entre ideias de vida e de morte, segue o trabalhador, abrindo espaço com sua força e mão de obra ante o capitalismo delirante. As ideias de morte encontram-se presentes no campo político, impactando a economia e a sociedade de maneira a segregar, a excluir e a continuar discriminando grupos minoritários que somados compõem a grande maioria da sociedade. Contudo, segue perdurando a situação de que a classe, a fé, a cor e o sotaque têm em si os elementos necessários a fim de espalharem sementes de vida, esperando o futuro do trabalhador na construção do presente.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A Educação Exilada**: Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **História das Sociedades**: das comunidades primitivas às sociedades medievais. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008.

ARAÚJO, Dinomar Rosa. **Música e Tradição**: trajetória da folia de reis na comunidade quilombola de Mimoso. 71 p. 2019. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2019.

ARIES, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AROSTÊGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Baurú: EDUSC, 2006.

BARREIROS, Daniel de Pinho. Sistemas Agrários na Velha Província: o processo de transição para o trabalho livre sob o signo da modernização conservadora (1850-1888). **Topoi**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p. 22-44, set-dez 2008, 2008.

BATALHA, Cláudio H. M. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.12, n. 23/24, p. 111-124, set. 91/ago. 92, 1991.

BÍBLIA, Êxodo. In: BÍBLIA. Português. **Almeida Revista e Atualizada**: antigo e novo testamento. Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/acf>. Acessado em: 12 abr 2022.

BIGHETO, Alessandro César. **Eurípedes Barsanulfo**: um educador de vanguarda na Primeira República. Bragança Paulista: Ed. Comenius, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GIANFRANCO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, Marlene Fátima Freitas. Ituiutaba: fuxicando na tijucaia. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; ABDALA, Mônica Chaves (Orgs.). **Caleidoscópio de Saberes e Práticas** (Catálogo da Produção Cultural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba). Uberlândia: EDUFU, 2007. p.39-47.

BORGES, Rosane Ribeiro. Uma análise no feminino artes e ofícios de cura: benzedeiros e parteiras de Ituiutaba 1950/2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BOSI, Alfredo. A Escravidão Entre Dois Liberalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.2, n.3, p. 04-39, 1988.

BRETTAS, Anderson Cleyton Ferreira. **Eurípedes Barsanulfo e o Colégio Allan Kardec**: capítulos de história da educação e a gênese do Espiritismo nas terras do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro (1907/1918). 244 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v.18, n.1, p. 271-301, jun., 2006.

_____ **Formação da Literatura Brasileira** (Momentos Decisivos). 9ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 2000.

_____ **Iniciação à Literatura Brasileira** (Resumo para Principiantes). 3ª ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

_____ O Significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. Prefácio, p. xi-xxii.

_____ **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

_____ Possíveis Raízes Indígenas de uma Dança Popular. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.4, n.1, p. 1-24, jun., 1956.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para Entender Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. Prefácio à Edição Brasileira. In: WILLIAMS, Raymond. **Política do Modernismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. vii-xiv.

COSTA, Marcelo Alves. **A Ação dos Estigmatinos em Ituiutaba, MG**. 223 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontífice Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

CUNHA, Alexandre Eulálio Pimenta da. A Literatura em Minas Gerais no Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA SÉCULO XIX, 3., 1982, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 73-118.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Tradução Sonia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes** (O Legado da “Raça Branca”). Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. Prefácio. In: SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p. 1-5.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Da Centralidade da Infância na Modernidade à Sua Escolarização**: a Escola Estadual João Pinheiro, Ituiutaba (MG). 209 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FILMER, Paul. A Estrutura do Sentimento e das Formações Sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. Tradução de Leila Curi Rodrigues Olivi. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.27, p. 371-396, 2009.

FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em Debate**: Uma conversa na teoria crítica. Edição Brian Milstein. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRATTARI NETO, Nicola José. **Educandário Espírita Ituiutabano**: Caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora. Ituiutaba, Minas Gerais (1954 – 1973). 204 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50ª Ed. Revista. São Paulo: Global Editora, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina. Estudos Quantitativos em Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan-abr., 2004.

GIANNOTTI, Vito. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GLASER, André Luiz. **Materialismo Cultural**. 236 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOLDSMITH, William W. Introdução à Edição Americana – São Paulo, cidade mundial: indústria, miséria e resistência. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**: São Paulo Passado e Presente. 2ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S. A. 1994. p. 17-44.

HOGGART, Richard. **As Utilizações da Cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora. Coleção Questões. v.1. Lisboa: Editorial Presença, 1973a.

_____. **As Utilizações da Cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora. Coleção Questões. v.1. Lisboa: Editorial Presença, 1973b.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.

_____. **Sociologia e Sociologia no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

KOWARICK, Lúcio. Introdução: As Lutas Sociais e a Cidade: repensando um objeto de estudo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**: São Paulo – passado e presente. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.45-52.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750 – 1861). Uberlândia: EDUFU, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Texto Integral. Tradução de Antônio Carlos Braga. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal 71. São Paulo: Editora Escala, 2007.

MASSEY, Doreen. Um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p.176-185.

MÉZÀROS, István. **Para Além do Capital**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORAES, Vera Cruz de Oliveira. **Tudo Pela Pátria**: a história do “Instituto Marden” (1933-1942). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

MOURA, Antônio de Paiva. Prefácio. In: SOUZA, Maria José de (Tita). **Reinado e Poder no Sul das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. 2ª ed. Coleção Clássicos do Pensamento Político. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

NOVAIS, Maristela Abadia Fernandes. **Storia Della Costruzione Di Um Oggetto Della Moda Fra Otto e Novecento Uno Spencer Liberty Ai Confini Di Minas Gerais**: Aspetti Culturali e Materiali. 333 p. Dottorato (di Ricerca in Storia Culture Civiltà) - Università di Bologna, Bologna, 2018.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda. **Urbanização e Cidades**: análises da microrregião de Ituiutaba (MG). 431 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Helena de Moraes Medeiros. **Educação Scalabriniana no Brasil**. 249 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. **História e Memória Educacional**: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro, MG (1939-1942). Dissertação de Mestrado em Educação. UFU. Uberlândia. 2003.

OLIVEIRA, Luciano Dutra. **As Estruturas de Sentimento**: história e desenvolvimento da noção cultural por Raymond Williams. 128 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Viviane Pereira Ribeiro. **Uma História das Práticas Educacionais Anti Racistas no Século XX**: culturas escolares ensinando o Brasil e a África. 165 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasileira S.A., 1985.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia das Minas Gerais do Século XIX**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; RAFAEL, Luana Cristina Mendes. **Ritmos e Cores do Catolicismo Negro em Ituiutaba**: as territorialidades da festa de congada entre 1950 e o tempo presente. Ituiutaba: Barlavento, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Braziliense: Publifolha, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RÉDUA, Wagner Cesar. **Catira**: música, dança e poesia no mundo rural (Uberaba século XX). 202 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

REZENDE, Conceição. A Música Integrada no Fenômeno Social do Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA SÉCULO XIX, 3., 1982, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 53-72.

RIBEIRO, Adélia Miglievich. Raymond Williams e Estruturas de Sentimento: Os afetos como criatividade social. **Resgate Revista Interdisciplinar de Cultura**. v. 28, s/n, p. 1-22, 2020.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elisabeth Farias da. Educação e Domínio: escolas como ilusão de inclusão social de “negros” no Brasil da década de 1930. **Cadernos de História da Educação**. v.9, n.2, jul-dez, 2010.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elisabeth Farias de. **Primórdios da Escola Pública Republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: EGIL. 2003.

RIBEIRO, Wagner. **Noções de Cultura Mineira**. São Paulo: Editora FTD S/A, 1966.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, Início da Industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**: São Paulo Passado e Presente. 2ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S. A. 1994. p. 95-112.

SANTOS, José dos. **O Que É Cultura?** 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor As Batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCOFILD, Alyne Rachid Ali. **Modos de Vida e Integração Social do Imigrante**: libaneses em Teófilo Otoni. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória, Lembrança e Esquecimento**: Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triangulo Mineiro nas Décadas de 1950 e 60. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os Marxistas e os Outros. In: THOMPSON, Edward P. **A Peculiaridade dos Ingleses e Outros Artigos**. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SILVEIRA, Eduardo Marques. **A Regionalização da Agropecuária na Microrregião Geográfica de Ituiutaba/MG**: uma análise sobre sua reorganização espacial. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**: Análise da Evolução Econômica de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

_____. **Economia Política da Urbanização**. 13ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SOUTO, Thales Silveira. **Agroindústria Leiteira no Município de Ituiutaba – MG**: organização/reorganização socioespacial no período de 1960 a 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SOUZA, Maria José de (Tita). **Reinado e Poder no Sul das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária**. Tradução: Denise Bottiman. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A Peculiaridade dos Ingleses e Outros Artigos**. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em Comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VÍCTORA, C. G. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**: Uma Introdução ao Tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VILELA, Cláudia Oliveira Cury. **Escola Noturna Machado de Assis**: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941-1960). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____ **Cultura e Sociedade: 1750 - 1890.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____ **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____ **O Campo e a Cidade.** São Paulo: Campanha das Letras, 1989.

_____ **Recursos da Esperança: cultura, democracia, socialismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia Contra Capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil Contemporâneo e Formas do seu Enfrentamento. **Serviço Social.** São Paulo, s/v., n. 110, p. 88-322, abr-jun, 2012.

MEMORIALISTAS

AUGUSTO, Serrano. Galeria dos Agentes Executivos e Prefeitos Municipais de Ituiutaba. **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 23-32, 1953.

CARMO, Martins do. **Gurinhata**: uma escolinha que virou cidade. Mairinque: Edição do Autor, 2006.

CHAVES, Camilo. **Caiapônia**: romance da terra e do homem do Brasil Central. 3ª Ed. Ituiutaba: Egil, 1998.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. **A Loja do Osório**. Ituiutaba: Edição do Autor, 1984.

_____ Evolução Agrária do Município de Ituiutaba (Nota Prévia). **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 45-48, 1953.

_____ **O Vale da Fartura**. Ituiutaba: Edição do Autor, 1985.

CORRER, Pe. Lino José. **Epopéia**. Ituiutaba: Fundação Cultural de Ituiutaba, 2002.

CÔRTEZ, Carmem D. Cunha. **Ituiutaba Conta a Sua História**. Ituiutaba: Edição do Autor, 1971.

GOMES, Humberto Teodoro. A Colônia Sírio-Libanesa em Ituiutaba. **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 83-84, 1953.

JUNQUEIRA, Luiz Alberto Franco. **Família Franco e Aliadas**: formação da sociedade rural e urbana no Brasil central – a antropologia, a geografia, a história (o homem, o meio, o tempo). Livro 1. Belo Horizonte: edição do autor, 2014a.

JUNQUEIRA, Luiz Alberto Franco. **Família Franco e Aliadas**: formação da sociedade rural e urbana no Brasil central – memória dos esquecidos. Livro 2. Belo Horizonte: edição do autor, 2014b.

LARA, Mário. **A Saga da Família Franco**: das beiras dos rios da Morte Pequeno aos confins de São Simão. Edição do Autor, 2012.

NOVAIS, Aloisio Silva. **História Antiga de Ituiutaba**. Ituiutaba: Edição do Autor, 1974.

PAIVA, Hélio Benício de Paiva. Livro 1: No Tempo do Coronel Pio Augusto Goulart Brum. In: SILVA, Dalva Maria de Oliveira; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloéber Tarsio (Orgs.). **Memórias, Histórias e Crônicas Tijucanas**: publicações póstumas de Hélio Benício de Paiva. Uberlândia: EDUFU, 2018.

REVISTA ACAIACA. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.1, n.1, 1953.

REVISTA O CENTENÁRIO. Ituiutaba: EGIL, v. 1, n. 1, set., 2001.

REVISTA O CENTENÁRIO DE ITUIUTABA 2001. Ituiutaba: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2001, v.1, n.1, 2001.

SOUZA, Diógenes. Ituiutaba Clube. In: **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 93– 94, 1953.

TEIXEIRA, Edelweiss. Evolução Histórica de Ituiutaba (1810 – 1902). **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 181 – 255, 1953.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 20 set. 2021. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 de set. 2021.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento geral do Império em 1872 Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890 Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CENSO Regional de 1827. In: JUNQUEIRA, Luiz Alberto Franco. **Família Franco e Aliadas: formação da sociedade rural e urbana no Brasil central – memória dos esquecidos**. Belo Horizonte: edição do autor, v.2, 2014b, p. 114-116.

DIOCESE DE ITUIUTABA (TOMBO). Catedral de São José. **Livro Nº 1 de Atas (Livro Tombo). 1854 a 1912**. Ituiutaba, 1853. Livro Nº 1.

DIOCESE DE ITUIUTABA (LIVRO DE REGISTROS). Catedral de São José. **Livros Nº 1 e Nº 2 de Registros de Batizado**.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, XXV volume, Rio de Janeiro, 1959.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITUIUTABA. **Inventário Cultural da Catira**. Ituiutaba, 2018. Arquivo da Fundação Cultural de Ituiutaba.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITUIUTABA. **Inventário Cultural da Folia de Reis**. Ituiutaba, 2018. Arquivo da Fundação Cultural de Ituiutaba.

HOLANDA, Chico Buarque. Futuros Amantes. In: HOLANDA, Chico Buarque. **Paratodos**. São Paulo: BMG, 1993. Disco de Vinil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 1910**. Rio de Janeiro: IBGE, 1910.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JUSTA homenagem. **Jornal Folha do Pontal**. Ituiutaba, ? 1976. p. 1

MACHADO, ODILON. **Ituiutribu**. Texto de Teatro Não Publicado. 1980.

MAPA do Distrito de São José do Tijuco da Freguesia de Sra. do Carmo dos Morrinhos e município de Vila de Uberaba 1840. In: JUNQUEIRA, Luiz Alberto Franco. **Família Franco e Aliadas**: formação da sociedade rural e urbana no Brasil central – memória dos esquecidos. Belo Horizonte: edição do autor, v.2, 2014b, p. 699-730.

MINAS GERAIS. **O Estado de Minas Gerais**. São Paulo: Pocaí Weiss & Comp., 1918.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Inep. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**, Brasília, DF, v.1, p. 1-39, 2003.

O ARROZ amargo da especulação. O CRUZEIRO, 1962.

OS FACTOS da Itália. **A Rebelião**. São Paulo, 17 jun de 1914. Ano I, número 6, pág. 1. <https://www.marxists.org/portugues/tematica/imprensa.htm> , Acesso em 20 set 2021.

PROJETO FOTO MEMÓRIA 2001. Fundação Cultural de Ituiutaba, 2001.

REENCONTRO COM A CONGADA. Histórico da Irmandade de São Benedito e dos Ternos de Congada de Ituiutaba – MG. Irmandade de São Benedito. s/a.

SILVA, Luciano Barbosa. **Sirene do Baduy**. 1 fotografia, color. Ficha Inventário Imaterial Sirene do Baduy, 2018. Ituiutaba: Fundação Cultural de Ituiutaba, 2018.

SYMPHONIA d'A Voz do Trabalhador. Nosso Programma. **A Voz do Trabalhador**. Bahia, 2 out. 1920, Ano 1, Número avulso 100 rs, pág. 1.

VILA PLATINA. **Recenseamento de Villa Platina**. 1904.

SITES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Ituiutaba**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ituiutaba.html>>. Acesso em: 14 de Abr. 2020.

MINAS GERAIS, [s.d]. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>>. Acesso em 17 mar 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. SIDRA. Pesquisa Pecuária Municipal. 2013. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2015.

ARQUIVOS VISITADOS

ARQUIVO DA DIOCESE DE ITUIUTABA

ARQUIVO PARTICULAR DE NIMA IMACULADA SPIGOLON

ARQUIVO PARTICULAR DE RAQUEL ABDALLA

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA

CASA DA CULTURA DE ITUIUTABA – Fundação Cultural de Ituiutaba.

CEPDOMP - CENTRO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO PONTAL
do ICH Universidade Federal de Uberlândia Campus Pontal.

CMU CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP

MUSAI MUSEU ANTROPOLÓGICO DE ITUIUTABA – Fundação Cultural de Ituiutaba.